

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES  
POLÍTICAS

JORDANO VIÇOSE

**REBELIÕES EM SANTIAGO DE COMPOSTELA: MOVIMENTOS URBANOS E  
EXCLUSÃO SOCIOESPACIAL NO SÉCULO XII**

VITÓRIA  
2023

JORDANO VIÇOSE

**REBELIÕES EM SANTIAGO DE COMPOSTELA: MOVIMENTOS URBANOS E  
EXCLUSÃO SOCIOESPACIAL NO SÉCULO XII**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Linha de pesquisa: Representações e Ideias Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Alberto Feldman.

VITÓRIA  
2023

JORDANO VIÇOSE

**REBELIÕES EM SANTIAGO DE COMPOSTELA: MOVIMENTOS URBANOS E  
EXCLUSÃO SOCIOESPACIAL NO SÉCULO XII**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Aprovada em 7 de julho de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Sergio Alberto Feldman  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Orientador

---

Prof. Dr. Adailson José Rui  
Universidade Federal de Alfenas

---

Prof. Dr. Bruno Gonçalves Alvaro  
Universidade Federal de Sergipe

---

Prof. Dr. Júlio César Bentivoglio  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marta Cendón Fernández  
Universidad de Santiago de Compostela

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

V638r Viçose, Jordano, 1991-  
Rebeliões em Santiago de Compostela : movimentos urbanos e exclusão socioespacial no século XII / Jordano Viçose. - 2023.  
250 f. : il.

Orientador: Sergio Alberto Feldman.  
Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Santiago de Compostela. 2. Rebeliões compostelanas. 3. Diego Gelmírez. 4. Século XII. 5. Fixos e fluxos. 6. Historia Compostelana. I. Feldman, Sergio Alberto. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

---

“[...] a história é uma arte da emancipação. Ela mostra que, a todo momento, da forma que for possível inventá-la e para cada um de nós, outra história é sempre possível.”  
(Patrick Boucheron, 2018)

Aos meus amados pais, Eliani e Braz.  
A Rhaísa e Antônia, que me oferecem diariamente razões para existir.

## AGRADECIMENTOS

Minha trajetória acadêmica, no ensino superior, teve início em março de 2010. Alfenas, cidade sul-mineira, foi o lugar que escolhi e que me acolheu. De Linhares-ES, minha terra natal, a Alfenas foram cerca de mil quilômetros percorridos rumo ao desconhecido, ao não experimentado. Não conhecia o sul de Minas Gerais e nunca havia morado sozinho. Porém, não fui só: minha avó, Maria de Fátima Xavier de Souza, acompanhou-me na jornada, retornando apenas quando encontramos a moradia que, apesar da simplicidade, atendeu às suas preocupações maternas. Serei grato, enquanto houver vida, pela sua generosidade, cuidado, afeto e companheirismo. Seus ensinamentos e experiências compartilhadas moldaram minha forma de viver e me deram ânimo para os desafios e resistência para jamais me acovardar diante das adversidades.

Durante os seis anos que morei em Alfenas, pude cursar e concluir, na Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL/MG, a licenciatura em História (2014) e o Mestrado Profissional em História Ibérica (2016). A UNIFAL foi meu primeiro contato com a vida universitária – a qual particularmente me encanta. Não conhecia esse universo de eventos científicos, culturais e de cursos de extensão. Procurei aproveitar ao máximo, e assim o fiz, sobretudo porque encontrei um professor que me orientou desde o princípio. Adailson José Rui: obrigado pela paciência, confiança e generosidade. Hoje, olho para trás, e penso: como é custoso, difícil e desafiador promover a iniciação científica de um jovem que acabou de concluir o ensino médio. Tive a sorte de te conhecer. Esta tese de doutorado é a realização de um sonho que compartilhamos.

Ao falar de sonhos, devo fazer referência àqueles que, por me amarem primeiro, permitiram-me sonhar: Eliani Maria Xavier de Souza Viçose e José Braz Viçose. Meus pais me criaram para o mundo – como gostam de afirmar. Isto significa que a pedagogia que tomaram como referência em minha educação foi a de me permitir escolher. Agradeço a eles por isso.

Ao me conferirem a responsabilidade de escolha, sempre acompanhada de esclarecimentos acerca de possíveis efeitos dela decorrentes, formaram-me para a vida adulta. Desejo agir da mesma maneira com a minha filha.

A escrita desta tese foi concomitante ao crescimento da Antônia Ruberth Viçose. Ela nasceu pouco antes da minha entrada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo – PPGHIS/UFES para cursar o doutorado. Foram anos desafiadores. Por outro lado, a alegria e a responsabilidade de ser pai, somada à dedicação absoluta de minha esposa, confidente e amante Rhaísa Lara Oliveira Ruberth dos Santos, permitiram-me percorrer com foco e intensidade todo o trajeto necessário para – assim creio eu - a obtenção do título de doutor em história. Rhaísa: você é o amor da minha vida. Antônia: você é o amorzinho da minha vida. Espero recompensar os infinitos momentos em que estive ausente.

As exigências do doutorado, inevitavelmente, também fizeram com que eu estivesse mais distante dos meus amados irmãos Gabriel, Davi e Lavínia, assim como de outros queridos familiares e amigos. Obrigado, vô Júlio e vó Diva (*in memoriam*), principalmente pelo exemplo de esforço, dedicação e humildade. Agradeço, de igual modo, aos tios Marcos, Geraldo, Jeane, Evandro e Robson por terem me ajudado, de diferentes maneiras, no decorrer da minha vida. Ao falar de ajuda, não posso deixar de lembrar dos meus dois grandes amigos: Felipe e Afonso. A existência é suavizada pela alegria que uma amizade desperta. Agradeço-lhes os momentos de descontração e relaxamento. Espero, nos anos vindouros, ser um amigo mais presente e atencioso.

Os anos de doutoramento foram igualmente marcados pela pandemia de COVID-19. Graças ao suporte dos meus sogros, Wilmar Antônio Ruberth dos Santos e Mirna Ciles de Oliveira Ruberth dos Santos, eu e minhas meninas ultrapassamos as dificuldades de variados tipos que se impuseram durante o confinamento. Creio que a melhor forma de os recompensar

seja continuar cuidando, respeitando e amando vossa preciosa filha – conforme jurado no dia 05 de maio de 2018.

A ideia de estudar as rebeliões compostelanas foi concebida em um evento ocorrido, em junho de 2017, na Universidad de Santiago de Compostela. Em meio às visitas que fizemos a edifícios datados do período medieval, pude conversar com os estimados professores Marta Cendón Fernández e David Chao Castro. Agradeço-lhes a hospitalidade e a atenção que sempre dispensaram a nós, brasileiros, compartilhando informações e conhecimentos de grande relevância. Aproveito o momento para, igualmente, agradecer aos colegas Javier Castiñeiras López e Miguel García-Fernández, os quais nunca hesitaram em atender aos meus pedidos por textos e esclarecimentos.

Todavia, todo o percurso de doutorado desenvolvido na UFES poderia não ter ocorrido, caso o querido professor Sergio Alberto Feldman se indispusse em me orientar. Para minha sorte, aconteceu o oposto. Muitíssimo obrigado, Sergio. Sua dedicação e disposição em ajudar causam admiração nos mais jovens. Quero agir da mesma maneira com aqueles que vierem a ser meus alunos: sorriso no rosto, cuidado verdadeiro e preocupação sincera. Desejo-lhe muitos anos de vida e saúde.

Encarei o curso de doutorado como um processo de profissionalização. Ao longo desse percurso, a banca de qualificação – realizada em setembro de 2021 - cumpriu tarefa essencial. Sem as contribuições da professora Érica Silva e dos professores Adailson Rui e Bruno Alvaro, o resultado não seria o mesmo. Em razão de suas orientações, pude aprimorar significativamente a pesquisa de diferentes formas, com destaque aos campos metodológico e teórico-conceitual. Meu genuíno agradecimento aos mestres.

Agradeço, finalmente, a CAPES pela concessão de bolsa de estudos, sem a qual o desafio da sobrevivência seria ainda mais árduo.

## RESUMO

Esta tese de doutoramento analisa as duas rebeliões compostelanas ocorridas durante o episcopado de Diego Gelmírez (1101-1140), a partir dos ensinamentos provenientes da geografia humana, particularmente, da teoria dos “fixos e fluxos” de Milton Santos (1926-2001). Os fixos e fluxos, instalados ou que atravessaram Santiago de Compostela na transição do século XI para o XII, transformaram-na em um dos mais importantes centros de peregrinação da cristandade, todavia, romperam com tradições jacobinas e baniu grande parte da população nativa de sua própria cidade. Por meio do estudo da *Historia Compostelana*, única fonte textual que trata das insurreições, através da análise narrativa como técnica metodológica para levantamento de dados, defendemos que a política de exaltação da sé de Compostela foi a causa nevrálgica das sublevações. Iniciada sob o bispado de Diego Peláez (1071-1088), tal política consistia (I) na construção da basílica românica de Santiago; (II) na legitimação de que os restos mortais do apóstolo Tiago jaziam em Galiza; (III) no incentivo às peregrinações ao santuário jacobino; e (IV) na reforma litúrgico-eclesiástica da igreja de Compostela. Ao promover e dirigir transformações no sistema espacial citadino, Diego Gelmírez engendrou profunda insatisfação entre os compostelanos. A predileção conferida aos públicos transitórios e aos costumes estrangeiros, em detrimento da população nativa e dos costumes locais, motivaram os movimentos urbanos de 1116-1117 e 1136. A proximidade temporal entre um e outro – cerca de vinte anos - e a significativa semelhança entre esses levantes, inclusive do ponto de vista da ordem dos acontecimentos, indicam que os compostelanos continuavam sendo excluídos de um espaço constituído para reproduzir o ritual da peregrinação e para reforçar o poder senhorial-episcopal.

**Palavras-chave:** Santiago de Compostela; rebeliões compostelanas; século XII; Diego Gelmírez; fixos e fluxos; *Historia Compostelana*.

## ABSTRACT

This doctorate degree thesis analyzes the two rebellions from Santiago de Compostela occurred during the Diego Gelmírez (1101-1140) episcopate that came from the Human Geography teachings, particularly, from “fixed and flows” theory by Milton Santos (1926-2001). The fixed and flows, installed or that cross Santiago de Compostela in the transition of the XI century to XII turned it into one of the most important pilgrimage centers of Christianity, however, broke up with the Jacobean traditions and banned great part of the native population from their own city. Through the study of *Historia Compostelana*, the only textual source which deals with insurrection through narrative analysis as a methodological technique to data survey, we defend that the exaltation policy of the see of Compostela was the neuralgic cause of upheavals. Beginning under the bishopric of Diego Peláez (1071-1088), such policy consisted (I) in the construction of the romantic basilica of Santiago; (II) in legitimation that the mortal remains of the apostle James lay in Galiza; (III) encouraging pilgrimages to jacobean shrine; and (IV) in the liturgical-ecclesiastical reform of the church of Compostela. By promoting and directing transformations in the city space system Diego Gelmírez engendered deep dissatisfaction among people from Compostela. The preference given to the transitory public and the foreign customs to the detriment of native population and local customs motivated the urban movements of 1116-1117 and 1136. The temporal proximity between them – about twenty years - and the significant similarity between these rebellions, including from the point of view of the order of events indicate that people from Compostela continued to be excluded from a space constituted to reproduce the pilgrimage ritual and reinforce the lordly-episcopal power.

**Keywords:** Santiago de Compostela; Compostela rebellions; twelfth century; Diego Gelmírez; fixed and flows; *Historia Compostelana*.

## RESUMEN

Esta tesis doctoral tuvo como objetivo analizar las dos rebeliones compostelanas ocurridas durante el episcopado de Diego Gelmírez (1101-1140) desde enseñanzas que vienen de la geografía humana, particularmente de la teoría de “fijos y flujos” de Milton Santos (1926-2001). Los fijos y flujos, instalados o que atravesaron Santiago de Compostela en la transición del siglo XI al XII, la convirtieron en uno de los centros de peregrinación más importantes de la cristiandad, sin embargo, rompieron con las tradiciones jacobeanas y rechazaron a gran parte de la población autóctona de su propia ciudad. A través del estudio de la *Historia Compostelana* (la única fuente textual que trata de las insurrecciones), a través del análisis narrativo como técnica metodológica utilizada en la recogida de datos, defendemos que la política de exaltación de la sede compostelana fue la causa neurálgica de las sublevaciones. Iniciado bajo el obispado de Diego Peláez (1071-1088), tal política consistió I) en la construcción de la basílica románica de Santiago; II) en legitimación de que los restos del Apóstol Santiago yacían en Galicia; III) en incentivar las peregrinaciones al santuario jacobeo; y IV) en la reforma litúrgico-eclesiástica de la iglesia de Compostela. Al promover y dirigir transformaciones en el sistema espacial de la ciudad, Diego Gelmírez generó una profunda insatisfacción entre los compostelanos. A predilección por los públicos transitorios y las costumbres extranjeras, en detrimento de la población nativa y las costumbres locales, motivaron los movimientos urbanos de 1116-1117 y 1136. La proximidad temporal entre uno y otro (unos veinte años) y la similitud significativa entre ellos, incluso desde el punto de vista del orden de hechos, indican que los compostelanos continuaron excluidos de un espacio constituido para reproducir el ritual de la peregrinación y reforzar el poder señorial-episcopal.

**Palabras clave:** Santiago de Compostela; rebeliones compostelanas; siglo XII; Diego Gelmírez; fijos y flujos; *Historia Compostelana*.

## LISTA DE SIGLAS

CS	<i>Crónica Silense</i>
CPGE	<i>Primera Crónica General de España</i>
HC	<i>Historia Compostelana</i>
LSI	<i>Liber Sancti Iacobi</i>
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
<b>1 SANTIAGO DE COMPOSTELA: DAS ORIGENS DA CIDADE À ESCRITA DA HISTORIA COMPOSTELANA</b> .....	<b>26</b>
1.1 SANTIAGO DE COMPOSTELA: ORIGENS E FUNDAMENTOS DO PODER EPISCOPAL SOBRE A CIDADE .....	27
1.1.1 A constituição política de Santiago de Compostela .....	46
1.2 <i>HISTORIA COMPOSTELANA</i> : ELEMENTOS EXTRATEXTUAIS .....	58
1.2.1 <i>Historia Compostelana</i> : elementos textuais .....	70
<b>2 FIXOS E FLUXOS: A POLÍTICA DE EXALTAÇÃO DA SÉ DE COMPOSTELA</b> .....	<b>75</b>
2.1 DIÁLOGOS HISTORIOGRÁFICOS .....	76
2.1.1 As rebeliões compostelanas desde a perspectiva político-econômica .....	78
2.1.2 As rebeliões compostelanas desde a perspectiva sociorreligiosa .....	89
2.1.3 As rebeliões compostelanas: um estudo de fôlego .....	94
2.2 FIXOS E FLUXOS: EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO .....	99
2.2.1 Compostela e Roma: a reforma litúrgico-eclesiástica da igreja de Santiago .....	102
2.2.2 O complexo catedral-palácio: peregrinação e poder .....	108
2.2.3 O culto a São Tiago, as peregrinações e a defesa da apostolicidade da sé de Compostela .....	113
<b>3 A PRIMEIRA REBELIÃO COMPOSTELANA</b> .....	<b>119</b>
3.1 O REINO DA DISCÓRDIA: DISSENSÕES ENTRE URRACA E O PARTIDO RAIMUNDISTA .....	121
3.2 A FASE INICIAL DA REBELIÃO (1116) .....	137
3.3 A FASE FINAL DA REBELIÃO (1117) .....	155
<b>4 A SEGUNDA REBELIÃO COMPOSTELANA</b> .....	<b>179</b>
4.1 ALFONSO VII E DIEGO II: TENSÕES E DISPUTAS .....	181
4.2 O INÍCIO DA REBELIÃO DE 1136 .....	193
4.3 O CONCÍLIO DE BURGOS (1136) .....	207

4.4 ALFONSO VII E DIEGO II: OS ANOS FINAIS .....	214
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>224</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>229</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>241</b>
IMAGEM 01 - A VILA SANCTI IACOBI (900-1040) – PLANO GERAL .....	242
IMAGEM 02 - A VILA SANCTI IACOBI (900-1040) – DETALHE .....	243
IMAGEM 03 - EXPLICAÇÃO DO PLANO 4 .....	244
IMAGEM 04 - A CIVITAS SANCTI IACOBI (1150) – PLANO GERAL .....	245
IMAGEM 05 - EXPLICAÇÃO DO PLANO 5 .....	246
IMAGEM 06 - A CIVITAS SANCTI IACOBI (1150) – DETALHE .....	247
IMAGEM 07 - EXPLICAÇÃO DO PLANO 6 .....	248
IMAGEM 08 - A REGIÃO NOROESTE DA PENÍNSULA IBÉRICA EM TEMPOS DE DIEGO GELMÍREZ .....	249
IMAGEM 09 - A DIOCESE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA NO TEMPO DE DIEGO GELMÍREZ .....	250

## INTRODUÇÃO

*De Compostela fez então um empório, de sua igreja uma das primeiras da cristandade, de Galiza um verdadeiro Estado, tratando de que em sua cidade, em sua igreja e em sua terra tudo correspondesse aos destinos que com mãos quase régia, havia-lhes preparado. (Manuel Murguía, 1898)*

Entre os anos de 1100 e 1140, a cidade de Santiago de Compostela, da Galiza (ou Galicia), foi governada pelas pesadas mãos episcopais de Diego Gelmírez (1065?-1140).<sup>1</sup> Não seria exagero denominar esse período de “A Era Gelmírez”, em virtude do controle que exerceu sobre a catedral e o mercado citadino – os dois pilares básicos da vida urbana. Seu cargo de bispo de um dos mais importantes centros de peregrinação da cristandade, e de senhor do mais extenso senhorio peninsular ibérico, colocavam-no em uma posição decisiva, seja nas questões regionais galegas, seja nos principais assuntos do reino de Leão. As confrontações ao seu poder, como nas rebeliões citadinas de 1116-1117 e 1136, não produziram quaisquer mudanças na sua estrutura de governo e estiveram essencialmente vinculadas a reivindicações de ordem político-econômica da parte dos sediciosos.

O parágrafo acima sintetiza a visão propagandeada por grande parte da historiografia de língua espanhola dedicada ao estudo da atuação de Diego Gelmírez frente aos movimentos insurrecionais compostelanos.<sup>2</sup> Tornou-se consenso historiográfico afirmar que o prelado exerceu seu poder com grande autoridade e tenacidade, sem maiores e recorrentes conflitos, contando com a amizade e o apoio de papas, reis e abades de seu tempo (CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, 2016). As rebeliões no coração de seu senhorio, isto é, na cidade de Compostela,

---

<sup>1</sup> Diego II, Diego Gelmírez, dom Diego ou simplesmente Gelmírez (formas empregadas, nesta tese, para fazer referência ao personagem) foi eleito bispo de Santiago de Compostela em 1100 e consagrado no mês de abril do ano seguinte. Em 1120, pelas mãos de Calisto II, recebeu o título de metropolitano e de legado papal se tornando o primeiro arcebispo compostelano (RUI; VIÇOSE, 2020).

<sup>2</sup> No capítulo dois desta tese, especificamente no tópico *Diálogos historiográficos*, apresentamos as escolhas, os posicionamentos e as reflexões dos autores que já se debruçaram sobre os movimentos compostelanos que marcaram a segunda e a terceira década do século XII galego.

nessa direção, teriam sido apenas “pontos fora da curva”, exceções que não caracterizariam a dinâmica vivenciada no dia a dia predominado pela ordem e respeito à hierarquia político-social vigente.

Ao minimizar as tensões cotidianas, os atritos e os desgastes nos quais esteve envolvido o primeiro arcebispo de Compostela – fossem com compostelanos, fossem com aristocratas -, esse segmento da historiografia hispânica contribuiu na elaboração de uma imagem persistente: a do todo poderoso *Gelmírez*. Curioso é notar que tal visão vai ao encontro de interpretações, juízos e valores – legados da tradição iluminista e ainda comuns na academia e na sociedade atual - que pairam sobre a ideia de *medievo*: imutável, estático e obediente. Nesta perspectiva, a Idade Média teria sido um período da história da humanidade no qual não houve grandes invenções, mudanças e agitações políticas, uma vez que a Igreja, por meio de sua autoridade, garantia a legitimação, manutenção e perpetuação das estruturas de poder que asseguravam o ordenamento social (VALDEÓN BARUQUE, 2003).<sup>3</sup>

Como explicar, então, as rebeliões compostelanas que tiveram espaço na primeira metade do século XII? Desde o viés interpretativo da extraordinariedade? Acaso lançaremos para o limbo da história os movimentos revoltosos contemporâneos ocorridos em outros núcleos urbanos ibéricos<sup>4</sup>, assim como os de outras cidades da Europa ocidental?<sup>5</sup>

Longe de ser uma anomalia ou algo excepcional, as contestações e os conflitos de caráter político permearam o *medievo*<sup>6</sup>, transformando tanto o espaço urbano quanto o rural em

---

<sup>3</sup> Julio Valdeón Baroque (2003) reconstrói os significados atribuídos à expressão “Idade Média” desde a origem do termo, no século XV, até a contemporaneidade.

<sup>4</sup> No reino de Leão, entre os anos 1110 e 1117, houve revoltas nos seguintes núcleos urbanos: Sahagún, Lugo, Carrión, Burgos e Palencia. Já na segunda metade do século XII, a cidade de Lugo foi palco de outras duas sublevações: a primeira, entre os anos de 1159 e 1161, e a segunda, em 1184.

<sup>5</sup> No reino da França, as aglomerações urbanas de Le Mans, em 1069; Laon, em 1112; e Sens, em 1147, foram cenários de revoltas. A ocorrida em Laon tornou-se a mais conhecida devido à rica narrativa elaborada pelo monge beneditino Guiberto de Nogent (1055-1124) acerca da revolta.

<sup>6</sup> No século XII, o conceito de política diz respeito à participação na vida secular, à atuação na sociedade regida por constituições políticas (CARRASCO MANCHADO, 2015-2016). Os conflitos (revoltas, rebeliões) do período demonstram, entre outros motivos, o anseio de determinados grupos sociais, ou comunidades políticas, por participar das decisões que impactavam a vida coletiva.

paisagens de manifestações, mais ou menos duradouras, mais ou menos bem-sucedidas, que evidenciam uma Idade Média rebelde e ainda pouco explorada.<sup>7</sup> A nossa escolha foi por perscrutar essa linha investigativa que se abria e, assim, perseguir os vestígios que apontavam para rusgas, disputas, enfrentamentos e conflitos, notadamente os que se demonstravam frutíferos para a compreensão das rebeliões compostelanas.<sup>8</sup> Mas, como avançar com coesão? Como não se perder no mar da discórdia? O fio condutor de nossa tese foi manter o foco sobre os relatos das sedições (presentes na *Historia Compostelana*), a fim de os analisarmos desde seus elementos narrativos.<sup>9</sup>

A *Historia Compostelana*<sup>10</sup> (HC) é uma fonte textual do século XII e a única a tratar das rebeliões em questão.<sup>11</sup> Podemos classificá-la como uma crônica-cartulário, na qual diversos documentos estão inseridos, bem como eventos e personagens são retratados na perspectiva mais favorável aos interesses de seu patrocinador, Diego Gelmírez, e aos de sua diocese. Os relatos elaborados acerca das insurreições – nosso *corpus* documental por excelência - possuem todas as características que configuram um texto narrativo: a) personagens; b) intervalos de tempo e espaços nos quais as ações se desenrolam; c) enredo; d) trama; e e) narrador (SILVA, 2015). O foco nos elementos narrativos se apresentou, portanto, como a técnica metodológica mais adequada para o levantamento de dados. Combinadas as contribuições da Linguística e da

---

<sup>7</sup> Tradicionalmente, os historiadores brasileiros demarcam o início da Idade Média no século V e o seu fim no século XV. No entanto, não há uma unanimidade acadêmica a esse respeito. O medievalista francês Jacques Le Goff (2008), por exemplo, entende que o período medieval se encerra com as revoluções francesa e industrial.

<sup>8</sup> Com isso – é preciso sublinhar - não estamos reiterando o paradigma da violência amplamente utilizado para desqualificar a Idade Média. Até porque esse modelo explicativo – cuja ênfase recai na violência generalizada e na ausência de governos centralizados - foi produto de leituras posteriores com o claro intuito de justificar e enaltecer as formas políticas modernas (ALMEIDA, 2013).

<sup>9</sup> Tomamos como referência, nesta tese, as orientações metodológicas de Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva (2015), em especial, as informações e os esclarecimentos que fornece a respeito do levantamento de dados em fontes textuais classificadas como narrativas.

<sup>10</sup> *Historia Compostelana*, *Compostelana* e HC foram as formas utilizadas, nesta tese, para se referir à mesma obra.

<sup>11</sup> Na segunda parte do capítulo 1 desta tese – sob o título *Santiago de Compostela: das origens da cidade à escrita da Historia Compostelana* -, abordamos as principais características da HC, explorando tanto seus elementos intratextuais quanto extratextuais.

Literatura ao quadro teórico-conceitual eleito, forma-se o nosso sistema de trabalho cujo principal produto é esta tese.<sup>12</sup>

A busca pela superação dos sentidos e significados do texto narrativo – que ficou detida em grande medida à historiografia de língua espanhola - levou-nos a definir parte do nosso referencial teórico-conceitual na geografia humana, empenhada em desvendar as ações e interações humanas no espaço. O conceito de espaço – entendido como uma materialidade em mutação; como um conjunto de fixos e fluxos de diferentes tipos; e como um lugar no qual não só se luta, mas por que se luta - demonstrou-se frutífero para a compreensão das rebeliões compostelanas para além dos limites impostos pela narrativa (BARROS, 2017). Aliás, essa possibilidade de estabelecer articulações com elementos externos à narrativa, embora presentes no contexto histórico estudado, é o que mais caracteriza uma leitura histórica fundamentada (SILVA, 2015).

A teoria dos “fixos e fluxos” desenvolvida pelo geógrafo Milton Santos (1926-2001) foi, em especial, de grande valia. A partir da sua definição de espaço como “[...] a soma indissociável entre sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 2013, p. 46) – ou, se preferirmos, como um lugar onde fixos e fluxos se alternam e se combinam constituindo, a cada lance de tempo, paisagens -,<sup>13</sup> pudemos elaborar a seguinte hipótese: os fixos edificados em Compostela e os fluxos que a atravessaram e/ou se instalaram, entre as últimas décadas do século XI e as primeiras do XII, resultaram indiretamente nas rebeliões, dadas as múltiplas transformações (sociais, culturais, religiosas, políticas e econômicas) que causaram. Isto é, a construção da basílica românica de Santiago (fixo continente), em especial, ao integrar fluxos

---

<sup>12</sup> As contribuições da Linguística e da Literatura, a partir da década de 1950, foram fundamentais para os estudos históricos, uma vez que destacaram a complexidade da linguagem e a necessidade de ultrapassar os sentidos e significados do texto, atendo-se também às condições de formulação, recepção e circulação dos discursos (SILVA, 2002).

<sup>13</sup> Não paisagens imóveis e imutáveis, todavia, paisagens que, ao retratarem o instantâneo, revelam fixos e fluxos (mesmo que encobertos). A paisagem contém o tempo e, ao sofrer a sua ação (do tempo), transforma-se – ainda que vagarosamente (BARROS, 2017).

de diversos tipos, gerou a exclusão de parte dos compostelanos e o solapamento de suas tradições ligadas ao culto jacobeu (FORNEY, 2011).

A compreensão de espaço, em certo grau inovadora, do geógrafo brasileiro (SANTOS, 1979), permitiu que avançássemos para questões de ordem sociorreligiosa, não nos restringindo, desse modo, aos aspectos político-econômicos que predominaram nas abordagens das insurreições.<sup>14</sup> Evidentemente que um dos objetivos desta tese foi o de discutir essa leitura, tendo em vista a elaboração de um estudo que coloque em dúvida, por um lado, a suposta hegemonia que teria caracterizado a atuação senhorial-episcopal de Diego Gelmírez e, por outro, a redução das rebeliões a conflitos cujas motivações estariam limitadas a causas instrumentais, quer dizer, ao interesse dos compostelanos de se autogerirem, de modo a exercerem o controle sobre os recursos e as posições de poder da cidade, haja vista o descontentamento que nutriam pela maneira arbitrária de governo do prelado e pelo seu nepotismo.

É preciso deixar claro que não desconsideramos a importância e o valor explicativo das investigações focalizadas em interpretar as rebeliões desde suas causas instrumentais – o que discutimos é a simplificação decorrente de tal postura. Não há como negligenciar tal hipótese: os líderes das insurreições também foram movidos pelo desejo de destituição do senhor-bispo de seu cargo a fim de que Compostela fosse subtraída, e paulatinamente o restante do senhorio de Santiago, da esfera senhorial eclesiástica.<sup>15</sup> Nessa direção, fez parte de nossas metas identificar os agentes históricos envolvidos na articulação das sedições para sublinharmos, quando possível, a origem social e os interesses que os despertaram à ação. Outrossim,

---

<sup>14</sup> Milton Santos, em suas abordagens, passou a ver o espaço de forma processual. Não somente como permanência – tal como nas propostas derivadas da escola de Vidal de La Blache (1845-1918) –, mas também movimento e transformação (BARROS, 2017).

<sup>15</sup> À semelhança de outros prelados titulares de dioceses localizadas na Europa ocidental ao longo dos séculos medievais, a jurisdição de Diego Gelmírez não se restringiu a questões vinculadas à fé e à disciplina. O exercício do seu cargo (*honor*) era uma combinação de atribuições episcopais e senhoriais, uma vez que, além de defensor imediato da ortodoxia cristã, era o responsável – via delegação régia – pelo governo da cidade de Compostela e de um extenso senhorio – chamado de Terras de Santiago.

examinar as relações políticas estabelecidas entre eles, Gelmírez e o restante da comunidade urbana.

Todavia, qualquer tentativa de interpretar os movimentos revoltosos como meros conflitos sociais (senhor-bispo *versus* burgueses) sucumbirá ao reducionismo que empobrece a compreensão histórica – dada a participação de outros agentes, como os reis (PALLARES MÉNDEZ; PORTELA SILVA, 1988).<sup>16</sup> Por outros termos, a turbulenta conjuntura político-econômica do reino leonês foi fator determinante na eclosão e no sucesso temporário das rebeliões. Não há como prescindir – mormente das tensões, disputas e conflitos envolvendo Diego Gelmírez e os monarcas leoneses - Urraca I (1109-1126) e Alfonso VII (1126-1157) na composição de uma análise crítica e densa dos levantamentos devido a participação efetiva e crucial dos últimos.<sup>17</sup> Dessa forma, compreender o panorama no qual estava inserido o reino de Leão mostrou-se essencial na valoração das sedições, inclusive para o entendimento do êxito momentâneo que tiveram, assim como de sua maior ou menor duração.

Traição, conspiração, conjuração, rebelião e sedição. Foram essas as nomenclaturas usadas pelos cronistas da HC para qualificar os movimentos citadinos que aspiravam assolar as atribuições senhoriais-episcopais de Diego Gelmírez sobre Compostela. Ainda que façamos uso de outros termos com o propósito de evitar a repetição, o conceito de rebelião foi preferencialmente utilizado neste trabalho, tanto pelo seu potencial de apreensão dos acontecimentos, como por ser um dos termos empregados na fonte. Não obstante, reconhecemos que a concepção de revolta, tal como formulada pelo medievalista francês Patrick Boucheron (2018), trouxe igualmente aspectos que nos ajudaram a explorar e a decifrar o nosso objeto de estudo.

---

<sup>16</sup> O termo cidadão e o termo burguês são amplamente utilizados pelos medievalistas (que estudam a vida urbana na Idade Média Central) para fazer referência aos habitantes das cidades, aos membros da comunidade de *vecinos*. No capítulo 1 desta tese, analisamos a constituição política da comunidade de *vecinos* compostelana.

<sup>17</sup> A primeira rebelião compostelana ocorreu entre 1116-1117, quando Urraca I era rainha de Leão; já a segunda foi em 1136, período no qual Alfonso VII era rei.

Em um dos dicionários de língua portuguesa, a definição de rebelião é precisa e direta: “[...] ação ou efeito de rebelar, de se recusar a obedecer a uma autoridade legítima”.<sup>18</sup> As ideias básicas são de oposição a uma autoridade constituída, de recusa a obedecê-la e de resistência. Na bibliografia especializada em investigar conflitos políticos, formada principalmente por cientistas sociais, o conceito de rebelião é construído em oposição aos de tumulto e protesto. Enquanto esses se caracterizam como ações coletivas, grosso modo, espontâneas, de curta duração, pouco organizadas e com objetivos limitados; “[...] a rebelião concentra-se sobre questões mais fundamentais, especialmente disputas sobre quem vai governar e por que meios” (ZIMMERMANN, 1980, p. 197). Por objetivarem mudanças mais significativas, os rebeldes encontram forte resistência, o que, por sua vez, exige deles a construção de recursos organizacionais para atingirem suas metas (ZIMMERMANN, 1980).

Tomando como referência a definição apresentada por Ekkart Zimmerman (1980) e os movimentos compostelanos da primeira metade do século XII, o conceito de rebelião assumiu, neste trabalho doutoral, o seguinte significado: ação política coletiva com importante grau de organização, durabilidade (meses, anos) e agressividade cujo propósito nuclear é a reforma de um sistema espacial excludente. As lideranças das rebeliões desejavam dominar os fixos definidores de Compostela – catedral e palácio episcopal - para que pudessem, por meio do controle dos cargos da administração cidadina, exercer o poder sobre o espaço urbano, colocando fim à política de exaltação da sé de Compostela, dirigida por Diego Gelmírez, que os prejudicava e bania de sua própria cidade ao beneficiar e promover populações e costumes estrangeiros. Outrossim, esses líderes aspiravam administrar o chamado senhorio de Santiago (ou Terras de Santiago) – o complexo de terras, bens e direitos que constituíam as propriedades rurais do episcopado compostelano - em detrimento do senhor-bispo.

---

<sup>18</sup> Disponível em: <https://www.dicio.com.br/rebeliao/>. Acesso em: 12/09/2022.

Temos, portanto, a nossa meta central: compreender os movimentos compostelanos como rebeliões ocasionadas por fatores múltiplos, com destaque para os aspectos sócio-político-religiosos; o nosso percurso metodológico: analisar os relatos das rebeliões com foco nos seus elementos narrativos; o nosso quadro teórico-conceitual: a teoria dos “fixos e fluxos”, de Milton Santos; e a nossa base: a *Historia Compostelana*. Assim, nossa tese se organiza e se desenvolve em quatro capítulos.

No primeiro deles, intitulado *Santiago de Compostela: das origens da cidade à escrita da Historia Compostelana*, apresentamos um panorama sobre a formação da cidade de Santiago de Compostela e as origens e o desenvolvimento do poder episcopal sobre a urbe. Procuramos ainda examinar os elementos que contribuíram para a constituição da comunidade política compostelana, transformando-a em importante ator histórico capaz de rivalizar com o senhor-bispo, Diego II, pelo domínio da cidade. Por outro lado, apresentamos a *Historia Compostelana* – principal fonte para o estudo das rebeliões compostelanas do século XII - e suas características intratextuais e extratextuais, pois acreditamos que uma análise fundamentada dos movimentos sublevadores passa pela compreensão das circunstâncias de sua elaboração, finalidades e grupos políticos beneficiados pela sua escrita.

Em *Fixos e Fluxos: a política de exaltação da sé de Compostela*, apresentamos e discutimos a historiografia que se debruçou acerca dos movimentos compostelanos de 1116-1117 e 1136. Por outro lado, tratamos da principal causa que originou as rebeliões – a política de exaltação da sé de Compostela -, demonstrando, com isso, nossa predileção pela corrente historiográfica sociorreligiosa – forma como a nomeamos. Ao dar continuidade, ampliar e fortalecer à política pró-Compostela iniciada sob o bispado de Diego Peláez (1071-1088), Gelmírez transformou o centro do seu senhorio em um espaço destinado fundamentalmente às peregrinações e ao acolhimento de populações transitórias – elementos essenciais na legitimação da apostolicidade de sua sé e na consecução de dignidades. Outrossim, o prelado

também consolidou a liturgia franco-romana em sua diocese, além de capitanear uma reforma eclesiástica que promovia referenciais ultrapirenaicos se aproximando da cúria papal. Ao obliterar importantes fixos e tradições locais vinculadas ao culto jacobeu, o senhor-bispo atraiu o ressentimento de seus cidadãos por transformar Compostela em um lugar que lhes era hostil e indiferente.

Sob o título *A primeira rebelião compostelana*, analisamos, no terceiro capítulo, o relato elaborado por Giraldo, cónego catedralício responsável pela escrita da HC, acerca da insurreição ocorrida em Compostela entre os anos de 1116 e 1117. Concomitantemente, apresentamos nossa compreensão sobre os fatores que motivaram os rebeldes a se levantar contra o senhor-bispo Diego Gelmírez, as duas fases do conflito e o seu desfecho. Antes, porém, examinamos a turbulenta conjuntura político-econômica do reino leonês, pois a entendemos como fator imprescindível para a eclosão e o êxito temporário do primeiro movimento cidadão. As disputas de poder entre parte da aristocracia galega – desejosa por entronizar Alfonso Raimúndez como rei de Galiza - e Urraca, somadas à acentuada insatisfação dos compostelanos com a política de exaltação da igreja de Santiago dirigida por Gelmírez, produziram um contexto potencialmente explosivo.

*A segunda rebelião compostelana* é o título do quarto capítulo desta tese. Nele, inicialmente, exploramos as relações políticas de Alfonso VII e Diego II no período que antecedeu a rebelião cidadina de 1136, em virtude do interesse do imperador na deposição do arcebispo desde os primeiros anos do seu reinado. Doravante, analisamos a narrativa de Pedro Marcio – cónego-cardeal de Santiago - sobre o segundo movimento sublevador compostelano, evidenciando a razão fundamental que levou parte dos cidadãos a se insurgir outra vez contra o poder senhorial-episcopal; as articulações, que contaram inclusive com a participação do cardeal-legado romano Guido, pelo despojamento de Diego Gelmírez; e as consequências e

desdobramentos da insurreição. Por fim, examinamos os anos finais do episcopado gelmiriano que foram marcados por um novo conluio visando a sua destituição.

Definimos manter a grafia das dioceses e dos lugares citados como no castelhano. A título de exemplo: Santiago de Compostela. O mesmo critério foi adotado quanto aos nomes de personagens. Por exemplo: Alfonso, ao invés de Afonso. Com relação aos reinos, decidimos pela tradução: Galiza, ao invés de Galicia.

Quanto às fontes e bibliografias citadas, com o intuito de tornar a leitura desta tese mais fluida e agradável, optamos pela tradução para o português. No entanto, oferecemos – em nota de rodapé - o texto em castelhano para as citações diretas longas da *Historia Compostelana*. Reforçamos que as traduções dos trechos citados da HC são de nossa responsabilidade.

Destacamos que, nas citações de rodapé e nas referências bibliográficas, seguimos a normalização da ABNT-NBR 6023:2002. Optamos, por fim, pelo uso do itálico nas referências que constam no término desta tese.

## 1 SANTIAGO DE COMPOSTELA: DAS ORIGENS DA CIDADE À ESCRITA DA HISTORIA COMPOSTELANA

*De nenhuma maneira consideramos conveniente cobrir as glórias humanas com a nuvem do esquecimento, pois para os homens vindouros que desejam praticar a virtude, essas são sementes de virtude. Pois, sendo o dia de amanhã discípulo do de ontem, que grande ensino oferece aos modernos os ensinamentos dos antigos! Pelo qual não recuso publicar as glórias dos antepassados apesar dos dentes dos caluniadores que não temem correr a glória dos bons. Pois, não quero que pelo largo transcurso do tempo fiquem sem glória as façanhas que desejam a luz e anseiam a pena da memória (HC, 1994, p. 295).<sup>19</sup>*

Localizada a noroeste da Península Ibérica, Santiago de Compostela foi uma das cidades mais cosmopolitas e visitadas do Ocidente Cristão, ao longo da Idade Média Central (séculos XI-XIII), em virtude da sua condição de centro de um extenso senhorio eclesiástico e das peregrinações que tinham como meta a basílica jacobea. Ao redor da tumba do apóstolo Tiago se desenvolveu, entre os séculos IX e X, uma população eclesiástica e rural, embora as primeiras políticas visando um incremento de habitantes tenham sido tomadas. Foi na segunda metade do século XI que Compostela adquiriu uma morfologia urbana visível, transformando-se na primeira e mais importante cidade da Galiza de seu tempo. Nesse contexto de franca urbanização, o *Registrum Venerabilis Compostellanae Ecclesiae Pontificis Didaci Secundi*, vulgarmente chamado de *Historia Compostelana* (HC), foi escrito.<sup>20</sup> A importância da obra reside na riqueza de detalhes com que narra a longa carreira política de Diego Gelmírez (1101-1140) à frente da cidade e das Terras de Santiago.<sup>21</sup> O primeiro arcebispo compostelano foi, provavelmente, o idealizador da HC e ordenou a sua escrita para fortalecer os fundamentos

---

<sup>19</sup> “De ninguna manera consideramos conveniente cubrir las glorias humanas con la nuble del olvido, pues los hombres venideros que deseen practicar la virtud, éstas son semilla de virtud. Pues siendo el día de mañana discípulo del de ayer, ¡qué gran enseñanza ofrecen a los modernos las hazañas de los antiguos! Por lo cual no rehuyo publicar las glorias de los antepasados a pesar de los dientes de los calumniadores que no temen correr la gloria de los buenos. Pues no quiero que por el largo transcurso de tiempo queden sin gloria las hazañas que desean la luz y ansían la pluma de la memoria” (HC, 1994, p. 295).

<sup>20</sup> Desde o século XVIII, a *Historia Compostelana* também é conhecida como HC.

<sup>21</sup> O senhorio ou Terras de Santiago diz respeito ao complexo de terras, bens e direitos que constituíam as propriedades do episcopado compostelano.

da sua autoridade e do seu domínio, além de imortalizar suas atuações e conquistas que perpassam diferentes campos.

Este capítulo está dividido em duas partes. Na primeira, apresentamos um panorama acerca da formação de Santiago de Compostela e os rudimentos que sustentavam a ação do poder senhorial-episcopal sobre a cidade; assinalamos os privilégios outorgados ao *Locus Sancti Iacobi* que o configuraram como centro eclesiástico e político do principal senhorio ibérico; e destacamos a formação do conselho compostelano e a sua atuação enquanto organismo de defesa dos interesses citadinos. Na segunda parte, apresentamos a HC – principal fonte narrativa para o estudo das rebeliões compostelanas do século XII - a partir da análise de seus elementos extratextuais e textuais que vão, entre outros, desde a história dos manuscritos da obra, passando pelas motivações de autores que trabalharam na sua escrita, até as inspirações e formas que escolheram para transmitir suas mensagens, tendo em vista a consecução de seus ideais.

## 1.1 SANTIAGO DE COMPOSTELA: ORIGENS E FUNDAMENTOS DO PODER EPISCOPAL SOBRE A CIDADE

Antes de iniciarmos nossa exposição, faz-se necessária uma advertência: este percurso sobre a formação de Santiago de Compostela atende aos interesses de nossa investigação que tem como finalidade analisar os diversos fatores que contribuíram e, em última instância, determinaram a explosão de rebeliões na referida cidade, no século XII. Tal admoestação se deve à complexidade do tema “origens de Compostela”, o qual foi abordado nas páginas seguintes, sobretudo em sua perspectiva política, de modo a nos permitir compreender os fundamentos do poder episcopal sobre a urbe e o surgimento de instrumentos – em específico o conselho urbano - usados pelos citadinos para a defesa de seus interesses frente ao poder senhorial.

A formação, no noroeste ibérico, do núcleo populacional chamado de Compostela,<sup>22</sup> ao longo do século X – período no qual o topônimo começou a constar na documentação - foi motivada, ou ao menos impulsionada, pela invenção do encontro dos restos mortais do apóstolo Tiago, o Maior – fato que teria ocorrido no primeiro terço do século IX. A escolha pela fixação da tumba apostólica em terras limítrofes ao vale de Almahía respondeu a variadas razões, como: a) uma certa distância do litoral marítimo, garantidora de maior segurança diante das invasões nórdicas; b) a localização privilegiada para a exploração agrária e para o controle da produção agropecuária; c) os vestígios de edificações romanas; e d) a posição geográfica central na Galiza daquele tempo conectada com a antiga rede viária romana (BARREIRO SOMOZA, 1985).

O primeiro texto narrativo de caráter histórico a fazer alusão explícita à existência do sepulcro jacobeu em território peninsular é a *Crónica de Sampiro*. Elaborada pelo bispo Sampiro, em princípios do século XI, a crônica descreve que, no ano 872, “[...] Alfonso III havia derrubado a pequena igreja [de São Tiago] levantada ali por Alfonso, o Casto, de pedra e barro, para construir outra de silhar e cimento com colunas e bases de mármore, de grande beleza” (VÁZQUEZ DE PARGA; MARIA LACARRA; URÍA RÍU, 1948, p. 28-29). O novo edifício dedicado ao apóstolo denota a importância e o culto a ele prestado pelo rei Alfonso III (866-910) e seus contemporâneos. São Tiago foi alçado à condição de defensor dos reis astur-leoneses e patrono do reino cristão do Norte em um contexto no qual a maior parte da Península estava dominada pelo Emirado de Córdoba (756-929).

A descoberta miraculosa das relíquias de São Tiago foi justificada, pelos homens do século IX, como uma intervenção divina em favor dos cristãos ibéricos, os quais não só conviviam com populações muçulmanas, como também estavam, ao menos a maior parte, vivendo em territórios comandados pelo Islã. Não obstante, José Barreiro Somoza (1985, p.

---

<sup>22</sup> A origem do topônimo Compostela gerou diversas discussões entre os estudiosos dedicados à formação da cidade. O mais provável é que o termo seja derivado de *compositum tellus* – terra construída, composta, edificada, urbanizada. Todavia, também existe a possibilidade de o topônimo derivar do latim tardio *componere*, enterrar, *compositum* > *compostum*, enterramento, com o sufixo diminutivo – *illa* > – *ela*, cemiterinho (FLETCHER, 1993).

223) pontua que o processo de invenção dos restos apostólicos e a região escolhida para sepultá-lo “[...] se localiza em umas coordenadas bem definidas: 1) a consolidação do reino Astur; 2) a colonização asturiana de Galiza”. As frequentes rebeliões de aristocratas galegos punham empecilhos à unidade almejada pelos reis de Astúrias.<sup>23</sup>

De acordo com as fontes narrativas subsequentes, o apóstolo Tiago não tardou em intervir naquela realidade inquietante para os cristãos que haviam se refugiado na região norte da Península e formado uma comunidade política autônoma e resistente ao “invasor” muçulmano.<sup>24</sup> A primeira aparição – noticiada na *Crónica Silense* (CS)<sup>25</sup> e também recolhida pela *Primera Crónica General de España* (PCGE)<sup>26</sup> - foi em uma ação bélica famosa, porém incerta enquanto acontecimento histórico: a batalha de *Clavijo*, supostamente ocorrida em 844.<sup>27</sup> O apóstolo teria aparecido, em sonho, ao rei Ramiro I (842-850) dizendo que estaria ao seu lado e ao lado dos seus combatentes, garantindo-lhes a vitória para livrá-los do humilhante pagamento de cem donzelas anuais aos mouros (PCGE, 1955).

A convicção da presença constante do discípulo de Jesus de Nazaré em relevantes batalhas transformou-o em um importante aliado dos cristãos ibéricos nas chamadas guerras de

---

<sup>23</sup> As *Crónicas Asturianas*, redigidas em finais do século IX, relatam as guerras que os antecessores de Alfonso II levaram a cabo contra os galegos. A tentativa de submeter a região, iniciada na segunda metade do século VIII, apenas se concretizou cerca de um século depois.

<sup>24</sup> Usamos o termo invasor entre aspas, pois os berberes islamizados que formavam a maior parte dos homens que entraram na Península Ibérica, em 711, sob o comando do general Tariq fizeram-no a convite de Aguilla II, um dos postulantes ao trono visigodo.

<sup>25</sup> A *Crónica Silense* (ou *Historia Legionense*) foi escrita na primeira metade do século XII. De autoria incerta, a obra é uma biografia inconclusa do rei leonês, Alfonso VI (1065-1109). Ela foi a primeira fonte a descrever uma aparição do apóstolo Tiago sob a forma de guerreiro cavalgando em um cavalo branco e espada em riste.

<sup>26</sup> A *Primera Crónica General de España* (PCGE) foi elaborada no século XIII por encomenda do rei Alfonso X, o sábio (1252-1284). O início dos trabalhos ocorreu por volta do ano 1269, sendo concluída no reinado de Sancho IV (1284-1292). O caráter inovador da obra se deve à sua escrita em língua vulgar e o destaque conferido às três identidades religiosas que formaram a história ibérica: cristãos, judeus e muçulmanos. Além disso, o rei sábio alterou uma tradição de simples cópia das fontes anteriores seguida por acréscimos relativos aos acontecimentos contemporâneos. As fontes passaram a ser examinadas a fim de que fossem extraídos apenas os elementos entendidos como verdadeiros, isto é, que corroboravam aos propósitos reais. Dentre esses, podemos destacar o cristianismo como religião oficial e a monarquia como forma de governo. Nesse sentido, o culto a São Tiago era um importante elemento de convergência, uma vez que se tratava do santo evangelizador da Península Ibérica e patrono e protetor dos castelhanos nas guerras contra os chamados infiéis (RUI, 2000).

<sup>27</sup> A historiadora Adeline Rucquoi (2017) esclarece que, quando da produção do texto dos Votos de Santiago por clérigos ligados à escola episcopal compostelana, entre as décadas de 1160-1170, produziu-se a intervenção de São Tiago já no ano 844 a favor do rei Ramiro I para lhe dar a vitória sobre os muçulmanos em Clavijo.

*Reconquista*.<sup>28</sup> Ao longo século XI, o pescador de peixes “[...] foi transformado em guerreiro que, ao lado dos cristãos, combatia os infiéis. Foi transformado no ‘*matamoros*’, no defensor dos cristãos que combatia os inimigos de Cristo não com palavras, mas sim com armas” (RUI, 2012, p. 107). A nova condição atribuída ao apóstolo Tiago era condizente com o cenário bélico vivenciado em território peninsular. A crença na atuação do santo, inclusive liderando tropas cristãs paramentado com trajes militares, legitimava e sacralizava as ações e os propósitos dos reis astur-leoneses, além de servir como elemento unificador de exércitos cristãos.

Em virtude do protagonismo atribuído ao apóstolo Tiago pelos reis de Astúrias, e posteriormente os de Leão, as doações e os privilégios de monarcas e aristocratas cristãos à comunidade religiosa formada em torno das relíquias do santo se multiplicaram a partir do século IX e alcançaram o seu apogeu no século XII. Todavia, o que explica a escolha por Tiago? Ou ainda: quais eram os laços que conectavam o santo à Península Ibérica?

A verdade é que podemos rastrear um culto dedicado a São Tiago, em território ibérico, desde ao menos o século VII. Nesse sentido, duas obras são reconhecidas pelos historiadores como instrumentos eficazes da divulgação da tradição jacobea: o *Breviarum Apostolorum* e o *De ortu et obitu patrum*. A primeira, provavelmente, é fruto de uma tradução adaptada dos Catálogos Apostólicos gregos (com maiores detalhes nas descrições geográficas concernentes ao Ocidente) feita no reino franco ou ostrogodo, entre a fase final do século VI e princípios do VII, com o intuito de recolher informações sobre a atividade evangelizadora dos apóstolos. No *Breviarum*, indica-se que “[...] após Pentecostes, cada apóstolo recebeu uma parte do mundo

---

<sup>28</sup> Não se constitui um objetivo desta pesquisa o aprofundamento do conceito de *Reconquista*, no entanto, algumas referências são importantes uma vez que se trata de um conceito amplamente utilizado, desde o século XIX, e que ambiciona explicar as relações interculturais estabelecidas entre cristãos e muçulmanos na Península Ibérica. Convém esclarecer que até o século X não existiu uma oposição entre Cristandade e Islã de modo que não há como se referir às guerras ocorridas em território peninsular, até o ano mil, com o substantivo *reconquista*. Foi no curso do século XI que clérigos ibéricos elaboram a ideia de perda quando da entrada de islâmicos árabes e berberes na Península, em 711. Diante disso, o uso do termo *reconquista* somente pode ser utilizado, no seu sentido de retomar algo perdido, isto é, para fazer referência às conquistas territoriais cristãs, a partir do século XI (NOGUEIRA, 2001). Ainda é importante pontuar que, por volta do ano 1100, já estava formado e, em grande medida, capilarizado o pensamento que atribuída a Tiago a introdução do Cristianismo em Hispânia e de que era ele o principal defensor dos cristãos ibéricos frente aos muçulmanos.

onde levar o Evangelho, e que a São Tiago, irmão de São João Evangelista, lhe foi atribuída a *Hispania* [...]” (RUCQUOI, 2017, p. 22).<sup>29</sup>

O *Breviarum Apostolorum* parece ter circulado na Península Ibérica no final do século VII e foi o primeiro escrito a mencionar a pregação de Tiago em Hispânia, assim como o primeiro a fazer alusão ao seu lugar de sepultamento: *Achaia Marmarica*.<sup>30</sup> O cuidado em atribuir a cada apóstolo um local de atuação deveu-se à necessidade em dar por cumprido o mandato de Jesus de levar a mensagem evangélica até os confins do mundo.<sup>31</sup> A vinculação de Tiago a evangelização do extremo Ocidente serviu, originalmente, a esse propósito – ainda que não tenhamos como explicar os motivos que levaram a sua escolha. Porém, tais elementos são suficientes “[...] na hora de vincular com Galiza a tradição apostólica, e na hora de explicar por que a monarquia asturiana cedeu tão rápido a prevalência de ‘lugar santo’ a Compostela, frente ao primeiro intento de estabelecer um centro de peregrinação em Oviedo” (BARREIRO RIVAS, 1994, p. 221). Galiza estava localizada nos confins do mundo conhecido, na *finis terrae*<sup>32</sup> (fim da terra).

Em *De ortu et obitu patrum* é reforçada a tradição relativa à pregação de Tiago na *finis terrae*.<sup>33</sup> A obra foi escrita, em território peninsular, antes do ano 750, tendo o seu autor conhecimento do *Breviarum Apostolorum*. O tratado é uma espécie de coletânea biográfica concisa de personagens bíblicos que oferece, em linhas gerais, informações sobre nascimento, feitos, dignidade, morte e localização da sepultura do biografado. A influência de *De ortu et*

---

<sup>29</sup> Desde Jerônimo (347-420) que temos documentada a ideia de que cada apóstolo descansava no lugar específico em que havia desenvolvido sua pregação.

<sup>30</sup> Não temos informações a respeito da tentativa de identificar o topônimo *Achaia Marmarica* na época visigoda, porém, estavam, potencialmente, assentadas as bases para que, em um algum momento, alguém pensasse em identificá-lo com algum ponto concreto de Hispânia.

<sup>31</sup> At. 1, 8.

<sup>32</sup> Era a forma como os romanos, na Antiguidade, referiam-se às terras localizadas no extremo ocidental do seu Império.

<sup>33</sup> A autoria do tratado conhecido como *De ortu et obitu patrum* é, comumente, atribuída a Isidoro de Sevilha (560-636). Ao todo, são sessenta e quatro personagens do Antigo Testamento e vinte e uma do Novo Testamento biografados de forma concisa (FELDMAN, 2004; 2009).

*obitu patrum* sobre a Igreja visigoda e sobre o início do culto jacobeu foi muito significativa, servindo de referência a outros muitos textos dedicados à pregação do apóstolo em Hispânia.<sup>34</sup>

José Luís Barreiro Rivas (1994, p. 222), ao tratar do papel conferido a São Tiago na consolidação do reino de Astúrias, esclarece que os “[...] numerosos vestígios dos séculos VII e VIII nos mostram um empenho sistemático por reconstruir a história dos apóstolos, e uma crescente preocupação em atribuir de maneira específica a São Tiago, o filho de Zebedeu, a pregação no extremo ocidental do mundo”. As motivações para esse último interesse devem ser buscadas no plano político. Se, por um lado, o culto apostólico era uma ferramenta régia importante para a unidade e a autonomia do reino Astur, por outro, foi peça-chave no marco da luta contra o Islamismo e na fundamentação do direito da monarquia asturiana de dominar toda a Península – valendo-se da justificativa de que a localidade era um território cristão desde os tempos antigos.

No século oitavo, de acordo com José Maria Lacarra (1963, p. 126), “[...] a ideia de que foi o apóstolo São Tiago quem predicara pela primeira vez o cristianismo na Península [...]” já “[...] era aceita tanto na Inglaterra como em Astúrias, quer dizer, de um e do outro lado do mar britânico [...]”.<sup>35</sup> Encaminhando-se para o final dessa centúria, durante o reinado de Mauregato (783-788), apareceu a primeira alusão – que temos notícia - do patronato do apóstolo sobre a Hispânia: o desejo de independência diante dos omeyas cristalizou um novo sentimento em relação a Tiago.<sup>36</sup> A referência consta no hino *O Dei Verbum*, composto entre os anos 783 e 789, para uma ocasião solene, possivelmente a dedicação de uma igreja a São Tiago

---

<sup>34</sup> Para além dos limites geográficos do reino asturiano, devemos considerar que a propagação do culto a São Tiago se deu por intermédio do Império Carolíngio. A acolhida, nos martirólogos francos, por volta de meados do século IX, de informações ligadas à presença dos ossos do apóstolo Tiago em Galiza fez com que se difundisse pela cristandade o culto jacobeu (MARÍA LACARRA, 1963).

<sup>35</sup> Faz-se necessário pontuar que a adesão não se deu por completo, haja vista que, no século X, bispos catalães ainda resistiam à ideia de que a Hispânia e demais terras ocidentais tivessem sido objeto da pregação de São Tiago, o Maior (MARÍA LACARRA, 1963).

<sup>36</sup> A cristandade asturiana reclamou para si o patronato jacobeu se valendo do argumento da evangelização de toda a Península Ibérica pelo apóstolo Tiago a fim de, por um lado, legitimar suas aspirações de conquistas territoriais e de, por outro, se distanciar da cristandade peninsular que vivia sob o domínio islâmico.

(BARREIRO RIVAS, 1994). O acróstico (forma a palavra *Maurecatuo*) está impregnado de conteúdos políticos atrelados ao ambiente em que foi redigido, a corte do rei Mauregato, com a clara intenção de estabelecer conexões legitimadoras entre o desaparecido reino visigodo e a nascente realza asturiana.

Segundo *O Dei Verbum*, Tiago é invocado como

[...] Caput refulgens aureum Hispaniae! Tutorque nobis, et patronus vernulus, Vitando pestem, esto salus coelitus: Omnino pelle morbum, ulcus, facinus.	[...] Cabeça refulgente e dourada de Hispânia defensor nosso e patrono nacional, sê nossa salvação celeste contra a peste: e afaste de nós toda enfermidade, praga e maldade!
Adesto favens gregi, pius creditor, Mitisque pastor gregi, clero, populo; Ope superna ut fruamur gaudio: Regno potiti vestiamur gloria Aeterna: per te evadamus tartarum.	Sê piedoso com o rebanho que te foi encomendado e bom pastor para o rei, o clero e o povo, para que com sua ajuda consigamos os gozos eternos, nos revistamos da glória no reino conquistado e não caiamos no inferno eterno. <sup>37</sup>

Os trechos supracitados atribuem ao apóstolo Tiago seu duplo papel de defensor de Hispânia, no qual deve protegê-la de todos os males, doenças e calamidades, e de ser pastor do seu rei, clero e povo, de modo a conduzi-los à salvação. À luz dos dados apresentados, torna-se perfeitamente compreensível que a notícia do encontro do sepulcro de São Tiago pelo bispo de Iria Flávia, Teodomiro (?-847), por volta do ano 830, fosse largamente aceita. A existência de vestígios históricos que sustentavam a predicação do apóstolo e seu patronato sobre a Península Ibérica, quando da descoberta de suas relíquias, ofereciam a corroboração necessária para tamanho acontecimento.

Adeline Rucquoi (2017) ratifica a tese de que a invenção da tumba de São Tiago, na primeira metade do século IX, respondeu a questões de ordem prioritariamente política.<sup>38</sup> A reivindicação do papel do apóstolo como santo protetor dos reis de Oviedo – e logo dos

---

<sup>37</sup> A versão latina, acompanhada de tradução ao castelhano, do hino *O Dei Verbum* pode ser encontrada no sítio: [http://www.xacobeo.fr/ZF2.02.mus.O\\_Dei\\_Verbum.htm](http://www.xacobeo.fr/ZF2.02.mus.O_Dei_Verbum.htm). Acesso em: 12/05/2021.

<sup>38</sup> Adeline Rucquoi (2017) salienta os diferentes inimigos que a nascente monarquia asturiana teve de enfrentar para manter sua autonomia, assim como as estratégias políticas utilizadas.

soberanos de Leão no século X - ocorreu em um contexto no qual diferentes inimigos – francos, bispos de Roma, muçulmanos e cristãos do sul da Península - ofereciam risco à autonomia e à independência do reino cristão do norte. Os reis astur-leoneses procuraram se colocar como autênticos herdeiros do reino visigodo usando, como trunfo principal, a presença do corpo do evangelizador de Hispânia, em Galiza. Em um período no qual, à exceção de Roma, nenhuma outra igreja do Ocidente possuía relíquias apostólicas, Alfonso II (791-842) e os seus sucessores puderam contar com um importante “[...] vínculo com o sagrado manifestado na presença das preciosas relíquias do evangelizador da Península em suas terras [...]” (RUI, 2012, p. 107).

Em virtude disso, a autonomia que caracterizou a *Gallaecia* entre a segunda metade do século VII e a primeira do VIII foi, gradualmente, minimizada.<sup>39</sup> A região foi incorporada aos territórios governados pelos reis asturianos e São Tiago foi transformado em agente especial da monarquia e campeão nas guerras contra os mouros. O impacto da *inventio* não interferiu apenas nas narrativas e simbologias cristãs ibéricas relacionadas ao processo de conquistas das terras situadas ao sul do reino astur-leonês; a própria organização política da diocese de Iria Flávia – espaço no qual estava localizada a tumba apostólica - sofreu alterações imediatas. Os seus titulares, a partir de Teodomiro, passaram a residir no *Locus Beati Iacobi* (Lugar de São Tiago)<sup>40</sup> e a governar suas possessões desde aí.<sup>41</sup>

A descoberta do *Locus Sanctus* (Lugar Santo) implicou, como acentua Fernando Lopez Alsina (1988, p. 138), a sua transformação em cabeça da diocese e em residência episcopal convertendo o prelado de Iria-Compostela “[...] em um *dominus* titular das funções públicas

---

<sup>39</sup> Ermelindo Portela Silva e María del Carmen Pallares Méndez (1997) destacam a autonomia que caracterizou a antiga *Gallaecia* após a conquista da Península Ibérica, iniciada em 711, pelos exércitos árabes e berberes.

<sup>40</sup> *Locus Beati Iacobi* ou *Locus Sanctus* foram os topônimos usados para referenciar o espaço de três hectares doados pelo rei Alfonso II (791-842) à igreja de Santiago. O território concedido circundava o sepulcro identificado, nas primeiras décadas do século IX, como sendo do apóstolo Tiago. A outorga régia ficou conhecida como “dote do rei Casto” e, atualmente, corresponde (de forma aproximada) às seguintes ruas: *Acibecheoría*, *Cervantes*, *Fonte Sequelo* e *Xelmírez*.

<sup>41</sup> O primeiro bispo de Iria-Compostela a residir em caráter definitivo no chamado *Locus* santo foi Sisnando (880-920).

condais [...]”. Inicialmente, Alfonso II doou, à comunidade monástica instalada no *Locus*, sob a autoridade do bispo diocesano local, o equivalente a três hectares tomando como referência o antigo claustro situado no lugar. Na sequência, em caráter complementar, o rei fez outra concessão totalizando 60 km<sup>2</sup> com a anterior.<sup>42</sup>

Alfonso II, na condição de provável articulador do plano de invenção do sepulcro apostólico, interessou-se, desde logo, em divulgar o encontro das relíquias de São Tiago e em estruturar o culto rendido ao *Patronum et Dominum totius Hispaniae* (Patrono e Senhor de toda a Hispânia). Não devemos procurar as motivações fundamentais para isso nas peregrinações ou na formação de um núcleo urbano naquelas terras, mas no estabelecimento de uma comunidade eclesiástica cuja finalidade era organizar um culto sepulcral. Para além das preocupações religiosas atreladas aos louvores rendidos ao apóstolo, o rei canalizou a crença dispensada ao santo para questões de ordem política: a *inventio* ajudava a fortalecer e a desvincular a Igreja asturiana da sé de Toledo. Lopez Alsina (1988, p. 106) elucida que “[...] o fortalecimento político do reino [de Astúrias] passava necessariamente pela formação de uma igreja asturiana autônoma [...]; a capital política havia de ser também a nova capital religiosa [...]” (LOPEZ ALSINA, 1988, p. 106).

A desvinculação entre as Igrejas de Oviedo e Toledo era parcial. Pois, apesar da antiga capital visigoda e centro da estrutura eclesiástica tradicional estar sob domínio muçulmano, os reis asturianos procuravam legitimar seu poder apoiados no viés da continuidade. Por outras palavras, os monarcas residentes em Oviedo se viam como descendentes dos reis godos. Nessa direção, “[...] Oviedo se transformará dentro deste imaginário em uma nova Toledo [...]” (ISLA FREZ, 2011, p. 35). Os reis asturianos procuraram imitar os reis visigodos tanto quanto podiam. Um cronista, escrevendo na década de 880 sobre o reinado de Alfonso II, afirma que se “[...]”

---

<sup>42</sup> Os primeiros três hectares doados correspondiam a uma concessão regular que qualquer outra igreja rural recebia naquele contexto. Para destacar a importante descoberta, Alfonso II ampliou a doação com dimensões mais significativas, totalizando um território de 60 km<sup>2</sup> que passou a ser chamado de Giro de Santiago.

estabeleceu em Oviedo, tanto na corte como na igreja, todo o cerimonial (*ordinem*) dos godos, tal como era em Toledo” (FLETCHER, 1993, p. 91). Não se trata de dizer se a imitação era ou não fidedigna, mas de salientar a referência exercida pelas leis, ritos e práticas visigóticas.

Alfonso II trasladou sua corte para a cidade de Oviedo, transformando-a no centro dos seus territórios e espaço no qual o Cristianismo seria o elemento integrador rumo às batalhas frente ao Islã. Mercedes López-Mayán (2011, p. 50) explica que o estabelecimento de estreitas relações entre os reis de Astúrias e a Igreja asturiana atendeu aos interesses de ambos: “[...] por um lado, a Igreja outorgava à monarquia a fundamentação teórica necessária para legitimar o exercício do seu poder [...]”, além de permitir aos soberanos disporem de uma estrutura administrativa (rede de bispados, subdivididos em paróquias) que lhes garantia o controle efetivo dos territórios do reino. Ao passo que a Igreja, por sua vez, “[...] se admitiu ao patrocínio real porque, dessa forma, contava com a proteção da monarquia e podia se beneficiar do poder político, ideológico e econômico que derivavam dos favores e concessões que os reis lhe faziam” (LÓPEZ-MAYÁN, 2011, p. 50).

Embora não tenham objetivado, Alfonso II e o bispo Teodomiro foram os responsáveis pelo início da estruturação do assentamento pré-urbano ao redor da tumba. A mando do rei, ocorreu a construção da igreja primitiva – chamada Santiago I -, assim como um batistério dedicado a São João e o monastério de Antealtares. Apesar da simplicidade do templo, ao expandi-lo e ao ampliar a *villa*<sup>43</sup> que se formava, Alfonso atendia momentaneamente a sua condição apostólica e de centro de governo da diocese de Santiago. Ademais, era de grande importância a elaboração de uma estrutura capaz de atender aos clérigos responsáveis pelo culto jacobeu e, de igual modo, aos primeiros peregrinos que visitavam as relíquias do apóstolo.

---

<sup>43</sup> A tradição galega medieval atribuiu, de modo bastante indiscriminado, o nome de *villa* a todas as células básicas de povoamento de tipo familiar localizadas em ambiente rural.

O fluxo crescente nas décadas seguintes de estrangeiros e peregrinos contribuiu na transformação do antigo *Locus*.<sup>44</sup> A intensificação da circulação de homens, mercadorias e ideias, além de propiciar a dinâmica do comércio, serviu para reforçar a tese de que o corpo de São Tiago jazia na Galiza, o que, por seu turno, foi fundamental para reafirmar a evangelização de Hispânia pelo apóstolo “[...] sem passar por Roma, garantindo assim a independência eclesiástica e política reivindicada pelo reino [de Oviedo] frente aos francos e aos seus aliados, os bispos de Roma [...]” (RUCQUOI, 2017, p. 37).

Efetivamente, a referência mais remota que possuímos acerca da fluência de peregrinos ao santuário jacobeu data do reinado de Alfonso III (866-910). O rei e o bispo de Iria-Compostela Sisnando I (880-920) foram cruciais para o arranque da primeira etapa de desenvolvimento da cidade. Richard Fletcher (1993) destaca-os como os principais promotores e fomentadores do culto ao apóstolo até então. O monarca confirma e incrementa de forma considerável as propriedades da igreja de Santiago e leva a cabo a reconstrução do templo – Santiago II - em forma de basílica.<sup>45</sup> Parte das terras entregues se tratava de conquistas régias recentes em batalhas contra os mouros, e os preâmbulos das cartas de doação “[...] testemunham a intimidade da relação entre rei e o santo. A intercessão de São Tiago protege a Alfonso III de rebeldes e lhe ajuda a alargar o seu reino” (FLETCHER, 1993, p. 93). Embora Tiago não seja o único santo patrono de Alfonso III, os laços tecidos entre rei e apóstolo eram expressivos e se traduziam em benefícios à igreja que guardava seus restos mortais.

O financiamento do culto a São Tiago por Alfonso III se explica, entre outros fatores, pela sua preocupação em submeter politicamente a Galiza, desarticulando o poder exercido pelo conde galego Froila Fernández (845-926), acusado de rebelião. Subjugar, dominar e expandir

---

<sup>44</sup> Ainda que possamos relativizar a importância das peregrinações à igreja de Santiago no desenvolvimento urbano de Compostela, ocorrido entre os séculos X e XI, devemos reconhecer, ao menos, o seu caráter complementar.

<sup>45</sup> Não resta praticamente nada do templo que Alfonso III mandou construir, porém sabemos que era inteiramente arqueado com mármore trazidos do sul da Península Ibérica e que possuía cerca de 20 metros de largura – uma dimensão significativa para o período em questão (RUCQUOI, 2013).

eram as palavras de ordem, sobretudo, para quem almejava, como era o caso de Alfonso III, o controle de toda a Península. Ele sugere em suas missivas que São Tiago lhe ajudou a ser um grande rei, o que eventualmente pode ser questionado, porém o contrário é mais difícil de ser rebatido: Alfonso fez de Tiago um grande santo. De acordo com Richard Fletcher (1993, p. 100), o soberano “[...] alentou e espalhou um culto, ao mesmo tempo em que consolidava um tênue governo sobre Galiza, e derrotava seus inimigos, ampliando assim o seu reino”.

Conjuntamente a Alfonso III, a atuação do bispo Sisnando teve a clara finalidade de converter o *locus rural* “[...] material e juridicamente em núcleo de povoação, capaz de acolher imigrantes rurais, peregrinos que decidissem não regressar aos seus lugares de origem e a *domini* que preferissem se instalar próximo ao sepulcro apostólico” (LOPEZ ALSINA, 1988, p. 243). A história do peregrino franco Bretenaldo<sup>46</sup> é significativa desde o ponto de vista de alguém que decidiu permanecer, ou ao menos retardar o seu retorno à terra de origem. Ele e outros de procedências mais próximas “[...] foram atraídos pela crescente atividade do centro eclesiástico e se assentaram nele ou nas suas imediações, para atender com seu trabalho as novas demandas [...] de um espaço que começava a se considerar diferente” (PALLARES MÉNDEZ; PORTELA SILVA, 2003, p. 131).

As confirmações e concessões territoriais subsequentes às de Alfonso II, feitas por reis e outros poderosos em favor daquilo que conhecemos como Terra de Santiago ou senhorio jacobeu, ampliaram o raio de atuação dos senhores-bispos de Iria-Compostela. Dois exemplos são significativos: Em 858, o rei Ordonho I (850-866) fez uma concessão territorial à igreja de Santiago de cerca de 250 km<sup>2</sup> (chamada de Giro da Rocha); e Ordonho II (910-924), no ano de 915, outorgou o último Giro, deixando-a responsável por uma superfície equivalente a 989 km<sup>2</sup>, além de incluir os distritos de Montesacro e Amaea. López-Mayán destaca que

---

<sup>46</sup> A peregrinação de Bretenaldo, provavelmente, ocorreu no início do século X.

[...] os habitantes que residiam nesse espaço passavam a estar submetidos à autoridade imediata dos bispos de Iria, representantes do poder no *Locus Sancti Iacobi* e intermediários entre o rei e a população. Dessa maneira, na altura dos séculos IX e X, criou-se uma forma de organização e repartição da autoridade que estaria na base do poder senhorial que adquiriam e consolidariam os prelados compostelanos nos séculos posteriores (LÓPEZ-MAYÁN, 2011, p. 46).

Cerca de três séculos após a *inventio*, os titulares da cátedra de Tiago se transformaram em governantes do maior senhorio (em números totais) da Península Ibérica – conforme levantamento realizado por Manuel Pérez Villamil (1849-1917).<sup>47</sup> Coube aos prelados e clérigos vinculados ao culto apostólico o exercício do poder senhorial dentro das circunscrições administradas por eles via delegação régia. Os reitores do lugar santo foram convertidos pelos reis em instrumentos legítimos e permanentes da relação política. O exercício do poder público, especialmente na administração da justiça pelo senhor-bispo e seus agentes, foi o principal desdobramento das citadas concessões.

Com a finalidade de atrair povoadores ao *Locus Sancti Iacobi* e ao seu contorno imediato, o rei Ordonho II ainda concedeu o privilégio de asilo ao lugar. Por outras palavras, o soberano estabeleceu, em 915, que qualquer homem que habitasse o Giro por quarenta dias, sem que ninguém o reclamasse como servo, reconhecia-lhe, automaticamente, o direito de permanecer em Compostela e quaisquer obrigações servis anteriores seriam extintas (LÓPEZ FERREIRO, 1895). Esse foi o primeiro reconhecimento jurídico da sociedade urbana. Dentre as muitas consequências do privilégio, embora originalmente apenas se pretendesse favorecer o aumento da população em um distrito eminentemente rural, destacamos: a) as bases para o desenvolvimento do processo de constituição da burguesia compostelana; e b) o fortalecimento da autoridade senhorial do bispo de Santiago dentro do Giro.

---

<sup>47</sup> A diocese de Santiago de Compostela, ao longo da Idade Média, possuiu cerca de 527 senhorios (PÉREZ VILLAMIL, 1916).

O privilégio outorgado por Ordonho II possibilitando a homens de condição servil se tornarem livres em Santiago foi algo comum, como adverte José Armas Castro (2003, p. 82), a “[...] outras muitas vilas e cidades europeias [...]” cuja intenção era, em grande medida, povoá-las.<sup>48</sup> Ao favorecer a instalação de moradores no núcleo populacional formado ao redor das relíquias de São Tiago, Ordonho II também “[...] tinha outros objetivos, entre os quais se encontram o incremento da massa de homens livres, sujeitos aos impostos do fisco régio e o fortalecimento das cidades episcopais de Galiza enquanto centros administrativos” (BARREIRO SOMOZA, 1985, p. 225). A estrutura territorial e administrativa eclesiástica permitiu aos reis astur-leoneses um governo dos seus domínios mais ajustado, “[...] enquanto que de alguma forma os bispos eram seus ‘funcionários’” (RUCQUOI, 2013, p. 95).

Podemos, igualmente, enxergar no privilégio de asilo concedido ao *Locus Beati Iacobi* as origens de uma separação jurídica entre o núcleo urbano e o território rural circundante. Barreiro Somoza (1985, p. 225, nota 22) sugere que, com a disposição de 915, começam “[...] a se assentar as bases para diferenciar a *Terra da Cidade* de Santiago, a qual delimita juridicamente a área urbana da nascente Compostela, dotando-a de um regime particular em contraposição à zona rural do coto senhorial de Santiago”. No decorrer dos séculos seguintes, a diferença entre as Terras de Santiago e Compostela, entre os camponeses e os habitantes da cidade, ficou patente, sendo a própria *HC* uma testemunha fidedigna disso.

A maior parte dos homens e mulheres que se instalaram no *Locus Sanctus* no decurso do século X era procedente do entorno rural e de não muito mais que 20 quilômetros de raio. Eles foram atraídos pelas atividades econômicas atreladas, principalmente, às necessidades da igreja de Santiago que estava se convertendo em um centro de atração. A maioria dos povoadores foi alocada fora do *Locus* devido, em parte, às suas limitações espaciais, formando

---

<sup>48</sup> Tal privilégio somente foi revisado em tempos do rei Alfonso X (1252-1284), a fim de conter a corrente migratória em direção à cidade, dando-nos mostras de que, em meados do século XIII, Santiago de Compostela chegou ao seu pleno desenvolvimento demográfico e urbanístico (ARMAS CASTRO, 2003).

o “[...] subúrbio da urbe de Santiago ou, se preferir, também já Compostela, subúrbio que se menciona em diversos textos do século X. Finalmente, ao longo do século XI, esse primeiro Giro se transformará nos limites ou alfoz da Compostela medieval” (LOPEZ ALSINA, 1988, p. 133).

Os habitantes do subúrbio, quer dizer, do contorno do lugar santo, possuíam o mesmo regime jurídico da população intramuros. A maior parte desses espaços suburbanos estava ocupada com hortas e campos cultivados pelos “[...] camponeses que, diariamente, atravessavam as portas da cidade para vender em seus mercados os pequenos excedentes de uma produção agrícola destinada, principalmente, ao autoconsumo” (LÓPEZ-MAYÁN, 2011, p. 69). Fora do recinto amuralhado também foram construídas instalações destinadas a pobres, peregrinos e viajantes em geral que marchavam à basílica de Santiago.

Diante do exposto, podemos constatar, junto a Lopez Alsina (1988, p. 196), a “[...] clara inter-relação entre dois fenômenos paralelos no tempo: a expansão de um senhorio de base fundamentalmente rural e o processo simultâneo de urbanização da sua cabeceira”. A estrutura eclesiástica construída à volta do sepulcro apostólico – basílica, palácio episcopal e os mosteiros de Antealtares e Corticela - para atender às necessidades de culto estava se convertendo em uma cidade, integrada por um recinto central, o *Locus Sanctus*, e por uma aglomeração suburbana. “[...] O primeiro era o lugar de São Tiago, o *Locus Sancti Iacobi*, cujo *dominus* e *patronus* era o próprio Apóstolo [...]; o segundo era o burgo de Compostela” (LÓPEZ-MAYÁN, 2011, p. 47-48).

Apesar da igualdade em termos jurídicos, os moradores do lócus santo ocupavam uma posição de prestígio quando comparado aos de Compostela, em virtude de aqueles estarem vinculados ao culto jacobeu e de serem beneficiados pelas doações dos fiéis. Durante o processo de formação da sociedade urbana, operado entre os anos 915 e 1020, essa diferenciação se evidenciou com a configuração de dois grupos sociais: *domini* e habitantes. No primeiro grupo,

o protagonismo mais direto correspondeu aos titulares do poder senhorial: bispo e clero da igreja de Santiago. O papel desses era decisivo no governo do Giro, “[...] porque os demais *domini* que residem dentro dele carecem de autoridade direta sobre os *habitatores* [...]” (LOPEZ ALSINA, 1988, p. 263).

Os *domini* laicos estavam subordinados aos prelados de Iria Compostela e não poderiam ter – em função da disposição de Ordonho II que conferiu privilégio de asilo ao Giro governado pela igreja de Santiago - novos homens dependentes residentes no senhorio apostólico. A ideia fundamental era fazer com que todos, incluindo os senhores laicos, aceitassem a dependência direta em relação à igreja de Santiago. Lopez Alsina (1988, p. 263) indica que, desde o primeiro terço do século X, os senhores laicos habitavam Compostela contribuindo para “[...] reforçar o caráter densamente senhorizado do marco no qual nasce a primeira burguesia galega [...]”. Esses senhores, em linhas gerais, distinguiram-se dos simples habitantes pelos seus privilégios, posse de servos e fortunas territoriais; enquanto os últimos passaram a tirar o seu sustento, com a progressiva povoação da cabeça do senhorio, de atividades artesanais e/ou comerciais, formando um grupo social novo identificado como burgueses.

É oportuno destacar que o termo burgueses, quando empregado nesta pesquisa, faz referência ao novo setor que surgiu com o florescimento da vida urbana na Europa ocidental, a partir do século XI. No entanto, convém entendê-lo em seu sentido original: o habitante do burgo ou de qualquer outro tipo de aglomeração. O uso do vocábulo burgueses, a partir do século XI, disseminou-se e passou a designar os grupos humanos das cidades (GARCIA DE VALDEAVELLANO, 1960, p. 17). Nessa direção, devemos entender que, debaixo dos vocábulos *burguenses* e *cives* – na terminologia da época - estavam pessoas que se dedicavam, principalmente, a atividades artesanais e comerciais ou, se preferirmos, “[...] a massa de habitantes da cidade que não desfrutava de nenhum privilégio de nascimento, nem se dedicava

as tarefas agrícolas, nem vivia em condições de servidão, pobreza ou marginalidade” (LÓPEZ-MAYÁN, 2011, p. 84).

A transformação, entre os séculos X e XI, do pequeno *Locus Sancti Iacobi* em *villa burgensis*, isto é, em cabeça do comércio de uma ampla região, foi fruto de uma mescla de fatores. Estamos de acordo com Barreiro Somoza quanto aos fatores proeminentes: a) a abertura da orla litoral galega;<sup>49</sup> b) a estruturação do mercado urbano; c) a execução de grandes obras; e d) o fluxo de peregrinos.<sup>50</sup> O autor enfatiza que a intensa atividade construtora estimulada ou dirigida pelos prelados compostelanos, no decurso de um extenso período (1037-1140), foi “[...] um fator importante de crescimento econômico e motor relevante no estabelecimento das primeiras formações burguesas de Compostela” (BARREIRO SOMOZA, 1985, p. 231).

Chama-nos a atenção a esse respeito a primeira muralha de Compostela construída em tempos do senhor-bispo Sisnando II (951-968). A própria necessidade de se construir uma edificação como essa, haja vista sua finalidade eminentemente defensiva, era um sinal do impulso econômico pelo qual a cidade passava, pois, do contrário, não seria preciso proteger o que estava intramuros. Salvar “[...] o sepulcro apostólico e a riqueza crescente que geravam as diversas comunidades religiosas estabelecidas ao seu redor [...]” eram as principais preocupações, de acordo com López-Mayán (2011, p. 58).

No entanto, a proximidade e as intensas trocas entre os moradores de Santiago e os habitantes de Compostela acabaram por fundir os dois povoados: em 1050, temos uma cidade de 30 hectares perfeitamente amuralhada. O senhor-bispo Crescônio (1037-1066) empreendeu a construção da nova muralha, em grande parte, pelo medo causado pela invasão muçulmana

---

<sup>49</sup> As redes de comunicações tanto marítimas, por meio dos portos atlânticos, quanto terrestres, graças à existência de uma densa rede de caminhos de caráter radial que convergiam em Santiago contribuíram no seu crescimento populacional e no fluxo de pessoas que demandavam uma quantidade de consumo significativa.

<sup>50</sup> Na visão de Barreiro Somoza (1985), as peregrinações não se constituem uma razão de primeira ordem para o cedo florescer da vida urbana em Santiago de Compostela. Ao fazer tal afirmativa, o autor não visa desconsiderar a contribuição dos peregrinos à dinâmica comercial e artesanal local, mas redarguir os estudos que associam diretamente a constituição do *iter francigenum* à formação burguesa compostelana.

comandada por Almanzor, em 997 – diante da qual a primeira muralha evidenciou sua debilidade. As investidas normandas na costa galega, entre os anos 1015 e 1038, e o crescimento de núcleos de povoação fora do novo traçado urbano foram outros elementos motivadores.

Além de feito físico e militar, a nova muralha também teve consideráveis repercussões econômicas e sociais, como: 1) a homogeneização do território urbano de Compostela; 2) a delimitação do território urbano e suburbano, permitindo definir melhor a condição jurídica do cidadão mediante um estatuto particular e diferenciado do restante das terras do senhorio jacobeu; 3) a eficaz proteção do comércio e das atividades artesanais; 4) a condição de facilitar aos funcionários episcopais a cobrança de impostos pelas citadas atividades econômicas; e 5) a condição de proporcionar uma melhor acolhida visando o assentamento de novos povoadores (BARREIRO SOMOZA, 1985).

A muralha possuía um grande valor ideológico – como indicado no segundo ponto acima -, atuando como meio de identificação “[...] da cidade frente ao seu entorno, como instrumento de definição dos privilégios que desfrutavam seus habitantes, os burgueses, frente à população camponesa, e como emblema do poder municipal, reivindicado na dura luta com a autoridade arcebispa [...]”, como nas rebeliões analisadas nesta tese (LÓPEZ-MAYÁN, 2011, p. 60). Uma vez que a muralha serviu para canalizar e administrar as comunicações da cidade com o exterior, para controlar o fluxo de mercadores e mercadorias e para organizar a gestão fiscal referente ao pagamento das taxas de trânsito (*portazgo*), os enfrentamentos contra o senhor da cidade, o bispo de Santiago, não tardaram em acontecer.

A partir da segunda metade do século XI, a separação entre *Locus Sanctus* e Compostela não se fez mais necessária, pois a cidade amuralhada como um todo era considerada território sagrado.<sup>51</sup> Em um diploma de Fernando I (1037-1065), datado de 1064, evidenciou-se essa

---

<sup>51</sup> A construção de uma muralha ao redor da cidade de Santiago de Compostela a mando do bispo Crescônio não significou o fim dos espaços suburbanos. Esses continuaram a se desenvolver ao longo do século XI e, nos séculos

correlação: o rei usa o termo Compostela para aludir ao conjunto da cidade, e não apenas ao subúrbio. A mudança é significativa: “[...] o subúrbio se converteu na urbe e Compostela não está junto à tumba apostólica, senão que o lugar de culto está dentro da cidade” (PALLARES MÉNDEZ; PORTELA SILVA, 2003, p. 132). O uso do topônimo Santiago de Compostela, para fazer referência à cidade, generalizou-se com o avançar da Idade Média, sobretudo após a constituição da diocese de Santiago de Compostela, em 1095.<sup>52</sup>

A preocupação dos compostelanos nos séculos seguintes, especialmente do conselho urbano, em manter a muralha conservada – mesmo a altos custos - sinaliza o seu significado político do ponto de vista da diferenciação dos espaços. Embora devamos admitir que

[...] nas urbes medievais não existia uma separação contundente com o mundo rural que as rodeava, mas bem, apresentavam um perfil altamente ruralizado, que também se deu em Compostela. Seus habitantes eram majoritariamente camponeses e trabalhavam os campos que se dispunham ao redor da muralha, de forma que o interior do recinto não estava ocupado por casas ou ruas, mas abundavam as hortas e os espaços baldios nos quais se criavam animais que transitavam pela urbe e *conviviam* com seus povoadores (LÓPEZ-MAYÁN, 2011, p. 60).

A cidade de Santiago de Compostela era penetrada, diariamente, por pessoas que iam abastecer o seu mercado e desempenhar os seus respectivos ofícios, revelando-nos uma integração profícua da urbe com o seu entorno. O fato de haver terrenos livres no recinto amuralhado, destinados a plantações ou para servirem de pasto, deve ser encarado igualmente como uma estratégia de sobrevivência. No caso de a urbe ser assediada, a lavoura permitiria aos sitiados algum período de autossuficiência alimentar. Afirmar que seja difícil separar o ambiente urbano do rural não significa dizer que as características e os modos de vida em ambos fossem os mesmos. A cidade existe na medida em que dispõe de um espaço individualizado,

---

XII e XIII, existiram vários arrabaldes fora das muralhas destinados desde ao plantio de alimentos e criação de animais até às igrejas, leprosarias e albergues para peregrinos (ARMAS CASTRO, 2003).

<sup>52</sup> A igreja de Iria Flávia manteve, do ponto de vista canônico, sua condição de centro diocesano até o ano de 1095, quando tal prerrogativa foi transferida para a igreja de Santiago de Compostela. A carta da transferência foi transcrita na *Compostelana* (HC I, 5).

demarcado e “[...] conectado com seu entorno, porém diferenciado e dotado de uma organização social e política e de umas atividades econômicas distintas” (LÓPEZ-MAYÁN, 2011, p. 60).

O caso de Santiago de Compostela se tornou ainda mais significativo em consequência da sua posição de santuário em crescente prestígio entre a etapa final do século XI e ao longo do século XII. Em função disso, houve um maior “[...] desenvolvimento de certos setores artesanais e comerciais orientados a satisfazer a demanda de produtos e serviços tipicamente jacobeus” (ARMAS CASTRO, 2003, p. 105). Agucemos o olhar para a organização sócio-política de Compostela, em especial para a constituição do seu conselho urbano e para os privilégios outorgados aos seus cidadãos, dado que esses aspectos se mostraram essenciais para o fortalecimento político e o desenvolvimento econômico da urbe.

### **1.1.1 A constituição política de Santiago de Compostela**

Estima-se que a população de Santiago de Compostela, nas primeiras décadas do século XII, não ultrapassasse a marca de mil e quinhentos habitantes. Um quantitativo considerável, tendo como referência as demais cidades do reino de Leão: a própria capital leonesa não excedia dois mil moradores (SALVADOR MARTÍNEZ, 1992, p. 126, nota 30). A transformação do *Locus Sanctus* em *civitas* (termo usado em 1087) se encontra, como visto, profundamente ligada ao feito jacobeu. A constituição política de Compostela ganhou forte expressão em três textos que cobrem a transição do século XI ao XII. Desde o momento de seu surgimento, o lócus esteve vinculado aos senhores-bispos e reis, entretanto, a sua urbanização fez aflorar um grupo novo, os burgueses, que, na condição de representantes da sociedade urbana, disputaram o controle das atividades políticas e econômicas com o senhor eclesiástico.

Em estudo realizado há cerca de 125 anos, cujo título é *El origen del régimen municipal en León y Castilla*, Eduardo de Hinojosa y Naveros (1852-1919) procura desvendar as origens

das instituições municipais nos reinos de Leão e Castela. Após defender o *concilium* (conselho ou assembleia) como herança visigoda e ponto de partida da organização municipal, o autor esclarece que “[...] cada cidade adquire separadamente seus privilégios, recebe sua constituição peculiar e tem sua própria fisionomia. As *franquicias* outorgadas a várias populações diferem na quantidade e na extensão” (HINOJOSA Y NAVEROS, 1896, p. 20).

A constituição da comunidade política compostelana está associada a três importantes documentos. O primeiro deles se trata de um privilégio concedido, em setembro de 1095, pelos então condes de Galiza, Raimundo de Borgonha e a infanta Urraca, aos mercadores e habitantes de Santiago em geral.<sup>53</sup> Nele, fica proibido – sob a pena de 60 soldos - que os compostelanos sejam embargados e despossuídos dos seus bens, a não ser que se apresente a correspondente denúncia ante o bispo e os senhores da cidade em assembleia pública e com as testemunhas adequadas. A necessidade de tal proteção jurídica é indício não só dos roubos e hostilidades a que os cidadãos estavam sujeitos pela atuação fraudulenta de aristocratas galegos, quando aqueles comerciavam em seus senhorios, como assinala a diferenciação do grupo urbano e a consistência por ele adquirida.

Mas, como advertem Ermelindo Portela Silva e María del Carmen Pallares Méndez (2003, p. 135), os comerciantes “[...] não se entendem entre eles nem são entendidos pelos outros, como um grupo ilhado. São a ponta de lança da comunidade urbana que começa a se fazer ouvir, a reclamar o seu lugar na estrutura social, a construir a cobertura política da sua atividade”. Com intuito de robustecê-la, aproveitam-se da visita feita pelo rei Alfonso VI (1065-1109) às relíquias do apóstolo Tiago, para solicitar-lhe a confirmação do edito publicado pelo seu genro (HC I, 23).<sup>54</sup> A ratificação feita por Alfonso é o segundo documento a testemunhar o

---

<sup>53</sup> Antonio López Ferreiro (1900) recolhe o edito promulgado pelos condes de Galiza, Raimundo e Urraca, nos apêndices do Tomo III da sua monumental *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*.

<sup>54</sup> Utilizamos os algarismos romanos para referenciar o respectivo livro da HC e os arábicos para identificar o capítulo correspondente.

reconhecimento político de Compostela.<sup>55</sup> O rei de Leão confirmou, de forma abrangente, os privilégios concedidos pelos seus antecessores e reafirmou a prerrogativa dos compostelanos de serem julgados somente pelos juízes da própria urbe – seu objetivo era incentivar o povoamento do lugar por meio de disposições jurídicas que favorecessem a segurança dos seus habitantes e suas atividades econômicas.

O terceiro documento é, indubitavelmente, o mais notável: Raimundo e Urraca outorgaram, em dezembro de 1105, “[...] a mais antiga carta foral escrita, das que se conservam doadas à Santiago [...]” (LÓPEZ FERREIRO, 1895, p. 64). A forma e a amplitude de seu conteúdo se constituem em um feito transcendental na história política da comunidade urbana de Compostela (PALLARES MÉNDEZ; PORTELA SILVA, 2003). Os foros de 1105 reafirmaram os estatutos preexistentes que declaravam livres os habitantes (homens e mulheres) da cidade, estabeleceram as isenções que eles passavam a desfrutar<sup>56</sup> e deixou manifesto o senhorio do bispo de Santiago sobre a localidade.<sup>57</sup> Como destaca Xosé M. Sánchez Sánchez (2019, p. 419), tal concessão foi “[...] a confirmação da chegada à categoria de *villa burguensis* daquele núcleo que havia se formado em torno ao *locus*, assim como sua condição de submetimento ao senhorio da prelatura compostelana”.

Os senhores-bispos compostelanos, na condição de vigários de Tiago, governavam a cidade e o senhorio apostólico. Em Compostela, estavam radicadas a “[...] *domus Beati Iacobi* e o palácio episcopal, titulares simbólico e real do senhorio, o que significa que a Terra de Santiago se dirige desde a cidade e que os benefícios materiais do exercício do poder senhorial se concentram nela” (LOPEZ ALSINA, 1988, p. 228). O setor eclesiástico era depositário do

---

<sup>55</sup> Também consta, nos apêndices do Tomo III da *Historia* de López Ferreiro (1900), a confirmação do salvo-conduto feita por Alfonso VI.

<sup>56</sup> Os compostelanos foram eximidos de pagar *fonsadeira*, *luctuosa*, oferenda por casar ou descasar as suas filhas, *caritel* (direitos de selo) e prenda que seja superior a cinco soldos.

<sup>57</sup> Os foros de 1105 ratificam que somente ao senhor da cidade, o bispo de Santiago, corresponde estabelecer serviços aos compostelanos e somente a ele os cidadãos devem reconhecer dependência (LÓPEZ FERREIRO, 1895).

poder público e o prelado de Santiago tinha o direito exclusivo de organizar o governo local e designar pessoalmente os que estavam à frente dele. Como destaca H. Salvador Martínez, essa foi uma das diferenças fundamentais entre as cidades de senhorio eclesiástico e as de senhorio real. O autor cita, em específico, o caso de Santiago de Compostela, “[...] que esteve baixo o poder absoluto do seu bispo até finais do século XIII [...]” (SALVADOR MARTÍNEZ, 1992, p. 133).

Ainda que o domínio exercido pelo setor eclesiástico fosse extremamente forte e presente – e os foros de 1105 reafirmassem que os compostelanos eram súditos da igreja de Santiago –, isso não impediu a formação do conselho urbano, quer dizer, de um organismo de representação política da sociedade urbana de Compostela. A palavra *concilium* (conselho) “[...] se usa nos diplomas, a contar desde o século X, para designar um conjunto de homens livres de um mesmo território e a Assembleia judicial constituída por eles” (HINOJOSA Y NAVEROS, 1896, p. 12). O conselho teve suas origens na Hispânia cristã do século X e possuía funções judiciais e administrativas. Os autores da HC – quiçá para não enaltecer a busca dos compostelanos por um governo autônomo, às margens do senhorio eclesiástico - optam muitas vezes pelo termo germânico *conventus* (assembleia) ao latino *concilium*.

Não há dados suficientes para afirmar a existência, em Compostela, de um conselho em pleno funcionamento no decurso das duas primeiras décadas do século XII.<sup>58</sup> Baseando-se em informações da *Compostelana*, Antonio López Ferreiro (1837-1910) indica que, durante tal período,

[...] o povo era em certos casos chamado à junta (*concilium*) para ser consultado e ouvido, não que existisse já uma corporação permanente (*concilium, concejo, ayuntamiento*), eleita entre os *vecinos* mais conspícuos da cidade, à qual corporação correspondesse dentro de determinada esfera a

---

<sup>58</sup> É possível que as origens do conselho compostelano estejam associadas à concessão do foro de Leão a Santiago por Alfonso V (999-1028), em 1019. Nele, Compostela foi juridicamente ratificada como cidade (LÓPEZ-MÁYAN, 2011).

gestão da coisa pública e o prover nos casos mais ordinários e correntes (LÓPEZ FERREIRO, 1895, p. 80).

Para o autor, apenas há indícios de funcionamento do conselho com reuniões semanais a partir de 1133. Antes disso, provavelmente ao menos desde 1095,<sup>59</sup> os *vecinos* de Santiago reuniam-se, via de regra, uma vez ao ano e no período da quaresma, com o propósito de definir o preço dos alimentos e as remunerações dos operários.<sup>60</sup> López Ferreiro (1895) ainda destaca que o organismo era composto pelos *optimates populi* (melhores do povo), nomeados por Diego Gelmírez para ajudá-lo no governo da cidade e da Terra de Santiago, e que uma parte dos seus membros encabeçou a primeira das reivindicações políticas da sociedade urbana nos anos 1116 e 1117.<sup>61</sup> Convém enfatizar esse caráter predominantemente burguês do conselho, pois, conforme esclarece Lopez Alsina (1988, p. 264-265), os senhores estavam “[...] muito mais interessados em abrir passagem na cúria senhorial do bispo Gelmírez, citada na *Historia Compostelana*, desde a qual se governa a totalidade do senhorio”. Nesse sentido, o conselho se constituiu, na primeira metade do século XII, mais como um grupo político-dirigente do que um grupo aristocrático-dominante.

Diferentemente da primeira rebelião, “[...] a irmandade jurada de 1136 é já o conselho da cidade que novamente tenta se impor ao poder do senhor [Diego Gelmírez]” (PALLARES MÉNDEZ; PORTELA SILVA, 2003, p. 146-147). Ainda que não saibamos, com maior precisão, o momento no qual tiveram início as reuniões semanais do conselho compostelano, podemos inferir que o primeiro choque contra Gelmírez tenha sido o fator que desencadeou a

---

<sup>59</sup> A data é sugerida por Salvador Martínez (1992).

<sup>60</sup> Devemos entender por *vecinos* ou comunidade de *vecinos* o conjunto de moradores que residiam permanentemente em Compostela, tinham propriedades na cidade e pagavam impostos; em contraste com os moradores ocasionais, como comerciantes, peregrinos e viajantes que, apesar de não estarem isentos do pagamento de taxas, não podiam fazer parte do conselho nem das instituições municipais. Dentro da própria comunidade de *vecinos* também havia distinções, como entre a população que pagava impostos e o setor social isento, isto é, o clero.

<sup>61</sup> A Terra de Santiago, o espaço no qual os prelados compostelanos exerciam o poder por delegação régia, foi precisado pela rainha Urraca em dois diplomas, respectivamente nos anos 1112 e 1120, entre o mar e os rios Tambre, Iso e Ulla (HC I, 69; HC II, 22).

participação mais ativa dos cidadãos nos assuntos de governo, como se constata nos decretos de 1133 (HC III, 33) – do qual trataremos mais adiante. Por outros termos: se em 1116-1117 a irmandade jurada (agrupamento que reuniu cerca de cem compostelanos em prol do despojamento de dom Diego de seu cargo) se apropriou do que havia de estrutura organizacional do conselho urbano para levar a cabo suas pretensões, em 1136 foram os próprios membros do conselho que se insurgiram contra o senhor-bispo.<sup>62</sup>

Em princípios do século XII, ao assumir a cátedra de São Tiago, Diego Gelmírez – que havia sido notário do conde Raimundo de Borgonha, portanto, responsável pela redação do salvo-conduto de 1095 - tinha conhecimento de que os compostelanos estavam submetidos ao seu senhorio e que os foros de 1105 reforçaram a condição episcopal da *civitas*, inclusive no plano jurisdicional. A sua administração estava nas mãos do *uillicus* – também chamado, pela HC, de *vicarius e rector civitatis* -, que era o representante do prelado até mesmo nas assembleias cidadinas. Não há como definir exatamente, para além do exposto, as atribuições do conselho urbano no decorrer dos primeiros anos do episcopado de Gelmírez. Não obstante, o que parecia incontestável – em função dos privilégios alcançados no trânsito do século XI ao XII - era o inequívoco anseio dos compostelanos por participação política.

Todavia, Diego II não se demonstrou disposto a um exercício flexível de suas competências senhoriais. O caso envolvendo os irmãos lombardos, Juan e Gaufrido, ofereceu-nos uma prova contundente.<sup>63</sup> Ambos eram cidadãos de Compostela, mas, por recomendação de Gelmírez, um estava a serviço da infanta Urraca e o outro, do conde de Traba, Pedro Fróilaz. Por razões que a HC não revela, o senhor-bispo pediu a Randulfo (chefe da Casa da Moeda compostelana) que apresentasse querela contra os irmãos junto à cúria régia, uma vez que

---

<sup>62</sup> O conselho de Compostela continuou a sofrer transformações na sua composição, estrutura e atribuições ao longo dos séculos seguintes (SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 2019).

<sup>63</sup> A presença dos irmãos lombardos em Compostela sinaliza algo que foi corriqueiro ao longo do século XII: o fluxo de populações estrangeiras à Santiago. Na segunda parte do capítulo dois desta tese, analisamos o impacto causado pela política gelmiriana de exaltação da sé de Compostela que teve, na atração de fluxos populacionais transitórios, um de seus pilares.

estavam, naquela oportunidade, fora de sua jurisdição. Lopez Alsina (1988, p. 262, nota 392) sugere “[...] que os lombardos não cumpriam como se esperava as instruções do seu senhor, o bispo Gelmírez”. Seja como for, a sentença do rei Alfonso VI é o que nos interessa agora. De acordo com a HC,

[...] o rei quitou para sempre o domínio sobre todos os cidadãos de Santiago tanto da sua filha como do conde, dizendo que dito domínio havia sido concedido à igreja de Santiago por seus avós e bisavós com essa condição legal, que não deviam ter nenhuma vassalagem legal nem direito algum na cidade de Santiago, e os entregou ao pontífice para que os julgasse como seus (HC, 1994, p. 124).<sup>64</sup>

O episódio que envolveu os irmãos Juan e Gaufrido forneceu a situação oportuna para demonstrar quem era o senhor de Compostela. O que não significou, por outro lado, a resignação dos compostelanos. As tensões e os conflitos, ao longo do episcopado de Diego Gelmírez, evidenciam o desejo dos cidadãos de participar do governo da cidade por meio da apropriação de cargos que lhes permitissem modificar o sistema espacial – construído por Gelmírez e seus antecessores - que os excluía. Em linhas gerais, eles queriam a reforma do espaço urbano, a qual implicava na preservação de tradições jacobeanas e no desenvolvimento de suas atividades e ofícios com maior grau de autonomia. Os cidadãos ambicionavam, por fim, livrar-se daquela dominação social acirrada e excedida no trato dos assuntos terrenos (RUST, 2018).<sup>65</sup>

As cidades peninsulares que viviam sob o senhorio eclesiástico, como era o caso de Compostela, diferentemente daquelas de senhorio realengo, conviviam com a presença próxima e contínua do senhor da urbe e, por consequência, com um controle mais forte das prerrogativas

---

<sup>64</sup> “[...] el rey quitó para siempre el dominio sobre todos los ciudadanos de Santiago tanto a su hija como al cónsul, diciendo que dicho dominio había sido concedido a la iglesia de Santiago por sus abuelos y bisabuelos con esta condición legal, que no debían tener ningún vasallaje legal ni derecho alguno en la ciudad de Santiago, y los entregó al pontífice para que los juzgara como suyos” (HC, 1994, p. 124).

<sup>65</sup> Como pontuado, muitas cidades foram palco de sublevações entre os séculos XI e XII no Ocidente medieval. Leandro Duarte Rust (2018) assinala que a liderança militar episcopal – no reino itálico - acirrou a dominação social em diversos núcleos urbanos, levando a descontentamentos, contestações e revoltas.

senhoriais. Hinojosa y Naveros (1896, p. 14) enfatiza essa característica de dependência dos povos de senhorio e a postura “[...] frequentemente opressora dos senhores eclesiásticos ou seculares, os quais exerciam a plenitude da jurisdição civil e criminal por meio dos seus delegados”. Tais diferenças quanto ao grau de autonomia política provocaram descontentamentos entre os povos de senhorio e isso “[...] foi um dos fatores que levou às rebeliões urbanas dos primeiros anos do século XII” (SALVADOR MARTÍNEZ, 1992, p. 132).

Os direitos político-administrativos, dos quais desfrutavam os conselhos de realengo (autogoverno e imunidades), eram contrastados com a falta de liberdades (o peso dos monopólios e outros tributos impostos pelos senhores) dos conselhos de senhorio eclesiástico, favorecendo o despontar de animosidades e conflitos. Nesse sentido, é provável que parte dos compostelanos que se envolveram nas rebeliões almejasse, mediante a supressão dos direitos senhoriais, a sujeição de Compostela à esfera jurisdicional da realeza. Nas palavras de Salvador Martínez (1992, p. 131-132), “[...] sonhavam poder viver baixo os privilégios de um rei distante, antes que baixo a opressão de um senhor que tinham sempre em cima”.

Já sabemos que competia ao prelado de Compostela o exercício do poder senhorial sobre a cidade e as Terras de Santiago. Ele era o garantidor da paz pública: cabia-lhe ordenar a administração da justiça por meio de decretos e nomeações. Além do visado e insigne cargo de *uillicus*, havia um juiz superior (responsável por ouvir as apelações às sentenças dos juízes inferiores) e quatro juízes inferiores (dos quais dois eram sempre eclesiásticos), os quais eram designados pelo senhor-bispo para resolver as querelas seculares e eclesiásticas da urbe e do senhorio. Também era sua prerrogativa a captação de impostos e o estabelecimento de multas. Em síntese: “[...] em Santiago o Arcebispo vinha a ser o que o Rei era no reino” (LÓPEZ FERREIRO, 1895, p. 72).<sup>66</sup>

---

<sup>66</sup> Tal afirmação não significa dizer que Diego Gelmírez era um pequeno rei, ou que governava sem a aprovação régia. Em Hispânia, o rei era o representante de Deus no reino, enquanto os senhores-bispos eram, como exposto, de alguma forma, funcionários régios (RUCQUOI, 2013).

Quanto ao conselho urbano de Compostela, ao menos a partir da década de 1130, ele passou a incorporar um conjunto mais vasto de funções as quais podem ser depreendidas dos ordenamentos do decreto de 1133 – cujo objetivo era garantir o abastecimento dos produtos de primeira necessidade e a estabilidade dos preços no mercado compostelano.<sup>67</sup> Dentre as suas competências estavam: a) a regulação dos preços; b) a verificação da qualidade das mercadorias vendidas no mercado urbano; c) a vigilância de pesos e medidas; d) a coibição da presença de revendedores na urbe e nos seus arredores;<sup>68</sup> e) a organização do espaço urbano (mediante a fiscalização da largura das ruas, do tamanho dos *solares*, do alinhamento e altura das casas e da localização de certas atividades);<sup>69</sup> e f) os cuidados com a construção e manutenção das estruturas citadinas, garantindo a segurança da população.

Há uma evolução patente das atribuições do conselho urbano ao longo dos vinte anos que separam a primeira da segunda rebelião compostelana. Essas mudanças ocorreram, ao nosso ver, em virtude da insatisfação dos compostelanos – materializada em ações que contestaram o poder do senhor-bispo - e das concessões que Gelmírez se viu obrigado a fazer, mirando certa estabilidade política. A própria participação dos membros do organismo representante da comunidade de *vecinos* na elaboração do decreto de 1133 é um exemplo disso; o que, por sua vez, não significa que estivessem satisfeitos com os resultados e com o seu papel secundário. Pastor de Togneri (1973, p. 87, nota 114) afirma que “[...] o melhor exemplo sobre o exercício do controle do mercado por parte do bispo [Diego Gelmírez] é seu decreto sobre os preços dado em 1133”. Se levarmos em consideração que, três anos depois, em 1136, os

---

<sup>67</sup> O decreto foi aprovado em 1133 pelo conselho urbano de Compostela, com a autorização do rei Alfonso VII e do arcebispo Diego Gelmírez (HC III, 33).

<sup>68</sup> O objetivo era o de evitar atravessadores, ou um número maior de atravessadores, na venda das mercadorias de modo a aumentar o seu preço.

<sup>69</sup> Apesar de ser atributo do conselho urbano, os senhores-bispos observavam com atenção o tamanho das casas que não podiam superar, legalmente, duas plantas, sob o risco de serem vistas como potencial ameaça às torres defensivas do complexo catedral-palácio.

compostelanos voltaram a pegar em armas contra dom Diego e por pouco não o mataram a pedradas, teremos que anuir, em alguma medida, com a interpretação da estudiosa.

Estamos distantes da maior autonomia e do melhor delineamento de funções alcançados pelo conselho compostelano nos três séculos seguintes (SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 2019). Por ora, não há separações de competências absolutamente claras entre o poder senhorial-episcopal e cidadão. Até mesmo a incorporação desse grupo social novo e diversificado, identificado como burgueses, no seio da sociedade senhorial foi uma das causas que geraram atritos e levaram às rebeliões. Diego Gelmírez não se opôs ao crescimento urbano-comercial de sua cidade, ao contrário, foi seu incentivador. Porém, na medida em que promoveu a sua sé com vistas a transformá-la em um dos centros da cristandade,<sup>70</sup> ele paulatinamente afastou os compostelanos de Compostela. O estímulo às peregrinações, a adoção de ritos estrangeiros e a integração inevitável de fluxos variados – em razão das obras da catedral românica – transformaram a rede espacial de Compostela em um local hostil à sua população nativa.

O conselho compostelano foi utilizado – sobretudo no período das rebeliões (1116-1117 e 1136) – como instrumento de oposição a Diego Gelmírez tendo em vista a restrição de suas prerrogativas senhoriais-episcopais a fim de que essas, ao menos no espaço da urbe e em suas imediações, fossem incorporadas ao organismo. Por isso que os rebeldes, tão logo entendem os movimentos como exitosos, encaminham a troca dos oficiais da administração cidadina. Na perspectiva deles, tratava-se de fazer substituições que lhes fossem benéficas. Em momento algum – é preciso dar ênfase a esse ponto - se discute o dismantelamento da estrutura política senhorial, mas a substituição do instrumento de mediação senhorial existente. Por outros termos: uma vez que consideravam Gelmírez irredutível quanto a seus propósitos e ao

---

<sup>70</sup> A construção da ideia de cristandade, quer dizer, de que havia algo em comum (nesse caso, a fé cristã) entre os habitantes daquilo que se convencionou chamar de Europa Ocidental, teve início com os carolíngios, entre os séculos VIII e IX (CÂNDIDO DA SILVA, 2020).

atendimento de suas demandas, passaram a negociar diretamente com os reis de plantão a deposição do prelado.

De Teodomiro à Diego Gelmírez, os senhores-bispos de Santiago foram incorporando uma vasta gama de privilégios, prerrogativas e atribuições que tornaram infrutíferas as tentativas dos compostelanos em estabelecer relações políticas diretas com a realeza. A descoberta da tumba do apóstolo Tiago transformou o espaço no qual suas relíquias estavam depositadas em centro diocesano, capital de um amplo conjunto de terras e santuário com grande capacidade de atração de curiosos, peregrinos, comerciantes, artesãos, cambiadores, clérigos etc. Na primeira metade do século XII, a HC nos relewa uma cidade que contava com comerciantes – de vinhos, produtos marinhos, carnes (bovina, suína e aves), derivados do leite da vaca (queijo e manteiga), pães, pimentas, cominhos, incensos - e artesãos de distintos ofícios (sapateiros, ferreiros, pedreiros, curtidores, carpinteiros).<sup>71</sup> Grosso modo, podemos enxergar a concentração da economia em quatro âmbitos: construção, alimentação, necessidades gerais da população urbana (calçados, vestimentas) e o último ligado aos produtos e serviços destinados, especificamente, aos peregrinos (ARMAS CASTRO, 2003).

Um evento contundente acerca da importância comercial de Compostela foi o privilégio de cunhar moedas outorgado à cidade pelo rei Alfonso VI, em 1105.<sup>72</sup> Tal prerrogativa era sinal do fluxo constante de peregrinos de variados pontos da Europa e do comércio ativo existente na cidade onde se reuniam, ao menos duas vezes por ano, comerciantes de diversos cantos do continente. Nesse sentido, os cambiadores formavam outro setor profissional de grande importância para o dia a dia da urbe. Eles possuíam suas tendas em frente à fachada norte da catedral e eram os responsáveis por fazer a troca das moedas estrangeiras pelas de uso local, aceitando, inclusive, peças e objetos de valor no negócio. Foi para Compostela que Alfonso VII

---

<sup>71</sup> Os produtos que geravam maior volume de negócios no mercado compostelano eram, respectivamente, vinho, carne, panos, peixe e sapatos (ARMAS CASTRO, 2003).

<sup>72</sup> O privilégio de cunhar moedas outorgado a Compostela é mais um exemplo do interesse de Diego Gelmírez em controlar o mercado da cidade.

enviou um valioso cálice de ouro quando quis negociá-lo “[...] porque não sabia de nenhum sítio em toda Espanha onde se pudesse vender melhor [...]” (HC, 1994, p. 488).

A estrutura social da população compostelana, conforme Barreiro Somoza (1985, p. 233), “[...] se demonstra bem definida no primeiro terço do século XII”. Há uma minoria próspera identificada pela HC como *quidam civium ceteris potentiores* (alguns cidadãos e outros poderosos), ou ainda *meliorum familiae* (melhores famílias) e *divites, locupletes* (muito ricos). Os integrantes desse estrato procediam, provavelmente, de setores dos mercadores, cambiadores, ouvires, tendeiros mais bem estabelecidos, e administradores e vendedores de rendas senhoriais e régias. Depois deles, podemos afirmar a existência de um setor médio da burguesia composto por albergueiros, donos e mestres de oficinas artesanais. Por fim, há uma camada mais numerosa que era formada por aprendizes e serventes de todos os tipos, revendedores nas ruas da cidade e gente disposta a fazer todo tipo de trabalho para sobreviver (BARREIRO SOMOZA, 1985).

Convém ressaltar que muitos dos cônegos da catedral de Santiago eram oriundos de famílias burguesas e faziam parte da minoria próspera supracitada. Uma parte deles, ao lado de outros potentes cidadãos, compôs os articuladores das rebeliões examinadas nesta tese. Insatisfeitos, entre outros, com a reforma litúrgico-eclesiástica e com a retenção da maior parte das rendas senhoriais e eclesiásticas por Diego Gelmírez, os capitulares aspiravam uma repartição dos recursos que lhes fosse mais favorável. Eles se interessavam pelas propriedades urbanas e tinham negócios particulares na cidade, como o aluguel de casas. Segundo López-Mayán (2011, p. 85), as numerosas igrejas, mosteiros e conventos que foram sendo criadas ao redor da “[...] presença apostólica e como consequência dos intentos de converter Santiago em um centro religioso destacado da cristandade ocidental contribuíram para configurar o perfil eclesiástico, rentista e privilegiado que se manteve na época moderna”.

Na primeira metade do século XII, Compostela era o principal ponto de artesanato e a praça comercial mais ativa de Galiza. A igreja e o mercado formavam os dois pilares básicos da sua organização. Embora o exercício do poder sobre um e outro coubesse ao episcopado e seus agentes, gradualmente, como vimos, a comunidade de *vecinos* alcançou (ainda que de forma incipiente) o seu reconhecimento enquanto ator político, capaz inclusive de se rebelar contra o chefe da urbe. A cidade e seus habitantes, assim como o conselho e o mercado urbano, foram elementos constitutivos da sociedade senhorial e não estiveram alheios aos interesses dos grupos hegemônicos – as solicitações constantes de pecúlio por parte da realeza para fomentar as guerras de proteção, manutenção e expansão das fronteiras do reino são um bom exemplo. Em virtude da forma como se desenvolveu, Santiago de Compostela se constitui em um espaço privilegiado para o estudo das relações de poder tecidas entre reis, senhores-bispos e cidadãos. As tensões, negociações, disputas e conflitos que protagonizaram, permitem-nos analisar uma parte da vida social na qual a ação política foi o fundamento nevrálgico.

Tanto a primeira<sup>73</sup> quanto a segunda<sup>74</sup> rebelião compostelana são narradas pela *Historia Compostelana*. A obra foi, em alguma medida, produto desse cenário de urbanização que caracterizou Compostela. Na sequência, analisamos as suas condições de sua produção, apresentando seus elementos extratextuais e intratextuais.<sup>75</sup>

## 1.2 HISTORIA COMPOSTELANA: ELEMENTOS EXTRATEXTUAIS

O *Registrum Venerabilis Compostellanae Ecclesiae Pontificis Didaci Secundi*, conhecido desde o final do século XVIII como *Historia Compostellana* (HC), chegou até nós por meio de três códices preparados a partir de um original que foi perdido (FALQUE REY,

---

<sup>73</sup> HC I, 109-116.

<sup>74</sup> HC III, 46-56.

<sup>75</sup> A avaliação de quais aspectos correspondem aos elementos intratextuais e extratextuais varia de autor para autor. Em nossa pesquisa, seguimos o modelo proposto por Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva (2015).

1988).<sup>76</sup> A elaboração deles ocorreu em Santiago de Compostela, no *scriptorium* da sé compostelana. Na atualidade, apenas um desses três códices se encontra no Arquivo da Catedral de Santiago;<sup>77</sup> com relação aos outros dois, um está na Biblioteca da Universidade de Salamanca<sup>78</sup> e o outro, no Museu de Pontevedra.<sup>79</sup>

O mais antigo dos códices foi elaborado em meados do século XIII. Atualmente ele integra o acervo de documentos da Biblioteca salmantina. É formado por 127 fólios de pergaminho e possui valor artístico notável devido às várias iluminuras, como a representação da descoberta do sepulcro do apóstolo Tiago ao bispo Teodomiro.<sup>80</sup> O segundo dos códices, em ordem cronológica, é o que está no Arquivo da Catedral de Santiago e sua produção ocorreu na segunda metade do século XIV. É constituído por partes de cada um dos três livros que formam a HC – e o seu caráter lacunar e/ou inconcluso não está esclarecido. O terceiro códice, feito no terceiro quartel do século XV, encontra-se no Museu de Pontevedra. Segundo estudo recente de Souto Cabo (2018), trata-se de uma cópia do códice salmantino. Conforme o mesmo autor, os manuscritos elaborados entre os séculos XVI e XVIII são derivados do códice abrigado em Salamanca, uma vez que o códice que está em Compostela não serviu de fonte a nenhum outro.

Ao todo, são dezoito manuscritos por meio dos quais a obra foi transmitida. A primeira publicação foi feita em 1765, por Enrique Flórez (1702-1773), no volume XX da coleção *España Sagrada*, com o título de *Historia Compostellana siue de rebus gestis D. Didaci Gelmirez, primi Compostellani archiepiscopi*.<sup>81</sup> Em sua edição, padre Flórez, como era chamado, fez uso de três dos dezoito manuscritos que estão conservados (quase todos eles em

---

<sup>76</sup> Não encontramos informações relacionadas ao desaparecimento do original.

<sup>77</sup> Código de referência: cot. CF39.

<sup>78</sup> Código de referência: cot. 2658.

<sup>79</sup> Código de referência: cot. FX-CF1.

<sup>80</sup> A Biblioteca da Universidade de Salamanca disponibiliza imagens de todo o códice. Disponível em: <https://gredos.usal.es/jspui/handle/10366/71998>. Acesso em: 02/03/2022.

<sup>81</sup> A edição de Enrique Flórez, da *Historia Compostelana*, foi publicada pela segunda vez em 1791. Essa edição serviu de referência para Jacques Paul Migne (1800-1875), que a reimprimiu no tomo CLXX da *Patrologia Latina*.

bibliotecas espanholas). Dentre os textos que cotejou em seu trabalho, está o custodiado pela Biblioteca de Salamanca: o mais antigo e completo (FALQUE REY, 1994).

A primeira edição crítica da HC foi publicada por Emma Falque Rey, no *Corpus Christianorum*, em 1988.<sup>82</sup> Para tanto, a autora fez uso dos dezoito manuscritos conhecidos, realizando um estudo detalhado e minucioso dos códices. O principal critério seguido em sua edição, como a própria autora confessa, foi “[...] o respeito à tradição manuscrita” (FALQUE REY, 1994, p. 45). As modificações que propôs em relação à edição de Enrique Flórez estão fundamentadas nas suas leituras e interpretações a partir da confrontação dos variados manuscritos, além, é claro, das técnicas de edição contemporâneas. Por ter acessado um número significativamente maior de manuscritos, ela pôde oferecer um texto mais confiável e bem acabado desde o ponto de vista dos conteúdos históricos (SOUTO CABO, 2018).

Cerca de seis anos mais tarde, em 1994, Falque Rey publicou, pela editora Akal, sua tradução (da língua latina para a castelhana) da HC – acompanhada de introdução, notas de rodapé e sugestões bibliográficas. Não era a primeira tradução da obra, mas a primeira na qual a responsável por uma edição crítica fazia a tradução. Antes dela, em 1950, Manuel Suárez e José Campelo publicaram, pela editora Porto, sob o título *Historia Compostelana, o sea Hechos de D. Diego Gelmírez, primer arzobispo de Santiago*, a primeira tradução da obra, todavia, utilizaram como referência fundamental na tarefa o texto editado pelo padre Flórez. Ainda que esteja claro que a tradução levada a cabo por Falque Rey tenha maior respaldo na medida em

---

<sup>82</sup> Emma Falque Rey é doutora em Filologia Clássica pela Universidade de Sevilha (1983) e professora catedrática de Filologia Latina da mesma instituição (2008). Em 2019, ingressou na *Real Academia Sevillana de Buenas Letras* com um discurso sobre *San Isidoro en las crónicas latinas medievales*. As suas investigações, desde a defesa de sua tese, estão centradas no âmbito do Latim Medieval. Nesse campo, publicou diversas edições críticas: a *Historia Compostellana* (LXX, 1988), a *Historia Roderici* (XCIV, 1990), o *Chronicon mundi de Lucas de Tuy* (LXXIV, 2003) e *De altera uita* (LXXIVA, 2009). Além de ter traduzido: a *Historia Compostelana* (Akal, 1994) e na *Biblioteca Clásica Gredos* (1999) o *Breviario de Eutropio* e o *Libro de los Césares*, de Aurelio Víctor. As informações foram obtidas no sítio: <http://academiasevillanadebuenasletras.org/dna-emma-falque-rey-2019>. Acesso em: 04/03/2022.

que antes ela foi editora, devemos reconhecer e valorizar o pioneirismo dos mencionados autores na divulgação da HC, sobretudo, entre os hispanos falantes.

Em nossa tese, fizemos uso tanto da edição crítica da HC, de 1988, quanto da sua edição e tradução mais recente (1994), dado que é consenso entre os estudiosos a qualidade das edições realizadas por Falque Rey. Ademais, como pondera Andréia Frazão da Silva (2015), é recomendável e preferível o uso de edições críticas feitas por especialistas do que se aventurar, sem a formação adequada, em transcrições e/ou traduções de algum documento.

Nas últimas décadas, a HC foi utilizada como objeto de estudo por vários pesquisadores, principalmente europeus, a partir de propósitos variados de discussão e análise que vão desde questões linguísticas e culturais até sociais, políticas e econômicas, entre outras. Além dos estudos de Falque Rey sobre as condições de formulação, recepção e circulação dos discursos que constituem a obra, cabe destacar as pesquisas de Bernard Reilly e de Fernando Lopez Alsina. As reflexões produzidas por esses autores foram fundamentais para compreendermos a complexidade da HC e de seu contexto; as motivações que levaram a sua escrita e as suas características principais; o seu gênero textual e as obras que lhes serviram de inspiração; o principal interessado em sua elaboração (patrocinador) e o método de trabalho seguido por aqueles que foram efetivamente responsáveis por ela; a sua organização e as modalidades de linguagem empregadas em sua feitura.

A HC foi elaborada ao longo da primeira metade do século XII na urbanizada e crescente Santiago de Compostela. A cidade era o centro administrativo da província de Santiago que, por sua vez, integrava o reino de Galiza, território vinculado à coroa de Leão. Em virtude dessa ligação e da gama de acontecimentos retratados na crônica, ela se constitui a principal fonte narrativa para o estudo da primeira metade do século XII galego e uma das mais importantes do reino de Leão-Castela do início do século XII (REILLY, 1969). O período de produção da obra atravessou três reinados: a fase final do reinado de Alfonso VI, o de Urraca I e boa parte

do reinado de Alfonso VII. Em suas páginas estão estampadas parte das instabilidades políticas e econômicas vivenciadas por esses reis leoneses, assim como as relações tecidas entre eles e o prelado compostelano, Diego Gelmírez.

A HC foi escrita em um contexto de reforma na igreja romana, conhecido como *Reforma Papal* (XI-XIII), que impactou diretamente na sua formulação. São vários os trechos da obra que evidenciam a busca, pela igreja de Compostela, da sua submissão aos ditames romanos (do I Concílio de Latrão) sintetizados em muitas expressões, como “de acordo com as leis canônicas” e “conforme o rito e segundo a norma da sede apostólica” (HC I, 3; 11). Gelmírez “[...] e seus aliados fizeram uma apropriação criativa do projeto de reforma papal [...]”, selecionando e incorporando elementos que dialogavam com as particularidades e necessidades de sua diocese e que contribuíam para o seu crescimento e fortalecimento (SILVA, 2000, p. 231). Vincular-se a Santa Sé era condição indispensável para que a política de exaltação da igreja compostelana fosse exitosa. Entretanto, houve custos: ao romper com valores tradicionais compostelanos, o senhor-bispo atraiu o ódio de parte da população citadina manifestado em traições e nas rebeliões.

O crescimento das peregrinações que tinham como destino o sepulcro de Santiago também deve ser entendido como fator que interferiu na produção da HC. A obra reúne um conjunto de tratativas políticas e ordenamentos jurídicos que visavam estimular os deslocamentos por meio de ações, como: proteção aos transeuntes, isenção de pedágios e melhorias de estradas e da infraestrutura hospitalar. Diego Gelmírez possuía particular interesse na promoção das peregrinações a Compostela, pois a dinâmica de vida citadina atrelada ao comércio e ao tráfego de pessoas e mercadorias dinamizava as fontes de recursos econômicos do bispado. É válido destacar que a construção da catedral românica, iniciada nas últimas décadas do século XI e concluída na segunda metade do século XII, tinha como um de seus objetivos aumentar a funcionalidade da igreja como centro de peregrinação. A atração de

peregrinos, igualmente, se constituiu em fator de ressentimento e violência destinados a Gelmírez porque parte da população nativa se viu excluída dentro de sua própria cidade, estruturada para receber viajantes estrangeiros (FORNEY, 2011).

O início da escrita da crônica foi ordenado pelo jovem prelado, Diego Gelmírez, ainda na primeira década de seu bispado. O tópico de encargo, quer dizer, a ordem do senhor-bispo aos cônegos responsáveis, para que iniciassem o empreendimento, pode ser encontrado nos prólogos da obra. Mesmo na admoestação, atribuída a dom Diego, que precede ao prólogo do livro I, encontramos as seguintes informações:

Diego [Gelmírez], arcebispo da sede compostelana pela graça de Deus, ordenou escrever este livro e guardá-lo no tesouro de Santiago para que, se alguém quisesse lê-lo, possa ler e conhecer quantos senhorios, quantas propriedades, ornamentos e dignidades o arcebispo adquiriu para sua igreja e quantas perseguições e perigos sofreu por parte de poderosos tiranos em sua defesa [isto é, em defesa daquilo que adquiriu para a sua sé]. E depois que o haja lido e se inteirado de tudo, coloque-o em seu lugar e permaneça ali para sempre e nenhum de ali o roube nem o leve por meio de fraude ou artimanha (HC, 1994, p. 63).<sup>83</sup>

Embora não possamos afirmar, categoricamente que Diego Gelmírez foi o idealizador da HC, está comprovada a sua posição de patrocinador do projeto e de principal interessado em sua execução. Para os estudiosos, não há dúvidas quanto à relação direta entre a HC e Gelmírez: o senhor-bispo ordenou a sua escrita a fim de que suas ações em prol da igreja de Santiago de Compostela e de seu extenso senhorio não fossem esquecidas ou deturpadas. A obra tem, pois, um caráter oficial desde a sua concepção; e o registro da sua atividade político-eclesiástica visava, por um lado, oferecer a interpretação confiável e verdadeira dos acontecimentos

---

<sup>83</sup> “Diego, arzobispo de la sede compostelana por la gracia de Dios, ordenó escribir este libro y guardarlo en el tesoro de Santiago para que, si alguno quisiere leerlo, pueda leer y conocer cuántos señoríos, cuántas propiedades, ornamentos y dignidades el arzobispo adquirió para su iglesia y cuántas persecuciones y peligros sufrió por parte de poderosos tiranos en su defensa. Y después que lo haya leído y se haya enterado de todo, colóquelo en su lugar y permanezca allí para siempre y ninguno de allí lo robe ni se lo lleve por medio de fraude o artimaña” (HC, 1994, p. 63).

relatados e, por outro, recolher documentos que eram fundamento e garantia dos direitos e possessões da sé compostelana.

Como pontuou Falque Rey (1997, p. 160), a HC “[...] é um bom exemplo da vinculação entre historiografia e administração que mostraram as igrejas durante a Alta Idade Média”. A obra alia a descrição narrativa de qualidade historiográfica à transcrição de documentos que eram importantes para a chancelaria episcopal compostelana, assim como na corroboração do relatado. Lopez Alsina (1988) propõe que o plano de colocar por escrito os feitos e conquistas mais relevantes da igreja de Santiago estava associado à morte de Alfonso VI, em 1109. Ao afirmar isso, o autor lançou mão de pensamento analógico: se a morte de Urraca foi responsável por inspirar a criação de um grande cartulário – *Tumbo A* - o falecimento do conquistador de Toledo levou Diego Gelmírez a se precaver com a intenção de resguardar o já alcançado.

Por conta dessa associação entre narrativa de qualidade historiográfica e transcrição de documentos, a HC pertence ao gênero conhecido como crônica-cartulário – inaugurado no Ocidente entre os séculos IX e X pelo *Liber Pontificalis* e pela *Historia de la iglesia de Reims*. Em relação à inserção da obra na historiografia europeia de sua época, devemos situá-la junto à historiografia dos monastérios – como os *Acta Murensia*, do monastério de Muri - e dos bispados – como o *Liber Eliensis*, da diocese inglesa de Ely (FALQUE REY, 1997). Dentre os textos que, provavelmente, eram conhecidos e exerceram alguma influência sobre os autores da HC, destacam-se os supracitados: *Liber Pontificalis* e o *Liber Eliensis*.

No que diz respeito ao *Liber Pontificalis*, Falque Rey (1997) sugere que, ainda que não se possa provar que a HC foi elaborada à imitação dos registros papais, deve-se reconhecer que um objetivo similar originou uma forma semelhante de história. Assim como os escritores dos registros papais objetivavam resenhar a vida dos papas (do apóstolo Pedro até Estevão V), os cronistas compostelanos almejavam descrever os feitos gelmirianos dignos de recordação e louvor. Falque Rey (2013) considera ainda maior a relação da HC com o *Liber Eliensis* devido

a várias semelhanças, como: a advertência que as encabeça; a divisão em três livros com prólogos próprios; o arremate de capítulos destinados a tratar de intervenções miraculosas dos santos protetores das respectivas sés; a múltipla autoria; e a inserção de documentos papais, especificamente, de Pascoal II.

Ao todo foram mais de cento e oitenta documentos reproduzidos textualmente na HC. Entre eles, incluem-se cartas e bulas papais, concessões régias e aristocráticas, decretos de Gelmírez etc. A inclusão de documentos de tipos variados é uma das principais características da obra e faz dela uma coleção diplomática de valor inestimável (SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 1977). A condição de cônegos da catedral de Santiago, partilhada pelos autores da HC, facilitou o acesso ao acervo documental da igreja – não obstante, a sua transcrição tenha sido mais característica nos capítulos redigidos por Munio Alfonso. Como salienta Bernard Reilly (1969), na condição de tesoureiro catedralício, Munio Alfonso possuía grande interesse na incorporação de documentos ao *registrum* (forma como os autores da HC se referem à obra), a fim de preservá-los e, na maior parte das vezes, sua narrativa cumpre apenas função introdutória para levar a cabo seu propósito maior: a cópia de documentos.<sup>84</sup>

Convém, igualmente, chamar a atenção para o lugar peculiar ocupado pela HC, junto à *Historia Roderici*,<sup>85</sup> no contexto da historiografia latino-hispânica: desde o século X até o início do século XII, esta produzira somente crônicas de reis. Há, pois, em ambas as obras, aspectos inovadores: são biografias de personagens do reino, isto é, de fora da realeza; são relatos mais extensos, especialmente a HC, em comparação às crônicas régias; tanto a HC quanto a *Historia Roderici* usam documentos referentes ao biografado, inserindo-os no texto; e seus autores

---

<sup>84</sup> Ao todo, Munio Alfonso transcreveu trinta e seis documentos na HC.

<sup>85</sup> Crônica que narra a vida de Rodrigo Díaz de Vivar (conhecido como *El Cid*), escrita na segunda metade do século XII, provavelmente por um clérigo que o seguia.

escreveram quando o respectivo protagonista de seus relatos ainda estava vivo, ou nos anos imediatamente posteriores ao de sua morte (FALQUE REY, 1994).<sup>86</sup>

Em razão disso, da contemporaneidade dos autores da HC aos eventos que narram, cabe sublinhar a impossibilidade de se rastrear fontes históricas anteriores utilizadas em sua redação. A obra, como argumenta Falque Rey (1994, p. 27), “[...] não é um elo a mais na corrente de relatos históricos, que se vão transmitindo, porém podemos contemplar a HC desde outro ponto de vista: como fonte documental em si mesma, que nos transmitiu textos históricos que, sem ela, nos seriam desconhecidos”. Os cônegos que estiveram envolvidos na redação da crônica eram homens próximos ao senhor-bispo, Diego Gelmírez, e gozavam de sua confiança, como fica demonstrado nas importantes missões a que foram incumbidos pelo prelado. Eles relatam os acontecimentos, em muitos casos, na perspectiva de quem foi partícipe direto, proporcionando significativa riqueza de detalhes às suas narrações.

Desde o final do século XVII que pesquisadores vêm se dedicando acerca de quais e quantos autores foram responsáveis pela escrita da HC, tal como a parte correspondente a cada um deles. Nicolás Antonio (1617-1684) e o já mencionado padre Flórez foram os primeiros a defender a indiscutível participação de três escritores e a identificá-los: Munio Alfonso, Hugo e Giraldo. No século XIX, Antonio López Ferreiro (1837-1910) acrescentou um quarto autor, chamado Pedro, à lista dos indubitáveis autores da obra – nesse caso, sua contribuição teria ocorrido em HC I, 27. A identidade desse tal Pedro foi motivo de longas discussões entre especialistas no decorrer do século XX. Entretanto, somente podemos afirmar, sem cometer erros, que esse Pedro ocupou o cargo de capelão da catedral de Santiago, como o próprio confessa no capítulo que lhe é imputado. Mas há controvérsias.

---

<sup>86</sup> Falque Rey (2013) sublinha que a prova indiscutível de que o protagonista da HC é Diego Gelmírez deve-se ao fato de os autores poucas vezes se referirem a ele como Diego Gelmírez ou Diego II. Normalmente o retomam como bispo ou arcebispo, sem mais esclarecimentos.

Historiadores mais contemporâneos, como Lopez Alsina (1988), colocam-se contrários a essa atribuição a Pedro e creditam a Munio Alfonso a autoria de HC I, 27.<sup>87</sup> Segundo o autor, trata-se de uma pseudo-autoria do *capellanus* Pedro: Munio Alfonso, por meio de um procedimento de transmissão oral, reproduz literalmente suas palavras. A proposta defendida por Lopez Alsina está fundamentada na HC e tendemos a concordar com ela. Ao longo de seu relato, Munio Alfonso recorreu sete vezes ao uso da oralidade para se inteirar do assunto que abordava. Seu lugar privilegiado, de tesoureiro catedralício, possibilitava-o acessar fontes de informação diversas e a transcrever integralmente relatos ao seu *registrum* – como no caso da *translatio* escrita por Hugo (HC I, 15).

Lopez Alsina (1988) propõe outro Pedro, esse chamado Pedro Marcio, como quarto e último autor da HC.<sup>88</sup> Nesse sentido, podemos afirmar a participação de três autores principais em sua elaboração: Munio Alfonso, Giraldo e Pedro Marcio; além da participação de, pelo menos, um autor secundário, como é o caso de Hugo. Todavia, devemos considerar que estamos ante uma obra que pode ter recebido a participação de outros redatores e/ou revisores impossíveis de serem identificados, ao menos até o momento. O amplo arco cronológico que abarca a sua composição não deve ser negligenciado na hora de defender a possibilidade de outros contributos (REIS, 2010).

A redação de Munio Alfonso deve ser situada entre os anos 1107 e 1113. Ele não a iniciou, necessariamente, na primeira data, porém sabemos que, desde 1107, exercia o cargo de tesoureiro da catedral compostelana – função que ocupava quando recebeu a incumbência de iniciar a HC. A data limite de seus trabalhos coincide com a sua eleição para a cátedra de Mondoñedo. Há certo consenso em atribuir a Munio Alfonso a redação de HC I, 4 a 45, com

---

<sup>87</sup> Reilly (1969) segue a linha historiográfica aberta por López Ferreiro confirmando a autoria do capelão Pedro para HC I, 27. O historiador estadunidense ainda confirma a interferência desse Pedro em HC I, 23 a 26.

<sup>88</sup> Reilly (1969) atribui exclusivamente a Giraldo a autoria da HC após o término do trabalho realizado por Munio Alfonso. Nesse sentido, ele desconsidera a possibilidade de outro autor ter sucedido a Giraldo, tornando-o o responsável por grande parte da obra.

exceção de HC I, 15. O método de trabalho empregado e a concepção da obra, bem como sua configuração, foram bastante influenciados pela sua posição oficial, dado que, na qualidade de protetor dos documentos da catedral, estava interessado em sua preservação em um *registrum* (FALQUE REY, 1994).

O segundo autor principal da HC foi o cónego Giraldo. Contratado nos anos finais da primeira década do século XII para dirigir a escola catedralícia de Santiago, o professor no domínio da língua e nos conhecimentos literários e filosóficos era de origem não-galega – provavelmente oriundo da cidade de Beauvais, França.<sup>89</sup> A ele, Lopez Alsina (1988) atribui centro e trinta e dois capítulos: HC I, 46 a 99 e 101 a 117; além de HC II, 1 a 56 e 59 a 63.<sup>90</sup> Falque Rey (1997), por sua vez, também lhe imputa os três primeiros capítulos do livro I, cujo propósito era dar ao episcopado e posterior arcebispado de Gelmírez a devida projeção histórica.<sup>91</sup>

Os capítulos escritos por Giraldo, entre os anos 1121 e 1124, correspondem ao segundo núcleo da obra. A retomada, quase uma década depois, do *registrum* suscita questionamentos: por qual motivo Munio Alfonso o interrompeu? E, principalmente, o que motivou a sua retomada no início da segunda década do século XII?

Conforme Falque Rey (1994), o tesoureiro compostelano foi obrigado a parar sua atividade narrativa, em 1112, devido a sua promoção ao bispado de Mondoñedo.<sup>92</sup> Lopez Alsina

---

<sup>89</sup> Os investigadores que trataram sobre o tema da autoria da *Historia Compostelana* são unânimes em afirmar a origem não-galega de Giraldo. A cidade de Beauvais teria sido o local de seu nascimento. A relação entre Giraldo e a cidade ultrapirenaica ocorre quando, ao narrar a sublevação armada de 1117, ele afirma – diante da eminente destruição do palácio episcopal – que, naquele momento, preferia estar em Beauvais junto de Diego Gelmírez (HC I, 109).

<sup>90</sup> Lopez Alsina (1988) também atribui a Giraldo os prólogos dos livros I e II.

<sup>91</sup> O livro I é o mais extenso da HC, totalizando 117 capítulos. Por sua vez, o livro II possui 94 capítulos e o livro III, 57.

<sup>92</sup> No ano de 1112, Munio Alfonso foi eleito bispo da sé de Mondoñedo. No entanto, sua consagração ocorreu no ano seguinte, pelas mãos do arcebispo de Braga, Maurício Burdino (1109-1118). Pode parecer estranho tal acontecimento haja vista as divergências – no âmbito dos direitos de possessões - entre os prelados de Braga e Compostela. Porém, Maria João Violante Branco (2013) esclarece que a celebração de um acordo entre eles configurava uma afirmação de independência (de ambos) diante de Bernardo, arcebispo de Toledo e primaz das igrejas de Hispânia.

(1988, p. 49) diverge salientando que “[...] o esgotamento das façanhas, ao convergir em 1110 o passado e o presente [...]” foi a razão para o término momentâneo. Ainda que não possamos dar uma resposta final a essa questão, importa-nos mais as causas que estimularam a retomada da HC. Nessa direção, é razoável inferir que a conquista da dignidade metropolitana pela igreja de Compostela e a condição de legado papal assumida por Diego Gelmírez, ambas em 1120, tenham sido os fatores catalizadores.

Lopez Alsina (1988) volta a insistir na inquietante falta de resultados político-eclesiásticos favoráveis à sé de Compostela e ao seu arcebispo, nos anos que sucederam 1124, como causa para o encerramento, dessa vez, da redação de Giraldo. Para não converter a HC em uma crônica da impotência, o *magister* finalizou o seu trabalho. Transcorreram-se pouco mais de vinte anos até que o cônego-cardeal Pedro Marcio reiniciasse e concluísse, efetivamente, a obra. Vinculado ao cabido<sup>93</sup> catedralício desde o final da década de 1120, Pedro Marcio redigiu a última parte do *registrum* – ao todo, foram 93 capítulos (de HC II, 63 até o término da obra) -, quando dom Diego já estava morto e Pedro Elías (1143-1149) era o arcebispo de Santiago – dado que merece ser ressaltado pela interferência de Pedro Marcio na escrita da HC.<sup>94</sup>

Por ter sido o último autor, Pedro Marcio pôde avaliar a obra no todo e interferir na sua estrutura e apresentação final. De acordo com Lopez Alsina (1988), Pedro Marcio atribuiu títulos a diversos capítulos escritos pelos autores que o antecederam por meio de uma divisão temática definida por ele mesmo e que, por vezes, não dialoga com a narrativa original. Por outro lado, os seus acréscimos forneceram informações importantes, como a inserção do nome do arcediogo Arias Muñiz, um dos líderes da primeira rebelião compostelana, em HC I, 111.

---

<sup>93</sup> O capítulo ou cabido era um conjunto de cônegos cujo ministério consistia em manter a recitação do Ofício Divino em coro na catedral. Serviam como conselho do bispo na administração diocesana e na cura pastoral das igrejas e da cidade-sede do bispado. Até o século XIII, formavam também o colégio eleitoral dos bispos de cada cidade (CÂNDIDO DA SILVA, 2020).

<sup>94</sup> Lopez Alsina (1988) atribui a Pedro Marcio a autoria do prólogo do livro III.

Quando redigiu seu relato, Giraldo havia silenciado o nome do arcediogo por ele ainda estar vivo, porém a sua identificação deixou de ser um problema nos anos 1140.

O único autor secundário aceito de forma unânime pelos estudiosos é o cônego Hugo. De origem incerta, talvez franca, a sua chegada em Compostela foi anterior à eleição episcopal de Diego Gelmírez. Gordon Biggs (1983) a situa no ano de 1094, acompanhando o recém-eleito bispo de Santiago, Dalmacio (1094-1096). Além de cônego, Hugo foi capelão, cardeal e arcediogo da sé compostelana e, anos mais tarde, em 1112, foi eleito bispo de Porto – sendo a sua consagração realizada no ano seguinte, junto à de Munio Alfonso. Corresponde a Hugo a autoria de HC I, 15, intitulado *Quando adiiit Portugaliã* (Viagem a Portugal), que, como apresentado, foi anexado ao *registrum* por Munio Alfonso.

### **1.2.1 *Historia Compostelana*: elementos textuais**

Originalmente, a HC foi organizada em dois livros. Encontramos, no prólogo do livro I, o seu primeiro plano de divisão: “[...] assim pois, por essa razão, ordenou [Diego Gelmírez] que este registro fosse dividido em dois volumes, dos quais um devia tratar sobre o episcopado, e o outro sobre o arcebispado” (HC, 1994, p. 65). A elevação da diocese de Compostela à condição de metropolitana forneceu o ensejo necessário para a proposição de tal repartição. No entanto, por motivo ainda não suficientemente esclarecido, o livro II foi dividido em duas partes, ficando assim três livros. Geralmente, justifica-se o desmembramento do livro II pela sua extensão; todavia, Falque Rey (2013) recorda que o livro I continua sendo o mais extenso de toda a obra e avança a possibilidade de Pedro Marcio ter se inspirado no *Liber Eliensis* para redividir a HC, caso tenha sido ele o responsável por tal ato.

Como visto, a ordem para iniciar a crônica partiu de Diego Gelmírez, cujo propósito central era o de narrar, obviamente na direção de seus interesses, e documentar a sua atuação

como senhor-bispo da igreja de Santiago e de suas Terras. Nesse sentido, a obra é, essencialmente, uma combinação de relatos das façanhas (*gesta*) de Gelmírez e de transcrição documental (*registrum*). A exaltação da apostolicidade da catedral compostelana é outro traço marcante da HC, dado que a obtenção de dignidades eclesiásticas junto à igreja de Roma dependia, em alguma medida, de tal reconhecimento – além de se constituir o argumento basilar dos reivindicantes.<sup>95</sup>

Ademais, da combinação de *gesta* e *registrum* foram inseridas, na HC, pequenas peças literárias que possuem características próprias: a) uma pequena *Translatio beati Iacobi* (HC I, 1); b) uma *Translatio* de relíquias (HC I, 15); e c) uma *miracula* (HC II, 50 e 53). Enquanto as duas primeiras peças tratam de traslados de relíquias, a saber: do corpo do apóstolo Tiago de Jerusalém para a Hispânia e de restos mortais de santos protetores de Braga para Compostela; a última peça, especialmente o capítulo 53, narra diversos acontecimentos da vida de Gelmírez em que ele foi, na opinião do cronista, salvo por intervenção divina.

Os autores da HC receberam boa educação clássica e o latim da obra é de significativa qualidade (BIGGS, 1983). Giraldo e Pedro Marcio foram os que demonstram mais claramente suas habilidades narrativas e literárias. Ambos ofereceram vivacidade aos seus relatos por meio da inclusão de breves intervenções, discursos e discursos contrapostos, como orienta a preceptiva clássica. É válido pontuar que, com relação a Munio Alfonso, o relato de Giraldo possui uma sequência mais linear e fluida do que o texto, por sua vez, mais estruturado e independente – um capítulo do outro - do antigo tesoureiro compostelano.

A escrita apologética de Giraldo ocasionou mudanças na narração da obra, sendo a mais sintomática a diminuição na quantidade de documentos inseridos. Ao assumir a redação, o próprio *magister* orientou aos leitores interessados em conhecer as provas documentais dos

---

<sup>95</sup> O reconhecimento, por parte da igreja de Roma, de que o corpo do apóstolo Tiago jazia no noroeste ibérico era algo recente. Apenas em 1095, por meio da bula *Ex decretorum synodalium* – emitida pelo papa Urbano II - que foi reconhecida a condição apostólica da igreja de Compostela.

bens adquiridos pela igreja de Santiago a visitar o seu tesouro (HC I, 46). Lopez Alsina (1988, p. 76) explica tal ação: “[...] os diplomas poderiam descobrir aspectos silenciados e censurados em sua pluma inflamada e apaixonada, que comprometessem a unilateralidade do seu relato”.

Giraldo, de forma mais acentuada do que os demais autores, moveu sua pena em uma “única direção”. A sua narrativa tem por finalidade última demonstrar até que ponto Diego Gelmírez labutou como bom operário da vinha episcopal, apesar das resistências malignas da oposição interna (LOPEZ ALSINA, 1988). O Gelmírez do professor de retórica é o herói da causa justa, o bom pastor, o agricultor que soube cultivar sua vinha e lograr bons frutos, quer dizer, benefícios e dignidades à sua igreja. Ao passo que seus adversários e opositores políticos são narrados como inimigos, seres inferiores e dignos das mais duras repreensões e censuras.

Pedro Marcio manteve, em linhas gerais, o sistema de trabalho empregado pelo seu antecessor imediato, tratando dos assuntos (política eclesiástica-temporal, aquisições de privilégios, construções etc.) de forma semelhante a Giraldo. Entretanto, a narrativa de Pedro Marcio se diferencia da de Giraldo ao diminuir o tratamento panegírico com contornos hagiográficos conferidos a Gelmírez – a morte do arcebispo foi a principal razão dessa mudança. Sob a pena do último autor da HC, uma abordagem mais ponderada ganha espaço. Nas palavras de Lopez Alsina (1988, p. 80), “[...] Gelmírez se humaniza e ao lado do ancião venerável, sábio e virtuoso, não se ocultam defeitos, cuidadosamente silenciados por Giraldo”.

Diferentemente dos autores anteriores, Pedro Marcio não se identificou em seus capítulos. A tentativa de preservar sua identidade estava associada à sua pretensão de relatar os episódios com neutralidade e imparcialidade, sobretudo, aqueles nos quais o corpo capitular compostelano esteve envolvido. O caso mais emblemático foi o da segunda rebelião compostelana, ocorrida em 1136. A participação de cónegos na articulação do movimento fez com que Pedro Marcio redobrasse os cuidados na supressão de nomes, evitando assim rugas

com seus pares, haja vista que muitos ainda estavam vivos no período em que compõe o seu relato.

Apesar de não se reconhecer como testemunha ocular da insurreição, Pedro Marcio parece tê-la vivenciado de perto devido à sensibilidade de seu texto – ainda que, se comparado ao de Giraldo (sobre os eventos de 1116-1117), seja menos pródigo em pormenores e não haja diálogos. Podemos conjecturar que o relato mais curto e conciso de Pedro Marcio seja consequência de sua redação sob o arcebispado de Pedro Elías, haja vista que o antigo deão compostelano foi um dos cônegos que esteve envolvido na tentativa de eliminação física de Gelmírez. Ao permitir o término da obra, o novo arcebispo pôde supervisionar os escritos e garantir que seria eximido de qualquer responsabilidade atrelada à sublevação compostelana de 1136 (LOPEZ ALSINA, 1988). Por outro lado, o fato de os últimos capítulos da HC estarem perdidos, na atualidade, é um indicativo de que o último autor possa ter deixado a descrição em segundo plano e explicitado as identidades dos cônegos envolvidos na rebelião.

Quanto às fontes literárias citadas pelos autores da HC, não há surpresas, tendo em conta que se trata de uma obra escrita por cônegos na primeira metade do século XII (FALQUE REY, 1994). Os autores conhecem e citam Cícero e Virgílio – clássicos de grande influência no Ocidente Medieval Cristão -, assim como Salústio, Ovídio e Horácio. Fazem, de igual maneira, referências aos Santos Padres Gregório, Jerônimo e Agostinho, e aos autores tardo-antigos Boécio e Isidoro de Sevilha. Como não poderia deixar de ser, porções bíblicas percorrem toda a crônica e são empregadas de acordo com a situação narrada e a intenção do autor. As passagens são selecionadas para fortalecer ou enfraquecer, legitimar ou deslegitimar ações, pessoas, grupos ou instituições à conveniência do patrocinador da obra.

Portanto, estamos diante de uma obra impactada pelas tensões de seu tempo. Seus autores tiveram dificuldades em disfarçá-las ou ocultá-las, pois foram agentes dos processos que narraram. Tinham um partido a defender e não se furtaram de tal tarefa mesmo que, para

isso, fosse necessária grandiosa habilidade discursiva. Se o fato de serem pró-gelmirianos traz como consequência imediata a unilateralidade de seus relatos, por outro lado, a evidencia. Não há meios-termos quando o que está em jogo é a reputação, a autoridade e o exercício do poder por Diego Gelmírez. Cabe ao leitor estar atento para não se deixar entorpecer pelas narrativas altamente sedutoras e persuasivas dos cronistas. E esse percorrido acerca dos elementos extra e intratextuais da HC procurou, justamente, reunir informações e conhecimentos suficientes para a não-naturalização de sua escrita e dos seus processos de preservação e circulação, de modo a instrumentalizar e qualificar a nossa análise das rebeliões compostelanas do século XII.

No capítulo seguinte, apresentamos os estudos de historiadores que já se debruçaram sobre as insurreições, aprofundando o debate na causa central dos movimentos revoltosos.

## 2 FIXOS E FLUXOS: A POLÍTICA DE EXALTAÇÃO DA SÉ DE COMPOSTELA

*[...] Temos no Evangelho: De dois no leito, um será tomado e o outro deixado; de dois que estejam morrendo, um será tomado e o outro abandonado; de dois que estejam no campo, um será tomado e o outro deixado, no campo, quer dizer no ministério da Santa Igreja como no campo do Senhor, trabalha o que mostra tanta preocupação e cuidado para a igreja que preside, com tanta solícitude cultiva o campo a ele encomendado, como convém, a saber, cultivando o que deve ser cultivado, extirpando o que deve ser extirpado, renovando o que deve ser renovado, edificando o que deve ser edificado (HC, 1994, p. 401).<sup>96</sup>*

Este capítulo, à semelhança do anterior, está dividido em duas partes. A primeira foi destinada a apresentação e crítica das análises dos historiadores que trataram das rebeliões compostelanas do século XII. Como veremos, eles podem ser divididos em duas correntes historiográficas – político-econômica e sociorreligiosa - em razão da forma como foram lidas as ações dos rebeldes e, sobretudo, seus objetivos. Embora tenhamos predileção pela segunda matriz explicativa, indicamos os avanços e as limitações de ambas na elucidação das sedições. A segunda parte deste capítulo trata da principal causa dos movimentos insurrecionais – a política de exaltação da sé de Compostela -, apontando para o propósito central que moveu a atuação de suas lideranças: a reforma do sistema espacial compostelano. A escolha por nos apoiarmos principalmente na corrente sociorreligiosa, na construção de nosso estudo, justifica-se pela profundidade com que seus autores examinam as rebeliões, assim como pela compatibilidade teórico-conceitual na apreensão dos acontecimentos que abalaram a ordem senhorial-episcopal, em Santiago de Compostela, nos anos 1117 e 1136.

---

<sup>96</sup> “[...] Tenemos en el Evangelio: De dos en el lecho, un será tomado y otro será dejado; de dos que estén moliendo, uno será tomado y otro será abandonado; de dos que estén en el campo, un será tomado y otro será dejado, en el campo, es decir en el ministerio de la Santa Iglesia como en el campo del Señor, trabaja el que muestra tanta preocupación y cuidado hacia la iglesia que preside, con tanta solícitud cultiva el campo a él encomendado, como conviene, a saber, cultivando lo que ha de cultivarse, extirpando lo que ha de extirparse, renovando lo que ha de renovarse, edificando lo que ha de edificarse” (HC, 1994, p. 401).

## 2.1 DIÁLOGOS HISTORIOGRÁFICOS

No decorrer do século XX, com a profunda transformação da prática historiográfica conduzida pela *École des Annales* (Escola dos Annales), houve o alargamento dos objetos investigados pelos historiadores, a redefinição de fonte histórica e o aperfeiçoamento de técnicas metodológicas destinadas à sua análise (BURKE, 1991). Na esteira da História Social e da Nova História Política, em particular, temas outrora negligenciados, preteridos ou relegados foram trazidos ao centro das preocupações e debates.<sup>97</sup> Exemplo disso, no âmbito dos estudos voltados para o Ocidente Medieval Cristão, são os protestos, as revoltas e as rebeliões, movimentos ocorridos entre as décadas finais do século XI e princípios do século XV, que despertaram a atenção dos profissionais dedicados à elaboração de chaves explicativas do passado.

Em território ibérico, especificamente, as sublevações cidadinas que irromperam em diversos enclaves da principal rota de peregrinação a Santiago de Compostela, no século XII, constituíram-se, nas últimas décadas, em um fenômeno de destaque da história social hispânica, atraindo o olhar de renomados investigadores – em sua maioria de origem espanhola ou hispanofalantes. Desde o estudo inaugural de Luis Vázquez de Parga, que veio à luz em 1945, até as publicações mais recentes de Ermelindo Portela Silva e María del Carmen Pallares Méndez, a partir de finais dos anos 1980, os movimentos compostelanos foram explicados, desde o ponto de vista das suas causas e objetivos, de maneira semelhante. No entanto, H. Salvador Martínez e Christopher James Forney romperam, em alguma medida, com o consenso historiográfico então predominante, lançando luzes para aspectos outrora negligenciados ou sequer considerados.

---

<sup>97</sup> Na obra *Domínios da História*, destinada a apresentar as principais dimensões da história, variados autores demarcam a ampliação, ao longo do século XX, dos temas abordados pelos historiadores. No campo da História Social e da Nova História Política, tal alargamento ocorreu, dentre outros motivos, em razão da valoração de grupos sociais outrora negligenciados (CARDOSO; VAINFAS, 1997).

Nesse sentido, os trabalhos historiográficos com os quais dialogamos podem ser divididos em dois grupos que, coincidentemente, se sucedem no tempo: a) os que apreendem as rebeliões compostelanas a partir de questões político-econômicas, isto é, das aspirações dos cidadãos por autonomia de governo e controle do mercado urbano; e b) os que analisam as insurreições como eventos mais complexos e originados por causas diversas, com preeminência dos fatores de natureza social-religiosa. Em outras palavras, segundo essa linha investigativa, as sublevações foram respostas às transformações nos costumes e práticas litúrgicas compostelanas e à exclusão da maior parte dos habitantes de Compostela em sua própria cidade. Por considerarmos ambas as posições valorosas – mesmo com predileção pela última -, apresentamos doravante a forma como cada um dos autores, com os quais tivemos contato ao longo de nossa pesquisa, abordou a temática das rebeliões compostelanas do século XII.

A leitura dos textos historiográficos foi realizada levando em consideração três questões centrais, as quais estão em consonância com os objetivos desta tese, devidamente apresentados na introdução, a saber: 1) as causas elencadas pelo autor para esclarecer a origem das rebeliões; 2) os sujeitos históricos envolvidos nas sublevações e seus interesses desde a ótica do investigador; e 3) a sua compreensão a respeito das relações políticas estabelecidas entre eles. Obviamente que cada trabalho carrega consigo particularidades relacionadas a tamanho e formato (artigo, capítulo de livro), além de enfoque e objetivos da pesquisa. Em virtude disso, não nos furtamos de apresentar dados adicionais que contribuam para o entendimento da perspectiva do estudioso. Destacamos, por fim, que os textos foram selecionados – para além da óbvia notoriedade acadêmica - tendo como referência um único critério: ter as rebeliões compostelanas do século XII como objeto central do estudo.

### 2.1.1 As rebeliões compostelanas desde a perspectiva político-econômica

O primeiro trabalho monográfico – que temos notícia - a tratar das rebeliões compostelanas do século XII é o artigo *La revolución comunal de Compostela en los años 1116 y 1117*, de Luis Vázquez de Parga (1908-1994), publicado em 1945. De acordo com Vázquez de Parga (1945, p. 685), “[...] o movimento dos burgueses de Compostela foi favorecido, se não provocado, pela situação política confusa em que se encontrava o reino castelhano-leonês, e mais particularmente Galiza, no segundo decênio do século XII”. Tal contexto político de instabilidade era, na visão do autor, consequência de disputas aristocráticas, envolvendo laicos e eclesiásticos, pelo governo e autonomia do reino galego. De um lado, estavam os que defendiam Urraca I (1109-1126) e seu direito de reinar sobre os territórios que integravam a coroa de Leão e, de outro, aqueles que depositavam em seu filho, Alfonso Raimúndez (futuro Alfonso VII), suas aspirações político-econômicas voltadas para a Galiza.

Assim que os enfrentamentos foram momentaneamente findados em 1116, em razão do pacto de paz firmado entre Urraca e Diego Gelmírez – partidário de Alfonso Raimúndez -, “[...] os burgueses de Compostela, aborrecidos porque ao se restaurar a harmonia entre o bispo e a rainha já não podiam pensar em obter pacificamente as vantagens que pretendiam, provocaram a revolução urbana, que privou Gelmírez do governo da cidade durante quase um ano [...]” (VÁZQUEZ DE PARGA, 1945, p. 688). O movimento foi dirigido, segundo o historiador espanhol, por uma irmandade composta pelos burgueses mais ricos e influentes e grande parte do clero citadino. Ao assumirem o governo de Compostela, eles revolucionaram a constituição urbana e anularam a autoridade do senhor-bispo (VÁZQUEZ DE PARGA, 1945).

Vázquez de Parga (1945, p. 702) ainda afirma que os conspiradores “[...] nunca pretenderam tampouco estender sua autoridade fora do recinto citadino [...]”. E que o movimento compostelano foi de um “caráter plenamente comunal” – termo que elege como o

mais adequado para caracterizá-lo, seja pela compreensão de comuna enquanto “[...] a cidade em seu sentido jurídico, caracterizada pela possessão de um órgão de administração autônomo [...]”, seja pela sua definição como “[...] associação jurada dos burgueses [...]” mediante a qual esses contraíram a obrigação de ajuda mútua em qualquer ocasião (VÁZQUEZ DE PARGA, 1945, p. 702). Por fim, o autor manifesta seu entendimento de que o fato de a revolução comunal ter obtido apenas um triunfo transitório, não faz dela menos completa (VÁZQUEZ DE PARGA, 1945).

Quase duas décadas depois, em 1964, Reyna Pastor de Togneri (1931-2022) publicou o artigo *Las primeras rebeliones burguesas en Castilla y León (siglo XII): análisis histórico social de una coyuntura*. Texto que, anos mais tarde, foi incorporado à obra *Conflictos sociales y estancamiento económico en la España medieval* (1973), impressa pela editora barcelonesa Ariel. Pastor de Togneri, ao estudar as rebeliões burguesas do século XII ocorridas em Leão, Castela e Galiza, defende um olhar regional para o fenômeno. Conforme Pastor de Togneri, seu eixo é “[...] o caminho das peregrinações a Santiago de Compostela e sua zona de influência” (PASTOR DE TOGNERI, 1973, p. 17). Para a autora, há um corte claro entre os levantamentos urbanos do século XII e os do século XIII, de tal modo que é possível assinalar peculiaridades em relação ao primeiro desses períodos. Uma dessas características compartilhadas foi a conjuntura de crise demográfica, política, social e econômica, entre os anos de 1110 e 1117, em que eles se concentraram e contra a qual os burgueses se pronunciaram – dado que esse contexto crítico obstaculizava seu desenvolvimento e expansão (PASTOR DE TOGNERI, 1973).

A historiadora argentina radicada em Espanha, quanto à extração social dos participantes da primeira rebelião compostelana, ressalta que foi menos homogênea – se comparada a outras contemporâneas - por ser Compostela uma cidade maior, mais rica e estratificada. A coalizão rebelde era formada por “[...] um número de burgueses importantes e

alguns cônegos ‘familiares’ do bispo” (PASTOR DE TOGNERI, 1973, p. 76).<sup>98</sup> O que unia esse grupo de enfrentamento era o “[...] ódio ao bispo [...]” e o anseio de alcançar objetivos diversos “[...] por meio de uma ação conjunta e coincidente”. O clero, em particular, opunha-se a Diego Gelmírez “[...] por inveja e pelo descontentamento que ocasionou a proporção determinada pelo bispo na repartição dos benefícios territoriais, dos bens móveis, etc.” (PASTOR DE TOGNERI, 1973, p. 79-80).

Quanto aos burgueses, Pastor de Togneri destaca da classe a “[...] vontade de segregação do sistema de renda senhorial [...]”, isto é, o desejo que tinham de “[...] participar, separadamente, dos benefícios dessa renda, sobre a base da autonomia e através da apropriação do controle do mercado” (PASTOR DE TOGNERI, 1973, p. 87). Em Compostela, a presença do senhor-bispo proporcionou um maior e mais perfeito controle na aplicação dos seus direitos feudais de tal forma que o seu poder “[...] tomou todas as características de uma ‘empresa’ dedicada à exploração econômica das peregrinações, fontes da riqueza tipicamente comercial, que tendeu a estabelecer o monopólio e o controle do mercado” (PASTOR DE TOGNERI, 1973, p. 87).

O objetivo dos compostelanos se sintetizavam, assim, “[...] no desejo de obter a autonomia política que permitisse ao grupo patricio o controle do mercado” (PASTOR DE TOGNERI, 1973, p. 88). A historiadora ainda explica que a irmandade – facção composta por burgueses e cônegos compostelanos -, ao assumir o governo da cidade, atuou em um “[...] duplo plano – que implicam conceitos diferentes de comuna: como uma associação jurada de burgueses para se ajudar mutuamente ou como governo da cidade [...] poder que, ainda que de fato e temporário, foi realmente autônomo” (PASTOR DE TOGNERI, 1973, p. 82). Os

---

<sup>98</sup> Cônegos da catedral de Santiago estiveram envolvidos diretamente na articulação das duas rebeliões estudadas nesta tese. O uso do termo familiar se deve à suposta proximidade que tinham com Diego Gelmírez.

irmanados ditaram leis e impuseram funcionários até a perda da causa durante a “grande revolução de 1117”.

Pastor de Togneri (1973, p. 93) considera, finalmente, que o extremo grau de violência e crueldade protagonizado pelos compostelanos, em 1117, “[...] demonstra até que ponto estava rompido o sistema senhorial de valores [...]” – cuja expressão mais profunda foi a “[...] dessacralização das figuras do bispo e da rainha” (PASTOR DE TOGNERI, 1973, p. 95). Mesmo diante dos atos ignominiosos sofridos, Diego Gelmírez – a contragosto de Urraca - toma uma atitude benevolente para com os acusados, revelando seu especial desejo de retorno à normalidade e respeito aos burgueses em seu pior momento (PASTOR DE TOGNERI, 1973).

Seguindo parte das proposições de Reyna Pastor de Togneri, Carlos Estepa Díez (1949-2018) publicou, em 1974, um estudo acerca das rebeliões citadinas do século XII nomeado *Sobre las revueltas burguesas en el siglo XII en el Reino de León*. Para Estepa Díez, as revoltas burguesas do século XII possuíram um caráter claramente antissenhorial. Foi contra a pressão, sobretudo econômica, exercida pelos senhores que governavam as cidades, que os artesãos e comerciantes se insurgiram. No caso do senhorio episcopal de Santiago, “[...] graças a um maior grau de desenvolvimento urbano [de Compostela], comportava-se como uma autêntica empresa senhorial, quer dizer, uma exploração econômica das peregrinações e do tráfico mercantil que chegava à cidade” (ESTEPA DÍEZ, 1974, p. 298). O chefe desse senhorio, Diego Gelmírez, “[...] exercia uma espécie de monopólio fundado no progresso da cidade [...]”, contra o qual a burguesia compostelana lutou, tendo em vista “[...] a eliminação das cargas a que estavam sujeitos e o controle do sistema *vilicario*” (ESTEPA DÍEZ, 1974, p. 298-299).

Por outros termos, os objetivos dessa burguesia estavam concentrados em um mais geral: “[...] acessar o controle do movimento comercial de que desfrutava Santiago [...]”, ou seja, dominar o mercado de Compostela por meio da “[...] deposição, controle e nomeação dos *vilicos* ou vigários pelas funções econômicas que desempenhavam” (ESTEPA DÍEZ, 1974, p.

298-299). Quanto à origem social dos insurgentes, o historiador espanhol frisa que, junto aos burgueses, havia “[...] alguns cônegos (bem por sua procedência burguesa, bem pela inimizade pessoal e rivalidade com Gelmírez) [...]” (ESTEPA DÍEZ, 1974, p. 298). Organizados em uma irmandade, esses governaram a cidade durante um ano (1116-1117), possuindo Gelmírez, no decorrer de tal período, o senhorio apenas de maneira nominal. O autor afirma ainda que o desenlace negativo para os rebeldes foi em razão da “[...] pouca solidez de suas posições, devido à heterogeneidade das forças sociais e políticas que entraram em jogo” (ESTEPA DÍEZ, 1974, p. 302).

Estepa Díez (1974, p. 297) alerta finalmente sobre o potencial equívoco que é compreender as revoltas urbanas como “[...] uma luta para conseguir a autonomia municipal, quer dizer, uma independência de caráter jurídico”. Ao seu ver, “[...] mais que a conquista de autonomia de caráter jurídico, trata-se de conseguir direitos que denotem a proteção e independência nessas atividades [econômicas]” (ESTEPA DÍEZ, 1974, p. 297). O que os compostelanos desejavam era o livramento das dificuldades econômicas impostas pelos senhores, era a consecução de algo benéfico aos seus interesses. Para o autor, a “mentalidade pactista” dos burgueses impede o entendimento das revoltas como manifestações antissenhoriais desde o ponto de vista jurídico, todavia, o emprego de tal definição é válido e útil desde o olhar “[...] da convulsão social, do ataque às estruturas tradicionais da sociedade feudal [...]” (ESTEPA DÍEZ, 1974, p. 301).

Na década seguinte, em 1987, a tese de doutoramento de José Barreiro Somoza – defendida na Universidad de Santiago de Compostela, no ano de 1983 - foi editada sob o título *El señorío de la Iglesia de Santiago de Compostela (siglos IX-XIII)* pela *Diputación de A Coruña*. Em sua investigação, Barreiro Somoza dedicou a maior parte do capítulo três (da segunda parte da obra) à análise dos movimentos compostelanos da primeira metade do século XII. É válido ainda informar que o autor, em 1985, publicou o artigo *A tensión dialéctica entre*

*burguesia e señores feudales nas primeiras formaci3ns burguesas de Compostela: 1050-1150*, no qual apresenta argumenta33o semelhante à de sua tese.

Barreiro Somoza advoga que a causa última do enfrentamento de burgueses compostelanos e Diego Gelmírez foi “[...] que o protagonismo da burguesia na constru33o da mesma [Compostela] não era correspondido com um adequado nível de participa33o no governo da cidade” (BARREIRO SOMOZA, 1987, p. 273). O historiador de origem espanhola entende que as revoltas se desenrolaram em um contexto de crise generalizada do sistema feudal e que Gelmírez, enquanto senhor feudal e alto dignitário eclesiástico, ao se preocupar em preservar intactas suas rendas senhoriais, não soube se adequar às demandas cidadinas por autonomia e diminui33o da explora33o senhorial. Ao contrário disso, sua resposta foi “[...] a vincula33o de seus familiares mais próximos aos órgãos de poder [...]” mantendo um “[...] governo absoluto e pessoal sobre a cidade” (BARREIRO SOMOZA, 1987, p. 275-276).

Barreiro Somoza sublinha que a guerra civil em Galiza (expressão dessa conjuntura caótica do sistema feudal) foi ocasionada pela divis33o dos senhores galegos em dois grupos: os que apoiavam Urraca I como rainha e os que defendiam os direitos sucessórios de seu filho, Alfonso Raimúndez, como rei dos galegos. Tal situa33o “[...] permitiu aos cidadãos de Compostela optar pelo partido da rainha e se beneficiar do enfrentamento de dona Urraca com Gelmírez, alcançando o consentimento, ao menos tácito, dessa para prescindir do governo de Gelmírez” (BARREIRO SOMOZA, 1987, p. 281). Ao assumir o governo da cidade, em janeiro de 1117, o patriciado da burguesia, com o apoio de parte do clero catedralício, formou uma irmandade “[...] cujo objetivo fundamental radicava na defesa e pleno exercício do poder adquirido” (BARREIRO SOMOZA, 1987, p. 283).

Barreiro Somoza (1987, p. 276) assinala que a vincula33o de cônegos ao “[...] movimento burguês de Compostela [...] [deveu-se] ao desejo de uma mais elevada participa33o nas rendas do senhorio da cidade e nas que proporcionava a afluência de peregrinos dentro da

própria basílica jacobea”. Por seu turno, os burgueses desejavam sacudir a tutela senhorial para serem eles mesmos “[...] os agentes de suas próprias leis, controlar sua execução e julgar diretamente as causas que entre eles surgissem e, desse modo, verem-se livres da transferência de uma parte substancial das rendas à instância senhorial [...]” (BARREIRO SOMOZA, 1987, p. 273). Em linhas gerais, tanto o cabido quanto os burgueses aspiravam o mesmo desejo: maior lucro. Segundo o autor, “[...] essa palavra [lucro] devia dominar e presidir por inteiro a vida dos compostelanos, fossem clérigos ou laicos, que se encontravam em uma situação de poder enriquecer cada vez mais” (BARREIRO SOMOZA, 1987, p. 291, nota 391).

Ademais, Barreiro Somoza oferece sua explicação para os ataques violentos a Urraca e Gelmírez (que encarnavam o poder feudal) e à basílica (que simbolizava esse poder e o sacralizava). Enquanto o patriciado urbano seguia um modelo ideológico de luta antisenhorial – pautado em novas instituições de governo –, a massa de cidadãos de Compostela apenas participou da revolta “[...] quando essa pode ser convertida [...] em revolução [...]”. O furor popular era “[...] do tipo que manifestam as pessoas oprimidas e privadas de liberdade nas relações de produção” (BARREIRO SOMOZA, 1987, p. 293). Ao migrar para Compostela, esse povo miúdo sonhava com trabalho livre e com possibilidades de mobilidade social, todavia, depararam-se com um sistema de controle da vida urbana que lhes mantinha “[...] a recordação hostil de exploração senhorial do mundo rural, que haviam deixado para trás” (BARREIRO SOMOZA, 1987, p. 293).

Diferentemente dos estudiosos que lhe antecederam, Barreiro Somoza esboça uma análise da revolta de 1136. Ele não se restringe a notas de rodapé e comentários curtos, mas tece reflexões a respeito da conjuntura político-econômica e das características da segunda revolta compostelana – além de indicar algumas semelhanças e diferenças entre elas. O autor afirma que não houve transformação no sistema gelmiriano de administração urbana de Compostela, após a vitória devastadora de Gelmírez em 1117, em virtude dos enormes gastos

que tinha para manter sua posição. Além das remessas de dinheiro aos grandes centros de poder na Europa, papado e Cluny, o prelado foi obrigado a fazer cada vez mais doações pecuniárias aos reis leoneses Urraca e Alfonso VII (BARREIRO SOMOZA, 1987).

Barreiro Somoza sugere duas causas principais referentes ao levantamento de 1136: a primeira delas é a carestia da vida urbana, a qual, por sua vez, foi motivada pela especulação, pelo incremento da população citadina, pela atuação de revendedores, pelas fraudes e por uma maior circulação monetária. Ao notar o aumento vertiginoso dos preços, Gelmírez tentou freá-lo (sem sucesso) por meio de um decreto datado de 1133, cuja pretensão central era exatamente regular os preços no mercado. A segunda causa foram as articulações políticas de importantes figuras do cabido catedralício gelmiriano, inclusive na corte régia de Alfonso VII, visando a deposição do arcebispo (BARREIRO SOMOZA, 1987).

Para Barreiro Somoza, a segunda revolta compostelana também assumiu um caráter comunal – até mais definido do que a primeira - devido à generalização do movimento. Assim como ocorreu cerca de vinte anos antes, os burgueses mais influentes, todavia sem formar uma irmandade, assumiram o controle da cidade – renovando as leis e administrando a justiça - através do conselho citadino. Após alcançarem o domínio jurisdicional sobre Compostela, conforme o investigador, “[...] a elite da burguesia compostelana, apoiada pelo alto clero catedralício, recorre à cúria de Alfonso VII, para que esse monarca despoje a Gelmírez definitivamente da sé jacobea, petição que reforçam com a oferta de três mil marcos de prata [...]” (BARREIRO SOMOZA, 1987, p. 298).

Apesar de sua propensão a aceitar a oferta dos burgueses compostelanos, Alfonso VII, diante da pressão de enviados do papado e de Cluny, teve de declinar da proposta. Graças a essas relações com membros da alta hierarquia eclesiástica, Diego Gelmírez – não sem fazer recompensas materiais ao rei e aos legados papais - conseguiu recuperar a plenitude de seu senhorio (BARREIRO SOMOZA, 1987). Barreiro Somoza conclui seu estudo sobre as revoltas

defendendo que não houve mudanças na administração urbana, seja após 1117 ou 1136. Isto é, Gelmírez “[...] manteve até sua morte o domínio íntegro da cidade de Compostela [...]” e o conselho compostelano continuou dependente do poder senhorial por mais de um século (BARREIRO SOMOZA, 1987, p. 301).

No final dos anos 1980, María del Carmen Pallares Méndez e Ermelindo Portela Silva publicaram o artigo *Las Revueltas compostelanas del siglo XII: un episodio en el nacimiento de la sociedad feudal* (1988). Esse estudo inaugurou uma série de outros trabalhos que vieram a ser desenvolvidos pelos historiadores acerca das insurreições compostelanas. Em 1993, Pallares Méndez e Portela Silva deram vez a *Revueltas feudales en el camino de Santiago: Compostela y Sahagún* e, no ano 2000, publicaram também *De Gelmírez a los “Irmandiños”:* *conflictos sociales en la ciudad de Santiago*. Juntos, os autores ainda escreveram a obra *La reina Urraca* (2006), impressa pela editora Nerea. Já em 2016, veio à luz *Diego Gelmírez (c. 1065-1140): el báculo y la ballesta*, cuja edição foi feita pela Marcial Pons – a autoria desse último é apenas do professor Portela Silva. Em tais obras, eles dedicam seções aos movimentos ocorridos em Compostela, porém sem modificar a estrutura interpretativa que propuseram na primeira investigação. Diante disso, optamos por restringir nossa análise, neste capítulo, à obra de 1988.

Pallares Méndez e Portela Silva (1988, p. 99) apontam – tomando como referência o estudo de Pastor de Togneri - que as revoltas urbanas foram manifestações de um contexto de crise, “[...] de reformulação da divisão de poderes [...]” que teve lugar no reino castelhano-leonês com “[...] o estabelecimento do sistema de poder que corresponde ao feudalismo, cuja plena configuração ocorreu no século XII”. De modo mais específico, indicam que os primeiros anos do reinado de Urraca I correspondem a uma etapa crítica que propiciou aos conflitos urbanos alcançarem seu ponto culminante. E mais, que o reino galego, particularmente Compostela, tornou-se cenário privilegiado de enfrentamentos (com o envolvimento de

diferentes grupos sociais), dado que um setor da aristocracia galega defendia os direitos sucessórios de Alfonso Raimúndez em prejuízo de sua mãe, a rainha Urraca.

No que diz respeito à composição social das revoltas compostelanas, para Pallares Méndez e Portela Silva (1988, p. 89), “[...] são três, sem excluir outros que possam ser considerados secundários, os núcleos principais que entram em relação [ao longo dos conflitos]: o bispo, os habitantes da cidade - neste sentido, burgueses - e os monarcas”. Os historiadores espanhóis ainda insistem que “[...] uma apresentação do problema que faça parecer a relação entre o bispo, senhor da cidade, e seus habitantes como exclusiva ou como fundamental nos parece que não se ajusta exatamente aos dados disponíveis e impede sua valoração adequada” (PALLARES MÉNDEZ; PORTELA SILVA, 1988, p. 89), uma vez que a presença direta ou indireta dos reis, Urraca e Alfonso VII, foi uma constante nos enfrentamentos de Santiago.

Pallares Méndez e Portela Silva, inclusive, dividem em duas fases a evolução da primeira revolta compostelana, levando em consideração as ações políticas de Urraca: a primeira delas corresponde ao período em que os sublevados, contando com o apoio da rainha, governam a cidade de maneira pacífica e com o uso de uma propaganda adequada – sem anular de todo o papel do bispo. A segunda fase, por sua vez, caracteriza-se por uma progressiva radicalização das ações da irmandade (luta armada), quando essa não mais dispõe da anuência da soberana, ao contrário, nota a sua aproximação a Diego Gelmírez (PALLARES MÉNDEZ; PORTELA SILVA, 1988).

Os autores entendem que o interesse fundamental perseguido pelos burgueses (clérigos e laicos) era alcançar, por meio do apoio de Urraca, a direção da “[...] vida da cidade de Santiago, através de seus dois pilares básicos, a igreja e o mercado” (PALLARES MÉNDEZ; PORTELA SILVA, 1988, p. 91). Aos clérigos citadinos importava o controle da instituição capitular que Gelmírez havia organizado, enquanto os laicos almejavam a independência da atividade mercantil de modo a permitir um desenvolvimento mais cômodo de seus negócios.

Apesar de nutrirem objetivos específicos, tanto clérigos quanto laicos tinham a mesma aspiração: a direção da vida urbana (PALLARES MÉNDEZ; PORTELA SILVA, 1988).

Quanto à organização dos rebeldes, Pallares Méndez e Portela Silva (1988, p. 91) destacam o papel da irmandade jurada como “[...] a expressão da direção do movimento, a que agrupa aos dirigentes, aos verdadeiramente interessados em disputar o poder do bispo [...]”. Os irmanados eram os cidadãos mais poderosos e os que visavam ao controle dos cargos de poder da cidade, como os de *uillicus* e prior. O insucesso de suas aspirações deveu-se à mudança de comportamento de Urraca ao optar por reforçar sua “[...] aliança com o bispo, com seu filho e com a aristocracia que o defendia, do que uma nova distribuição de poderes que beneficiaria aos cidadãos de Santiago” (PALLARES MÉNDEZ; PORTELA SILVA, 1988, p. 94).

Pallares Méndez e Portela Silva avançam em suas argumentações em direção à segunda revolta compostelana, mas não sem antes destacar que há “[...] uma estreita relação entre ambas, de maneira que a segunda agitação completa, e em determinados aspectos, explica, na medida em que permite conhecer melhor suas consequências, a primeira” (PALLARES MÉNDEZ; PORTELA SILVA, 1988, p. 94). Assim como em 1116-1117, o movimento de 1136 foi obra da articulação de clérigos e laicos, e o rei Alfonso VII (à semelhança de sua mãe) foi protagonista no processo insurrecional. Para os pesquisadores, também na segunda revolta podem ser distinguidas duas etapas: “[...] Na primeira fase, o objetivo é, buscando como sempre o apoio do monarca, a deposição de Gelmírez e o controle do governo da cidade”. Ao passo que, na segunda fase, se manifesta uma “[...] mudança de objetivo: não se trata agora de depor o bispo, mas de buscar sua eliminação física” (PALLARES MÉNDEZ; PORTELA SILVA, 1988, p. 96-97).

Por outro lado, Pallares Méndez e Portela Silva buscam demarcar diferenças entre os movimentos, afirmando que, na segunda revolta, está clara a participação de uma nobreza de segunda fila junto aos rebeldes urbanos, bem como a fusão da *germanitas* e da assembleia do

clero e povo em um *concilium* que atua como governo da cidade. Por outros termos, “[...] enquanto [que] na primeira ocasião [revolta] se recorre à rainha antes de criar a irmandade, agora o conselho coligado baixo juramento e em atuação é que trata com o rei” (PALLARES MÉNDEZ; PORTELA SILVA, 1988, p. 97-98). Os autores sugerem que uma das consequências da primeira revolta foi a maior participação dos habitantes de Compostela nos assuntos de governo da cidade, como no decreto de 1133, pelo qual se buscou regular diversos aspectos da vida econômica urbana.

Por fim, Pallares Méndez e Portela Silva defendem o uso da expressão revoltas urbanas, em detrimento de revoltas burguesas, para qualificar os movimentos compostelanos do século XII. Para eles, o termo burguês pode conduzir a leituras equivocadas, como a caracterização dessas revoltas de antifeudais. Os pesquisadores entendem as cidades como elementos constitutivos e integrantes da sociedade feudal, portanto, influentes nela. “[...] É a cidade, são seus grupos sociais dominantes os que aspiram [a] participar na direção da sociedade feudal [...]. Não se trata, pois, de revoltas antifeudais, mas precisamente de revoltas feudais” (PALLARES MÉNDEZ; PORTELA SILVA, 1988, p. 99).

### **2.1.2 As rebeliões compostelanas desde a perspectiva sociorreligiosa**

Em 1992, H. Salvador Martínez (1936) lançou, pela editora Tecnus, a obra *La rebelión de los burgos: crisis de estado y coyuntura social*. No capítulo doze, intitulado *Rebelión en Santiago*, o especialista em literatura medieval faz uma descrição – tendo como base a *Historia Compostelana* - dos acontecimentos que compõem a primeira rebelião compostelana. Na sequência, em *Conclusiones y epílogo*, ele apresenta propriamente sua análise desse movimento rompendo, em certo sentido, com a interpretação historiográfica dominante.

Na visão de Salvador Martínez, a primeira rebelião feita pelos compostelanos deve ser compreendida, antes de tudo, como um desdobramento da conjuntura político-social anárquica que se seguiu à morte de Alfonso VI, no reino de Leão. O segundo casamento de Urraca, entre outras consequências, trouxe o tema da sucessão do reino galego ao centro do debate – que, em pouco tempo, foi transformado em luta pela secessão, na qual Pedro Fróilaz e Diego Gelmírez foram os principais articuladores. Fróilaz e Gelmírez, ao entronizarem Alfonso Raimúndez como rei de Galiza, contra a vontade de Urraca, em princípios de 1116, criaram as condições para que a rainha, ao fim e ao cabo, condescendesse com a ação de burgueses na expulsão de oficiais da administração citadina vinculados ao bispo: Gundesindo (irmão de Gelmírez e *uillicus*) e Pedro (sobrinho de Gelmírez e prior do capítulo) (SALVADOR MARTÍNEZ, 1992).

Junto a essa questão política mais ampla, Salvador Martínez aponta para aspectos da política interna citadina – as relações entre Diego Gelmírez e os compostelanos - como fundamentais para entender o despertar das ações dos rebeldes. Para os líderes da irmandade (organismo de oposição ao bispo), os métodos do prelado, isto é, seu nepotismo e sua forma autoritária de exercer o poder, eram intoleráveis: Gelmírez havia transformado a sede de Santiago em um negócio de família. A esses fatores, ainda de acordo com o autor, devemos acrescentar os interesses pessoais – mormente de clérigos curiais, insatisfeitos com a repartição dos benefícios eclesiásticos. Aliás, pode-se dizer que as revoltas de Compostela “[...] foram produto das ambições de dois grupos de poder que estavam na cúria de Gelmírez, nos quais somente tomaram parte alguns burgueses e, em muito menor medida, o povo” (SALVADOR MARTÍNEZ, 1992, p. 338-339).

Ainda que afirme que a revolta compostelana “[...] foi, pois, uma revolta que teve suas origens principalmente em motivos econômicos e na satisfação de ambições pessoais de um punhado de eclesiásticos descontentes e ambiciosos burgueses” (SALVADOR MARTÍNEZ, 1992, p. 338), Salvador Martínez (1992, p. 341) destaca que, para muitos clérigos, “[...] o

aspecto econômico da revolta provavelmente era menos importante do que a preservação de suas tradições, destruídas por Gelmírez”. Por outras palavras, o ódio sentido por esse grupo contra ele tinha raízes mais profundas, vinculadas às “[...] reformas vindas de França [que o bispo promoveu], tanto no terreno litúrgico-religioso como no social [...]”, e a sua predileção por clérigos franceses em postos e tarefas de máxima importância para a sua diocese (SALVADOR MARTÍNEZ, 1992, p. 340).

Salvador Martínez defende que a importação de práticas litúrgicas francesas em uma “[...] sociedade tão conservadora como a galega do século XII [...]”, e na qual a estrutura eclesiástica visigoda foi perpetuada quase ininterruptamente, gerou “[...] grande oposição no clero local, pois sabemos que entre os líderes da rebelião se encontravam também cônegos da catedral [...]” (SALVADOR MARTÍNEZ, 1992, p. 340-341). Em meio aos cabeças do movimento, havia igualmente ricos burgueses que “[...] aspiravam, contra o bispo, [a]o controle do comércio citadino e [a] uma maior participação nos benefícios que deixavam [a]os peregrinos” (SALVADOR MARTÍNEZ, 1992, p. 309). O fato de os principais líderes da irmandade serem galegos permite ao investigador concluir que a rebelião se “[...] originou entre nativos e não entre os povoadores vindos de fora, como já se sustentou” (SALVADOR MARTÍNEZ, 1992, p. 339).

O principal objetivo perseguido pelos irmanados foi, conforme Salvador Martínez, autonomia ou independência jurídica. O que desejavam era assumir o “[...] governo da cidade, secularizar o senhorio e pôr em prática seus próprios estatutos” (SALVADOR MARTÍNEZ, 1992, p. 337). Apesar de terem alcançado o controle da vida urbana por um ano, os rebeldes viram sua causa fracassar. Os castigos recebidos foram severos, dado que “[...] a revolta afetou pessoalmente a rainha e produziu mortos, e não há nenhum indício de que os líderes [da irmandade] regressaram à cidade estando Gelmírez vivo” (SALVADOR MARTÍNEZ, 1992, p. 342).

Em 2011, Christopher James Forney publicou o artigo *Spaces of exclusion in twelfth-century Santiago de Compostela*, no qual lançou novas luzes às causas que provocaram as rebeliões compostelanas do século XII. Para James Forney (2011, p. 59), a principal motivação dos eventos que ocorreram em Compostela foi a dinâmica espacial desenvolvida por Diego Gelmírez e seus antecessores que, ao promover modificações no espaço urbano e ao elaborar leis a fim de incentivar as peregrinações e o acolhimento do público de peregrinos estrangeiros, “[...] excluiu, em grau cada vez maior, os compostelanos nativos”. Os espaços de exclusão, afirma ele, “[...] atuavam em toda a cidade e se concentraram em certos focos de seu centro: os edifícios da comunidade canônica de Santiago, o complexo catedral-palácio (as duas estruturas haviam sido literal e praticamente unidas) e o santuário de São Tiago” (FORNEY, 2011, p. 59-60). Esses dois últimos, especialmente, dado que sustentavam o poder do episcopado sobre a cidade e sua política pró-peregrinação, eram os espaços que, por excelência, geravam ressentimento e insatisfação nos locais.

James Forney também assinala que as reformas episcopais, sobretudo aquelas dirigidas por Gelmírez, para refletir tradições e formas estrangeiras de culto (mais familiares aos peregrinos), distanciaram todos os compostelanos, fossem clérigos ou leigos, de sua cidade e do governo episcopal. A própria construção da catedral românica de Santiago – iniciada na década de 1070, tendo como principal objetivo aumentar a funcionalidade do templo como centro de peregrinação -, a partir de referenciais franceses, “[...] fortaleceu ainda mais as conexões da catedral tanto com um espaço estrangeiro, inter-regional, quanto com o espaço da autocracia episcopal”, de tal modo que, “[...] para os compostelanos, a catedral era o coração de um espaço de peregrinação que não era deles, lotado de estranhos o ano todo [...]”, e que obliterava suas tradições (FORNEY, 2011, p. 70).

Um dos principais exemplos desse dismantelamento das tradições compostelanas por Gelmírez foi a remodelação do altar catedralício. As crenças correntes “[...] eram de que o altar

então existente havia sido construído pelos discípulos de Tiago no momento de seu sepultamento, e os cônegos de Santiago se opunham às reformas, temendo que, se o santuário fosse alterado, incorreriam em punição divina” (FORNEY, 2011, p. 73). Porém, Gelmírez, no início de seu bispado, ocultou o altar antigo e redesenhou um novo para que os peregrinos fossem mais bem acomodados e tivessem acesso visual a todas as partes da igreja. Para os compostelanos, “[...] a tradição que ligava o antigo altar a são Tiago por meio do trabalho manual de seus discípulos havia sido subvertida”. O vínculo entre a catedral e são Tiago havia sido cortado. O prelado “[...] mudou a natureza do santuário de sua igreja; em vez do santuário de Santiago, tornou-se o de Gelmírez” (FORNEY, 2011, p. 81).

Quando os compostelanos se rebelaram em, 1116-1117, de acordo com James Forney (2011, p. 60), “[...] eles procuraram obliterar ou reformar esse espaço [urbano]”. O objetivo das ações da irmandade (grupo composto por cônegos da catedral e parte da elite urbana) era se apropriar dos espaços centrais de uma cidade que lhes excluía. Espaços que promoviam a ordem e a hierarquia religiosa – fortes bastiões do poder episcopal - foram incorporados ao novo espaço cívico e conspiratório tão logo os irmanados assumiram o controle citadino. No entanto, como sublinha o autor norte-americano, os rebeldes também lançaram mão da destruição, essencialmente do complexo catedral-palácio, pois esse “[...] incorporava e engendrava algo que os compostelanos não podiam ou não desejavam controlar. Esse ‘algo’ era a reprodução da peregrinação e a exclusão que ela acarretava” (FORNEY, 2011, p. 75). Além do mais, com isso, os cidadãos negavam a Gelmírez o seu poder material sustentado por esses edifícios.

James Forney (2011, p. 87) conclui seu estudo afirmando que “[...] as rebeliões (tanto a de 1116-1117 quanto a de 1136) foram, em última instância, um fracasso [...]”, uma vez que seus agentes não conseguiram produzir, efetivamente, novos espaços. O fato de a segunda rebelião ter ocorrido exatamente nos mesmos lugares – apesar das duas décadas que separam uma da outra - indica, para ele, “[...] que essa rede espacial continuou a gerar as práticas sociais

(e, portanto, as tensões sociais) [...]” presentes desde antes da primeira. Após 1117, Diego Gelmírez trabalhou na destruição da memória espacial da rebelião e na recuperação dos espaços prejudicados pelos rebeldes, especialmente da estrutura catedral-palácio, a qual retomou sua reprodução silenciosa de peregrinação e poder. Desse modo, o bispo recobrou seu governo sobre Compostela “[...] que foi sendo continuamente reforçado por aqueles espaços (sustentadores do poder episcopal) que a *germanitas* não conseguiu alterar ou subverter” (FORNEY, 2011, p. 88).

### **2.1.3 As rebeliões compostelanas: um estudo de fôlego**

No decorrer das duas seções anteriores, restringimo-nos, principalmente, à exposição das interpretações e análises dos investigadores que já se debruçaram sobre as rebeliões compostelanas do século XII. Aliás, como vimos, os autores podem ser divididos em dois grupos, em função da leitura que fazem dos movimentos desde suas causas e objetivos. A nossa intenção, como não poderia deixar de sê-la, foi a de apresentar a historiografia do tema a partir do foco de nossa pesquisa. Nas linhas que se seguem, avaliamos os estudos expostos e esclarecemos a nossa inserção no debate historiográfico.

O primeiro grupo de pesquisadores, no total de seis – Vázquez de Parga, Pastor de Togneri, Estepa Díez, Barreiro Somoza, Pallares Méndez e Portela Silva -, tem como marca principal a compreensão das sublevações como conflitos político-econômicos. Em linhas gerais, afirmam que os compostelanos se levantaram contra o modo tirânico de governar de Diego Gelmírez, cujos traços mais visíveis eram o nepotismo e a pressão econômica sobre o mercado urbano na forma de tributos senhoriais. Nesse sentido, o que os rebeldes queriam era o afastamento do senhor-bispo (com a radicalização do movimento passaram a desejar até

mesmo sua eliminação física) para que pudessem dirigir Compostela por meio do controle dos cargos da administração citadina, como os de vilico e prior.

A importância desse conjunto de historiadores para o exame das rebeliões compostelanas é inquestionável. Eles foram não só os precursores, os que ofereceram as primeiras chaves de leitura e enquadramentos possíveis dos movimentos, como também os responsáveis pela fabricação de interpretações sofisticadas das relações políticas tecidas entre os agentes implicados nos processos insurrecionais. Entretanto, tais autores ficaram condicionados aos dados oferecidos pela *Historia Compostelana*, o que implicou em construções historiográficas e conclusões semelhantes. A ausência de um aparato teórico-metodológico que lhes permitissem avançar na apreciação das informações disponíveis resultou em repetições discursivas. Ao fazermos estas considerações, não temos como propósito desqualificar esses trabalhos, visto que os entendemos como imprescindíveis na formulação de um estudo denso e crítico acerca das sublevações. Aliás, foram com esses pesquisadores que, em boa medida, dialogamos e sobre os quais também nos apoiamos na elaboração de nossas reflexões e análises.

Sem ignorar esses elementos de natureza político-econômica, Salvador Martínez e James Forney – ambos formando o segundo grupo de pesquisadores - reposicionaram a discussão ao considerarem determinados aspectos sociais-religiosos como de suma importância no entendimento das rebeliões. Enquanto Salvador Martínez foi o primeiro autor (que temos notícia) a identificar as alterações litúrgico-religiosas conduzidas por Gelmírez como fatores nevrálgicos na explicação de suas causas, a originalidade de James Forney reside em ponderar que os movimentos insurrecionais têm um de seus fundamentos na exclusão dos compostelanos promovida pela política pró-peregrinação do senhor-bispo.<sup>99</sup> Dessa forma, os autores avançam,

---

<sup>99</sup> Como advoga Ricardo Córdoba de la Llave (2012), para entender o conceito de exclusão é necessário ter presente o seu contraponto: o conceito de integração. A política pró-Compostela, dirigida pelo poder senhorial-episcopal, ao integrar fluxos variados em decorrência da elaboração de fixos, afastou e rechaçou boa parte de sua população nativa.

cada um ao seu modo, em direções convergentes e acabam por oferecer uma nova perspectiva ao estudo das rebeliões compostelanas.

É preciso ressaltar que James Forney foi o que mais se distanciou do prisma político-econômico por entender que a principal característica desses eventos que sacudiram Compostela, na primeira metade do século XII, foi a busca pela destruição do espaço urbano tecido por Gelmírez e seus antecessores. Diferentemente de todos os outros, inclusive Salvador Martínez, que defenderam a busca por autonomia política e/ou independência das atividades econômicas como o horizonte de expectativas dos compostelanos que se rebelaram, o historiador norte-americano advoga que a reforma do espaço citadino se constituía o centro das ações da irmandade. Os seus líderes desejavam a redefinição dos espaços urbanos, em especial daqueles que institucionalizavam o poder senhorial-episcopal que os excluía e desmantelava suas tradições. Em última instância, os irmanados apelaram para a destruição da rede espacial excludente quando se viram incapazes de lhe atribuir novos significados.

Ainda que os avanços sejam notáveis, há limites nos trabalhos dos dois autores que merecem ser destacados. No caso de Salvador Martínez, inexistente uma metodologia de análise da documentação, assim como um arcabouço teórico que organize suas afirmações. James Forney, por sua vez, dadas as limitações impostas a um artigo, não aprofunda as questões centrais do seu texto e nem desenvolve uma crítica sistemática dos relatos das rebeliões a partir de uma técnica metodológica. Tal lacuna historiográfica – a qual procuramos preencher nas páginas que se seguem – é a principal justificativa e razão de ser desta tese, pois entendemos que tanto os investigadores do primeiro quanto do segundo grupo não desenvolveram uma suficiente pesquisa que tomasse as duas insurreições compostelanas como objeto de estudo e que desse conta, seja dos aspectos político-econômicos, seja dos sociorreligiosos, na construção de uma análise historiográfica.

Defendemos que as rebeliões compostelanas do século XII foram ocasionadas por fatores diversos, de ordem social, religiosa, política e econômica, e que o contexto histórico em que se situam favoreceu a eclosão de ambas. Entendemos que estará fadado ao reducionismo qualquer estudo que desconsidere: a) a política de exaltação da sé de Compostela – manifestada na construção da catedral românica de Santiago, na divulgação de que as relíquias do apóstolo Tiago jaziam em Galiza, no incentivo às peregrinações ao seu santuário e na reforma litúrgico-eclesiástica implementada por Diego Gelmírez - e suas consequências indiretas – exclusão de parte da população nativa e solapamento de suas tradições; b) o governo pouco flexível de Gelmírez – na ótica dos cidadãos que buscavam participar da direção da comunidade urbana; e c) o forte controle exercido pelo senhor-bispo sobre o mercado da cidade. De igual modo, não há como prescindir – na busca por uma avaliação profunda das rebeliões - de uma análise do tumultuado e conflituoso início de governo de Urraca I e das carências pecuniárias suas e de seu filho e sucessor, Alfonso VII.

Dessa maneira, enxergamo-nos como devedores das duas perspectivas apresentadas, respectivamente político-econômica e sociorreligiosa, uma vez que o exame dos dados disponíveis nos permitem verificar e atestar a pertinência de ambas. Todavia, estamos convictos do avanço científico que o emprego dos conceitos de “fixos” e “fluxos”, formulados por Milton Santos, podem resultar no exame das rebeliões compostelanas – especialmente no campo analítico aberto por Salvador Martínez e James Forney -, da mesma forma que o uso da análise narrativa como técnica metodológica destinada à coleta de dados dos elementos narrativos da HC, para que possamos, doravante, à luz do nosso quadro teórico-conceitual e de nossas hipóteses, responder às questões elaboradas e, a seguir, sintetizadas.

A partir da exposição realizada, as seguintes interrogações se impõem como fio condutor de nossa pesquisa doutoral: qual a relação entre a política de exaltação da sé de Compostela e as rebeliões compostelanas? De que maneira a construção da catedral românica

de Compostela e a política episcopal de incentivo às peregrinações influíram nos movimentos revoltosos? Qual era a origem social e os interesses das lideranças rebeldes? Por que esses agentes quiseram destruir a igreja de Santiago, sendo este um monumento central de culto ao apóstolo e garantidor de recursos econômicos à cidade? Qual foi a responsabilidade dos reis, Urraca e Alfonso VII, na eclosão, respectivamente, da primeira e da segunda sublevação? Os líderes das insurreições foram movidos pelo objetivo supremo de destituir Diego Gelmírez de seu cargo de senhor-bispo, ou a destituição era o meio pelo qual vislumbravam a reforma do espaço urbano de Compostela?

Chamamos de política de exaltação da sé de Compostela um conjunto de fluxos, tomados entre o último quartel do século XI e a primeira metade do século XII, que visaram o engrandecimento da igreja de Santiago e o seu despontar como importante centro da cristandade. Iniciada sob o bispado de Diego Peláez (1071-1088), tal política consistiu na edificação de fixos ligados ao culto jacobeu (com destaque para a catedral românica), na divulgação e legitimação de que os restos mortais de Tiago, apóstolo de Jesus, jaziam em Galiza e na atração de peregrinos ao seu santuário. Essas ações foram interrompidas bruscamente – no final da década de 1080 - em virtude do aprisionamento de Peláez, porém retomadas cerca de vinte anos depois, durante o episcopado de Diego Gelmírez, que se notabilizou por feitos e conquistas de grande relevância para sua diocese. Todavia, as transformações geradas pela política pró-Compostela não redundaram apenas em ganhos, e Diego II viu crescer, entre seus capitulares e cidadãos mais destacados, significativa resistência e insatisfação ao projeto de poder que dirigia.

## 2.2 FIXOS E FLUXOS: EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO

Como indicamos, a teoria dos “fixos” e “fluxos” desenvolvida por Milton Santos foi utilizada com o propósito de embasar e sistematizar nossa explicação acerca dos motivos e objetivos que geraram as rebeliões compostelanas. A hipótese levantada é a de que a construção do Caminho de Santiago (fixo condutor<sup>100</sup>) e da catedral românica de Compostela (fixo continente<sup>101</sup>), ao integrarem fluxos materiais e imateriais, produziram transformações múltiplas (sociais, culturais, religiosas, políticas e econômicas) que, em última instância, causaram os movimentos insurrecionais, dado que uma parte significativa dos compostelanos se colocou contrária às ações dirigidas e implementadas pelo senhor-bispo Diego Gelmírez – principal fomentador e articulador da política de exaltação da sé de Compostela.

Antes de prosseguirmos, é necessário conceituar “fixos” e “fluxos”. De acordo com Santos (2013), os fixos são objetos geográficos; suportes estáveis e materiais que se perpetuam no espaço. Imóveis e sempre localizáveis, os fixos apresentam formas e funções definidas, visto que são criações humanas e produtos de intencionalidades. Os exemplos são vários: casas, igrejas, escolas, hospitais, estádios, casas de negócio, cemitérios, infraestrutura urbana etc. (BARROS, 2017). Ao revisitar o par conceitual de Santos, José D’Assunção Barros (2020) esclarece que, em função da passagem do tempo, um fixo pode (caso deixe de cumprir as funções que lhe davam sentido) ou não se converter em ruínas, a depender da capacidade dos seres humanos de lhe conferir nova funcionalidade.

Os fluxos, por sua vez, são os “[...] movimentos entre os fixos”; são transferências no espaço (SANTOS, 2013, p. 155). Santos divide a categoria dos fluxos em duas subcategorias:

---

<sup>100</sup> Os fixos condutores não são mais que estruturas auxiliares (e fixas) para os fluxos. Eles possibilitam o trânsito (fluxo de homens e veículos), a comunicação (fluxo de mensagens, ideias) e a circulação de matéria-prima (fluxo de produtos) (BARROS, 2017).

<sup>101</sup> Os fixos continentes são assim nomeados pelas suas proporções e complexidade que reproduzem, em nível micro, as hierarquias sociais (BARROS, 2017).

a dos objetos materiais e a dos imateriais. Enquanto os primeiros são constituídos por produtos, mercadorias e mensagens materializadas; os segundos são formados por ideias, ordens e mensagens não-materializadas.<sup>102</sup> É preciso salientar que as relações estabelecidas entre fixos e fluxos não são pautadas, exclusivamente, pela ideia de oposição e complementaridade. Conforme assevera Barros (2017, p. 72), “[...] a rigor, estabelecem-se aqui relações dialéticas: uma série está sempre modificando a outra”. Da mesma forma que os fixos se adaptam para atender à necessidade dos fluxos, as transformações realizadas “[...] nos fixos permitem novos fluxos, modificam as suas possibilidades de circulação, os seus ritmos e velocidades” (BARROS, 2020, p. 498).

A construção da catedral românica de Santiago de Compostela, iniciada no último quartel do século XI, constitui-se em um bom exemplo dessa adaptação. A nova igreja foi feita, entre outros motivos, para atender ao ritmo crescente de peregrinos que a ela se deslocavam. Tratava-se de ampliar a funcionalidade do templo como centro de peregrinação, a fim de permitir novos fluxos (FORNEY, 2011). Mas esses fluxos não eram formados apenas por fiéis desejosos de encontrar as relíquias do apóstolo Tiago, também existiam fluxos de gente atraídos pelas obras realizadas na cidade, de modo especial as do complexo catedral-palácio, que foram retomadas ou mesmo iniciadas logo após a consagração episcopal de Gelmírez (ABOU-EL-HAJ, 1997). Como argumenta Barros,

[...] a construção de um novo fixo (uma catedral, um prédio de muitos andares, um hospital ou uma autoestrada) implica necessariamente a integração de muitos fluxos - alguns locais, outros provenientes de grandes distâncias. Materiais diversos são necessários, fluxos de energia e de mão-de-obra são ativados, trocas de serviços se estabelecem, capitais circulam, compra e venda de bens diversos fluem de um para o outro lado, assim como decisões devem ser tomadas encadeadamente, envolvendo atores os mais diversos. Ações se concretizam para que seja possível fundar um novo objeto, ou, mais ainda, um novo sistema de objetos. Mais tarde, novos fluxos serão requeridos para que o fixo se mantenha em adequado funcionamento (BARROS, 2020, p. 498).

---

<sup>102</sup> Podemos pensar as ações humanas como fluxos ou como formadoras de fluxos, além de instituidoras de fixos (BARROS, 2017).

À semelhança dos fixos, os fluxos são iniciados, intensificados, reduzidos ou bloqueados por meio de ações humanas. A ordem para a construção da catedral de Santiago foi um fluxo imaterial que produziu resultado fixo, concreto, palpável – neste caso, a igreja românica finalizada na segunda metade do século XII. Em empreitadas hercúleas, como a construção de catedrais, requeriam-se fluxos variados (mão de obra, pecúlio, ferramentas, materiais etc.) e de diferentes distâncias (curtas, médias e longas). Insistimos, pois, que se trata de uma ideia basilar: a construção de um novo fixo provoca, necessariamente, a integração de muitos fluxos. E assim como um fixo tem seu valor e significado modificados a partir dos fluxos que lhe atravessam ou se instalam, esses também sofrem transformações quando entram em contato com um fixo (SANTOS, 1979).

Os fluxos materiais e imateriais estimulados pelas obras empreendidas em Compostela foram potencializados a partir de 1101, ano da ascensão de Diego Gelmírez como senhor-bispo de Santiago, em razão da continuidade da política de exaltação da sé compostelana.<sup>103</sup> Adeline Rucquoi (2011) esclarece que foi Diego Peláez o responsável por iniciar essa política a qual consistia: a) na construção da basílica românica; b) na legitimação de que os restos mortais do apóstolo Tiago jaziam em Compostela – algo ainda questionado em princípios do século XII; e c) no incentivo às peregrinações ao santuário jacobeu. Sob o episcopado de Gelmírez, um quarto ponto deve ser acrescido: d) na reforma litúrgico-eclesiástica que capitaneou em sua igreja. Todas essas medidas devem ser interpretadas à luz do objetivo maior que era o de engrandecer a sé de Compostela de modo a projetá-la como um dos principais centros da cristandade ao lado de Roma e Jerusalém (RUCQUOI, 2011).

---

<sup>103</sup> Entre o fim do bispado de Diego Peláez e o início do bispado de Diego Gelmírez se passaram cerca de treze anos nos quais a sé de Compostela conviveu com períodos de administrações laicas e clericais, além de dois curtos pontificados.

### 2.2.1 Compostela e Roma: a reforma litúrgico-eclesiástica da igreja de Santiago

De forma mais imediata, a política pró-Compostela visava à independência da igreja de Santiago em relação à de Toledo (que havia assumido a primazia das igrejas hispânicas após sua restauração em 1085), bem como à de Braga (elevada à condição de metropolitana em 1099). A esse respeito, duas ações de Diego II, ainda no início de seu bispado, devem ser destacadas: a busca pela “confirmação da isenção” que tornou a sé compostelana sufragânea direta da igreja de Roma<sup>104</sup> e o roubo das relíquias de Braga.<sup>105</sup> Tais episódios, especialmente o último, são significativos não só do ponto de vista do seu anseio por afirmar autonomia e demonstrar força diante dos arcebispos rivais, mas também eram indícios da sua predisposição em agir de diversas formas e meios com a intenção de glorificar a sua sé – e logo o titular da cátedra de Tiago -, sobretudo, através da obtenção de dignidades eclesiásticas, senhorios, cargos, privilégios etc.

A primeira distinção eclesiástica recebida por Diego Gelmírez foi o *pallium* (signo de autoridade concedido pelo papa e usado por arcebispos em grandes solenidades litúrgicas), o qual endossava sua independência diante dos arcebispos de Braga e Toledo. Se levarmos em conta que a isenção metropolitana foi alcançada em tempos do senhor-bispo Dalmacio (1094-1095), o *pallium* foi a primeira conquista efetiva de Gelmírez junto a Santa Sé, ao longo da qual dom Diego procurou desfazer o ambiente de desconfiança e reprovação que havia na cúria pontifícia em relação à igreja compostelana. O motivo de tamanha insatisfação era um episódio pretérito no qual um cardeal romano (não identificado pelo cronista da HC) não recebeu, em visita a Compostela, o tratamento condizente à sua posição. Ao contrário, o senhor-bispo de

---

<sup>104</sup> Diego Gelmírez solicitou ao papa Pascoal II a confirmação da isenção metropolitana obtida pelo seu antecessor, Dalmacio, em 1095, por meio da qual o bispado compostelano se tornou isento da metrópole de Braga.

<sup>105</sup> Manuel Luis Real (1990) sustenta que, desde o final do século XI, havia um projeto de transformar a catedral de Braga em um distinto santuário no qual se concentrariam relíquias das mais importantes figuras do santoral hispânico. O roubo planejado e executado por Gelmírez e seu séquito, nesse sentido, também foi uma forma de anular tal pretensão bracarense de rivalizar com Compostela na atração de peregrinos.

Santiago (igualmente não identificado) tratou os mensageiros do cardeal, que comunicavam a sua chegada, com arrogância e desdém (HC I, 16).<sup>106</sup>

Para a resolução do imbróglio, além de generosas doações, Gelmírez contou com os conselhos e a intermediação de Hugo, abade de Cluny (1049-1109) e tio do conde de Galiza, dom Raimundo. Em 1105, ao receber o *pallium* das mãos de Pascoal II, o prelado fez juramento de obediência à igreja romana, acenando para um novo rumo nas relações entre Compostela e Roma (HC I, 17). Com isso, entendemos que não há como compreender a política de exaltação da sé compostelana sem analisar a sua preocupação em construir vínculos estreitos com o papado. O senhor-bispo era sabedor de que havia uma relação direta entre o seu horizonte de expectativas, quanto ao engrandecimento de sua diocese, e a adesão aos princípios reformadores romanos de sua época.<sup>107</sup> Para atingir seu objetivo de tornar o bispado de Santiago o mais fulgurante e poderoso da Península Ibérica era necessário se aliar a Roma (SILVA, 2000).

Em virtude disso, uma das primeiras medidas do episcopado de Gelmírez foi introduzir em sua igreja uma reforma litúrgico-eclesiástica a partir de referenciais franco-romanos. No centro dessa reforma estavam a consolidação do rito romano e a reorganização do cabido catedralício. A discussão envolvendo a latinização litúrgica (ou adesão a livros, práticas e costumes de culto romanos) dos territórios pertencentes ao reino de Leão era algo existente desde a década de 1070. Em termos oficiais, foi no concílio de Burgos, celebrado em 1080, que o rito romano foi aceito em todo o reino de Alfonso VI. No entanto, sabemos que mudanças como essa não se produziam de maneira imediata, porém de modo lento, gradual e permeado de resistências. Aliás, graças a relatos do século XIII, sabemos que tanto o alto clero quanto o elemento popular hispânico resistiram à alteração litúrgica (MITRE FERNÁNDEZ, 2007).

---

<sup>106</sup> É digno igualmente de lembrança o caso envolvendo o senhor-bispo de Compostela, Crescônio (1037-1066), que, em 1049, por se arrogar o título de apostólico, foi excomungado pelo papa Leão IX (1049-1054) no concílio de Reims.

<sup>107</sup> As ações reformistas, entre as últimas décadas do século XI e ao longo de todo o século XII, centraram-se na organização interna da Igreja, tendo como elemento centralizador a Sede Apostólica, e a moralização do clero (SILVA, 2000).

Mesmo que o duelo judicial e o juízo de Deus – descritos, entre outras fontes textuais, na *Primera Crónica General de España* - sejam invenções, não há por que desacreditar da animosidade gerada pela mudança litúrgica (JULIA MONTENEGRO, 2011). A consagração da narrativa envolvendo os ordálios deve ser entendida como símbolo da resistência peninsular frente à imposição de uma liturgia estrangeira. Em outros termos, por trás do material literário, podemos perceber aspectos históricos da situação gerada a partir do mandato do rei Alfonso VI (RUBIO SADIA, 2006). Importantes bispados e monastérios se tornaram centros de resistência que laboravam pela liturgia hispana, tendo em vista que a entendiam como importante traço identitário da tradição eclesiástica ibérica que estava, na transição do século XI para o XII, sendo suplantada em virtude da “romanização” (SALVADOR MARTÍNEZ, 1992).<sup>108</sup>

Os períodos de vacância vividos pela diocese de Santiago desde o encarceramento de Diego Peláez, em 1088, contribuíram para o retardamento da implantação das novidades rituais. Na verdade, o próprio Peláez via na tradição hispânica um valor irrenunciável e de modo algum incompatível com a renovação eclesiástica que entendia como necessária. Ele, assim como outros prelados do reino leonês, era favorável a aspectos disciplinares que formavam o programa reformador papal, mas opunha-se especificamente à introdução do rito romano. O compostelano estava seguramente entre os “[...] bispos fiéis à ordem toledana [...]” e contrários à “[...] reforma cluniacense-gregoriana preconizada pelo novo prelado toledano” (AYALA MARTÍNEZ, 2008, p. 312-329).<sup>109</sup> Aliás, uma das hipóteses levantadas para a prisão de Peláez – por ordem do rei Alfonso VI - foi ter liderado uma rebelião aristocrática de claro “viés antiestrangeirizante”, entre 1087 e 1088, contra o fluxo de nobres de origem franca ao reino de Leão (AYALA MARTÍNEZ, 2008).

---

<sup>108</sup> Por romanização, nesta tese, entendemos o processo – ocorrido entre a segunda metade do século XI e a primeira do século XII - no qual as igrejas ibéricas incorporaram, principalmente, o rito romano, aspectos da disciplina eclesiástica romana e conceitos arquitetônicos e artísticos originados em além-Pirineus.

<sup>109</sup> O novo prelado toledano era Bernardo de Sédillac, antigo monge cluniacense, eleito bispo de Toledo em 1088.

Não é infrutífero recordar que, para os reformadores romanos, “[...] a literatura de culto espanhola havia sido suporte do adopcionismo e era susceptível de ser de outros erros. Desde a ótica mais pejorativa, tratava-se de uma *superstitio toletana* a ser erradicada pelos legados pontifícios [...]” (MITRE FERNÁNDEZ, 2007, p. 69). A longeva presença do Islamismo na Península – não por outro motivo a liturgia hispana também era chamada de moçárabe (além de visigoda, toledana e isidoriana) - tornava o assunto, na visão da cúria pontifícia, como de máxima gravidade. O Cristianismo peninsular, em caso de não latinizado, era uma ameaça real à unidade da *societas christiana*; um desvio doutrinário que colocava em risco a soberania da igreja de Pedro sobre a Igreja Ibérica.<sup>110</sup>

Como salienta Carlos de Ayala Martínez (2008, p. 307), “[...] a liturgia era muito mais que a forma de um rito, era expressão de unidade e de reconhecimento da liderança de Roma e de seu bispo sobre o conjunto da cristandade [...]”. Quando os papas de plantão, Urbano II e Pascoal II, criticaram a sé compostelana, caracterizando-a como abandonada, descuidada, como uma vinha que carecia de pastor, isso se devia ao seu distanciamento da obediência papal e dos costumes romanos (HC I, 5; 9). Os sucessores de São Pedro condenavam a sé compostelana quanto ao seu passado de insubordinação, à eleição de preladados sem o aval da Santa Sé (como foi o caso do abade Pedro de Cardenha, eleito bispo de Santiago em 1088), e quanto ao matrimônio de eclesiásticos e à coabitação de monges e monjas em sintonia com os ditames reformistas que marcaram a segunda metade do século XI e o século XII (HC I, 13).<sup>111</sup>

Todavia, os tempos mudaram – ao menos, essa é a mensagem insistentemente transmitida pela HC. Com a consagração de Diego II, a sé compostelana assumiu uma posição de respeito, humildade e fidelidade a Roma. Os autores da obra – sempre que podem - destacam as ações de seu patrocinador como alinhadas aos preceitos do I Concílio de Latrão (SILVA,

---

<sup>110</sup> O cisma do Oriente, ocorrido em 1054, não deve ser ignorado na avaliação da magnitude que era – para a igreja romana - a questão da unidade litúrgico-doutrinária.

<sup>111</sup> Os mosteiros dúplices eram parte de uma larga tradição peninsular, principalmente, em suas zonas mais ocidentais (AYALA MARTINEZ, 2008).

2000). Para eles, a história da Igreja Ibérica estava dividida em dois momentos: o da ignorância e o da obediência, sendo esse último coincidente com o período de aceitação do rito romano e da renúncia à lei toledana (HC II, 1).<sup>112</sup> Embora a pacificação das relações entre as dioceses romana e compostelana tenha se iniciado em tempos de Dalmacio – prova disso foi o privilégio que tornou a igreja de Santiago sufragânea da de Roma -, foi com dom Diego que essas relações guinaram, alcançando um novo estágio. E não se tratava apenas de fluidez na comunicação, mas de possibilidades de ascensão na hierarquia eclesiástica.

Tendo como meta a glorificação de sua igreja mediante a reforma que conduzia, Diego Gelmírez também promoveu a reorganização do cabido catedralício de Santiago inspirado nos costumes e práticas de igrejas franco-romanas. Na visão da HC, os clérigos compostelanos – quando Gelmírez foi elevado ao episcopado - eram “completamente ignorantes no ofício eclesiástico”, “viviam como animais brutos” e “praticamente não estavam submetidos a disciplina eclesiástica alguma” (HC I, 20; HC II, 3; HC III, 36). Para ressaltar o caráter reformador do prelado, os cronistas apresentam uma situação caótica que vai desde a carência de alimentos que sujeitava parte dos cônegos, passando pelas vestimentas inadequadas que usavam e a absoluta falta de decoro, até o desconhecimento da doutrina eclesiástica romana (HC II, 3).

Para além da óbvia crítica e desconsideração dos autores da HC aos costumes e ritos peninsulares, há outros elementos que devem ser ponderados. É provável que a situação da comunidade capitular não fosse das melhores, seja pela insuficiência e desajuste na distribuição dos recursos econômicos entre os cônegos (gerando entre eles desentendimentos e conflitos), seja pela precariedade da formação intelectual que recebiam, haja vista a volatilidade das escolas catedralícias no período. Nesse sentido, o que dom Diego fez foi um rearranjo

---

<sup>112</sup> Rito romano ou liturgia romana são expressões que designam um conjunto de ritos, práticas e costumes vinculados à igreja de Roma e por ela divulgados. Nesta tese, essas expressões foram empregadas como sinônimas.

econômico garantindo ingressos comuns e ordinários, além de contratar um professor de retórica a fim de educá-los no estudo das humanidades e versá-los na liturgia da igreja (FLETCHER, 1993).

No conjunto de ações tomadas para enaltecer a instituição capitular estavam, igualmente, a ampliação do número de cônegos (de vinte e quatro para setenta e dois), a eleição de sete cardeais-presbíteros (por concessão do papa Pascoal II e em conformidade com o costume romano) que teriam a prerrogativa de celebrar no altar de Santiago mitrados e a reedificação da canônica – na qual se sobressaíam a capela e o refeitório (HC I, 20; HC I, 45). Mais tarde, no final da década de 1120, teve início a edificação do claustro (HC III, 1). A justificativa para construí-lo é posta na boca de Diego Gelmírez: “[...] qualquer sede de mais além dos Pirineus têm edifícios mais bonitos e de mais valor que os nossos, como vi com meus próprios olhos antes de ser bispo e depois quando para proveito de nossa igreja viajei ao estrangeiro por muitos e diversos lugares” (HC, 1994, p. 494).<sup>113</sup>

A intervenção atribuída a Diego II é significativa não só por evidenciar qual era a referência seguida, inclusive em matéria arquitetônica, no caso as igrejas ultrapirenaicas (leia-se: franco-romanas), mas por deixar patente – na continuação de sua fala - que o propósito, ao investir na construção de edifícios, era exaltar a sua sé (HC III, 1). Outrossim, não podemos deixar de mencionar que o autor dessa parte da HC, o cônego Pedro Marcio, faz menção aos peregrinos (clérigos ou leigos) que chegavam de distintos lugares como os responsáveis indiretos pelo início das obras: os vitupérios que faziam, ao prelado e aos capitulares, por não encontrarem um claustro em uma igreja tão santa, rica e famosa se tornou motivo de vergonha e estímulo à ação. Ao se reunir com seus capitulares, Gelmírez concedeu cem marcas de prata

---

<sup>113</sup> Diego Gelmírez também fez uma reforma no monastério de San Pelayo de Antealtares em sintonia com os ditames romanos de seu tempo – provavelmente na sua última década de episcopado. O então abade de nome Pedro foi deposto pelo arcebispo porque – segundo o cronista – “[...] foi avaro com os bons, generoso com as meretrizes, tão glutão e luxurioso que teve filhos e filhas enquanto foi monge e detinha a dignidade abacial” (HC, 1994, p. 523). Gelmírez participou ativamente da eleição do novo abade e, por fim, fez sua consagração na catedral de Santiago (HC III, 20).

para que os trabalhos começassem – além de cem vacas a serem entregues após a sua morte (HC III, 1).

A edificação do claustro de Santiago, assim como a fabricação da catedral românica e a consolidação da liturgia romana, foram empreendimentos conduzidos por Diego Gelmírez visando, por um lado, atender às queixas dos peregrinos acostumados às instalações das igrejas de além-Pirineus e, por outro, estimular maiores audiências de fiéis até o sepulcro de São Tiago. Obviamente que tudo isso estava completamente vinculado à política de glorificação da sé de Compostela, alimentada por uma conjugação de fixos e fluxos. Contudo, não podemos perder de vista que esse conjunto de ações, cuja finalidade era a dignificação e moralização da igreja e do cabido compostelano, redundou em um ambiente de resistência e hostilidade, principalmente da parte daqueles que eram contrários às transformações em curso.

### **2.2.2 O complexo catedral-palácio: peregrinação e poder**

Desde o início de seu episcopado, os empreendimentos de Diego Gelmírez visando à exaltação da sé de Compostela formaram um movimento duplo de reforma que tinha na edificação e melhoria de fixos (que pertenciam ao seu senhorio) a sua outra face – a primeira delas foi a reforma litúrgico-eclesiástica tratada no tópico anterior. Dentre as obras realizadas ao longo de seus anos de governo, destacam-se as do complexo catedral-palácio. Ao dar continuidade ao projeto idealizado por Diego Peláez e Alfonso VI, Gelmírez transformou a igreja de Santiago em um centro de peregrinações que nada devia aos de além-Pirineus. Ademais, construiu seu palácio anexo à catedral para que ficasse materializado e evidente ao olhar de todos que o exercício de seu poder estava fundamentado na autoridade apostólica de Tiago. Todavia, ao dirigir mudanças profundas no sistema espacial de Compostela que beneficiava principalmente aos viajantes religiosos, o prelado obliterava as mais importantes

tradições e estruturas físicas jacobeias. As contestações não tardaram em ocorrer e o primeiro núcleo a se levantar contra as ações de Gelmírez foi a instituição capitular.

Logo após o citado roubo de relíquias bracarenses e o recebimento do *pallium*, Diego II ordenou a reedificação do altar maior da catedral de Santiago sob a justificativa de ampliá-lo para aumentar a honra de sua igreja (HC I, 18).<sup>114</sup> A pequenez do altar de então já não era compatível com a grandeza do apóstolo e com as aspirações de colocar Compostela entre as mais imponentes igrejas de sua época, incluindo não só os grandes santuários de peregrinação, como Saint-Sernin de Toulouse, mas também Speyer, Cluny, Monte Cassino e, sobretudo, São Pedro em Roma (ABOU-EL-HAJ, 1997). Como salientamos, tal como na questão litúrgico-disciplinar, o modelo seguido nas construções eram igrejas ultrapirenaicas. A catedral, que desde o século IX foi elaborada com base na arquitetura local, era agora dominada por gostos e estilos estrangeiros.

Ao anunciar ao corpo capitular que destruiria o antigo habitáculo apostólico construído pelos discípulos do próprio Tiago, a oposição foi forte e imediata – como relata o cronista (HC I, 18). Os cônegos se viam e eram vistos, pela população citadina, como os guardiões das tradições eclesiásticas locais, os responsáveis pela preservação e execução dos ritos e cultos destinados a louvar e bendizer a Deus e ao santo patrono. Na Compostela do século XII, não havia dúvidas quanto à autoria do altar e do mausoléu que guardava “[...] sem nenhuma dúvida [...] os sagrados restos do santo apóstolo” (HC, 1994, p. 107). Adiante, analisaremos os motivos que levaram os autores da HC a afirmarem recorrentemente que as relíquias de São Tiago jaziam em Galiza. Ao levar a cabo a destruição de tamanha materialidade sagrada que garantia contato com o *maravilhoso* e acesso às bênçãos divinas intermediadas pelo apóstolo, Gelmírez criou um ponto de tensão incontornável e indelével entre ele e parte de seus capitulares.

---

<sup>114</sup> As fases de reedificação do altar maior da basílica de Santiago são mencionadas pela HC: a) demolição do habitáculo; b) ampliação do altar; c) modificação interior de rasantes ao redor do altar; d) construção do frontal; e) construção do baldaquino; e f) edificação de uma capela para os fiéis orarem secretamente (HC I, 18).

Mais do que isso: ao romper com tradições e crenças contemporâneas, o prelado quebrava o elo que o unia a comunidade urbana; ao destruir o fixo que interligava os homens de seu tempo ao tempo do (e ao) próprio São Tiago, a narrativa primordial se desmantelava.<sup>115</sup> Para parte dos compostelanos, clérigos e laicos, o santuário já não era mais em honra ao apóstolo Tiago, mas para a glória de Diego Gelmírez – que teve seu nome inscrito no novo altar (FORNEY, 2011). A cidade, aos poucos, deixava de ser um lugar promotor de identidade e estabilidade aos seus habitantes para se tornar um local indiferente e hostil, voltado, prioritariamente, ao acolhimento de populações transitórias (peregrinos, mercadores e artesãos) e de costumes estrangeiros. Ao se constituir como um espaço de peregrinação da cristandade, Compostela era subtraída de sua população nativa e as tradições indígenas eram substituídas por novas formas de culto.

A proposta de redesenhar o altar para que ele estivesse “[...] aberto aos olhos humanos por todas as partes [...]” evidencia justamente essa preocupação em melhor receber os peregrinos e atraí-los em números cada vez maiores à Compostela (HC, 1994, p. 108). Como aponta Fandiño Fuentes (2017, p. 135), ao roubar relíquias de importantes santos defensores e patronos de Portugal, Gelmírez – além de canalizar para sua igreja o fluxo de peregrinos procedentes do norte de Portugal de modo a prejudicar o santuário rival e enriquecer o próprio - objetivava “[...] dispor de novas relíquias, tão necessárias como imprescindíveis para a dedicação e consagração de altares [...]”. Um dos altares consagrados – com a reedificação do altar maior de Santiago - foi o de São Frutuoso, cujas relíquias eram as mais importantes, dentre aquelas roubadas, pois se tratava do defensor e patrono de Braga (HC I, 19).

---

<sup>115</sup> Podemos entender a narrativa – circulante na Compostela do início do século XII - quanto à construção do sepulcro do apóstolo Tiago pelos seus discípulos como uma narrativa primordial, visto que objetivava explicar/recriar um evento de modo a dotá-lo com um passado excepcional e de grandeza incomensurável (RUST, 2018). Neste caso, recorria-se ao tempo imediatamente posterior à morte do apóstolo para afirmar o vínculo existente entre seus discípulos e o habitáculo construído para guardar suas relíquias, o qual, por sua vez, permitia aos compostelanos se conectarem com o sagrado, alcançando as graças e bênçãos divinas.

A atividade construtora de Gelmírez pode ser verificada em várias outras obras que financiou ao longo dos anos que esteve à frente da diocese de Santiago.<sup>116</sup> Uma das mais significativas, junto à da catedral, foi a edificação do palácio episcopal iniciado logo após sua eleição. Por sinal, esse estava unido àquela “[...] de modo que os dois edifícios davam a impressão de uma estrutura monolítica” (FORNEY, 2011, p. 72). O complexo catedral-palácio se constituiu no mais destacado objeto geográfico de Compostela na primeira metade do século XII. Não só por suas dimensões e imponência, mas por se tratar do espaço no qual o senhor-bispo tomava decisões de relevância para a comunidade urbana que governava. O fluxo de ordens gerado desde aí estimulava e integrava novos fluxos, além de produzir novos fixos que transformaram a vida na Galiza.

Catedral e palácio eram vistos por boa parte dos compostelanos como uma estrutura única, símbolo do poder episcopal que promovia e moldava a cidade em função do ritual da peregrinação, excluindo-os. Assim os nomeia James Forney (2011): “espaços de exclusão”. O complexo formava o mais destacado fixo de um tecido urbano que se constituiu, ao longo do tempo, para acolher populações transitórias, em prejuízo de seus nativos. Não por outra razão que os ataques dos rebeldes, em 1117 e 1136, foram dirigidos a esses espaços-símbolo do poder senhorial-episcopal. Ao não conseguirem manter seu domínio sobre a cidade e, logo, sobre esses fixos definidores de Compostela, o projeto de reformar o espaço urbano foi cessado e a tática passou a ser a destruição da rede espacial excludente. Os cidadãos aspiravam, acima de

---

<sup>116</sup> Outra obra de destaque, realizada em sua primeira década de episcopado, foi a reconstrução do castelo de Torres de Oeste, o qual era extremamente importante para a defesa de Galiza devido à sua localização na foz do rio Ulla. Naquele contexto, ataques almorávidas recobravam esforços na direção da tomada de medidas preventivas visando à proteção e segurança do litoral galego, inclusive para permitir o fluxo contínuo de peregrinos, comerciantes e de seus produtos (HC I, 33). Nesse mesmo sentido, o prelado ordenou a construção de duas galerias, na sua segunda década de governo, destinadas a proteger o litoral galego de ataques sarracenos (HC I, 103); posteriormente, demandou a fabricação de mais uma por conta da destruição das duas anteriores (HC II, 75). Por fim, outra obra de importância, datada de 1120, foi a construção do aqueduto e de um canal subterrâneo que conduzia água ao claustro de San Martín e ao pórtico da catedral, sanando o problema de falta de água que acometia os peregrinos e cidadãos (HC II, 54).

tudo, acabar com o ponto central da exclusão, isto é, com o complexo catedral-palácio, dado que era a causa (catedral) e o incentivador (palácio) das peregrinações.

Embora não tenham destruído por completo os fixos, os estragos foram importantes. Tanto é que, nos primeiros anos da década de 1120, após receber o ansiado título de metropolitano e de legado da igreja romana, Diego II determinou a reedificação e ampliação do palácio episcopal (HC II, 25). Ao prelado – assim justifica Giraldo a execução da obra - não lhe parecia adequado o que vivia em Compostela, posto que ali se encontravam reis e outros poderosos. A Gelmírez convinha ter um palácio “[...] próprio de um rei [...]” e que correspondesse às prerrogativas recentemente recebidas (HC, 1994, p. 345). Junto à sua política de engrandecer a igreja de Santiago, estava o medo despertado pelos eventos recentes. Para minorá-lo, Gelmírez mandou instalar uma catapulta – virada para a cidade - no topo da catedral que também passava por reparos, além de ameias nela e em suas torres (ABOU-EL-HAJ, 1997).

Para dom Diego, a comunidade urbana que governava era motivo de receio e temor. Na tentativa de apagar a memória espacial da primeira rebelião e fortalecer sua imagem de *dominus* diante dos compostelanos, a restauração do complexo catedral-palácio foi de suma importância. Era como se reconstituísse seu poder gravemente dilacerado pelos acontecimentos de julho de 1117. A sua autoridade se recompunha no mesmo ritmo da reestruturação e robustecimento dos edifícios danificados. Após a revolta armada, a única fachada da catedral que remanesceu tratava os habitantes locais com hostilidade, associando-os a pecados tipicamente urbanos (luxo, ganância, adultério, traição) em uma mensagem, não muito sutil, de reprovação e desprezo aos seus atos (FORNEY, 2011).

O fato da segunda rebelião ter ocorrido cerca de vinte anos depois, em 1136, com um roteiro muito semelhante e tendo os mesmos espaços atacados pelos rebeldes, em especial o complexo catedral-palácio, revela que esse fixo continuou gerando fluxos imateriais e instituindo novos fixos que beneficiavam sobremaneira o público de peregrinos. Afinal, as

peregrinações eram o aspecto central da Compostela de Gelmírez e o meio pelo qual sua igreja se sobressaía e se projetava perante as demais, fosse em nível regional ou inter-regional. Esses fluxos indicam, de igual maneira, o insucesso dos líderes da primeira rebelião na tentativa de reformar o espaço urbano, uma vez que a reestruturação da catedral e do palácio não só mantiveram como fortaleceram as peregrinações e o poder episcopal.

As transformações dirigidas por Diego Gelmírez na rede espacial de Compostela, tanto as infraestruturais quanto aquelas voltadas para refletir formas franco-romanas de culto e de organização eclesiástica, miravam (e quanto a isso não há dúvidas) o engrandecimento de sua sé. Entretanto, isso não impediu que os efeitos dessa política se mostrassem nocivos para a maior parte dos compostelanos que eram preteridos em relação aos forasteiros, pelo governante da cidade. Ao integrar fluxos de diversos tipos e de diferentes distâncias, Gelmírez assolava elementos fundamentais da tradição jacobea e afastava a comunidade local dos espaços urbanos centrais e do governo episcopal.

### **2.2.3 O culto a São Tiago, as peregrinações e a defesa da apostolicidade da sé de Compostela**

As peregrinações ao santuário jacobeu receberam, entre os séculos XI e XII, especial incentivo através de fluxos materiais (legislações régias e episcopais) que beneficiavam o público de peregrinos e da edificação ou melhoria de fixos (hospitais e albergues) destinados ao seu acolhimento. Diego Gelmírez, ao longo de seus anos como senhor-bispo, atuou no sentido de garantir (segurança, proteção), facilitar (isentar tributos) e melhorar as acomodações destinadas aos fiéis que se dirigiam ao coração de seu senhorio, a cidade de Compostela, em virtude da centralidade das peregrinações na política de exaltação da sé compostelana. Nesse projeto de distingui-la das demais igrejas ibéricas, projetando-a como uma igual a Roma e Jerusalém, a defesa da sua apostolicidade – confirmada pelo culto desenvolvido ao redor da

tumba do apóstolo e pelos peregrinos que a visitavam – foi fundamental dado que quaisquer petições por dignidades eclesiásticas (como o título de metropolitana) seriam sustentadas na crença de que as relíquias de Tiago jaziam em Galiza.

O interesse de Diego Gelmírez pelas peregrinações e pelo Caminho de Santiago antecede a sua consagração como bispo, haja vista que comprou o Hospital<sup>117</sup> dos peregrinos e inválidos (situado no arrabalde de Compostela) quando ainda era administrador diocesano e procurou engrandecê-lo por meios próprios (HC I, 19). Já no cargo, com o intuito de impulsionar o fluxo de fiéis pelo *iter francigenum* (caminho francês) e de lhes ofertar condições mínimas de hospedagem e segurança, ele cuidou da reconstrução do burgo de Cacabelos (vila leonesa) e de albergues localizados entre Astorga e Leão (HC I, 30). O cronista dessa parte da HC insiste no fato de que o senhor-bispo também fez uso de recursos pessoais nessas empreitadas, o que reforça a importância da atividade peregrinatória para o seu bispado. Estimular o fluxo de populações itinerantes era condição indispensável na sustentação da dinâmica comercial de Compostela e, por conseguinte, na salvaguarda dos seus interesses econômicos sobre o mercado urbano.

A extinção do tributo pago em Puente Sampayo – um dos pontos do território galego em que se cobrava imposto sobre a circulação de mercadorias - é outro exemplo da política gelmiriana de favorecimento de populações transitórias, nesse caso, mercadores. Segundo a HC, o prelado havia se comprometido a pagar com recursos da igreja de Santiago o que ali costumava receber o conde de Galiza, dom Raimundo. Entretanto, não foi preciso, pois Raimundo o suprimiu pouco antes de sua morte, ocorrida em 1107 (HC I, 24). Cabe enfatizar, assim como nos casos supracitados, que não se tratava de uma ação compassiva de um Gelmírez horrorizado com as cobranças indevidas e com as desonras sofridas pelos comerciantes, como advoga o cronista. Porém, estratégica: a ampliação de fluxos favorecia o desenvolvimento do

---

<sup>117</sup> Tratava-se de uma casa de hospedagem para peregrinos pobres.

mercado urbano, o qual, por sua vez, era uma fonte importante e crescente de recursos para o episcopado.

Nos decretos promulgados por Diego II, em 1113, fica manifesta a relevância e a ordinariiedade do elemento estrangeiro nas terras que integravam o senhorio de Santiago. A finalidade das leis era refundar a ordem, duramente abalada nas zonas rurais que pertenciam à diocese compostelana, devido à situação de caos social vivida nos territórios do reino leonês após o segundo casamento de Urraca. No item destinado ao tratamento que deveria ser dispensado aos mercadores e peregrinos, a lei estabelecia que “[...] não se embargará aos mercadores, romeiros e peregrinos e o que de outra maneira atuar, pague o dobro do que lhe tomou, seja excomungado e pague sessenta soldos ao dono daquele senhorio” (HC, 1994, p. 229). Embora não tenhamos condições de avaliar o rigor da aplicação desse decreto, está clara a importância conferida aos transeuntes por meio do peso das punições estipuladas a eventuais transgressores.<sup>118</sup>

No ano de 1128, dom Diego concedeu ao Hospital de Santiago um terreno – situado entre a catedral e o monastério de San Martín - para que nele fosse construída uma igreja para dar sepultura aos pobres e peregrinos (HC II, 94), de tal maneira que os peregrinos defuntos teriam um espaço para a celebração de suas exéquias e enterro. Esta doação é mais um indício da preocupação de Gelmírez com os públicos transitórios que acudiam à tumba do apóstolo Tiago (FALQUE REY, 1993). O prelado, que já havia feito doações de recursos econômicos à casa de hospedagem para suprir as demandas deste mundo, agora atendia às necessidades espirituais de seus usuários, objetivando a salvação de suas almas.

---

<sup>118</sup> Outra situação que evidencia a preocupação de Diego Gelmírez com mercadores que se dirigiam a Compostela está manifesta em HC III, 18. Mercadores ingleses e de Lorena foram atacados pelo cavaleiro García Pérez, irmão do conde galego Rodrigo Pérez, quando seguiam o caminho que conduz os viajantes de Padrón a Compostela – eles haviam desembarcado no porto de Santiago (situado próximo a Padrón, no rio de Arosa). Ao ter notícias do ocorrido, Gelmírez ordenou a convocação de “[...] todos os burgueses da cidade e aos soldados de sua cúria que tomassem as armas nesse mesmo momento para perseguir rapidamente ao raptor e a seus sequazes para vingar nele tão grande desonra e lhe arrebatat o botim” (HC, 1994, p. 521).

O conjunto das ações citadas é revelador da política gelmiriana de incentivar e favorecer o fluxo de populações transitórias ao santuário jacobeu. O favoritismo legal conferido a homens e mulheres estrangeiros, como eram a maior parte dos peregrinos que se deslocavam, sobretudo desde o reino de França, gerou animosidade com os nativos que se viam preteridos e ingeridos também em suas atividades comerciais. Os decretos de 1133 que buscavam, entre outros, regular os preços dos produtos no mercado compostelano tiveram como uma de suas estratégias a proibição de revendedores na urbe e nos seus arredores para evitar que atravessadores encarecessem o preço das mercadorias aos cidadãos e forasteiros (HC III, 33). Nas palavras de James Forney (2011, p. 66), “[...] ao garantir repetidas condutas seguras e isenções de portagem para os mercadores viajantes, Gelmírez transformou Compostela em um espaço privilegiado para os estrangeiros, deixando de fora a classe mercante indígena”.

O esforço de Diego II para “popularizar” a peregrinação jacobea foi além de concessões e promulgação de leis. No campo literário, o *Codex Calixtinus*<sup>119</sup> – publicado posteriormente sob o título de *Liber Sancti Iacobi* (LSI) - talvez seja o principal testemunho do seu envolvimento e entusiasmo com o fenômeno das peregrinações. É provável que a maior parte do LSI tenha sido elaborado sob o episcopado de Gelmírez e nos meios próximos à basílica com o propósito, grosso modo, de divulgar e enaltecer a peregrinação à Compostela e o culto a São Tiago (RUCQUOI, 2007). De forma mais específica, podemos pontuar que a produção do LSI foi realizada para atender a questões de diferentes ordens: I) práticas dos peregrinos, como rotas mais adequadas, localização de alojamentos e rios com água saudável para consumo; II) teológico-religiosas, no caso dos milagres, homilias, orações e ritos; e III) políticas, vinculadas

---

<sup>119</sup> O *Liber Sancti Iacobi* é uma compilação de cinco livros distintos: o primeiro contém sermões, homilias e ofícios litúrgicos em honra ao apóstolo Tiago; o segundo é formado por vinte e dois milagres atribuídos a São Tiago, conhecido como o *Livro dos Milagres de Santiago*; o terceiro trata da transladação do corpo do apóstolo de Jerusalém, local onde sofreu o martírio, para Compostela, espaço no qual foi sepultado; o quarto livro é a Crônica do *Pseudo-Turpin* que trata da ida e da presença de Carlos Magno na Hispânia, apresentando-o como o responsável pela abertura do Caminho de Santiago; e o quinto se constitui um verdadeiro guia de viagens para os peregrinos e viajantes – nele está contida a descrição do Caminho, da cidade de Compostela e da catedral onde suas relíquias estão custodiadas (RUI, 2017).

ao reconhecimento da apostolicidade da sé compostelana – elemento central na fundamentação de suas aspirações.

Diferentemente da HC, o LSI é um documento-monumento das peregrinações à Galiza. Não se trata agora de apenas insistir na tese de que o corpo do apóstolo Tiago jaz no extremo ocidente do mundo conhecido, na *finis terrae*, mas de trazer novas composições narrativas que recriam um imaginário coletivo no qual Carlos Magno – imperador dos francos - é apresentado como o primeiro peregrino, aquele que abriu o caminho (*iter francigenum*) e deu início à rota jacobea (RUI, 2017). A atribuição – no trânsito do século XI ao XII - da descoberta do túmulo do apóstolo ao grande imperador do Ocidente, coroado por um papa, fornecia o respaldo necessário à sé de Compostela frente a uma Igreja gregoriana que questionava a sua apostolicidade (RUCQUOI, 2007). Por outro lado, a fundação da igreja de Santiago – igualmente atribuída a Carlos Magno pelo *Pseudo-Turpin* (quarto livro do LSI) - era um importante argumento na sustentação de suas prerrogativas obtidas desde o século IX. Ademais, quando os autores da obra associam o imperador à narrativa primordial compostelana, eles desejam acoplar a sua imagem de defensor da fé e da ortodoxia a essa igreja. De modo semelhante aos cronistas da HC, os autores do LSI procuram reconhecer Roma como o centro da cristandade e manifestar consentimento aos seus ditames e obediência ao papa.

Além de criar um itinerário terrestre (o caminho francês) no qual a realidade e o maravilhoso se misturam, o LSI também propaga valores reformistas que a igreja romana vinha difundindo desde as últimas décadas do século XI: a) exaltação da virgindade ou da castidade dos religiosos; b) condenação da simonia; c) valorização do rito romano; e d) enaltecimento do papa como liderança máxima da cristandade (RUI, 2017). A exaltação de São Tiago e de sua igreja de modo articulado a princípios reformadores romanos e a importantes figuras do Cristianismo, como Carlos Magno, ia ao encontro da causa compostelana, fosse na defesa dos privilégios alcançados no passado diante dos arcebispos de Toledo (primazes de Hispânia) que

os contestavam, fosse na busca pela superação das discussões travadas no século XI a respeito da apostolicidade da sé de Compostela. Tendo na figura do imperador dos francos o seu primeiro peregrino, como uma espécie de “garoto-propaganda” da peregrinação jacobea, afirmava-se o repouso das relíquias de Tiago em Galiza.

A propagação do culto a São Tiago, a promoção das peregrinações ao seu santuário e a defesa da apostolicidade da catedral compostelana foram elementos imprescindíveis na política de glorificação da sé de Compostela levada a cabo por Diego Gelmírez ao longo de seu episcopado. Na busca por valorizar, distinguir e enaltecer a igreja de Santiago em níveis local, inter-regional e intercontinental, Gelmírez não poupou recursos e esforços: promulgou leis favoráveis e construiu/reformou fixos voltados às populações transitórias; divulgou o culto jacobeu; deu continuidade à fabricação da catedral românica; fez contatos e acordos com importantes centros da cristandade (Cluny, Roma e Jerusalém); e implementou uma reforma litúrgico-eclesiástica em sua igreja. Uma leitura apressada de seus anos de governo poderia até mesmo chegar à conclusão de que dom Diego foi um prelado “pró-francês” ou “pró-Roma”. Porém, não se trata disso. Diego II foi ferozmente pró-Compostela – como afirma Rucquoi (2011). A sua adesão a ritos, costumes e estilos estrangeiros deve ser lida sobretudo na perspectiva de quem laborava em prol da elevação da dignidade de sua sé.

Contudo, a política que conduziu o primeiro arcebispo de Santiago à glória também o levou aos seus piores dias de vida. As rebeliões compostelanas sacudiram os alicerces do seu poder até o limite de quase sucumbir: tanto em 1117, quanto em 1136, a morte lhe tocou a face. Insatisfeitos com seu projeto que destruía edifícios e tradições locais em prol de outros costumes e gentes estrangeiras, os cidadãos mais influentes se insurgiram contra o senhor-bispo, com o intuito de reformar o sistema espacial de Compostela através do controle e manejo dos mecanismos de exercício do poder.

### 3 A PRIMEIRA REBELIÃO COMPOSTELANA

*Toda a cidade ressoa, correm às armas e se apressam à luta. A fama, mal mais veloz que nenhum outro, propaga que os soldados do bispo e da rainha atacaram aos compostelanos. Intervieram alguns, tanto cônegos como cidadãos, alheios a esta nefanda loucura, os quais quiseram acalmar tão grande audácia de seus loucos concidadãos. Porém, o que podiam fazer uns poucos contra tantos milhares? Correm os cúmplices da traição ao combate e, atraindo aos conhecidos e amigos, querem acabar com o bispo e a rainha que queriam acabar com eles. O bispo e a rainha nos palácios daquele, depois que ouviram os clamores e o estrépito da cidade e de que maneira os companheiros do Iscariotes incitaram aos cidadãos contra eles, tiveram medo, pois viram que a audácia dos traidores se estendia e que se fazia mais violenta a rebelião, que a igreja de Santiago e os palácios eram assediados por grupos de gente armada e eram atacados com mais força. Não sabem que decisão tomar contra tão nefanda audácia. É tomada a igreja do Apóstolo com frequentes assaltos, voam as pedras, as flechas, os dardos sobre o altar e se levam a cabo sacrílegos combates por parte dos traidores. Ao que não se atreverão mãos infames? Os perversíssimos atacantes tacam fogo na igreja de Santiago e a incendiam por um e outro lado; pois, não pouca parte da igreja estava coberta com pranchas e palha. Oh, maldade! A igreja do Apóstolo, tão venerada e tão digna, arde e nenhuma honra é concedida a tão apreciado patrono. Oh, dor! A chama da igreja do Apóstolo sobe ao alto e por todas as partes se oferece um horrendo espetáculo. Todos os que estão presentes, tanto homens como mulheres, temerosos de Deus, choram e gemem e maldizem aos autores de tão grande crime. Oh! Grande era o pranto dos peregrinos que desde diversas regiões tinham vindo venerar o corpo do Apóstolo! (HC, 1994, p. 272-273).<sup>120</sup>*

A escolha por iniciarmos o capítulo com esse excerto da HC deveu-se, além da sua vivacidade, à concentração de elementos fundamentais nele residentes para a análise da

---

<sup>120</sup> “Toda la ciudad resuena, corren a las armas y se apresuran a la lucha. La fama, mal más veloz que ningún otro, propaga que los soldados del obispo y de la reina han atacado a los compostelanos. Intervinieron algunos, tanto canónigos como ciudadanos, ajenos a esta nefanda locura, los cuales quisieron calmar tan gran audacia de sus locos conciudadanos. Pero, ¿qué podían hacer unos pocos contra tantos miles? Corren los cómplices de la traición al combate y, atrayéndose a los conocidos y amigos, quieren acabar con el obispo y la reina que habían querido acabar con ellos. El obispo y la reina en los palacios de éste, después que oyeron los clamores y el estrépito da ciudad y de qué manera los compañeros del Iscariotes habían incitado a los ciudadanos contra ellos, tuvieron miedo, pues vieron que la audacia de los traidores se extendía y que se hacía más violenta la rebelión, que la iglesia de Santiago y los palacios eran asediados por grupos de gente armada y eran atacados con más fuerza. Non saben qué decisión tomar contra tan nefanda audacia. Es tomada la iglesia del Apóstol con frecuentes asaltos, vuelan las piedras, las flechas, los dardos sobre el altar y se llevan a cabo sacrílegos combates por parte de los traidores. ¿A qué non se atreverán manos infames? Los perversísimos atacantes pegan fuego a la iglesia de Santiago y la incendian por uno y otro lado; pues no poca parte de la iglesia estaba cubierta con tablas y paja. ¡Oh, maldad! La iglesia del Apóstol, tan venerada y tan digna, arde y ningún honor se le da a tan apreciado patrono. ¡Oh, dolor! La llama de la iglesia del Apóstol sube a lo alto y por todas partes se ofrece un horrendo espectáculo. Todos los que están presentes, tanto hombres como mujeres, temerosos de Dios, lloran y gimen y maldicen a los autores de tan gran crimen. ¡Oh! ¡Cuánto era el llanto de los peregrinos que desde diversas regiones habían venido a venerar el cuerpo del Apóstol!” (HC, 1994, p. 272-273).

primeira rebelião compostelana que vão desde os principais agentes envolvidos e a caracterização que deles é feita pelo escritor e narrador dessa parte da obra – Giraldo - até indicações espaciais e acontecimentos importantes para o desenrolar da trama, sem contar o uso de linguagem carregada de sentimentos que visa despertar a sensibilidade do leitor e persuadi-lo quanto aos responsáveis pelo movimento insurrecional. A partir do quadro pintado pelo *magister* Giraldo, a cena assim se apresenta: temos a principal cidade galega em pleno conflito armado; o senhor-bispo de Compostela e a rainha de Leão acudados e refugiados no palácio daquele; e a igreja do apóstolo Tiago, um dos mais importantes santuários de peregrinação da cristandade, ardendo em chamas.

As perguntas que se impõe são muitas: que fatores levaram àquelas cenas de julho de 1117? Por que Urraca e Gelmírez queriam acabar com os compostelanos? O que levou milhares de cidadãos a se lançar contra seus governantes e a destruir seus palácios? Ou ainda, como argutamente questionou James Forney (2011) ao apontar lacunas deixadas pela historiografia que denominamos de político-econômica, o que inspiraria a participação em massa dos compostelanos em um conflito armado se apenas um pequeno grupo deles poderia esperar algum benefício substantivo? E por que os cidadãos que lucravam com as oportunidades comerciais advindas das peregrinações liderariam uma tentativa de destruir o monumento central desse rito? Como apresentamos no capítulo anterior, entendemos que o aspecto central na resolução dessas questões está na política de exaltação da sé de Compostela, dirigida por Diego Gelmírez, e nos efeitos dela decorrentes.

Uma das consequências da política gelmiriana pró-Compostela foi o acirramento e desgaste das relações do prelado compostelano com os reis leoneses a ponto de Urraca, não uma única vez, tentar capturá-lo e anuir com cidadãos que articulavam a deposição de Diego II das suas funções de senhor e bispo. Nas páginas que se seguem, trilharemos o caminho conflituoso pavimentado pela primeira rainha de Leão e pelo primeiro arcebispo de Santiago

com o intuito de analisar suas relações políticas – no decorrer da primeira etapa de governo de Urraca - e de discutir a hipótese, levantada na introdução desta tese, de que a turbulenta conjuntura político-econômica do reino leonês foi fator determinante na eclosão e sucesso temporário, nesse caso, da primeira rebelião.

### 3.1 O REINO DA DISCÓRDIA: DISSENSÕES ENTRE URRACA E O PARTIDO RAIMUNDISTA

O principal ingrediente político que alimentou o tumultuado início de governo da rainha Urraca foi o seu segundo casamento que, ao fracassar desde muito cedo, desencadeou uma conjuntura conflituosa na qual estiveram envolvidas diferentes facções aristocráticas do reino de Leão. A própria articulação do casamento elevou o clima de instabilidade política devido às preferências de cada grupo acerca do pretendente. Ao fazermos tal afirmativa, devemos reparar, pois, sobretudo a partir dos clérigos e cronistas Lucas de Tui (?-1249) e Rodrigo Jiménez de Rada (1209-1247), que houve uma tendência a imputar a Urraca características e atributos depreciativos de modo a desqualificar suas ações de governo ou até mesmo pôr em dúvida a existência de seu reinado.<sup>121</sup> Por outros termos, deu-se ênfase ao caos político verificado no reino leonês como consequência do governo de uma mulher.<sup>122</sup>

Urraca não foi apenas a sucessora legítima de Alfonso VI, mas a herdeira dos problemas do reino de seu pai, sendo o de maior destaque o avanço almorávida sobre seus territórios. Nesse sentido, distanciamo-nos do discurso idílico da *Historia Compostelana* em relação ao reinado de Alfonso VI.<sup>123</sup> A era dourada de grandiosa paz e prosperidade de que nos fala Giraldo, por

---

<sup>121</sup> Enquanto Lucas de Tui, no seu *Chronicon Mundi*, ignora a existência do reinado de Urraca; Rodrigo Jiménez de Rada, em *Historia de los Hechos de Espanã*, dissimula a ação política da rainha reduzindo o seu reinado a meros quatro anos (PALLARES MÉNDEZ; PORTELA SILVA, 2003).

<sup>122</sup> Ao menos desde a década de 1980, os historiadores têm trabalhado no sentido de oferecer explicações que fujam da lógica, em boa parte, misógina, predominantes nas análises sobre o reinado de Urraca I.

<sup>123</sup> Giraldo elabora uma narrativa exageradamente positiva acerca do reinado de Alfonso VI, pois lhe interessava salientar os conflitos e guerras que atingiram a Hispânia durante o período em que Urraca se manteve casada com

meio de Diego Gelmírez, não se sustenta mediante um olhar mais detido da situação (HC, 1994, p. 192). Apesar de ser lembrado como o conquistador de Toledo, Alfonso experimentou sucessivos reveses após seu maior feito, em 1085. A sua principal fonte de riquezas, os tributos oriundos dos reinos taifas, foi esgotada em virtude das derrotas para os exércitos almorávidas comandados por Iúçufe Ibn-Taxufín (1061-1106) e pelo seu sucessor Ali Ibn Iúçufe (1106-1143). Urraca assume o *regnum*<sup>124</sup> com recursos financeiros escassos – prova disso foram suas investidas constantes contra os tesouros eclesiásticos - tendo que lidar com embates aristocráticos intra e intergrupais e também fazer frente aos interesses de soberania do seu novo esposo em seus domínios.<sup>125</sup>

A primeira metade do reinado de Urraca – que se estendeu de 1109 a 1117 - foi fortemente marcada pelo fracasso do seu matrimônio com Alfonso I de Aragão (1104-1134) e pelos seus efeitos danosos em diversos aspectos, além da constante pressão dos almorávidas nas fronteiras meridionais dos reinos de Leão e Castela. A morte de Alfonso VI e o início do novo reinado, como de costume, provocaram rusgas, desentendimentos e atritos – típicos da luta pelo poder no sistema senhorial<sup>126</sup> - em que a redefinição dos vínculos e alianças era patente, assim como o era o uso da força em determinadas situações para lograr as aspirações delineadas. Em razão da nossa pesquisa, interessa-nos, sobretudo, o grupo formado por

---

Alfonso I. A sua intenção era, por um lado, condenar o matrimônio régio e, por outro, justificar o co-governo (estabelecido no tempo em que escreve) de Urraca e Alfonso Raimúndez.

<sup>124</sup> O reino (*regnum*) é o espaço no qual se exerce o poder. O conceito de *regnum* carrega em si duas ideias fundamentais: território e homens, as quais, por sua vez, não são estáticas. Em virtude das guerras de conquista, o reino poderia ser ampliado mediante o ganho de novos territórios e a incorporação das populações derrotadas (PALLARES MÉNDEZ; PORTELA SILVA, 2006).

<sup>125</sup> Leão, Castela e Galiza: esses territórios fazem parte da coroa de Leão – assim chamada a sede régia - herdada por Urraca.

<sup>126</sup> O uso do conceito sistema senhorial, em detrimento do de sistema feudal, deve-se ao avanço das pesquisas na área de história medieval nas últimas décadas. O termo feudalismo surgiu no século XVII e está atrelado, preferencialmente, às relações interpessoais de uma pequena parcela do mundo nobiliárquico. Apesar do conceito de senhorio também ser uma construção moderna, seu uso permite uma visão mais abrangente das relações de dominação senhorial, abarcando não só os grupos aristocráticos, mas as camadas sociais médias e baixas, assim como os habitantes dos ambientes rurais e urbanos (CÂNDIDO DA SILVA, 2020).

aristocratas galegos em torno da defesa dos direitos sucessórios de Alfonso Raimúndez, fruto do primeiro matrimônio de Urraca com o conde Raimundo de Borgonha.<sup>127</sup>

A reformulação do partido raimundista<sup>128</sup> foi motivada pelo caráter circunstancial a que o filho do conde borgonhês foi relegado na linha sucessória.<sup>129</sup> De acordo com as capitulações matrimoniais estabelecidas em finais de 1109, Alfonso e Urraca definiam que, caso a relação deles gerasse descendente homem, esse herdaria os reinos dos pais (DRU, 1996).<sup>130</sup> Na possibilidade de não haver filhos e de a rainha morrer antes do rei, esse seguiria sendo soberano de Leão até sua morte. Diante de tal cenário, a sucessão do reino leonês recairia posteriormente sobre Alfonso Raimúndez. Caso fosse o aragonês a falecer primeiro, Urraca herdaria os territórios do marido. Dessa forma, o menino Alfonso ficou em uma condição secundária estando praticamente afastado da sucessão.

A desarticulação da linha sucessória em prejuízo do filho de dom Raimundo foi encarada como uma declaração de guerra por alguns aristocratas galegos, de modo especial Pedro Fróilaz (?-1126),<sup>131</sup> a quem o falecido conde havia encomendado a tutela de Alfonso Raimúndez (HC I, 47).<sup>132</sup> López Teixeira (2013) destaca que até o século XII não existiam diferenças notáveis na aristocracia galega e que isso mudou por motivo da crise vivenciada na primeira etapa de governo de Urraca, a qual produziu diferentes facções que lutavam por

---

<sup>127</sup> Raimundo de Borgonha se casou com a filha legítima do rei Alfonso VI, a princesa Urraca, provavelmente em 1090, e recebeu o território galego, em nível de tenência, como dote. Nesse sentido, coube aos noivos o exercício da ação política sobre a Galiza.

<sup>128</sup> O uso do termo reformulação não foi despropositado, haja vista a existência de um partido raimundista anterior a Alfonso Raimúndez que, por seu turno, almejava a entronização de Raimundo de Borgonha, pai do menino, como rei de Leão após o falecimento de Alfonso VI. Todavia, o conde morreu antes do conquistador de Toledo, inviabilizando o conhecido pacto sucessório estabelecido entre os primos Raimundo e Henrique de Borgonha (ESTEFÂNIO, 2014).

<sup>129</sup> O conceito de partido foi empregado no sentido de associação que visa a um fim deliberado (OPPO, 1998). No caso do partido raimundista, formado em sua maioria por aristocratas galegos, o objetivo era a entronização de Alfonso Raimúndez como rei de Leão ao lado de Urraca.

<sup>130</sup> Utilizamos a sigla DRU para fazer referência à coleção de documentos da rainha Urraca que foram publicados em um volume intitulado *Diplomatario de la Reina Urraca de Castilla y León (1109-1126)*, cuja edição foi realizada por Cristina Monterde Albiac.

<sup>131</sup> Pedro Fróilaz, conde de Traba, foi um – se não o principal – aristocrata galego do primeiro quartel do século XII. Ele foi educado na corte do rei Alfonso VI e, posteriormente, foi ele quem educou Alfonso Raimúndez, neto do monarca. O seu condado estava localizado no noroeste da Galiza.

<sup>132</sup> Diego Gelmírez também ocupava, junto ao conde de Traba, a posição de tutor de Alfonso Raimúndez.

hegemonia e poder. Devemos entender o partido raimundista – capitaneado por Pedro Fróilaz e Diego Gelmírez - dentro dessa lógica. Por meio da coroação e entronização de Alfonso Raimúndez como rei de Leão, ao lado de sua mãe, Fróilaz e Gelmírez lograriam manter e expandir suas jurisdições (FLETCHER, 1993).

O partido raimundista, ou se quisermos, a aliança Traba-Gelmírez, assumiu uma posição totalmente contrária à manutenção do casamento real. Embora o prelado compostelano inicialmente tenha assentido, a missiva que recebeu do papa Pascoal II condenando o matrimônio dos reis foi suficiente para que mudasse de posicionamento (HC I, 47).<sup>133</sup> O papa justificava sua decisão com base no fato de os nubentes partilharem de um bisavô: Sancho III de Navarra (1104-1035). Era comum a cúria pontifícia recorrer ao argumento da existência de laços de parentesco – ou mesmo a incapacidade de procriar - para desfazer enlaces inconvenientes. O primeiro casamento de Urraca serve de exemplo porque, apesar de anticanônico, não foi condenado, uma vez que “[...] beneficiava em grande medida o assentamento da nobreza franca na península que evidentemente estaria disposta a adotar os usos e costumes cluniacenses” (ANDRÉS LASO, 2008, p. 36).<sup>134</sup>

O alto clero franco-romano, em particular os clérigos reformistas da órbita cluniacense, entendia que o melhor meio de conseguir manter a sólida posição alcançada durante o governo de Alfonso VI “[...] era um horizonte de futuro com o filho de Raimundo de Borgonha e neto da rainha Constança no trono, do que com um presente dominado pelo fortalecimento pleno do rei de Aragão” (PALLARES MÉNDEZ; PORTELA SILVA, 2006, p. 157). A anulação das bodas, a sustentação de Urraca como rainha de Leão e de Alfonso Raimúndez como príncipe herdeiro se oferecia como a melhor opção dentre as possíveis. Contando com o apoio tácito do

---

<sup>133</sup> Não se sabe, com precisão, as datas que as missivas papais foram elaboradas e enviadas aos prelados hispânicos, declarando inválido o matrimônio régio. Apenas a missiva dirigida a Diego Gelmírez foi preservada, ainda que, desafortunadamente, sem datação.

<sup>134</sup> No segundo capítulo desta tese, discutimos a adoção de costumes franco-romanos em Hispânia, especialmente, na igreja de Santiago de Compostela.

alto clero, Diego Gelmírez ungiu e coroou o menino Alfonso como rei na catedral de Santiago, em setembro de 1111.

A consagração de Alfonso Raimúndez foi planejada por seus tutores que esperavam “[...] sem dúvida vê-lo no trono [...]” (HC, 1994, p. 169). Giraldo – autor dessa parte da HC - relata que Diego Gelmírez e Pedro Fróilaz, além de decidirem como fariam a coroação, concordaram “[...] que de nenhuma maneira devia se levar a cabo negócio tão importante tanto sem o conselho como sem a ajuda da rainha [...]” (HC, 1994, p. 169). Ao cronista pareceu necessário ressaltar que eles procuram Urraca para não dar a impressão de que agem de forma oculta, contra o direito e à sua revelia. Mesmo que ela tenha consentido, como parece ter sido o caso, a proposta não lhe agradou; todavia, permitiu que a coroação de seu filho ocorresse dado que naquele contexto havia uma ameaça maior: Alfonso I. Para enfrentá-lo, era indispensável mobilizar e coadunar forças, e não as perder por conta de desentendimentos com aqueles que poderiam servi-la. Para assistir à ruína de seu marido, a rainha estava disposta momentaneamente a repartir o poder com seu filho, ou melhor, com aqueles que agiam como seus protetores, a fim de ampliarem sua influência política e recursos econômicos mediante a manipulação de um governante jovem e inexperiente.

Ao fim e ao cabo, o plano de co-governo desenhado e articulado pelos mais proeminentes senhores galegos não logrou o sucesso que esperavam. Urraca conseguiu neutralizar suas aspirações ao estimular rivalidades locais: havia uma facção aristocrática em Galiza formada sob o interesse de enfraquecer e dismantelar o poder exercido por Pedro Fróilaz e Diego Gelmírez (LÓPEZ TEIXEIRA, 2013). Diante dos resultados insatisfatórios obtidos na tentativa de fazer a rainha dividir as tarefas de governo com seu filho, Fróilaz e Gelmírez adotaram a estratégia da secessão. O objetivo passou a ser a autonomia política do território galego, em relação à coroa de Leão, baixo a governança de Alfonso Raimúndez, que tinha entre 10 e 14 anos.

O juramento prestado por Pedro Fróilaz a Diego Gelmírez, em 1114, oferece-nos indícios do que eles arquitetavam. O conde de Traba promete fidelidade a “[...] dom Diego II [...] que, salva a fidelidade para o infante dom Alfonso ou a outro senhor a que de comum acordo recebermos [quer dizer, ele e Gelmírez], serei vosso fiel amigo sem fraude nem má-fé e guardarei e defenderei vossa vida, vossa pessoa e senhorio [...]” (HC, 1994, p. 237). E finaliza dizendo que “[...] quanto à entronização do infante dom Alfonso e ao outorgamento e concessão de suas dignidades, atuaremos segundo vossa determinação e conselho enquanto o tivermos em nosso poder” (HC, 1994, p. 238).

Juramento, como o supracitado, “[...] não era um vínculo informal ou afetivo. Era laço político, estabelecido por um rito específico, selado publicamente, presenciado por testemunhas, dotado de elevado valor jurídico” (RUST, 2018). Dom Diego e dom Pedro objetivavam reviver o reino de Galiza, o mesmo que Garcia II (um dos herdeiros de Fernando I) havia governado entre os anos 1065 e 1071. É curioso notar, no pacto estabelecido, que a fidelidade a Alfonso Raimúndez não se impõe como algo essencial para os magnatas galegos, haja vista que deixavam aberta a possibilidade de tomar outro como senhor. Salvador Martínez (1992, p. 266) esclarece que “[...] essas palavras têm sido interpretadas como uma ameaça velada a Urraca de escolher a outro senhor como sucessor, quiçá a Alfonso Henriques, filho de Teresa de Portugal”.

A necessidade de conter, na aliança, precauções quanto a vida e o senhorio de Gelmírez é indicativo da situação turbulenta e frágil que caracterizava suas relações com Urraca.<sup>135</sup> No ano anterior, em 1113, ao saber que a rainha acolheu em sua corte homens que considerava inimigos da integridade do reino,<sup>136</sup> o senhor-bispo exigiu da soberana um juramento no qual ela se comprometia a zelar por suas possessões e integridade física (HC I, 90). Dom Diego

---

<sup>135</sup> O ponto de tensão entre Urraca e Gelmírez, em meados de 1113, girava em torno da obrigatoriedade do senhor-bispo em servir no exército real (HC I, 90).

<sup>136</sup> Urraca recebeu, na corte, Arias Pérez e Fernando Sánchez, aristocratas galegos que competiam com Pedro Fróilaz e Diego Gelmírez.

receava perder seu senhorio, aliás, mais do que simples desconfiança, ele possuía informações – fornecidas pelo próprio conde de Traba - de que a rainha planejava encarcerá-lo (HC I, 102).

Os primeiros meses de 1114 foram dos mais críticos do reinado de Urraca: “[...] repudiada pelo esposo, rompida as relações com Portugal, Castela partidária dos aragoneses e Galiza sustentando os direitos do filho [...]” (LÓPEZ TEIXEIRA, 2013, p. 94). A aliança Traba-Gelmírez procurava se aproveitar desse contexto de debilidade da soberana para levar a termo sua ambição por um reino galego autônomo.<sup>137</sup> É nessa conjuntura conflituosa que aparece, pela primeira vez na HC, o termo *regnum Gallaeciae* “[...] em uma surpreendente revelação dos objetivos e projetos de dom Diego. Alfonso Raimúndez era um rei sem reino. Gelmírez se propôs a lhe oferecer um, à custa da sua mãe. Não é de se estranhar que Urraca se irritasse [...]” (FLETCHER, 1993, p. 172).

Urraca se enfureceu e reagiu, porém não teve melhor sorte porque Gelmírez estava em alerta e tratou de mobilizar a opinião de aristocratas galegos a seu favor. Sem opções, a rainha fez um novo juramento de amizade ao prelado cujo centro, como podemos ver, era novamente o senhorio de Santiago.

Eu, a rainha dona Urraca, juro a vós, bispo dom Diego, [...] que deste dia em diante serei vossa fiel amiga em relação a vossa pessoa e a vosso senhorio, o que tens ou o que tendeis no futuro, sem má-fé e sem engano segundo minhas possibilidades, e que não perdereis vosso senhorio por mim ou por meu conselho ou maquinações [...] (HC, 1994, p. 243-244).<sup>138</sup>

Parece-nos evidente o desejo de Urraca em confiscar parte ou todo o senhorio de Santiago para, em troca, talvez até mesmo da liberação de Diego Gelmírez, alcançar algum retorno pecuniário. A pressão de insolvência associada ao ultraje sofrido foram motivos

---

<sup>137</sup> A própria busca pela dignidade metropolitana, em 1114, parece-nos uma outra forma pela qual Diego Gelmírez procurou se fortalecer em um cenário de relações tensas com a rainha Urraca (HC I, 100).

<sup>138</sup> “Yo, la reina doña Urraca, juro a vos, obispo don Diego, por Dios Padre omnipotente y por todos sus santos, que desde este día en adelante seré vuestra fiel amiga en relación a vuestra persona y a vuestro señorío, el que tenéis o el que tendáis en el futuro, sin mala fe y sin engaño según mis posibilidades, y que no perderéis vuestro señorío por mí o por mi consejo o maquinaciones [...]” (HC, 1994, p. 243-244).

suficientes para atacar o senhor-bispo compostelano.<sup>139</sup> Daí em diante, Giraldo não poupa adjetivos depreciativos à rainha, destacando “[...] seu ânimo mulhêril e débil para governar em paz e justiça o reino de Espanha [...]” (HC, 1994, p. 242). Desde o momento em que Gelmírez sente sua posição de senhor ameaçada, quando vê em risco um dos fundamentos de seu poder – o domínio do senhorio de Santiago -, Urraca é transformada na segunda Jezabel (ou Jezebel).<sup>140</sup> Para o *magister*, se reinasse a justiça, Galiza estaria submetida à jurisdição de Alfonso Raimúndez (HC I, 102), tal foi a essência do retrato que elaborou de Urraca: mulher e tirana.<sup>141</sup> Ou seja, incapaz, por um lado, de resolver os grandes assuntos do reino devido à sua condição feminina (*muliebriter*) e tirana, por outro, ao desrespeitar as leis sucessórias supostamente instituídas por Alfonso VI.

A derrota sofrida por Urraca, em 1114, materializada no juramento que se viu obrigada a prestar ao prelado compostelano, serviu para fortalecer ainda mais a aliança Traba-Gelmírez e o plano de construção de um poder independente na extremidade ocidental do reino. No ano seguinte, a rainha mudou sua estratégia e buscou uma reconciliação com os valedores de seu filho. Duas doações feitas por ela à igreja de Santiago de Compostela, em janeiro e em novembro de 1115, atestam isso. O tratamento dado à figura do jovem rei Alfonso Raimúndez foi significativamente melhorado.<sup>142</sup> Ele aparece nos textos como “[...] bendito e consagrado

---

<sup>139</sup> Convém ressaltar que as várias frentes de batalha mantidas por Urraca, visando à preservação do reino herdado de seu pai, pesavam sobremaneira o erário real.

<sup>140</sup> Giraldo associa, em pelo menos sete ocasiões, a rainha Urraca à personagem bíblica, descrita no Livro dos Reis, Jezabel. Essa, na condição de esposa do rei israelita Ajab, articulou a morte de um homem chamado Nabot após seu marido fracassar na compra da vinha que ele possuía junto ao palácio. A estratégia usada por Jezabel foi o envio de cartas com o selo real que produziram a condenação e morte de Nabot. A rainha de Israel cometeu um crime político e, ademais, usurpou as funções reais atuando contra o direito. Para o *magister* compostelano, essa é a base da comparação: Urraca era a nova Jezabel na medida em que exercia injustamente o poder contra Diego Gelmírez, entendido como o justo e pacífico Nabot, que se negava a deixar a sua vinha, ou melhor, a sua legítima posição de senhor da cidade e das Terras de Santiago.

<sup>141</sup> Cada um dos três autores principais da obra (Munio Alfonso, Giraldo e Pedro Marcio) “construiu” sua própria Urraca muito em função do período no qual se dedicou ao seu relato. Para Munio Alfonso, ela é a nobre filha do rei Alfonso VI e esposa de dom Raimundo. Sob a pena de Giraldo, a adjetivação empregada para (des)qualificá-la ressalta a sua condição mulhêril (logo, inferior) e tirana (agia contra o direito). Quando Pedro Marcio escreve, Urraca já havia falecido, o que lhe permitiu manter uma postura mais moderada, pois sua preocupação – desde o ponto de vista político - eram as relações do novo rei, Alfonso VII, com Diego Gelmírez.

<sup>142</sup> O termo jovem pode gerar confusões quando aplicado em outros contextos históricos. Comumente se usa a expressão “jovem rei Alfonso” por conta da pouca idade de Alfonso Raimúndez. Em linhas gerais, no século XII,

[...]” (DRU, 1996, p. 24), evidenciando uma clara iniciativa da soberana em reestabelecer relações com seus principais adversários galegos com o intuito de barrar seu projeto.<sup>143</sup>

O ano de 1116 foi marcado por uma investida semelhante de Urraca contra Gelmírez e seu senhorio, embora o desfecho tenha sido diferente do de 1114.<sup>144</sup> Giraldo nos fala de uma nova discórdia (*discordie*) entre o senhor-bispo e a rainha. O termo discórdia é usado por diversas vezes para exprimir divisão, distanciamento de intenções e disputas de poder. Contamos o *magister* que a soberana veio a Galiza para se reconciliar com dom Diego, “[...] pois sabia que por ele podia conservar ou perder o reino de Galiza porque o bispo da igreja de Santiago é cabeça e espelho de Galiza, e a esperança deste reino está posta nele” (HC, 1994, p. 251). A despeito do enaltecimento feito pelo professor de retórica da catedral compostelana ao seu patrocinador, há algo de verdadeiro em sua exposição: talvez fosse Diego Gelmírez o elo mais frágil da facção raimundista – no sentido de ser capaz de mudar de acordo com as circunstâncias e dos seus cálculos ao mensurar danos e benefícios - e, portanto, aquele que estaria mais disposto a ouvir a rainha e a barganhar com ela na busca de um denominador comum que satisfizesse a ambos.<sup>145</sup>

Entretanto, as conversações não produziram os efeitos desejados e Urraca, em março de 1116, novamente ameaçou privar Gelmírez de seu senhorio, caso ele não abandonasse a política dos Traba pró-Alfonso Raimúndez. Nesse ínterim, a rainha se voltou para a outra liderança do partido raimundista, o conde Pedro Fróilaz, e tentou persuadi-lo a ajudá-la na tarefa de prender

---

um rapaz era jovem por ainda não ter casado e também por não possuir domínios próprios, isto é, meios de subsistência (BOUCHERON, 2018). Alfonso Raimúndez se enquadrava nessa definição, uma vez que era solteiro e não exercia efetivamente o poder sobre nenhum domínio até 1116.

<sup>143</sup> Urraca não podia prescindir do apoio militar de Pedro Fróilaz e Diego Gelmírez nas expedições contra Córdoba e outros territórios sob domínio muçulmano realizadas em 1115 – daí a necessidade de negociar com seus adversários internos.

<sup>144</sup> Estamos convencidos, assim como Richard Fletcher (1993) e López Teixeira (2013), de que os acontecimentos narrados no capítulo 102 do livro I da HC, apesar da similitude com os do capítulo 107 também do livro I, não são os mesmos.

<sup>145</sup> Pastor de Togneri (1973) sublinha o caráter flexível e mutável da atuação de Diego Gelmírez, sempre disposto a corrigir sua conduta, adequando-a as circunstâncias com a finalidade de alcançar um equilíbrio entre o ambiente e suas metas.

o senhor-bispo de Compostela sob a promessa de lhe entregar parte do senhorio de Santiago (HC I, 107). Assim como havia ocorrido dois anos antes, Fróilaz revelou – por meio de Juan Vistruáriz, cidadão compostelano - o complô a Gelmírez, fazendo fracassar os planos de Urraca, que teve de propor um novo pacto de paz com o prelado. Segundo Giraldo, para que

[...] o pacto fosse considerado mais firme e mais indissolúvel, acordou a rainha com o mencionado bispo que vinte dos mais poderosos de Galiza, Leão, de Campos e de Castela que elegeisse o bispo, jurariam o mesmo com esta condição, sagazmente interposta pelo bispo, que se a rainha, antes de sair de Galiza, não apresentasse os dez eleitos de Galiza para o juramento e outros tantos de Leão, Campos e Castela no tempo predeterminado, dito pacto ficaria dissolvido e a rainha seria considerada ré de perjúrio (HC, 1994, p. 254).<sup>146</sup>

Conforme supunha dom Diego, Urraca não cumpriu com a promessa. Acreditamos que sequer era de seu interesse cumprir, dado que seria visto como um sinal de fraqueza e prostração. O pacto foi dissolvido abrindo caminho para os defensores de Alfonso Raimúndez agirem. Para Salvador Martínez (1992, p. 303), a anulação do acordo “[...] equivalia implicitamente a um estado de guerra com a rainha”. Em uma Galiza profundamente dividida entre os partidários de Urraca e os do seu filho, os acontecimentos se precipitaram. Essa “[...] era a causa popular em Galiza, a que despertava o entusiasmo nas pessoas [...]” (LÓPEZ TEIXEIRA, 2013, p. 104). Ao se inteirar da recente ruptura de Gelmírez e Urraca, Pedro Fróilaz – que estava na Estremadura<sup>147</sup> - entendeu que o momento de tomar o trono de Galiza para seu protegido havia chegado (SALVADOR MARTÍNEZ, 1992).

O conde de Traba se apressa para enviar uma carta a Diego Gelmírez – a qual supostamente teria sido escrita pelo jovem Alfonso Raimúndez. Nela, a assembleia de Leão (de

---

<sup>146</sup> “[...] el pacto fuera considerado más firme y más indisoluble, acordó la reina con el mencionado obispo que veinte de los poderosos de Galicia, León, de Campos y de Castilla que eligiera el obispo, jurarían lo mismo con esta condición, sagazmente interpuesta por el obispo, que si la reina, antes de salir de Galicia, no presentaba los diez elegidos de Galicia para el juramento y otros tantos de León, Campos y Castilla en el tiempo predeterminado, dicho pacto quedaría disuelto y la reina sería considerada rea de perjurio” (HC, 1994, p. 254).

<sup>147</sup> O termo Estremadura possuía, no século XII, um sentido bastante amplo, correspondendo aos territórios cristãos fronteiriços, como Salamanca e Toledo.

1107) é rememorada, assim como o juramento firmado pelos aristocratas galegos de que, se Urraca contraísse novo matrimônio, o senhorio sobre a Galiza recairia sobre o filho dela com o conde Raimundo de Borgonha. Como exposto, a pena de Giraldo trabalha para justificar e legitimar as pretensões e ações do partido raimundista. Na transcrição da carta, o *magister* usa as seguintes palavras:

[...] o muito nobre rei Alfonso [VI], meu avô, sendo eu todavia menino, convocou em Leão aos próceres de toda Galiza, e ordenou que estes me rendessem homenagem e prestassem juramento, e após receber o juramento de cada um daqueles, me deu o senhorio de toda Galiza. Ademais, o rei dom Alfonso, meu avô, pôs essa condição, que se a rainha, minha mãe, se contentasse em permanecer no estado de viuvez, todo o reino de Galiza, em vossas mãos [Diego Gelmírez] e nas do meu tio o arcebispo de Vienne, ficaria submetido a seu domínio; porém se firmasse contrato matrimonial, regressaria a mim o reino de Galiza (HC, 1994, p. 255).<sup>148</sup>

Na missiva, o senhorio sobre o território galego se tornou o direito de governar o reino de Galiza. Há inconsistências óbvias, quer dizer, em tempos do rei Alfonso VI não havia “[...] mais reino do que o reino e os demais eram domínios” (PALLARES MÉNDEZ; PORTELA SILVA, 2006, p. 118). Em 1107, o que ficou estabelecido foi a tenência de Alfonso Raimúndez sobre o domínio galego em caso de um novo casamento de sua mãe e nas mesmas condições que havia exercido seu pai. Já no ano de 1116 – ou melhor desde 1114 -, a estratégia de ação política da aliança Traba-Gelmírez era a secessão. Diego Gelmírez e Pedro Fróilaz eram defensores inequívocos de um reino de Galiza independente sob o virtual mando de Afonso Raimúndez.

---

<sup>148</sup> “[...] el muy noble rey Alfonso, mi abuelo, siendo yo todavía niño, convocó en León a los próceres de toda Galicia y ordenó que éstos me rindieran homenaje y prestaran juramento, y tras recibir el juramento de cada uno de aquéllos, me dio el señorío de toda Galicia y ordenó que éstos me rindieran homenaje y prestaran juramento, y tras recibir el juramento de cada uno de aquéllos, me dio el señorío de toda Galicia. Además, el rey don Alfonso, mi abuelo, puso esta condición, que si la reina, mi madre, se contentara con permanecer en el estado de viudedad, todo el reino de Galicia, en vuestras manos y en las de mi tío arzobispo de Vienne, quedaría sometido a su dominio; pero si firmara contrato matrimonial, regresaría a mí el reino de Galicia” (HC, 1994, p. 255).

Na sequência da carta, algo difícil de creditar a um rapaz entre dez e quatorze anos, argumenta-se que “[...] até os cegos e os barbeiros sabem que minha mãe [Urraca] se regozijou com o tálamo nupcial. Assim pois, agora com razão peço os direitos do meu reino” (HC, 1994, p. 255). A carta finaliza com um pedido meramente retórico de ajuda: “[...] porém tu, [...] protetor meu, que me regeneraste na fonte do batismo e não muito tempo depois me ungiste na igreja de Santiago como rei, em quem está lançada a âncora da minha confiança, digna-te a me ajudar a conseguir meu reino” (HC, 1994, p. 256). Diego Gelmírez havia feito sua escolha há muito, mas Giraldo não queria deixar margem para interpretações equivocadas da postura assumida pelo seu superior e voltou a insistir na instabilidade da fidelidade mulheril e na legitimidade jurídica que residia na petição de Alfonso Raimúndez (HC I, 108).

Ao insistir em sua retórica desqualificadora de Urraca, o *magister* obscurecia o real interesse de Gelmírez – a entronização de Alfonso como rei galego -, ao mesmo tempo que deslegitimava a posição da rainha enquanto tal. Maria do Rosário Ferreira (2010, p. 2) enfatiza que “[...] quanto mais o poder transparecia, mais o processo de demonização da mulher tinha de ser eficaz na indicação da ilegitimidade da respectiva origem e uso”. A “misoginia funcional” de Giraldo tinha por intuito ofuscar a concorrência aristocrática pelo poder por meio de ataques à conduta de Urraca e ao seu jeito de governar (HC I, 107).

Obviamente que Pedro Fróilaz e Diego Gelmírez não desfrutavam do apoio de Urraca para fazer de Alfonso Raimúndez rei dos galegos; ao contrário, agiam contra ela e seus apoiadores. Na primavera de 1116, após percorrer um longo percurso desde a região de Toledo, Alfonso Raimúndez, acompanhado do conde de Traba, foi recebido em Compostela como rei. Giraldo nos oferece detalhes desse dia festivo:

[...] Ali todo o povo da cidade com grande alegria saiu ao encontro do rei menino ao entrar na cidade e, saudaram-no segundo o costume de Galiza, se alegraram com a chegada do seu senhor. Todos os varões saíram armados para recebê-lo e lhe tributar honras como rei. Era muito agradável de ver então as corridas de rápidos cavalos, as falanges de gente armada a pé, os coros de

mulheres bailando. Entretanto, o bispo se adiantou à igreja com os cônegos que estavam com ele e preparou a procissão para receber o rei que vinha. Que mais? O rei foi recebido respeitosamente com a procissão e foi honrado por todos (HC, 1994, p. 257).<sup>149</sup>

Alfonso Raimúndez foi ratificado como rei na catedral de Santiago sob as bênçãos de Diego II. O título de *rex* agora teria projeção espacial específica: “[...] a totalidade dos territórios entregues por Alfonso VI ao seu pai [Raimundo de Borgonha] em 1091. Isto é, o antigo reino de dom Garcia” (LÓPEZ TEIXEIRA, 2013, p. 107).<sup>150</sup> A crise entre seus defensores e Urraca atinge, nesse momento, seu ponto máximo. Ao receberem Alfonso como rei dos galegos e lhe tributarem homenagens como tal, Fróilaz e Gelmírez rompiam com a rainha e propunham um novo arranjo político que lhes era mais vantajoso. Foi um duro golpe para a legítima soberana de Leão que não tinha outra escolha a não ser enfrentá-los.

A reação de Urraca foi fulminante. O receio de desintegração do reino que recebeu de seu pai a fez mobilizar com rapidez suas tropas que percorreram o Caminho de Santiago até as proximidades de Melide. A rainha contava com o apoio dos potentes condes Pedro González de Lara e Pedro Ansúrez, dos senhores-bispos de Leão e Palencia, além de aristocratas galegos da região leste e central e de “[...] alguns que já haviam abandonado o rei menino e se haviam passado a rainha, costume próprio de Galiza” (HC, 1994, p. 257). Giraldo insiste, em sua narrativa, sobre a falta de fidelidade da maioria dos galegos que são chamados por ele de “companheiros da fortuna” por seguirem o dinheiro e não a justiça. Obviamente uma visão partidarista de quem defende os seus e entende que a justiça está onde estiver Diego Gelmírez.

---

<sup>149</sup> “[...] Allí todo el pueblo de la ciudad con gran alegría salió al encuentro del rey niño al entrar en la ciudad y, saludándole según la costumbre de Galicia, se alegraron con la llegada de su señor. Todos los varones salieron armados a recibirle para tributarle honores como rey. Era muy agradable de ver entonces las carreras de rápidos corceles, las falanges de gente armada de a pie, los coros de mujeres bailando. Entretanto el obispo se adelantó a la iglesia con los canónigos que estaban con él y preparó la procesión para recibir al rey que venía. ¿Qué más? El rey fue recibido respetuosamente con la procesión y fue honrado por todos” (HC, 1994, p. 257).

<sup>150</sup> As alianças matrimoniais estabelecidas entre a família Traba e a família régia portuguesa, na década de 1110, indicam a pretensão, por parte do conde Pedro Fróilaz, de que Alfonso Raimúndez governasse o antigo reino de dom Garcia, isto é, a Galiza ao sul e ao norte do Minho (incluindo o condado portucalense) (QUIÑOES DE LEÓN, 1998).

Esse, por sua vez, “[...] chamou perjuros a todos os próceres de Galiza que haviam jurado o reino de Galiza ao rei menino, se não lhe ajudavam a consegui-lo e conservá-lo” (HC, 1994, p. 258).

Em Compostela, Gelmírez fortificava a catedral, suas torres e seu palácio – além de abastecê-lo com provisões - tendo em vista a sua proteção e a de Alfonso Raimúndez. As guerras não eram totais e os cercos tendiam a ser prolongados.<sup>151</sup> Enquanto isso, Pedro Fróilaz estava com o seu exército a postos, fora da cidade, disposto a batalhar contra Urraca. Segundo Portela Silva (2016, p. 333), “[...] esse difícil momento é que pareceu oportuno, àqueles que, desde dentro dos muros, pensavam em acabar com o poder do bispo para pôr seus planos em marcha”. A estratégia adotada pelos compostelanos foi o envio de uma dupla embaixada. Uma delas se encontrou com Urraca e lhe ofereceu ajuda na tomada de Compostela; a outra se reuniu com o senhor-bispo para persuadi-lo a permitir a saída do jovem rei Alfonso da cidade. Giraldo narra o encontro dos cidadãos com Diego Gelmírez da seguinte forma:

Entretanto, os cidadãos de Compostela se apresentaram ante o bispo, muitos com intenção fraudulenta, outros quiçá com bom ânimo, e lhe suplicaram e lhe rogaram encarecidamente que obrigasse o rei menino e a condessa Mayor, esposa do conde Pedro, tutor do rei, a sair de Compostela com sua cavalaria. Asseguraram-lhe com juramento que se fizesse isso, eles unanimemente ajudariam ao bispo contra todos, como seu senhor (HC, 1994, p. 258).<sup>152</sup>

Tanto uma quanto a outra embaixada tinham como objetivo último evitar a confrontação dos dois exércitos e suas desastrosas consequências, inclusive para os negócios. Como salienta Vázquez de Parga (1945, p. 687), “[...] um povo de mercadores e artesãos, como era o de

---

<sup>151</sup> No período medieval, a guerra estava longe de ser total, mas envolvia estratégias, tais como: cercos prolongados, captura de reféns, que buscavam diminuir ao máximo as perdas humanas e produzir ganhos materiais, seja através das pilhagens ou das cobranças de resgate pelos prisioneiros de posição social proeminente (CÂNDIDO DA SILVA, 2020).

<sup>152</sup> “Entretanto, los ciudadanos de Compostela se presentaron ante el obispo, muchos con intención fraudulenta, otros quizá con buen ánimo, y le suplicaron y le rogaron encarecidamente que obligara al rey niño y a la condesa Mayor, esposa del conde Pedro, ayo del rey, a salir de Compostela con su caballería. Le aseguraron con juramento que si hacía esto, ellos unánimemente ayudarían al obispo contra todos, como a su señor” (HC, 1994, p. 258).

Compostela de então, não havia de ver sem alarme e profundo desgosto se aproximar dos muros da sua cidade uma guerra que podia representar sua ruína”. Não obstante, uma parte dos compostelanos possuía uma intenção a mais: entregar a cidade à rainha. O receio de um forte ataque coordenado por Urraca e o ânimo hostil intramuros fez Pedro Fróilaz e Diego Gelmírez optarem pela retirada de Alfonso Raimúndez da cidade.

Ao calcular a inferioridade de seus efetivos diante das forças do exército real e o apoio prestado por cidadãos e soldados compostelanos a Urraca, o conde de Traba decide retirar suas tropas. Após a comitiva do rei deixar a urbe, Giraldo afirma (em tom condenatório) que “[...] os compostelanos enviaram uma mensagem rapidamente à rainha, sem saber o bispo, para que se apressasse a entrar em Compostela” (HC, 1994, p. 258-259). Urraca penetrou-a, ao que parece, sem dificuldades e “[...] com grande número de soldados a pé e a cavalo; e alguns compostelanos lhe saíram ao encontro, aclamando-a e rogando que entrasse na cidade sem demora” (HC, 1994, p. 259). Nesse sentido, a responsabilidade pela entrada de Urraca em Compostela – e, logo, pela traição cometida contra Gelmírez e seu pupilo - recai sobre os cidadãos.<sup>153</sup>

Disposto a resistir, dom Diego se refugiou em seu palácio com o restante de seus soldados e servos. A presença, nas proximidades, de tropas comandadas por Fróilaz e a capacidade de defesa do prelado exigiram de Urraca a busca por uma nova aliança de paz. Os delegados da rainha, os condes Munio e Fernando Yáñez, apresentaram-se diante de Gelmírez e as negociações – o mecanismo político mais frequentemente utilizado - tiveram início. Urraca lhe ofereceu o senhorio de Lobeira com sua fortaleza, o senhorio de Ferreira com sua fortaleza e o de Montaos, visando a reconciliação (HC, 1994, p. 258). Porém, havia obstáculos importantes que se interpunham: Fernando Pérez, filho do conde de Traba, “[...] havia assediado

---

<sup>153</sup> Por faltarem ao juramento de fidelidade prestado ao jovem rei Alfonso e ao senhor da cidade de Compostela, isto é, ao bispo de Santiago, os cidadãos foram vistos como traidores.

com a ajuda do bispo a fortaleza de Lobeira, que era propriedade da rainha” (HC, 1994, p. 260). Ademais, em função das disputas entre Gelmírez e Urraca, e por orientação do primeiro, Fernando atacou e assolou as terras de Salnés, “[...] o que era intolerável para a rainha” (HC, 1994, p. 260).

Resolvidos os impasses, a aliança de paz foi virtualmente alcançada.<sup>154</sup> Devemos entendê-la como uma espécie de “cessar-fogo”, de armistício, pois, diante do forte aparato militar dos partidários de Alfonso Raimúndez e da precaução em mitigar prejuízos materiais e humanos, Urraca optou por apoiar os interesses de “[...] alguns cidadãos e outros poderosos [...] que tinham pensamentos sinistros contra o bispo [...]” (HC, 1994, p. 260). A rainha buscou enfraquecer a posição de Diego Gelmírez, ao mesmo tempo que procurava neutralizá-lo diante de sua próxima investida contra o partido raimundista. Ao sair de Compostela, Urraca se dirigiu a Toronho para assediar o conde Gómes Núñez, que “[...] apoiava o rei menino e era rebelde [...]” a ela (HC, 1994, p. 261).

O conde Núñez ocupava territórios ao redor da cidade de Tui e os acessos de Galiza a Portugal.<sup>155</sup> O ataque direcionado a ele, “[...] velho aliado e amigo do defunto conde de Portugal, Henrique, provocou a reação de Teresa, a qual, uma vez mais se sentiu ameaçada por Urraca” (SALVADOR MARTÍNEZ, 1992, p. 308). Pedro Fróilaz, que acompanhava as movimentações da soberana por temer uma ação ofensiva dela sobre toda a região, assediou-a na fortaleza de Sobroso (território tudense), junto à Teresa (meia-irmã de Urraca) e ao conde Núñez.<sup>156</sup> Graças a reforços que chegaram desde Compostela, Urraca conseguiu se livrar do cerco e retornar à cidade.

---

<sup>154</sup> López Teixeira (2013) sugere o dia 1º de junho de 1116 como a possível data na qual o acordo foi celebrado por conta de uma doação feita por Urraca à igreja de Santiago.

<sup>155</sup> O conde Gómes Núñez era o mais importante magnata da região minhota, destacava-se pelos seus castelos bem fortificados e localizados, além de ter sob seu comando muitos soldados (VILA-BOTANES, 2012).

<sup>156</sup> Uma vez que o território tudense compôs o antigo condado de Portucale, Teresa entendia-se no direito de anexá-lo à sua jurisdição (VILA-BOTANES, 2012).

Ao não conseguir se impor pelas armas, Urraca se viu obrigada a chegar a algum tipo de acordo com Pedro Fróilaz (LÓPEZ TEIXEIRA, 2013). Diante de seu deteriorado prestígio político, a rainha conseguiu um pequeno triunfo: Alfonso Raimúndez a acompanhou em seu regresso a Leão. Entretanto, o saldo da primavera de 1116 era negativo. Embora tenha escapado do cerco levado a cabo por seus inimigos, ela não conseguiu submeter o território galego à sua autoridade. A autonomia política de Galiza ganhava força, enquanto, paradoxalmente, Diego Gelmírez perdia seu domínio sobre Compostela. Se a aliança Traba-Gelmírez aspirava recriar o *regnum Gallaeciae*, um expressivo contingente de compostelanos dava provas que estava disposto a agir contra o poder senhorial-episcopal que governava sua cidade.

### 3.2 A FASE INICIAL DA REBELIÃO (1116)

A primeira rebelião compostelana pode, em nível de análise, ser dividida em duas fases, em razão da variável Urraca. Enquanto os rebeldes, entre a primavera e o outono de 1116, contavam com a anuência e o apoio da rainha, eles obtiveram sucesso em suas ações de governo. A partir de 1117, ao não desfrutarem da aprovação régia, o movimento progressivamente se radicalizou até se transformar, no mês de julho daquele ano, em conflito armado. A hierarquia e a ordem foram momentaneamente suspensas e o espaço urbano e seus arredores se tornaram cenário de guerra. Apenas com a convergência das forças senhoriais dominantes e com o cerco imposto aos insurgentes, Diego Gelmírez conseguiu recuperar seu poder sobre a rede espacial que governava.

Conforme demonstramos no tópico anterior, as tensões, disputas e conflitos envolvendo Urraca e Gelmírez foram fundamentais na criação de um contexto favorável à atuação dos compostelanos que estavam insatisfeitos com a política desenvolvida pelo senhor-bispo na condição de governante de Compostela. Podemos identificar a entrada da rainha na cidade, com

a colaboração dos cidadãos, como o episódio que marca o início da rebelião, dado que doravante Diego II perdeu o controle dos mecanismos que lhe garantiam o exercício do poder sobre a cabeça reitora de seu extenso senhorio. Giraldo não os exime de críticas: ao dizer que se apresentaram à rainha “às escondidas” e que facilitaram sua entrada “sem saber o bispo”, quer destacá-los como não confiáveis, embusteiros e traidores (HC I, 109).

Em nosso levantamento de dados – feito a partir da análise dos elementos narrativos dos capítulos (109 ao 116 do livro I) que compõem o relato de Giraldo -, pudemos identificar a caracterização que é feita dos personagens envolvidos na primeira rebelião compostelana. Como dito em outras oportunidades, a HC é uma obra pró-Gelmírez; logo, seus autores escreveram numa perspectiva favorável ao seu patrocinador. A explicação dos acontecimentos relacionados à insurreição tende a tratar as ações políticas dos compostelanos como ataques passionais, familiares e injustificados ao senhor-bispo. Como se os rebeldes fossem seres doentes e seus atos potencialmente contagiosos, Giraldo escreve: “[...] somente alguns dos cidadãos, nos que estava inculcada naturalmente a lepra da traição, maquinavam tais coisas” (HC, 1994, p. 258).<sup>157</sup>

Ao colaborarem para a entrada de Urraca em Compostela, assumindo uma posição adversa a Diego Gelmírez, os cidadãos são descritos por Giraldo como doentes letais e sua ação política como uma consequência de sua enfermidade contagiosa. É lugar comum, no vocabulário dos cronistas medievais que tratam sobre movimentos revoltosos, a associação entre sublevação e doença. Os rebeldes, ao maquinarem contra seu senhor natural, testemunhavam que não eram tementes a Deus e, portanto, eram homens doentes e violentos. Rebelar-se – ainda de acordo com essa leitura - era se opor aos desígnios do Criador e afrontar o ordenamento instituído por Ele no mundo. Como os medievais não faziam distinção entre fé

---

<sup>157</sup> Por classificar os cidadãos rebeldes como seres doentes e afastados de Deus, Giraldo compara, o que entende ser uma traição, à lepra. Doença conhecida, desde a Antiguidade, como contagiosa e incurável.

e fidelidade, obedecer a um senhor e acreditar em Deus significava o mesmo: conformar-se a uma ordem (BOUCHERON, 2018).

Ao relativizar a participação dos compostelanos – “somente alguns cidadãos” -, Giraldo busca demonstrar que havia diferentes ânimos entre eles e que a maior parte não conspirava a favor da expulsão de Gelmírez da cidade e da sua deposição do cargo de senhor-bispo, o que resultaria na perda do senhorio de Santiago. Todavia, poucas linhas depois, o *magister* muda o tom – no momento que Urraca entra em Compostela com seu exército - e descreve: “[...] viu [Gelmírez] que os cidadãos, exceto uns poucos, lhe eram contrários, reparou que os que acreditava que iriam lhe ajudar e que estavam de acordo com ele, lhe eram totalmente adversos [...]” (HC, 1994, p. 259). Ao invés de afirmarmos que havia duas tendências no grupo citadino, uma moderada e outra radical,<sup>158</sup> talvez seja mais prudente nos interrogarmos qual era o interesse de Giraldo em afirmar que uma pequena ou grande parte dos compostelanos eram contrários a Gelmírez?

A Giraldo, como o fez em várias oportunidades, pareceu-lhe melhor insistir na artimanha retórica da traição, na ideia da excepcionalidade, uma vez que isso ia ao encontro de seu objetivo principal, que era desqualificar o movimento. Haveria forma mais adequada do que afirmar “[...] nestas maquinações intervinham alguns cidadãos aos que inclusive o bispo considerava como familiares seus”? (HC, 1994, p. 259). Ou ainda: “[...] aqueles a que o bispo havia educado desde o berço, aos que havia enriquecido com seus benefícios e honras, aos que havia amado com amor próprio de um pai, aos que havia feito muito queridos para si, esses desejavam com todo empenho lhe prejudicar”? (HC, 1994, p. 263). As ações dos citadinos – sob a pena de Giraldo - perdiam toda e qualquer legitimidade, pois são expostas como investidas pessoais. Pior: atos repletos de ingratidão, ausentes de graça (*gratia*). Mais uma vez, fica

---

<sup>158</sup> Pallares Méndez e Portela Silva (1988), recorrendo ao vocabulário político atual, assinalam essas duas tendências – moderada e radical - entre os compostelanos. Enquanto os citadinos moderados, que eram maioria, aspiravam reduzir o poder de Diego Gelmírez na cidade; os mais radicais, que compunham uma fatia menor, queriam o seu despojamento do cargo de senhor-bispo.

explicita a relação de que os rebeldes eram homens afastados da graça divina por não agirem com fidelidade ao seu senhor (felonia).

Não obstante, permanece a questão: quem eram esses homens que articulavam com Urraca o despojamento de Diego Gelmírez de seu cargo? Quem eram esses tais “[...] cidadãos e outros poderosos, que como dito mais acima, tinham pensamentos sinistros contra o bispo [...]”? (HC, 1994, p. 260). Embora seu estudo esteja centrado na cidade de Milão, Leandro Duarte Rust (2018) traz referências possíveis de serem aplicadas ao caso compostelano:

[...] ‘os citadinos’ ou ‘o povo’ eram nomes antigos que, naquela época [século XI], designavam uma camada urbana em rápida expansão. Não englobavam todos os habitantes da cidade [...]. Essas referências não abrangiam sequer o conjunto da população, não incluía aqueles que embora livres, viviam se equilibrando sobre a corda bamba entre a miséria e o trabalho. ‘Povo’ eram umas centenas de pessoas que enriqueciam em compasso acelerado, a salto de leopardo: mercadores, artesãos e notários (RUST, 2018, p. 189).

Compostela – como visto no primeiro capítulo desta tese - era uma cidade de porte considerável, em princípios do século XII, reunindo em seu pujante mercado uma aglomeração de especialistas. Certamente, não faltaram “mercadores, artesãos e notários” envolvidos na organização e execução da rebelião de 1116-1117, ainda que fosse mais por insatisfação com a administração gelmiriana, que prejudicava seus negócios, do que por avidez na ampliação de seus rendimentos. Giraldo nos oferece um número, no término de seu relato da primeira insurreição: cem, entre cidadãos e cônegos, foram desterrados e privados de suas propriedades, casas e outros benefícios (HC I, 116). A julgar pelas penalizações que receberam, esses homens eram os líderes da sedição, eram os membros da irmandade (*germanitas*) formada com o consentimento da rainha, na primavera de 1116, antes do seu retorno a Leão (HC I, 110).

O uso do termo latino *germanitas* foi algo comum entre os cronistas medievais, até porque a formação de irmandades não se restringiu aos territórios ibéricos, sendo recorrente em toda a Europa medieval (SALVADOR MARTÍNEZ, 1992). Giraldo utiliza o termo por diversas

vezes, com o propósito de nomear um grupo de homens que se uniram mediante juramento em um pacto de ajuda mútua contra qualquer tipo de inimigo ou rival. No contexto da primeira rebelião, o termo irmandade diz respeito aos cidadãos (laicos e eclesiásticos) mais sobranceiros que se aglutinaram “[...] para danar o bispo e para quebrantar seu poder [...]” (HC, 1994, p. 261). Eles não são – na descrição do cronista - o povo, mas o grupo que o dirige. Quanto ao conjunto da população compostelana, isto é, a maior parte dos habitantes de Compostela – que vivia entre a miséria e o trabalho - essa teve sua participação reduzida aos episódios de tumulto.

É um erro interpretar as rebeliões urbanas ocorridas ao longo da Idade Média como movimentos comunais que antecederam e estão ligados, de alguma forma, às grandes revoluções dos séculos XVIII e XIX – como propuseram historiadores, juristas e românticos do novecentos (LE GOFF, 1998). A maior parte dos habitantes das cidades não teve papel significativo na articulação de levantamentos que aconteceram em suas urbes; assim como a luta pela autonomia e liberdade dos núcleos urbanos não fez deles um mundo de iguais. Por outros termos, a ideia de “democracia urbana” é um mito. O domínio sobre a vida política das sociedades urbanas centro medievais foi exercido, sobretudo, por homens oriundos de famílias aristocráticas (CÂNDIDO DA SILVA, 2020).

Na própria insurreição compostelana, defendemos que houve inicialmente a participação de segmentos aristocráticos. Quando Giraldo fala de “outros poderosos”, não será exagerado imaginar que se trata de aristocratas galegos rivais de Diego Gelmírez – quiçá Arias Pérez e Fernando Sánchez - que se aproveitavam da situação para colocar em marcha seus interesses associados às Terras de Santiago.<sup>159</sup> Não obstante, uma mudança capital no xadrez político fez com que revissem suas ações – a reviravolta ocorreu no final de 1116, quando

---

<sup>159</sup> Arias Pérez era a principal liderança da irmandade. A *Historia Compostelana* cita os nomes dos membros mais destacados da facção: Pedro Arias, senhor de Deza; o seu filho, Arias Pérez, senhor de Pena Corneira; Juan Díaz, senhor de Orcellón; Pedro Gudesteiz; Palayo Gudesteiz; Fernando Sánchez; e Oduário Ordóñez (HC I, 47).

Urraca pactua com Gelmírez e Pedro Fróilaz. Ao perceberem que suas ambições não se concretizariam e que a manutenção de atitude antagônica ao prelado seria vista como rebeldia aos ordenamentos da rainha, eles abandonam a irmandade muito antes do conflito armado ter início.

É preciso enfatizar, pois, que entre as lideranças da irmandade – por conseguinte à frente da rebelião - havia cônegos da igreja de Santiago. A respeito de um deles, temos os seguintes detalhes:

A esse péssimo homem lhe educou o bispo desde menino em seu palácio e o honrou na igreja de Santiago, depois de adulto o enviou à França para aprender gramática, após lhe dar bastante dinheiro, e depois, ao regressar, lhe fez muito familiar e muito íntimo seu e quase senhor de sua casa, distinguindo-lhe com paternal afeto. Havia-lhe entregue também grande quantidade de dinheiro, sem receber dele quase nenhum obséquio, e lhe deu uma prebenda, a saber, Arnois, a metade de Serantes, Cée, a metade de Santa Cristina de Noya e muitas outras coisas. Ó, pérfida fidelidade galega! O bispo educou com amor próprio de um pai a esse péssimo homem, lhe amou, lhe encheu de honras e de benefícios e ele, como se esquecendo de tudo, e devolvendo mal por bem, desejava a destruição e morte do bispo (HC, 1994, p. 280).<sup>160</sup>

Além de eclesiástico da catedral de Santiago, sabemos que o cônego em questão provavelmente era de origem galega – “Ó, pérfida fidelidade galega!” - e que depois de receber formação inicial no palácio de Gelmírez, esse o enviou à França para estudar gramática.<sup>161</sup> Ao concluir sua formação e retornar a Compostela, obteve um cargo na igreja e um bom prestimônio. Mas ele não foi o único cônego, citado por Giraldo, a participar diretamente do

---

<sup>160</sup> “A este pésimo hombre lo había educado el obispo desde niño en su palacio y le había honrado en la iglesia de Santiago, luego ya adulto lo había enviado a Francia a aprender la gramática, después de darle bastante dinero, y después, al regresar le había hecho muy familiar y muy íntimo suyo y casi señor de su casa, distinguiéndole con paternal afecto. Le había entregado también gran cantidad de dinero, sin haber recibido de él casi ningún obsequio, y le había dado una buena prebenda, a saber, Arnois, la mitad de Serantes, Cée, la mitad de Santa Cristina de Noya y muchas otras cosas. ¡Oh, pérfida fidelidad gallega! El obispo había educado con amor propio de un padre a este pésimo hombre, le había amado, le había educado con amor propio de un padre a este pésimo hombre, le había amado, le había llenado de honores y de beneficios y él, como olvidándose de todo, y devolviendo mal por bien, deseaba la destrucción y muerte del obispo” (HC, 1994, p. 280).

<sup>161</sup> Como pontuamos no capítulo anterior desta tese, Diego Gelmírez construiu importante relação com eclesiásticos de França, especialmente os de Cluny. Foi para lá, o principal centro monástico de então, que o prelado custeou a ida de seus religiosos mais promissores, a fim de que pudessem obter melhor formação e concluir seus estudos.

comando da rebelião. Graças ao último autor principal da HC, Pedro Marcio, o conhecemos pelo nome: Arias Muñiz. Giraldo também o chama de péssimo homem e traidor por exigir do senhor-bispo a entrega da dignidade de arcediogo (HC I, 111).<sup>162</sup> A forma como o *magister* finaliza seu texto relacionado a Muñiz – “[...] Oh, nefasta traição de Galiza! Aqueles aos que o bispo considerava muito íntimos, que comiam com ele ao mesmo tempo, estes desejavam com todo seu coração aniquilá-lo” (HC, 1994, p. 265) - se destaca pela semelhança ao excerto supracitado.

A tônica do relato de Giraldo é a ideia de traição. Nada melhor do que imputar àqueles que dividiam a mesa com dom Diego, aos que beneficiou de diversas formas com seu amor paternal, aos seus mais familiares e íntimos, a responsabilidade por algo tão nefasto. A imagem que Giraldo exprime é a de um Gelmírez bondoso, zeloso e generoso versus homens ingratos, infiéis e egoístas que o atacam sem qualquer justificativa. No vocabulário latino, não havia conceito mais apropriado para condenar seus atos: nefasto “[...] é mais do que uma palavra, é uma categoria jurídica que qualifica algo tão horrível que seria melhor nem lhe dar nome” (BOUCHERON, 2018, p. 31).

Os ataques “horríveis” e inomináveis ao coração do senhorio tiveram início quando da entrada de Urraca em Compostela, na primavera de 1116, com vistas a reprimir o plano de secessão do partido raimundista, conforme relata Giraldo:

Finalmente entrou a rainha em Compostela e todas as coisas, que haviam sido do bispo, foram entregues ao saque em qualquer lugar, onde puderam ser encontradas, fora das torres e da igreja. O bispo e todos que lhe ajudavam eram considerados rebeldes; a rainha e os cidadãos lhe ameaçavam, ameaçava-lhe o exército; diziam que de um dia para o outro iriam tomar por assalto a fortificação e matar ele e todos os que estavam com ele. E em efeito, para dizer a verdade, eu [Giraldo], porque estava com ele [Diego Gelmírez], tive medo e preferia estar em Beauvais, desde que ele não estivesse ausente. Para que me deter? Eu via que seus amigos eram inimigos, que seus familiares

---

<sup>162</sup> Cabia ao arcediogo o exercício de funções administrativas e jurídicas sobre uma determinada parte do bispado compostelano. O detentor do cargo também possuía preeminência diante dos demais cônegos, pois lhe cabia dirigir o cabido e suas reuniões.

eram os mais contrários, que o povo de Galiza lhe era adverso (HC, 1994, p. 259).<sup>163</sup>

Ao se inserir pela primeira vez na trama que narra, Giraldo busca sensibilizar o leitor, descrevendo o medo que sentiu ao presenciar Urraca e seus soldados tomarem a cidade. O saque aos bens do prelado que puderam ser encontrados – decerto um dos episódios no qual o conjunto da população compostelana foi partícipe –, as hostilidades que lhes foram dirigidas e a iminência de assalto do complexo catedral-palácio fez com que o *magister* ansiasse estar em sua cidade natal – desde que Gelmírez, evidentemente, estivesse com ele. O complexo, além de espaço político-religioso, também possuía funções defensivo-militares: Diego II o fortificara para desde ali resistir às investidas da rainha e dos cidadãos. Do ponto de vista da antropologia política, o roubo e/ou destruição de objetos representativos do poder senhorial-episcopal manifesta o desejo dos compostelanos de se lançar contra a figura que encarnava esse poder, para eliminá-la (ASTARITA, 2011).

A última afirmação necessita ser matizada, pois, nos conflitos políticos (tumultos, revoltas, rebeliões), o conjunto da população nem sempre luta por razões específicas: “[...] o conflito pode satisfazer a ira, a sede de emoções, ou o desejo de solidariedade grupal” (GURR, 1980, p. 17). Por outros termos, quando temos a maior parte dos habitantes de uma cidade envolvida em saques, ataques e enfrentamentos, não temos como ignorar “causas expressivas” que, em algum grau, fogem da nossa capacidade de análise por serem de ordem (que hoje chamamos) psicológica. O que, por outro lado, não significa concordar com a “[...] retórica da desqualificação do povo válida há muito tempo: o povo age por capricho, embriaguez,

---

<sup>163</sup> “Finalmente entró la reina en Compostela y todas las cosas, que habían sido del obispo, fueron entregadas al saqueo en cualquier lugar, donde pudieron ser encontradas, fuera de las torres y de la iglesia. El obispo era considerado rebelde y todos los que le ayudaban; la reina y los ciudadanos le amenazaban, le amenazaba el ejército; decían que de un día a otro iban a tomar por asalto la fortificación e iban a matarle a él y a todos los que estaban con él. Y en efecto, para decir la verdad, yo, porque estaba con él, tuve miedo y hubiera preferido estar en Beauvais, con tal que él no estuviera ausente. ¿Para qué detenerme? Yo veía que sus amigos eran enemigos, que sus familiares eran los más contrarios, que el pueblo de Galicia le era adverso” (HC, 1994, p. 259).

ociosidade, ignorância” (BOUCHERON, 2018, p. 37). Os cronistas que escreveram sobre sublevações, no decorrer da Idade Média, apelaram para a adjetivação pejorativa a fim de deslegitimar qualquer governo ou liderança oriunda de estamentos baixos de uma sociedade sob a justificativa de ferir o ordenamento natural instituído por Deus.

A aliança de paz firmada entre Urraca e Diego Gelmírez, posterior à entrada da rainha em Compostela, não significou o rompimento das suas relações com os cidadãos que eram rebeldes ao senhor-bispo. Esses, ao se unirem em irmandade após os recentes ataques perpetrados na cidade, fizeram-na “abadessa da conspiração” (HC I, 110). Certamente, pareceu oportuna para Urraca a formação de um grupo opositor a Gelmírez em seu centro de governo, dado que enfraquecia sobremaneira suas pretensões “separatistas”. A eleição da soberana como principal liderança do movimento indica o desejo dos irmanados de se aproximar dela para lograr a subtração do senhorio de Santiago da esfera eclesiástica e submetê-lo ao foro real para que pudessem ser eles, por delegação régia, seus administradores. Corroborar tal hipótese o fato desse senhorio ter sido governado por mãos laicas em um passado recente – na década de 1090 - como aponta, não sem fazer repreensões, a própria *Compostelana* (HC I, 3).

Ao sair de Compostela e retornar para Leão, Urraca, embora não tivesse retirado qualquer atribuição de Diego Gelmírez, na prática, deixava-o em uma situação crítica: prisioneiro em sua própria cidade. Os irmanados se apropriaram da cúria gelmiriana e do conselho, ou seja, dos dois organismos a partir dos quais a cidade era gerida (SALVADOR MARTÍNEZ, 1992). Além disso, expulsaram de Compostela oficiais da administração aparentados de Gelmírez – Pedro (prior da igreja de Santiago) e Gundesindo (que havia sido *uillicus*<sup>164</sup>) -, haja vista que, para a reforma da rede espacial tecida pelo senhor-bispo, era imprescindível obter o controle dos cargos e recursos, maneira pela qual seria possível

---

<sup>164</sup> O cargo de vigário (*uillicus*) era exercido por alguém de confiança do senhor-bispo, no caso Diego Gelmírez, uma vez que era o seu representante na cidade para os assuntos temporais, quer dizer, de ordem econômico-administrativa (HC, 1994, p. 224, nota 598). Cabia-lhe, igualmente, o exercício da justiça (SALVADOR MARTÍNEZ, 1992).

determinar novas direções para a sociedade urbana. Ao anular o poder exercido por Diego II e seus colaboradores, a irmandade pôde legislar, julgar, governar (HC I, 111).

A igreja e o mercado eram os dois pilares da economia citadina, e o banimento de Pedro e Gundesindo denota o interesse da irmandade de se assenhorar dos cargos de prior e vilico. Norbert Elias e John L. Scotson (2000) explicam a variedade da natureza das “fontes de poder” pelas quais se fundamenta e se exerce o domínio social e simbólico sobre uma comunidade. Os grupos que conseguem manipular determinadas fontes de poder acabam por concentrar uma parcela desproporcional de poder que lhes permite governar. Em linhas gerais, o governo é exercido por meio do controle das fontes de poder, as quais genericamente correspondem aos importantes cargos de comando de uma sociedade. Nesse sentido, os rebeldes queriam “homens seus” nos postos (cargos) em que o poder lhes afetava, pois somente assim conseguiriam transformar o espaço urbano constituído para preteri-los.

Giraldo descreve a atuação política dos irmanados como uma grandiosa conspiração: uma combinação secreta, selada pelo mero fato de se “respirar junto”. O conceito de conspiração está vinculado a algo oculto, secreto, em que a sujeição dos membros aos ideais do grupo é selada pela simples presença deles em um mesmo ambiente (BOUCHERON, 2018). Por não reconhecer como legítimo o governo da *germanitas*, o cronista retrata suas ações como ocultas, feitas na penumbra, e suas lideranças como embusteiros, dissimulados e opressores. Conforme adverte Rust (2018, p. 229), “[...] a referência às trevas que sucedem ao pôr do sol era um traço de mentalidade religiosa tanto quanto um enunciado jurídico. Era uma maneira de expressar esta certeza: aí está a evidência de um crime!”. Aqueles que agem na escuridão, que se movem pelas sombras, subvertem a lei e a tradição e se transformam em infratores da pior espécie dado que agem contra a harmonia pública – fundada, no caso de Compostela, na autoridade senhorial-episcopal.

As palavras de Giraldo que expressam o governo exercido pela irmandade em Compostela são as seguintes:

Entretanto os mencionados conspiradores, atraindo o clero e o povo, com o pretexto de defender a justiça, oprimiam a uns, elevavam a outros, renovavam as leis e plebiscitos, assumiam o domínio de toda a cidade, destruíam palácios, inclusive ameaçavam de morte a alguns (HC, 1994, p. 262).<sup>165</sup>

Em outra parte, Giraldo afirma que os irmanados

[...] convocavam a cada dia ao clero e ao povo a conselho em ausência do bispo, ocupavam-se de leis e juízos e debilitavam segundo suas possibilidades ao partido do bispo, e dizendo que eles desejavam a liberdade, a uns os atraíam por meio do juramento, a outros com regalos, e a outros com ameaças (HC, 1994, p. 264).<sup>166</sup>

É bastante razoável inferir que os irmanados, ao estarem em condições de abolir ou de modificar leis que lhes eram prejudiciais, as tenham feito – como decretos que impediam um desenvolvimento mais cômodo de seus negócios ao beneficiar públicos estrangeiros. Infelizmente, Giraldo não nos oferece maiores informações acerca das mudanças legais que os irmanados realizaram. Sabemos que, ao “renovar as leis e plebiscitos”, eles se apoderavam de funções do senhor-bispo (promulgação de decretos) e do conselho (autoridade de convocar assembleia e chegar a certos acordos de interesse comum: plebiscitos). Em virtude disso, são retratados como opositores da justiça. Também são tidos como inimigos da liberdade, pois ameaçavam e chantageavam cidadãos que não coadunavam com suas práticas: é lugar comum, na deslegitimação de governos ou governantes, dizer que agiam mediante presentes e ameaças

---

<sup>165</sup> “Entretanto los mencionados conspiradores, atrayéndose al clero y al pueblo, con el pretexto de defender la justicia, oprimían a unos, elevaban a otros, renovaban las leyes y plebiscitos, asumían el dominio de toda la ciudad, destruían palacios, incluso amenazaban de muerte a algunos” (HC, 1994, p. 262).

<sup>166</sup> “[...] convocaban a cada día al clero y al pueblo a concejo en ausencia del obispo, se ocupaban de leyes y juicios y debilitaban según sus posibilidades al partido del obispo, y diciendo que ellos deseaban la libertad, a unos los atraían por medio del juramento, a otros con regalos, y a otros con amenazas” (HC, 1994, p. 264).

na busca de apoios. E, por fim, como instigadores da violência, ao inflamar o povo de Compostela a destruir patrimônios que materializavam o poder da autoridade pública local.

Ainda que operacionalize o conceito de revolta, Patrick Boucheron (2018) elabora reflexões possíveis de serem utilizadas em outros tipos de conflito político. Ao destacar que os movimentos revoltosos são, antes de tudo, fortes emoções coletivas, algo que mexe por dentro e obriga a aglomerar, o autor explica que

[...] essa agitação individual, pré-requisito para o disparo do movimento coletivo, acontece primeiro na linguagem: uma linguagem desarticulada (rumor, murmúrio) que, aos poucos, se torna um discurso. Esse discurso, por sua vez, põe em movimento a ordem social, dividindo-a (discórdia, dissensão) para repor em causa a obediência (sedição). Mas ele se concretiza pelo ato, pela aglomeração (BOUCHERON, 2018, p. 32).

Giraldo nos oferece indícios dos rumores que atravessavam as ruas de Compostela por aqueles tempos em que a irmandade detinha os mecanismos de exercício do poder: “[...] diziam que este [Diego Gelmírez] tinha um infinito ódio ao clero e ao povo” (HC, 1994, p. 263). Dos murmúrios até a composição de um discurso mais ou menos uniforme, capaz de garantir certa coesão aos compostelanos, foi essencial o apoio concedido por Urraca e o palanque proporcionado pelas assembleias cidadinas. Nelas, em meio a deliberações, reprimendas a Gelmírez e admoestações aos que lhe favoreciam, os irmanados fortaleciam seus propósitos e o sentimento de hostilidade ao prelado. O *magister* cita uma dessas reuniões, na qual se evidencia a divisão que marcava a cidade:

[...] um dia, depois de convocar ao clero e ao povo a uma reunião, um dos traidores pronunciou um discurso, segundo tinha por costume, ante o povo e agitando de tal maneira a todos contra o bispo que seus palácios, dos que uma parte já havia sido destruída, foram aniquilados por completo (HC, 1994, p. 265).<sup>167</sup>

---

<sup>167</sup> “[...] un día, después de convocar al clero y al pueblo a una reunión, uno de los traidores pronunció un discurso, según tenía por costumbre, ante el pueblo y soliviantó de tal manera a todos contra el obispo que sus palacios, de los que ya una parte había sido destruida, fueron aniquilados por completo” (HC, 1994, p. 265).

O nome do orador: Arias Muñiz. Como dito, era um dos cônegos de Santiago que integrava a irmandade. Seu discurso (*sermonem*) colocava em questão a obediência à Diego Gelmírez, incendiava os ânimos dos presentes e incitava atos de violência. Violência – na perspectiva senhorial - era qualquer ato ou ideia que ameaçasse as relações patrimoniais e cravasse a contestação da autoridade pública nas entranhas da vida em sociedade (RUST, 2018). Os ataques aos palácios de Gelmírez, a esses fixos que simbolizavam a autoridade senhorial-episcopal, não devem ser interpretados como golpes despropositais de cidadãos irados: “[...] eram ações orientadas para alvos designados pela percepção de que o poder legítimo repousava sobre fundamentos militares. A autoridade episcopal morava em castelos” (RUST, 2018, p. 101).

A destruição de palácios se respaldava na crença de que, quando um senhor-bispo já não os possui, no momento em que não tem braços para a guerra, ele deixa de possuir autoridade (RUST, 2018). Para os compostelanos, um prelado opressor como Diego II era tão indigno do altar quanto de fortalezas: dismantelar sua capacidade bélica era fundamental para a destruição de sua autoridade pública. Os ataques a edifícios da rede espacial de Compostela – constituída por fixos e fluxos que reproduziam poder e peregrinação - são evidências da luta cidadina pela redefinição desse espaço que os excluía. É importante notar que os rebeldes, em suas ações políticas, não tiveram a pretensão de dismantelar o sistema senhorial, que tinha na rainha Urraca sua principal fonte de legitimidade, mas, sim, de se apropriar dos mecanismos senhoriais que possibilitavam o comando e a reconfiguração da sociedade urbana.

A Diego Gelmírez não restaram muitas alternativas. A estratégia que vislumbrou como mais adequada para a recuperação de seu poder sobre Compostela foi a de chegar a algum tipo de acordo com Urraca, desistindo do plano de desmembrar Galiza da coroa de Leão. No mês de julho de 1116, Gelmírez se dirigiu à Terra de Campos, onde a rainha Urraca demonstrou aguçado senso político ao recebê-lo amistosamente. Naquela altura, Alfonso I estava reunindo

homens e armas para empreender a conquista de Saragoza e o seu receio era que, alcançado esse objetivo, o Batalhador direcionasse seus exércitos para os territórios do reino leonês<sup>168</sup> (PALLARES MÉNDEZ; PORTELA SILVA, 1993). Urraca não podia ignorar possibilidade tão crível. Necessitava negociar com o prelado, afinal, não podia prescindir das tropas galegas comandadas pelos valedores de seu filho.

Com o intuito de minimizar a imagem de um Diego Gelmírez infiel e fracassado – por romper o malsucedido pacto feito com o conde Pedro Fróilaz, de fazer de Alfonso Raimúndez rei dos galegos -, Giraldo lhe atribui uma tarefa moralmente superior: promover a paz entre os partidos beligerantes. O senhor-bispo deixa de estar vinculado a um dos lados e assume a posição de reconciliador, esteio sem o qual o reino de Leão se dissiparia – nas palavras postas na boca de Urraca pelo *magister* (HC I, 113).<sup>169</sup> Por meio da artimanha retórica, o cronista não persegue outro objetivo, senão o de obscurecer a dupla derrota de Gelmírez: não logrou fazer de Galiza um reino independente e perdeu o comando de sua própria cidade. Para reavê-lo, seria determinante o apoio de Urraca que, por seu turno, estava disposta a ajudá-lo desde que dissuadisse o conde de Traba a permanecer defendendo os direitos de Alfonso Raimúndez governar a Galiza.

Após se reunir com Diego Gelmírez, Urraca determinou o envio de legados a Compostela com a finalidade de comunicar aos cidadãos “[...] que venerassem a seu bispo e lhe amassem e não retirassem dele seus direitos ou poder sobre a cidade. Ordenou-lhes também que restituíssem o sobrinho do bispo Pedro, prior da igreja de Santiago, ao seu posto anterior” (HC, 1994, p. 268). O acordo com a rainha ofereceu ao prelado a chance – segundo sua visão -

---

<sup>168</sup> Alfonso I concretizou a maior realização militar do seu reinado, a conquista da taifa de Saragoza, em dezembro de 1118, após sete meses de assédio.

<sup>169</sup> Giraldo muda a caracterização que faz de Urraca não por alguma mudança de atitude dela, mas por conta da nova estratégia assumida por Diego Gelmírez. Enquanto este manteve, no seu horizonte de expectativa, fazer de Alfonso Raimúndez rei de Galiza, a rainha era caracterizada como fraca e inimiga do reino e da justiça, logo, do senhor-bispo. A partir do momento em que Gelmírez perdeu o comando de Compostela e não vislumbra alternativa de recuperar seu poder sem o apoio régio, o *magister* muda o teor de seus enunciados a respeito da soberana.

de reestabelecer a paz e a ordem violadas pela *germanitas*. E mais, oferecia-lhe a expectativa de acabar com aquela hierarquia que desfigurava o mundo e recuperar sua autoridade. Giraldo narra com minúcias a entrada de dom Diego em Compostela:

[...] descalço e cantando salmos junto com seus cônegos entrou em Compostela. Oh, quanta alegria do clero e do povo! Eu mesmo ao regressar com o bispo rompi em pranto pelo imenso gozo. Entretanto, alguns não podiam suportar porque era em louvor e honra do bispo. O prior da igreja junto com o bispo e a alegre multidão entrou na cidade; desde o promontório do monte do Gozo até a igreja de Santiago a procissão avançava e continuava. Finalmente, quando entrou o bispo na igreja apostólica, ao receber aquele precioso tesouro em suas mãos, o ofereceu sobre o altar de Santiago, e depois de celebrar a missa segundo seu costume e elevar louvores a Deus (pois era domingo) regressou ao seu palácio. No outro dia, depois de convocar o clero e o povo, referiu-lhes em público o que lhes mandava a rainha e outras coisas que estavam relacionadas com isso. Não obstante, os referidos cúmplices não desejavam outra coisa a não ser acabar com o bispo (HC, 1994, p. 268-269).<sup>170</sup>

O acordo firmado junto à rainha permitiu que Diego Gelmírez regressasse à sua cidade de forma triunfante, levando consigo uma relíquia – a título de prenda da reconciliação - de inestimável valor para os compostelanos: a cabeça de São Tiago, o Maior. Ao se encontrar em uma situação de extrema debilidade, Gelmírez ignorou a tradição que ele próprio ajudava a construir e a divulgar em torno da presença dos restos mortais (corpo e cabeça) do apóstolo Tiago em Galiza.<sup>171</sup> Aderiu, de forma oportuna e temporária, à tese de Coimbra, segundo a qual o senhor-bispo Maurício se apropriou, em peregrinação a Jerusalém, entre 1104 e 1108, da cabeça do santo (FALQUE REY, 2013).<sup>172</sup> Não era momento de debates e discussões. A

---

<sup>170</sup> “[...] descalzo y cantando salmos junto con los canónigos entró en Compostela. ¡Oh, cuánta alegría la del clero y el pueblo! Yo mismo al regresar con el obispo rompí en llanto por el inmenso gozo. Sin embargo, algunos no podían soportarlo porque era en alabanza y honor del obispo. El prior de la iglesia junto con el obispo y la alegre muchedumbre entró en la ciudad; desde el promontorio del monte del Gozo hasta la iglesia de Santiago la procesión avanzaba y continuaba. Finalmente, cuando entró el obispo en la iglesia apostólica, al recibir aquel precioso tesoro en sus manos, lo ofreció sobre el altar de Santiago, y después de celebrar la misa según su costumbre y elevar solemnemente alabanzas a Dios (pues era domingo) regresó a su palacio. Y otro día, después de convocar al clero y al pueblo, les refirió en público lo que les mandaba a reina y otras cosas que estaban relacionadas con ello. No obstante, los referidos cómplices no deseaban otra cosa que acabar con el obispo” (HC, 1994, p. 268-269).

<sup>171</sup> A própria *Historia Compostelana* evidencia a compreensão de que o corpo e a cabeça do apóstolo Tiago foram recolhidos, após sua decapitação em Jerusalém, pelos seus discípulos e, após miraculosa viagem até a Hispânia, depositados em um local que posteriormente passou a se chamar Compostela (HC I, 1).

<sup>172</sup> Giraldo relata acerca do suposto descobrimento da cabeça de São Tiago, o Maior, por Maurício, então bispo de Coimbra, em sua peregrinação a Jerusalém (HC I, 112).

preciosa relíquia era um chamado à unidade da comunidade urbana, era uma oportunidade de enfraquecer a rebelião, tendo em vista a recuperação de seu poder sobre Compostela.

Mesmo depois das transformações litúrgico-eclesiásticas e infraestruturais realizadas por Diego Gelmírez na igreja de Santiago – descritas no capítulo dois desta tese –, não há nenhuma evidência de que os compostelanos tenham deixado de venerar e reverenciar o apóstolo. São Tiago não foi alvo da ira dos cidadãos. De tudo o que Gelmírez conseguiu tirar dos locais, ele não tirou seu relacionamento com o santo patrono. As relíquias apostólicas permaneceram para os cidadãos como o único ponto de luz divina brilhando em meio às ruínas de uma tradição local de veneração (FORNEY, 2011). Ao comentar que o conjunto da população compostelana honrou as relíquias que entravam na cidade junto ao senhor-bispo, Giraldo não deixa de transmitir que os membros da irmandade perceberam tudo aquilo como um magistral “golpe de propaganda” a favor de Gelmírez, para apaziguar os ânimos e desmobilizar a rebelião e seus apoiadores (PORTELA SILVA, 2016).

Como a autoridade de um senhor-bispo reside em sua capacidade de se defender e atacar, a entrada triunfal de Diego II em Compostela era o prenúncio da guerra que se avizinhava. As relíquias que adentravam a cidade sacralizavam os espaços que, em pouco tempo, seriam cobertos de sangue. Para reaver seu domínio, Gelmírez não abriria mão, inclusive, da repressão violenta. O poder bélico e o conflito armado legitimavam posições e refundavam o ordenamento social corrompido. Aos irmanados, restaram dois caminhos: ceder ou resistir. Optaram pelo segundo. Na verdade, mal acreditavam no que estava acontecendo, ainda mais porque se inteiraram que dom Diego foi encarregado pela rainha de se encontrar com o conde Fróilaz e informá-lo de que haveria uma reunião na corte para determinar “[...] de que maneira devia se levar a cabo uma verdadeira reconciliação entre mãe e filho e que parte do reino devia ter cada um e que prendas de verdadeira reconciliação deveriam se entregar” (HC, 1994, p. 269).

Urraca se dispôs a conceder uma parte de seus domínios a Alfonso Raimúndez com a intenção de satisfazer a seus partidários, em especial Pedro Fróilaz. Como dito, à rainha interessava contar com o apoio dos aristocratas galegos em eventuais campanhas militares contra Alfonso I, seu ex-marido. Aparentemente, tratava-se de uma grande vitória do partido raimundista, cuja responsabilidade na condução do arranjo recaía em Diego Gelmírez. Giraldo exalta, como de rotina, o seu papel de mediador na reconciliação e no estabelecimento do pacto (HC I, 113). Há, sem dúvida, exagero, por parte do *magister*, ao atribuir o destino da coroa de Leão à Gelmírez – que não governava, naquela altura, sequer sua própria cidade. O que, por seu turno, não significa negar que ele tenha ocupado papel diplomático no reestabelecimento das relações de Urraca e Pedro Fróilaz – um dos mais interessados no futuro político do jovem rei.

A cúria ocorreu em meados do mês de outubro de 1116, na recém-pacificada vila de Sahagún, e contou com a presença dos senhores-bispos de Leão, Astorga, Oviedo, Mondonhedo e Granada, além dos condes Pedro González, Munio Peláez e Suero. Diego Gelmírez também esteve presente na condição de representante de Alfonso Raimúndez. Findada a reunião, Gelmírez e o conde castelhano Pedro González foram enviados por Urraca à Galiza para a ratificação do compromisso. Giraldo utiliza os seguintes termos ao tratar do pacto:

Quando chegou em Galiza, o bispo de Santiago junto com os referidos legados se dirigiu ao rei menino às margens do Tambre e lhe referiu as palavras de sua mãe; lhe contou também com quanto afeto lhe amava sua mãe, que lhe deixava todo seu reino e queria fazer com ele um pacto de reconciliação, como mãe com seu filho, e oferecer testemunhas e fiadores desta aliança. E acreditou a este [Gelmírez] como a tal protetor, que se esforçava sempre pela paz, e a outros legados; foram feitos os tratados de reconciliação e se sancionou o pacto desta concórdia com um juramento: por uma e outra parte se deram fiadores, trinta de uma parte e trinta de outra, os melhores que se encontraram em Galiza e Campos. Esses juraram um pacto firmíssimo entre a rainha e seu filho por três anos de amizade e mútua ajuda. Determinou-se também qual parte do reino ficaria a rainha para ela e qual parte teria seu filho como própria e como se ajudariam mutuamente na medida de suas possibilidades segundo fosse necessário a cada um. Finalmente, após firmar o pacto de paz e sancioná-

lo com juramento, os legados regressaram ante a rainha e lhe referiram o que havia levado a cabo com seu filho (HC, 1994, p. 270).<sup>173</sup>

O ponto nevrálgico do pacto – que ficou conhecido como Tratado do Tambre –, a saber: a parte (ou as partes) do reino que foi cedida por Urraca a Alfonso Raimúndez para que pudesse governá-la de forma independente não é precisada por Giraldo, levando historiadores dedicados ao tema a percorrerem duas vias principais: enquanto a maior parte afirma que a rainha cedeu Galiza e Toledo, outros especialistas sustentam que apenas a região da Estremadura foi entregue ao seu filho. Desconfiamos, assim como Richard Fletcher (1993, p. 176), que o silêncio de Giraldo não é despropositado, “[...] dado o costume dos autores [da HC] de dizerem o menos possível dos reveses de dom Diego [...]”. Se a titularidade sobre o domínio galego tivesse incidido sobre Alfonso, o *magister* teria afirmado categoricamente. No entanto, devemos reconhecer junto a López Teixeira (2013, p. 117) a possibilidade de ele ter recebido funções concretas de governo em Galiza, pois, dessa maneira a rainha desmantelava “[...] a possibilidade de uma restauração do reino de Galiza na pessoa do seu filho, impulsionada pela ação combinada dos seus poderosos apoios no noroeste” (LÓPEZ TEIXEIRA, 2013, p. 117).

Seja como for, em nome da não ruptura, Urraca entendeu como mais apropriada a ampliação dos poderes de Alfonso Raimúndez, de modo a contentar os seus defensores. Valeu-se de uma poderosa “arma política”: a habilidade de fortalecer-se multiplicando o poder e o status alheios (RUST, 2018). Os três anos subsequentes ao pacto – período correspondente à

---

<sup>173</sup> “Cuando llegó a Galicia, el obispo de Santiago junto con los referidos legados se dirigió al rey niño a orillas del Tambre y le refirió las palabras de su madre; le contó también con cuánto afecto le amaba su madre, que le dejaba todo su reino y quería hacer con él un pacto de reconciliación, como madre con su hijo, y ofrecer testigos y fiadores de esta alianza. Y creyó a éste como a tal protector, que se esforzaba siempre por la paz, y a los otros legados; se hicieron los tratados de reconciliación y se sancionó el pacto de esta concordia con un juramento: por una y otra parte se dieron fiadores, treinta de una parte y treinta de otras, los mejores que se encontraron en Galicia y en Campos. Éstos juraron un pacto firmísimo entre la reina y su hijo por tres años de amistad y mutua ayuda. Se determinó también qué parte del reino se quedaría la reina para ella y qué parte tendría el hijo como propia y cómo se ayudarían mutuamente en la medida de sus posibilidades según fuera necesario a cada uno. Finalmente, tras firmar el pacto de paz y sancionarlo con juramento, los legados regresaron ante la reina y le refirieron lo que había llevado a cabo con su hijo” (HC, 1994, p. 270).

sua vigência - demonstraram que a rainha não perdeu sua autoridade sobre a Galiza (FLETCHER, 1993). Em síntese, o saldo do segundo semestre de 1116 era bem distinto daquele de meados do ano. Urraca não só neutralizou a aliança Traba-Gelmírez e seu plano de secessão, como fez o prelado perceber que necessitaria da colaboração das forças dominantes do sistema senhorial para recuperar seu poder sobre Compostela. A primeira fase da rebelião chegou ao fim ao mesmo tempo em que a irmandade perdia o apoio da soberana. Ao não mais desfrutarem da anuência régia, os rebeldes alteram sua estratégia: na impossibilidade de reformar o espaço urbano excludente, o objetivo passou a ser a destruição dos seus fixos definidores.

### 3.3 A FASE FINAL DA REBELIÃO (1117)

A fase final da primeira rebelião compostelana, desenrolada ao longo dos primeiros meses de 1117, caracterizou-se pela progressiva radicalização das ações da irmandade. O pacto elaborado em Sahagún e ratificado às margens do rio Tambre colocou fim à chamada magna discórdia entre Urraca e seu filho. Leia-se: as tensões e disputas de poder envolvendo a soberana de Leão e uma parcela da aristocracia galega que dizia agir em defesa dos direitos sucessórios de Alfonso Raimúndez. Desde meados de 1116, a rainha ordenou aos rebeldes que não retirassem as prerrogativas senhoriais de Diego Gelmírez sobre a cidade e restituísse seu sobrinho Pedro no cargo que havia ocupado. Todavia, nenhuma ação mais enérgica de sua parte até então havia sido tomada – em razão da profunda desconfiança que nutria quanto à fidelidade de Gelmírez. Com a celebração de um pacto de maior amplitude, o qual fornecia indícios de um período prolongado de paz, a situação se alterou em benefício do senhor-bispo.

No final da primavera de 1117, Urraca se deslocou à Galiza, imbuída de três propósitos: I) obter o reconhecimento de sua jurisdição sobre o território galego; II) ratificar o pacto de Sahagún; e III) pôr fim à rebelião compostelana (LÓPEZ TEIXEIRA, 2013). O último ponto

era o cumprimento de sua parte do acordo selado com Diego II, de restabelecê-lo em seu posto, haja vista a intermediação que teve no pacto de Sahagún. Assim que chega em Compostela, a rainha se reúne com o senhor-bispo e outros próceres galegos para discutir a maneira como iriam atuar na repressão. Definem, então, que Urraca e Gelmírez entrariam na cidade com parte do exército, enquanto Afonso Raimúndez e Pedro Fróilaz permaneceriam com o restante dos soldados nas imediações do recinto amuralhado.

Assim que a rainha entrou em Compostela, o terror se apoderou da irmandade – narra Giraldo. O cronista insiste na ideia do medo, pois é uma forma de acoplar nos rebeldes um suposto abatimento e covardia, além de culpá-los integralmente pela sublevação. Nada mais descontraído com a realidade. Os irmanados escalam o conflito e se preparam para o enfrentamento: “[...] discorrem, refletem, reconstroem paredes e muros, infundem suspeitas na rainha e em seu filho que já estava com ela, de rebelião” (HC, 1994, p. 271). É a primeira vez que a palavra rebelião (fazer guerra contra) aparece no contexto do movimento compostelano de 1116-1117, indicando o caráter bélico que assumiria as ações da irmandade, irreduzível em ceder o espaço conquistado – por isso mesmo os rebeldes também são retratados como soberbos: “tentam coisas maiores que suas forças” (HC I, 113).

As transformações espaciais feitas pela irmandade em Compostela proclamavam visualmente que a cidade mudara de senhor. Tanto a destruição de fixos senhorios-episcopais, quanto a fortificação dos muros eram sinais inequívocos de que o poder público estava sendo tomado e subtraído das mãos de Diego Gelmírez. A construção de paliçadas e parapeitos de pedra eram evidências de um novo espaço de poder pelo qual seus novos senhores iriam resistir e lutar. Na iminência de um ataque coordenado pelas forças senhoriais dominantes, os cidadãos decidem se defender com armas contra quem for. A estratégia inicial adotada pelos rebeldes foi a de se refugiar na catedral e em outras igrejas com vistas a gozar do direito de asilo correspondente aos lugares sagrados.

A radicalização do movimento fez com que Giraldo igualmente exacerbasse sua retórica desqualificadora: os sublevados são agora chamados de “[...] companheiros do desgraçadíssimo Judas [...]” (HC, 1994, p. 272).<sup>174</sup> Ao descrevê-los em termos bíblicos, ao associá-los ao maior exemplo de traição da religião cristã, o *magister* enfatiza a seriedade de seus atos e condena os combates sacrílegos travados no interior da igreja de Santiago. Essas táticas discursivas acabam por caracterizar a rebelião como uma traição herética na qual os rebeldes atacam o seu justo pastor, dom Diego, e o núcleo do espaço sagrado da cidade (FORNEY, 2011). Diferentemente de Judas que, segundo a tradição católica, se enforcou, os compostelanos não cessam seus esforços e batalham contra os exércitos da rainha e do senhor-bispo.

Além de citações bíblicas, o professor compostelano insere – como ensina o regime Antigo de historicidade - uma sequência de intervenções curtas de distintos personagens envolvidos no conflito armado que fazem o leitor se sentir partícipe da insurreição. Para os Antigos, a história devia não só narrar, mas convencer e deleitar. O uso de pronunciamentos e discursos no texto do historiador tinha “[...] as funções de torná-lo menos monótono, de dar a ele movimento, de trazer para a cena a troca de argumentos, a dialética das motivações, os embates de ideias e valores que teriam motivado dado evento” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 228). Em suma, tratava-se de conferir dinamicidade ao relatado, tornando-o mais vívido.

Das três primeiras intervenções, duas são feitas por Urraca e a outra por Diego Gelmírez. Insatisfeita com o fato de os rebeldes terem se refugiado armados na igreja de Santiago, a rainha teria se dirigido ao prelado e dito: “[...] reverendo padre, digno-se vossa santidade sacar da igreja a esses mui desprezíveis traidores e lhes dar o digno castigo que merecem; seja afastado

---

<sup>174</sup> Giraldo associou, por diversas vezes, homens e mulheres de seu tempo a determinadas personagens bíblicas para corroborar seu ponto de vista. A leitura interessada de trechos das Sagradas Escrituras serviu para ajudá-lo na caracterização, fosse ela positiva ou negativa, dos principais sujeitos históricos implicados no seu *registrum*.

da igreja tanto fedor desta traição e seja tirado dela essa estrumeira imunda” (HC, 1994, p. 272).

A quem Gelmírez teria contestado:

[...] Rainha – disse –, não é lícito que ninguém seja tirado da igreja depois de ter se refugiado nela, ainda que seja ladrão, perjuro, traidor, ainda que seja um criminoso. Porém, todos os seus bens que estejam fora da igreja, sejam entregues ao saque e sejam tomados pelos nossos (HC, 1994, p. 272).<sup>175</sup>

Inconformada com a situação, Urraca teria insistido:

Pois se possuem a igreja como apoio e nela estão seguros, por que mantêm as armas na igreja, se estão seguros e protegidos pela mesma igreja? Por que se armam e se protegem com outras armas? Não convém que os que estejam seguros na igreja tenham outra proteção exceto ela. Ordeno que tal coisa seja proibida e que ou bem deponham suas armas e estejam seguros, segundo convém, na igreja, ou bem, se aqueles permanecem armados, outros tantos dos nossos ou mais permaneçam armados junto com eles para que não se atrevam a atuar com insânia (HC, 1994, p. 272).<sup>176</sup>

Para assegurar a legitimidade da entrada de soldados de Urraca e Gelmírez na catedral – dado que enquanto espaço sagrado possui a prerrogativa do direito de asilo -, Giraldo, por meio da soberana, salienta a contradição que, ao seu ver, pairava sobre os rebeldes: estavam armados e, ao mesmo tempo, gozavam de imunidade. A entrada das tropas senhoriais era, à vista disso, justificada já que aqueles não abriram mão da “arma secular” estando providos da proteção “espiritual”. Por sua vez, dom Diego, aproveitou a oportunidade para se vingar dos ataques e saques sofridos no ano anterior ao autorizar que seus soldados fizessem o mesmo com os bens de seus inimigos - ainda que Giraldo busque transmitir a imagem de um Gelmírez justo e prudente ao não reconhecer como legítima a retirada forçada de homens das igrejas.

---

<sup>175</sup> “[...] Reina – dijo –, no es lícito que nadie sea sacado de la iglesia después de se haberse se refugiado en ella, aunque sea ladrón, perjuro, traidor, aunque sea un criminal. Pero todos sus bienes que están fuera de la iglesia, sean entregados al saqueo y sean tomados por los nuestros” (HC, 1994, p. 272).

<sup>176</sup> “Pues si tienen la iglesia como apoyo y están seguros en ella, ¿por qué mantienen las armas en la iglesia, si están seguros y protegidos por la misma iglesia? ¿Por qué se arman y protegen con otras armas? Non conviene que los que están seguros en la iglesia tengan otra protección excepto ella. Ordeno que tal cosa sea prohibida y que o bien depongan sus armas y estén seguros, según conviene, en la iglesia, o bien, si aquéllos permanecen armados, otros tantos de los nuestros o más permanezcan armados junto con ellos para que no se atrevan a actuar con insania” (HC, 1994, p. 272).

As duras palavras que teriam sido proferidas por Urraca denotam o rancor sentido por Giraldo, mesmo com o passar dos anos, e o seu interesse em reprovar e desestimular qualquer tentativa semelhante àquela, do ano 1117, em um futuro próximo – sabemos que sem êxito. É usual, no vocabulário dos cronistas medievais que tratam de movimentos urbanos, a associação dos revoltosos a certos animais de modo a elaborar uma metáfora explicativa e depreciadora do conflito: “[...] a revolta das trutas é a dos burgueses do conselho da cidade, que se revoltam contra seus senhores. [...] eles chafurdam na lama da ingratidão [...]” (BOUCHERON, 2018, p. 34). É possível traçarmos um paralelo entre a estrumeira (*sterquilinium*), de que fala Giraldo, e a lama onde chafurdam os cidadãos rebeldes, a que faz referência Boucheron. Em ambos os casos, trata-se de condenar os cidadãos que, mesmo sendo beneficiados por medidas tomadas pelo poder senhorial,<sup>177</sup> ingratamente se rebelam contra o seu senhor.<sup>178</sup>

A entrada de mensageiros de Urraca e Gelmírez na catedral para exigir dos rebeldes a deposição de suas armas foi o elemento detonador do conflito. Era provavelmente uma sexta-feira do mês de julho, quando os combates se iniciaram, mobilizando todo o conjunto da população compostelana. Giraldo, como apresentado no excerto que abre este capítulo, usa por duas vezes a palavra nefanda a fim de demonstrar seu estado de perplexidade diante de uma multidão enfurecida e disposta a guerrear e matar – foi tão abominável o que presenciou que seria melhor não lhe dar nome. Porém o *magister* não se esquivava de suas funções e expressa toda sua reprovação e horror diante dos assaltos travados na igreja de Santiago:

É tomada a igreja do Apóstolo com frequentes assaltos, voam as pedras, as flechas, os dardos sobre o altar e se levam a cabo sacrílegos combates por parte dos traidores. Ao que não se atreverão mãos infames? Os perversíssimos atacantes tacam fogo na igreja de Santiago e a incendiam por um e outro lado; pois, não pouca parte da igreja estava coberta com pranchas e palha. Ó, maldade! A igreja do Apóstolo, tão venerada e tão digna, arde e nenhuma

---

<sup>177</sup> Por exemplo, a concessão de foros que transformam o núcleo urbano em um espaço que usufrui de certos privilégios, ou mesmo a entrega de cargos e benefícios da sociedade urbana aos grupos cidadãos mais proeminentes.

<sup>178</sup> Giraldo, como veremos mais à frente, associa os rebeldes a gaviões e lobos, sinalizando que eles eram traidores e suas ações impuras (HC I, 115).

honra é concedida a tão apreciado patrono. Oh, dor! A chama da igreja do Apóstolo sobe ao alto e por todas as partes se oferece um horrendo espetáculo. Todos os que estão presentes, tanto homens como mulheres, temerosos de Deus, choram e gemem e maldizem aos autores de tão grande crime. Oh! Grande era o pranto dos peregrinos que desde diversas regiões tinham vindo venerar o corpo do Apóstolo! (HC, 1994, p. 272-273).<sup>179</sup>

A referência feita aos peregrinos é sintomática. A catedral românica, que ainda estava em construção, fabricava-se sobretudo para eles. Os compostelanos atacavam um templo que não consideravam seu, mas de Diego Gelmírez, principal responsável pelas transformações realizadas na rede espacial de Compostela. Na busca pela exaltação da igreja de Santiago, Gelmírez obliterou tradições nativas ao promover reformas alicerçadas em costumes estrangeiros (vide capítulo dois). Não por casualidade que o palco dos enfrentamentos foi o complexo catedral-palácio, espaço que inspirava ressentimento nos cidadãos por controlar as fontes de poder da sociedade urbana e promover o ritual da peregrinação, assim como o fluxo de populações transitórias.

O conjunto dos compostelanos se envolveu e participou ativamente no conflito armado por razões diversas. Todavia, o solapamento de tradições jacobéias e a exclusão socioespacial a que esses foram submetidos – pela política gelmiriana de estímulo às peregrinações e acolhimento ao público de peregrinos - formavam o núcleo da insatisfação. Os cidadãos se sentiram banidos de sua própria cidade na medida em que o espaço compostelano (soma indissociável entre sistemas de objetos e sistemas de ações) era projetado e estruturado como um polo inter-regional, como um dos centros mais prestigiados e visitados da cristandade.

---

<sup>179</sup> “Es tomada la iglesia del Apóstol con frecuentes asaltos, vuelan las piedras, las flechas, los dardos sobre el altar y se llevan a cabo sacrílegos combates por parte de los traidores. ¿A qué non se atreverán manos infames? Los perversísimos atacantes pegan fuego a la iglesia de Santiago y la incendian por uno y otro lado; pues no poca parte de la iglesia estaba cubierta con tablas y paja. ¡Oh, maldad! La iglesia del Apóstol, tan venerada y tan digna, arde y ningún honor se le da a tan apreciado patrono. ¡Oh, dolor! La llama de la iglesia del Apóstol sube a lo alto y por todas partes se ofrece un horrendo espectáculo. Todos los que están presentes, tanto hombres como mujeres, temerosos de Dios, lloran y gimen y maldicen a los autores de tan gran crimen. ¡Oh! ¡Cuánto era el llanto de los peregrinos que desde diversas regiones habían venido a venerar el cuerpo del Apóstol!” (HC, 1994, p. 273).

Conforme a sua igreja (principal objeto geográfico), ao integrar fluxos variados, distanciava-se de uma tradição local de veneração.

Na perseguição ao alvo de sua raiva, uma fração dos rebeldes acessou a parte superior da catedral e chegou aos aposentos do prelado, onde promoveram destruição, depredação e roubo (HC I, 114).<sup>180</sup> Ao notar o avanço deles, acompanhados de seus soldados, Urraca e Gelmírez deixaram o palácio episcopal e se refugiaram na torre dos sinos – a qual também logo foi atacada. Giraldo descreve o assédio ao campanário da seguinte maneira:

Uma parte desses [compostelanos] sobre a igreja, outra nas torres, outra reunida em terra, atacam a torre [dos sinos], lançam pedras e flechas, ameaçam de morte o bispo, a rainha e os seus aliados. Porém esses, que estavam na torre junto com o bispo e a rainha, se defendiam com ardor tendo em conta o lugar e o desigual número de pessoas e devolviam os ataques. Aqui o enfrentamento durou mais tempo. Finalmente os compostelanos, quando viram que a tão grande multidão resistia tão poucos e que o resultado da luta era incerto, recorrem ao incêndio e unindo os escudos sobre suas cabeças colocam fogo por uma janela que havia na parte inferior da torre. Após introduzir o fogo, colocam também combustível para o fogo. Para que me alongar mais? O incêndio se propaga dentro da torre e chega aos que estavam dentro (HC, 1994, p. 273-274).<sup>181</sup>

A limitação espacial da torre dos sinos e o número inferior de homens que a defendeu servem para enaltecer a resistência prolongada oferecida aos ataques inimigos, inclusive, os contra-atacando. Em outras palavras, Giraldo destaca a bravura e a coragem dos soldados de Urraca e Gelmírez em contraste com a crueldade, a incredulidade e a malvadeza de porção dos compostelanos ao colocar fogo e combustível no referido edifício. A cena dramática com ameaças de morte, combates desiguais e torre ardendo em chamas tem por intenção cativar e

---

<sup>180</sup> Ao descrever o movimento dos rebeldes, Giraldo comenta sobre as conexões internas entre a catedral, o palácio episcopal e a torre dos sinos. Tratam-se de edifícios interconectados (HC I, 114).

<sup>181</sup> “Una parte de éstos sobre la iglesia, otra parte en las torres, otra reunida en tierra, atacan la torre, lanzan piedras y flechas, amenazan de muerte el obispo, a la reina y sus aliados. Pero éstos, que estaban en la torre junto con el obispo y la reina, se defendía con ardor teniendo en cuenta el lugar y el desigual número de personas y devolvían los ataques. Aquí el enfrentamiento duró más tiempo. Finalmente, los compostelanos, cuando vieron que a tan gran multitud resistían tan pocos y que el resultado de la lucha era incierto, acuden a una al incendio y uniendo los escudos sobre sus cabezas meten fuego por una ventana que había en la parte inferior de la torre. Tras introducir el fuego, meten también combustible para el fuego. ¿A qué demorarme más? El incendio se propaga dentro de la torre y ataca a los que estaban dentro” (HC, 1994, p. 273-274).

ligar sentimentalmente o leitor ao partido do senhor-bispo e da rainha, uma vez que eles se encontravam em desvantagem, acuados e prestes a serem consumidos pelo fogo.

Em meio à iminente destruição da torre dos sinos pelas chamas e à sensação de morte que lhes tocava a face, Gelmírez teria erguido a voz e dito:

Irmãos queridíssimos, já estamos rodeados por um ímpio grupo de infames, em uma situação desesperada em que não temos nenhum refúgio. Somente Deus que é o refúgio dos oprimidos, o consolo dos tristes, é nosso refúgio e consolo: ponhamos em Deus nossa esperança e nossa confiança, quem pode nos arrancar das mãos dos ímpios e nos libertar de tão grande perigo. Pois Ele libertou Daniel da cova dos leões, Ele libertou os três meninos, Sidrac, Misac e Abdenago do forno do fogo ardente. Convertamo-nos a Deus de todo o coração e Ele se converterá a nós. Pois disse: Converti-vos a mim e eu me converterei a ti. Arrepentemo-nos de nossas faltas e pecados. Confessamos mutuamente nossos pecados e roguemos uns pelos outros para que sejamos salvos; invoquemos a misericórdia de Deus para que perdoe nossos pecados e nos conceda sua misericórdia. Aquele que vive pelos séculos dos séculos (HC, 1994, p. 274).<sup>182</sup>

A inspiração de Giraldo para a escrita da intervenção atribuída a Gelmírez parece vir do próprio patrono compostelano. Em sua Epístola dirigida às doze tribos, Tiago declara: “[...] a oração da fé salvará o doente, e o Senhor lhe porá de pé; e se tiver cometido pecados, estes serão perdoados. Confessai, pois, uns aos outros, os vossos pecados e orai uns pelos outros, para que sejais curados”.<sup>183</sup> Tal excerto foi utilizado, ao longo do período medieval, como fundamento do rito da extrema-unção, o qual passou a ser ministrado por sacerdotes (desde ao menos o século V) aos homens moribundos – embora a generalização de tal prática litúrgica tenha ocorrido entre os séculos VIII e IX. Ao *magister* não pareceu haver passagem bíblica mais adequada para sublinhar as circunstâncias dramáticas enfrentadas por dom Diego, Urraca

---

<sup>182</sup> “Hermanos queridísimos, ya estamos rodeados por un ímpio grupo de infames, ya en una situación desesperada no tenemos ningún refugio. Sólo Dios que es el refugio de los oprimidos, el consuelo de los tristes, es nuestro refugio y consuelo: pongamos en Dios nuestra esperanza y nuestra confianza, quien puede arrancarnos de las manos de los ímpios y liberarnos de tan gran peligro. Pues Él liberó a Daniel del lago del horno de fuego ardiente. Convirtámonos a Dios de todo corazón y Él se convertirá a nosotros. Pues dijo: Convertíos a Mí y yo me convertiré a vosotros. Arrepintámonos de nuestras faltas y pecados. Confesémonos mutuamente nuestros pecados y roguemos los unos por los otros para que seamos salvados; invoquemos la misericordia de Dios para que nos perdone nuestros pecados y se digne otorgarnos su misericordia. Aquel que vive por los siglos de los siglos” (HC, 1994, p. 274).

<sup>183</sup> Tg 5, 15-16.

e seus partidários. E se não havia a possibilidade de realizar a extrema-unção, a confissão coletiva cumpria papel semelhante: prepará-los para a morte.

A narrativa de Giraldo atinge seu clímax nesse momento: as vidas de Urraca e Gelmírez estavam por um fio. Não havia saída aparente para aquela situação. Estavam cercados. Apenas as mãos de Deus poderiam livrá-los da morte que os espreitava. Somente a intervenção divina seria capaz de preservá-los e mantê-los vivos. Mesmo diante desse contexto atribulado, o prelado é enaltecido como ministro do Senhor preocupado com a salvação do seu rebanho – por isso, misericordioso e compassivo. Diferentemente dos compostelanos que se entregavam à guerra por desejarem manter sob seu domínio o que não podiam – por isso, soberbos e cobiçosos. Parece-nos desproposital questionar a concreticidade de tal ato: se houve ou não uma confissão coletiva em meio às labaredas que consumiam a torre dos sinos. O plano de trabalho do cronista era elaborar um relato com tonalidades hagiográficas que exaltassem o seu patrocinador, e assim o fez.

O rápido avanço do fogo demandava dos sitiados alguma resolução. Urraca teria encorajado Gelmírez para que saíssem juntos da torre. Porém, esse hesitou: sabia que, se os rebeldes o interceptassem, o matariam. A solução do impasse foi encontrada quando bradaram desde fora: “[...] que saia a rainha, se quiser, somente a ela damos permissão para sair e faculdade para viver, os demais pereçam a ferro e fogo” (HC, 1994, p. 274). A ênfase na permissão de sair da torre concedida somente à soberana tem por função realçar o especial ódio que os compostelanos sentiam pelo senhor-bispo e seus sequazes. A esses, queriam que o fogo os consumisse. Por outro lado, devemos considerar que, ao menos do ponto de vista pragmático, a possibilidade de pactuar Urraca com líderes do movimento surgia como potencial caminho de redenção (SALVADOR MARTÍNEZ, 1992).

Para manter seu domínio sobre Compostela, a irmandade necessitava recuperar o apoio régio. A subtração dos direitos senhoriais de Diego Gelmírez dependia de respaldo jurídico, de

uma carta de liberdade e privilégios que apenas Urraca poderia conceder. Tal documento, caso fosse expedido, retiraria o espaço urbano do senhorio eclesiástico e o poria sob a tutela da realeza, possibilitando administrações laicas. Era essa a autonomia política que aspiravam os membros mais proeminentes da comunidade compostelana descontentes com as ações e decretos opressores e com a presença próxima e contínua de *Gelmírez*. Para reformar a rede espacial que lhes expulsava, era fundamental a obtenção de prerrogativas que legitimassem sua atuação sobre o espaço urbano.

No entanto, a ira se apossou de parte dos sublevados. Ao fugir do campanário a fim de não perecer nas chamas, Urraca foi duramente atacada. Giraldo relata que

[...] quando a turba a viu sair, avançaram sobre ela, a capturaram e a lançaram na terra em um lodaçal, a sequestraram como lobos e rasgaram seus vestidos; com o corpo desnudo desde o peito até embaixo e diante de todos ficou na terra durante muito tempo vergonhosamente. Também muitos quiseram apedrejá-la e entre eles uma velha compostelana a feriu gravemente com uma pedra na bochecha (HC, 1994, p. 275).<sup>184</sup>

A contragosto das lideranças da rebelião, Urraca foi jogada na lama, teve suas roupas rasgadas e o rosto ferido por uma pedra. A cena é impactante. Acontecimentos como esse não eram obviamente rotineiros, daí sua espetacularidade. Giraldo não deixa passar despercebida a humilhação sofrida pela rainha: seus dois corpos foram atacados, o físico e o místico (KANTOROWICZ, 1998).<sup>185</sup> Ao despojá-la de suas vestes e objetos, ao deixarem-na nua, os rebeldes suprimiram os sinais visíveis de seu poder, como se, ao fazerem isso, estivessem desmantelando a dimensão crística da realeza. Encolhida no chão, desnuda e fragilizada,

---

<sup>184</sup> “[...] cuando la turba la vio salir, se abalanzaron sobre ella, la cogieron y la echaron en tierra en un lodazal, la raptaron como lobos y desgarraron sus vestidos; con el cuerpo desnudo desde el pecho hasta abajo y delante de todos quedó en tierra durante mucho tiempo vergonzosamente. También muchos quisieron lapidarla y entre ellos una vieja compostelana la hirió gravemente con una piedra en la mejilla” (HC, 1994, p. 275).

<sup>185</sup> Nos primeiros anos da década de 1120, período no qual Giraldo compõe o seu relato, as tensões e disputas envolvendo Urraca e *Gelmírez* ganham novos capítulos. Esse é o principal motivo que levou o *magister* a não minimizar ou ignorar a ignomínia sofrida por ela em julho de 1117.

restava-lhe apenas seu corpo mortal. Há uma dose de folia e gozo compartilhada pelos compostelanos ao observarem a degradação da soberana (ASTARITA, 2011).

Diego Gelmírez teve sorte oposta. Giraldo narra com contornos de sacralidade e providencialismo divino sua fuga da torre dos sinos – era o início de sua *via crucis*.<sup>186</sup> O fogo e a turba violenta eram elementos que compunham recorrentemente o cenário de um martírio nos primeiros séculos da Era Cristã, quando homens e mulheres eram queimados ao não renunciarem à sua fé, tornando-se os primeiros santos mártires da Igreja. Gelmírez estava em oração, como se aguardasse pelo martírio, quando o abade do monastério de San Martín Pinário o alcança e lhe entrega um crucifixo e uma pobre capa (*capa uilissima*) – o disfarce era um velho artifício para fugir de contextos desfavoráveis.

O cronista enfatiza a beleza de tal ato: coisa admirável era o senhor-bispo deixar seu manto e tomar traje tão humilde (HC I, 114). Os versos de Mateus – “[...] aquele que se exaltar será humilhado, e aquele que se humilhar será exaltado” - pareciam povoar seus pensamentos. Ele ainda assinala o temor e a contrição de dom Diego que, antes de empreender fuga, fez confissão ao abade. Seja para sublinhar o perigo de morte que corria, seja para exaltar as adversidades enfrentadas, o ponto fulcral é que Giraldo recorre a artimanhas retóricas para engrandecer as ações do prelado, com o intuito de provocar nos leitores admiração e maravilhamento diante do narrado.

Maltrapilho e com o crucifixo junto ao rosto, Diego Gelmírez atravessa as linhas de batalha e chega à igreja de Santa Maria de Corticela – próxima à catedral. Em seu percurso, ele observa Urraca no lodo, nua e sendo pisoteada por compostelanos. Era comum a exposição do corpo de um aristocrata para demonstrar sua animalidade e fragilidade (ASTARITA, 2011). O opróbrio da rainha e o disfarce forçado do senhor-bispo são demonstrações, na leitura de Carlos

---

<sup>186</sup> Embora não tenha morrido, Diego Gelmírez teve de perambular por Compostela e passar por um conjunto de experiências dramáticas que fazem lembrar a via-crúcis de Jesus de Nazaré.

Astarita (2011, p. 72), de um "verdadeiro ritual de degradação". O estudioso se vale do conceito formulado por Peter Burke – a intenção de Burke era opô-lo ao de “ritual de consagração” - para denotar o rompimento do regime semiótico de diferenciação. Rainha e prelado foram “dessacralizados” e a hierarquia foi momentaneamente dissolvida.

Não obstante, Urraca e Diego Gelmírez conseguiram sair vivos da torre dos sinos. Destino menos aprazível tiveram homens de confiança do senhor-bispo ou a ele ligados de alguma forma: Rodrigo Oduáriz, seu mordomo; Ramiro, seu cozinheiro; e Diego, o vesgo, vigário da cidade, foram mortos ao fugirem do campanário (HC I, 114). Além desses, Gundesindo Gelmírez, seu irmão, foi transpassado pelas lanças e espadas. O caso desse último chama atenção pelo particular descontentamento que os rebeldes nutriam por ele: diziam que havia ocasionado muitos males a Compostela quando foi vigário. Pastor de Togneri (1973, p. 87, nota 114) sugere que os decretos de 1113 – que se constituíram um exemplo do “[...] exercício do controle do mercado por parte do bispo [...]” - foram promulgados provavelmente durante sua administração (vicariato).

Tão logo se inteiraram que Urraca havia escapado dos ataques, os membros da irmandade enviaram soldados para custodiá-la, pois planejavam fazer um acordo com ela. Assim como Gelmírez, a rainha se refugiou na igreja de Santa Maria de Corticela. Ao saber que o prelado também estava ali – narra Giraldo -, ela dissimulou sua alegria, exortando os combatentes:

Marchai-vos – disse –, perversísimos, marchai-vos, malvadíssimos, marchai-vos, perdidíssimos, à torre na que vosso bispo morre a ferro e fogo. Arranca-o quanto antes do perigo para que não sejais considerados pela posteridade como exemplo de tanta maldade e infâmia. Marchai-vos, digo, rebeldes e incrédulos, e impeçam que se cometa tão horrendo crime (HC, 1994, p. 276).<sup>187</sup>

---

<sup>187</sup> “Marchaos – dijo –, perversísimos, marchaos, malvadísimos, marchaos, perdidísimos, a la torre en la que vuestro obispo muere a hierro y fuego. Arrancadle cuanto antes del peligro para que no seáis considerados por la posteridad como ejemplo de tanta maldad e infamia. Marchaos, digo, rebeldes e incrédulos, e impedid que se cometa tan horrendo crimen” (HC, 1994, p. 276).

Urraca teria dito isso para ludibriar os soldados da irmandade e a multidão de cidadãos disposta a tomar de assalto a igreja de Corticela. Seu objetivo era despistá-los para que ela e Gelmírez pudessem sair do local em que se encontravam, dado que já não era seguro – alguns cônegos sabiam que o senhor-bispo havia escapado do campanário e estavam atrás de pistas do seu esconderijo. O embuste da rainha aparentemente foi exitoso: enquanto ela se dirigiu para a igreja de San Martín, o prelado chegou, com a ajuda do cônego Miguel e de dois “franceses”, à casa de um homem de nome Maurino. Esse devia ser comerciante de panos e artigos do gênero porque, na iminência de serem localizados por quatro rebeldes armados, os fugitivos se ocultaram entre uma multidão de panos e vestimentas (HC I, 114).

Após a dona da casa repreender e expulsar os homens armados, chamando-os de invasores e espiões, Gelmírez e Miguel partiram, rompendo tabiques até a casa de Froilán Rudesíndez – provavelmente um destacado comerciante ou mesmo membro da pequena aristocracia galega, haja vista que o mordomo da rainha, Froilán Menéndez, estava escondido em sua habitação. Ali, no sótão da moradia, passaram a primeira noite do conflito armado. Giraldo usa o termo inefável para descrever a piedade divina atuando sobre o prelado e o impedindo de cair em mãos perversas. Ambas, nefasta e inefável, referem-se ao indizível, mas por razões opostas: a primeira devido ao caráter absurdamente abominável do assunto relatado, a segunda por sua beleza incomensurável (HC I, 114).

Ao amanhecer – era um sábado -, o abade de San Pelayo de Antealtares foi à presença do prelado para lhe informar da disposição dos irmanados em lhe prestar juramento de fidelidade. Giraldo atribui os seguintes dizeres ao abade:

Nós viemos a ti enviados pelo clero e povo de toda a cidade. Arrependem-se de haver atuado mal contigo e te amam como senhor seu e bispo seu, e lhe darão satisfação; esperam-te uns quinhentos ou mil, tanto clérigos como laicos, no claustro de San Pelayo, dispostos a lhe prestar juramento de amor e fidelidade e solicitam tua presença. Sai, pois, deste esconderijo e venha se

reconciliar com eles. Se acredita em nós, nunca os teve mais submetidos que hoje (HC, 1994, p. 278).<sup>188</sup>

A experiência acumulada por Diego Gelmírez em seu cargo de senhor-bispo lhe recomendava cautela. Não estava convencido da mudança repentina dos insurgentes, da sua boa vontade em se submeter. Giraldo destaca a perspicácia do prelado ao prever a intenção fraudulenta do pacto de paz e fidelidade proposto pela irmandade. O cronista não coloca em dúvida a índole e a honestidade do abade e dos religiosos que lhe acompanhavam, porém, esclarece que se tratava de armadilha elaborada pelos irmanados com o propósito de capturar dom Diego. Desse modo, Gelmírez mais uma vez é apresentado como um ser agraciado por Deus, ao passo que os rebeldes são homens malvados, embusteiros e afastados da graça divina.

Ao descobrir que se tratava de um estratagema, o abade retorna até Gelmírez e o avisa. O senhor-bispo e Miguel decidem acompanhá-lo em seu retorno e se refugiam no tesouro do monastério de Antealtares (localizado próximo à catedral), sem que soubessem os monges, à exceção do tesoureiro, é claro, acrescenta Giraldo (HC I, 114). Ele põe em questão a fidelidade dos monges à causa gelmiriana, tratando-os como potenciais denunciadores de seu novo esconderijo à irmandade. Ali, passaram a segunda noite do enfrentamento. Pouco antes de dormir, o abade insiste para que o prelado coma algo, criando a ocasião perfeita na qual o *magister* sublinha sua contrição e pureza – sempre disposto a jejuar em circunstâncias adversas - em evidente contraste com a cupidez e impureza que caracterizariam os rebeldes (HC I, 114).

No domingo pela manhã, os membros da irmandade convocaram o povo de Compostela para se reunir na canônica.<sup>189</sup> Giraldo aproveita a oportunidade para condenar novamente suas

---

<sup>188</sup> “Nosotros venimos a ti enviados por el clero y el pueblo de toda la ciudad. Se arrepienten de haber actuado mal contigo y te aman como a su señor y como a su obispo, y han de darte satisfacción; te esperan unos quinientos o mil, tanto clérigos como laicos, en el claustro de San Pelayo, dispuestos a prestarte juramento de amor y fidelidad y solicitan tu presencia. Sal, pues, de este escondrijo y ven a reconciliarte con ellos. Si nos crees, nunca los has tenido más sometidos que hoy” (HC, 1994, p. 278).

<sup>189</sup> No contexto em questão, o termo canônica se refere tanto ao espaço no qual os capitulares se reuniam quanto a própria reunião em si.

ações e deslegitimá-las: agem por meio de ameaças e regalos, sinais de sua debilidade e incapacidade de governar. “[...] Como reis exerciam o governo sobre todos [...]”]: destaca-se a soberba dos irmanados ao acreditarem no êxito do movimento (HC, 1994, p. 279). A reunião foi presidida por um dos cabeças da rebelião, a quem Giraldo chama de “[...] homem ímpio e mui malvadíssimo” (HC, 1994, p. 279). Detalhe importante: tal personagem morou em Compostela durante todo o período da sublevação. Por outras palavras: ele não era um habitante permanente da cidade. E, ao que parece, tinha esperança de assumir o domínio da igreja de Santiago.<sup>190</sup>

A atuação de outro membro da irmandade na assembleia foi realçada por Giraldo. A ele fizemos referência mais acima. Trata-se do cônego educado por Gelmírez em seu palácio e que, depois, foi completar seus estudos em França. O eclesiástico teria erguido a voz e dito:

Até agora, irmãos, temos tido sobre nós como senhor e bispo quem desde agora em diante não é digno de nos governar nem de ser nosso bispo. Pois ele diminuiu a dignidade de vossa igreja e os oprimiu gravemente com o jugo do seu domínio. Ademais, para que nenhum de vós o reivindique como senhor ou como bispo, confesso diante de Deus e de São Tiago e diante de vós que ele a partir de agora não será meu senhor, nem meu bispo. Pois estou disposto a provar que a ele lhe sucederam tais coisas justamente e que deve carecer de todo o senhorio que teve (HC, 1994, p. 279-280).<sup>191</sup>

O cônego não se limitou a atacar Diego Gelmírez enquanto senhor, mas também condenou seus feitos como bispo. As causas fundamentais da rebelião são reveladas, mesmo que nas entrelinhas: I) “diminuiu a dignidade de vossa igreja”, leia-se: consolidou e aprofundou mudanças eclesiásticas alinhadas a princípios reformadores franco-romanos, destruindo

---

<sup>190</sup> Giraldo silencia seu nome e origem social. Não se trata necessariamente de um clérigo, dado que administrações laicas da igreja de Santiago e de seu senhorio, como dito, eram uma realidade em um passado recente. Tampouco temos condições de afirmar que era um aristocrata, pois é provável que esses tenham se afastado do movimento quando da reaproximação de Urraca a Diego Gelmírez e Pedro Fróilaz.

<sup>191</sup> “Hasta ahora, hermanos, hemos tenido sobre nosotros como señor y obispo quien desde ahora no es digno de dominarnos ni de ser nuestro obispo. Pues él disminuyó la dignidad de vuestra iglesia y os oprimió gravemente con el yugo de su dominio. Además, para que ninguno de vosotros lo reivindique como señor o como obispo, confieso delante de Dios y de Santiago y delante de vosotros que él desde ahora no será señor mío ni obispo mío. Pues estoy dispuesto a probar que a él le han sucedido tales cosas justamente y que debe carecer de todo el señorío que tuvo” (HC, 1994, p. 279-280).

tradições compostelanas (vide capítulo dois); e II) “oprimiu gravemente com o jugo do seu domínio”, entenda-se: exerceu suas atribuições senhoriais-episcopais sobre a rede espacial de Compostela de forma autoritária, a fim de atrair populações transitórias, ampliar as rendas do bispado e exaltar a igreja de Santiago – inclusive, como um dos santuários mais visitados do ocidente cristão. Por outro lado, a intervenção atribuída ao eclesiástico dá indícios que o interesse da irmandade ultrapassava o espaço urbano e se espalhava para as Terras de Santiago.<sup>192</sup>

É significativo – ainda mais sob a pena de Giraldo - notar que os rebeldes não deixaram de se apropriar e de manifestar suas crenças religiosas. Eles se veem como os verdadeiros fiéis, os legítimos devotos de São Tiago, por respeitarem e quererem manter vivo o corpo de tradições (materiais e imateriais) compostelanas, formado desde o achamento da tumba do apóstolo, no século IX. Os rebeldes enxergam-se amparados pela providência divina, devido ao êxito de seu movimento. A autopercepção dos cidadãos era a de que eles foram oprimidos por seu senhor-bispo e, em razão disso, viram-se obrigados a se rebelar. Portanto, vislumbravam como legítima a sua atuação, uma vez que agem contra a tirania e em defesa das tradições nativas.<sup>193</sup>

Voltando à reunião convocada no domingo, as principais resoluções tomadas foram: a) a manutenção da irmandade com o propósito de continuar a defender os interesses do grupo contra seus inimigos; b) a fortificação da cidade com um muro e uma vala; e c) a reconciliação com Urraca. A respeito desse último ponto, os irmanados deliberaram o envio de uma delegação à igreja de San Martín Pinario para articular o acordo de paz com a rainha. Ela habilmente aceita suas desculpas e se compromete com suas proposições, pois desejava sair de Compostela o quanto antes. No final da conversação entre Urraca e os legados da irmandade, esses teriam redarguido:

---

<sup>192</sup> Devemos considerar, pelo menos, que a irmandade estava disposta a não permitir que Diego Gelmírez continuasse a governar o complexo de terras e benefícios da igreja de Santiago.

<sup>193</sup> Tirania, no contexto do século XII, deve ser compreendida como ação de domínio, superar em poder (*potentia*) os demais homens para exercer o seu desígnio (CARRASCO MANCHADO, 2015-2016).

Ademais a paz e a concórdia entre nós se fará facilmente, porém com a exceção de uma só coisa, a saber, que não queremos ter a Diego como bispo e em tudo lhe somos contrários, porque até agora nos oprimiu e reduziu a nada a dignidade de nossa igreja e de nossa cidade. Por isso todos lhe odiamos e não queremos que ele nos governe (HC, 1994, p. 281).<sup>194</sup>

Os legados deixavam claro que Diego Gelmírez não figuraria na aliança de paz – a esse, como exposto, não queriam nem como senhor nem como bispo. Ao saber que Urraca estava firmando um pacto com a irmandade, Gelmírez enviou um monge, chamado Pelayo Díaz, até ela com a intenção de obter informações acerca do que pretendia. Ao ouvir de Pelayo Díaz que o acordo era “de fachada”, o prelado pôde respirar mais tranquilo (HC I, 115). No domingo à tarde, na igreja de San Martín, os membros da irmandade se reuniram com Urraca para receber seu juramento. Diante deles, ela teria falado:

Por que permanecemos mais tempo nesta discórdia? Recebe de mim o juramento de paz e reconciliação que deve de ser firmado e conservado entre vós e eu. Que jurem de minha parte Fernando e Bermudo, filhos do conde Pedro, e Fernando Yáñez; logo lhes darei aos que quereis que estejam fundamentalmente presentes neste juramento, o meu filho e o conde Pedro, que estão fora da cidade sem se atreverem a entrar por causa desses distúrbios de discórdia, e aos outros cônsules e príncipes de Galiza (HC, 1994, p. 283).<sup>195</sup>

Assim que Urraca e seus fiadores do pacto fizeram o juramento, a irmandade autorizou a saída deles da cidade. A rainha, então, se junta ao conde Pedro Fróilaz, ao seu filho Alfonso Raimúndez e a outros próceres galegos. Sem perder tempo, ela emite sua declaração de guerra aos compostelanos (HC I, 115). Giraldo chama os irmanados de estúpidos, pois sua audácia os impediu de enxergar que a aliança feita com a soberana era apenas um estratagema para ela sair

---

<sup>194</sup> “En lo demás la paz y la concordia entre nosotros se hará fácilmente, pero exceptuamos una sola cosa, a saber, que no queremos tener a Diego como obispo y en todo le somos contrarios, porque hasta ahora nos ha oprimido y ha reducido a la nada la dignidad de nuestra iglesia y de nuestra ciudad. Por ello todos le odiamos y no queremos que él nos gobierne” (HC, 1994, p. 281).

<sup>195</sup> “¿Por qué permanecemos más tiempo en esta discordia? Recibid de mí el juramento de paz y reconciliación que ha de ser firmada y conservada entre vosotros y yo. Que os juren de mi parte Fernando y Bermudo, hijos del conde Pedro, y Fernando Yáñez; luego os daré a los que queréis fundamentalmente que estén presentes en este juramento, a mi hijo y al conde Pedro, que están fuera de la ciudad sin atreverse a entrar a causa de estos disturbios de la discordia, y a los otros cónsules y príncipes de Galicia” (HC, 1994, p. 283).

da cidade.<sup>196</sup> O cronista também associa Urraca a uma pomba e a um cordeiro, enquanto os irmanados são caracterizados como gaviões e lobos. Obviamente que tais referências não são gratuitas e despropositais. As relações estabelecidas levam em conta os sentidos bíblicos constituídos a respeito desses animais: os primeiros simbolizam paz e pureza; os segundos, impureza e traição.

Os líderes da rebelião, logo que se inteiraram da declaração de guerra, deliberaram a fortificação da cidade com paliçada, cercas, parapeito de pedras e fortificações de madeira (HC I, 116). Os irmanados exortam o conjunto da população compostelana a lutar contra o senhor-bispo opressor e a defender o domínio citadino sobre o espaço urbano, resistindo ao assédio das forças senhoriais dominantes. Ao contrário do que o relato de Giraldo transmite – uma suposta rapidez na resolução do conflito armado -, o cerco se prolongou por cerca de um mês – isso a fim de minimizar a resistência protagonizada pelos compostelanos e minorar sua ampla aderência ao movimento de contestação a Gelmírez.

Ainda no domingo, os soldados da irmandade percorreram toda a cidade em busca de Diego Gelmírez. Ao final do dia, chegaram ao monastério de San Pelayo, local em que estava escondido. Segundo Giraldo, eles “[...] entraram na igreja dispostos ao sacrilégio, buscaram ao bispo nos rincões da igreja, atrás dos altares e inclusive debaixo das toalhas dos altares para matá-lo se o encontrassem” (HC, 1994, p. 284). O nível de detalhes da narração do *magister* ajuda na composição de seu registro pró-Gelmírez. Os eventos são abordados com minúcias para evidenciar quais eram, na perspectiva do cronista, os criminosos, assassinos e sacrílegos. E, por efeito, vitimizar e inocentar o prelado de quaisquer eventuais responsabilidades pelos graves pecados cometidos pelos irmanados e seus sequazes.

---

<sup>196</sup> Giraldo também usa os termos traidores, conspiradores, conjurados, sem precisá-los ou traçar alguma diferenciação entre eles. De qualquer forma, todos são evocados para (des)qualificar os membros da irmandade e suas ações tidas como violentas por agir contra a autoridade pública da cidade (HC I, 115).

Ao saberem da presença dos soldados no monastério em que estavam, Gelmírez e Miguel fugiram – tal como dois dias antes - disfarçados. Eles atravessaram com ligeireza pelos claustros de San Pelayo e, ao estarem rodeados, saltaram o muro que dava acesso à igreja de Santiago. Na sequência, escalaram o seu telhado em direção ao dormitório dos cônegos, onde puderam descansar um pouco. Doravante, infiltraram-se em meio à multidão que corria à catedral, com o intuito de gozar do direito de asilo, e chegaram à casa do cônego e cardeal, Pedro Gundesíndez, que se manteve fiel ao senhor-bispo. Ao escrever desde a tranquilidade proporcionada a quem havia sobrevivido àqueles acontecimentos, Giraldo atribui o sucesso da fuga de dom Diego à atuação divina, reforçando a imagem do prelado como ser protegido e guiado por Deus (HC I, 116).

Em sua casa, Pedro Gundesíndez teria orientado Gelmírez a se vestir como os guardas que vigiavam as muralhas, para lograr sair da cidade. Ao que o prelado teria refutado da seguinte forma:

Longe de mim que eu me vista outras armas exceto as armas de Cristo que tenho comigo. Pois protegido pelas armas de Cristo ontem escapei do incêndio e de outros perigos que não haviam de ser menos temidos, resguardado com as mesmas armas e com a ajuda e proteção de Deus atravessarei por meio dos inimigos. Porém, dei-me outros dois homens armados com os quais passarei pelos grupos de sentinelas como um deles. Venha, não há que parar por mais tempo. Pois estão aí nossos inimigos que nos perseguem e têm sede de nosso sangue (HC, 1994, p. 285).<sup>197</sup>

As palavras atribuídas a Diego Gelmírez estão em sintonia com as transformações pelas quais passava a igreja romana em sua época: aos sacerdotes cristãos – responsáveis pela transformação do pão e vinho em corpo e sangue de Cristo -, supostamente, não caberia o

---

<sup>197</sup> “Lejos de mí que yo me vista otras armas excepto las armas de Cristo que tengo conmigo. Pues protegido por las armas de Cristo ayer me escapé del incendio y de otros peligros que no habían de ser temidos menos, resguardado con las mismas armas y con la ayuda y protección de Dios atravesaré por medio de los enemigos. Pero dame otros dos hombres armados con los que pasaré por los grupos de centinelas como uno de ellos. Venga, no hay que detenerse por más tiempo. Pues están ahí nuestros enemigos que nos persiguen y tienen sed de nuestra sangre” (HC, 1994, p. 285).

exercício das armas, tarefa secular e maculadora. O que não significava, por sua vez, a exclusão da prelácia da direção espiritual dos movimentos armados, a exemplo das Cruzadas. De toda forma, o manejo das armas – é preciso salientar - foi uma atividade conhecida e praticada por Diego II em toda a sua vida. Na verdade, não devemos ver o sagrado como algo estático: “[...] o sagrado era uma qualidade que podia ser adquirida ou perdida, que podia habitar ou abandonar um objeto, lugar ou ideia” (RUST, 2018, p. 287). Em outras palavras, o belicismo podia ser consagrado ou profanado, a depender das relações de força e dos interesses e anseios perseguidos pelos poderosos: pegar em armas para defender os direitos da Igreja e suas possessões e/ou reestabelecer a ordem e hierarquia solapadas não era uma escolha, mas um dever episcopal (RUST, 2018).

Diego Gelmírez não aceitou portar armas, mas pediu a Pedro Gundesíndez que lhe conseguisse dois homens armados. A ideia era ludibriar os soldados da irmandade ao se parecer como uma de suas guarnições – o cronista exalta a fidelidade de dom Diego às armas celestiais e sua sagacidade ao se ocultar por meio do disfarce entre a multidão amedrontada (HC I, 116). Gelmírez, Miguel e seus capangas partem em direção a uma das portas da cidade (sentido sudoeste) quando, ao se aproximarem da saída, foram avistados e interceptados por sentinelas que teriam os indagado: “[...] quem são? Aonde vão? O que buscam?” (HC, 1994, p. 285). Um dos homens armados, previamente instruído, teria contestado:

Vamos fazer guarda fora da cidade e vigiar que os inimigos não assaltem furtivamente. Pois é tempo de vigiar e montar guarda; é tempo de andar de um lugar a outro. E vós, preguiçosos, por que permaneceis aqui? Por que entregais aqui os membros ao repouso? Levante, ande, vigiai atentamente (HC, 1994, p. 285-286).<sup>198</sup>

---

<sup>198</sup> “Vamos fuera de la ciudad para hacer guardia y vigilar que no la asalten los enemigos furtivamente. Pues es tiempo de que vigiléis y montéis guardia; es tiempo de andar de un sitio a otro. Y vosotros, dormidos, ¿por qué permanecéis aquí? ¿Por qué entregáis aquí los miembros al reposo? Levantaos, andad, vigilad atentamente” (HC, 1994, p. 285-286).

A estratégia usada por Gelmírez e seus comparsas, de acordo com Giraldo, foi a de devolver com perguntas e reprimendas os questionamentos recebidos. Ao chamarem os guardas de desatentos e preguiçosos e incitá-los à ação, conseguiram se livrar deles e chegar a Fuente del Roble, local que estava no caminho para Padrón. De lá, o senhor-bispo seguiu a cavalo com seus soldados até Iria, onde foi recebido por seus amigos como se escapasse de um cativo, como se ressuscitasse dentre os mortos – relata o cronista (HC I, 116). Como afirmado, o professor de retórica faz analogia com a paixão de Jesus, com as dificuldades enfrentadas pelo Messias cristão em seu caminho desde a condenação no Pretório até a Ascensão. Semelhantemente ao Nazareno, dom Diego foi da “condenação à morte” – a torre dos sinos em chamas e a disposição dos rebeldes em matá-lo - à “ressurreição” – ao escapar de Compostela e se juntar à Urraca, Pedro Fróilaz e Alfonso Raimúndez.

Após se reunir com a rainha e com os aristocratas e definir as ações que seriam tomadas, Diego Gelmírez: I) anatematizou todos os compostelanos, proibindo-os de adentrar a catedral (o que não produziu efeito algum, dado que não consideravam Gelmírez seu senhor e bispo); e II) convocou os homens da província de Santiago, inclusive os soldados possuidores ou não de montaria, às armas, para impor cerco a Compostela. As tropas senhoriais teriam assumido a seguinte disposição: Alfonso Raimúndez e Pedro Fróilaz ocuparam o monte Pedroso, ao noroeste. O exército de Gelmírez vinha por Iria, ao sudoeste.<sup>199</sup> O conde Alfonso Muñiz ocupou Picosacro. O conde Nuño Peláez veio pela parte do monastério de San Pedro de Afora, ao leste. E, fechando o cerco, o conde Rodrigo Vélaz tomou posição ao norte, em Penelas (HC I, 116).

Compostela estava cercada por todos os lados. Embora a irmandade e seus correligionários tenham agido e se preparado para resistir, com o passar dos dias, o ânimo e as forças dos sitiados foram se deteriorando na medida em que o cenário de guerra se instaurava:

---

<sup>199</sup> Diego Gelmírez veste aço e toma seu lugar à frente do exército. Não era um ato de violência, algo maculador, profano, secular. Tratava-se de um ato de fé, de uma ação restauradora com objetivo de pacificação. Impor cerco a Compostela era compatível com sua dignidade eclesiástica porque era útil, edificante, zeloso. Uma vez que reestabelecia, na direção espiritual e terrena da cidade, o seu legítimo senhor.

“[...] a cidade é assediada por todas as partes, as árvores são cortadas, as colheitas são ceifadas, que as cabeças, os pés ou as mãos são amputados, que os corpos dos mortos não recebem sepultura [...]” (HC, 1994, p. 287). Diante de tais circunstâncias, não demorou para que os cidadãos menos comprometidos com o movimento, ou mesmo por simples senso de sobrevivência e de preservação de seus negócios na cidade, fugissem do espaço urbano em busca do perdão régio e episcopal. Um grupo de cidadãos teria implorado a Gelmírez:

Reverendíssimo padre, viemos à fonte de tua misericórdia, suplicamos solícitos a tua piedade que nos abra o colo de tua paternidade. Estenda-nos a mão de seu auxílio. Toda a cidade, exceto os traidores, te suplica: seja cortada e arrancada a parte enferma para que os outros possam viver. Perdoa, padre, perdoa a teus filhos e não firas com espada hostil aos que costumava manter no colo de tua piedade e misericórdia. Tenha piedade de nós e sê nossa proteção, pois em ti nos refugiamos, como nosso pai, como nosso bispo (HC, 1994, p. 287-288).<sup>200</sup>

Os dizeres atribuídos aos compostelanos iam ao encontro das pretensões de Diego Gelmírez: perdoar aos cidadãos mais flexíveis, aos que desistiram de manter posição contrária a ele, eliminando da comunidade de *vecinos* apenas aqueles que não se curvassem à sua autoridade. Mesmo quando a violência cobrava o seu lugar, a misericórdia surgia como uma arma política na restauração da hierarquia e da ordem. Os excessos contidos pela misericórdia não eram gratuitos: vislumbrava-se a pacificação e o retorno à normalidade social mais rapidamente. Ao invés de manter viva a chama da contestação e do ódio, Diego II optou pela misericórdia, pois essa ajudava a acalmar e acalentar as paixões, reforçando a sua legitimidade de senhor e bispo.

Diferentemente de Gelmírez – relata Giraldo -, Urraca não estava disposta a perdoar os rebeldes. Na parte final de sua narrativa, Giraldo constrói a imagem de um dom Diego

---

<sup>200</sup> “Reverendíssimo padre, venimos a la fuente de tu misericordia, suplicamos solícitos a tu piedad que nos abras el regazo de tu paternidad. Extiéndenos la mano de tu auxilio. Toda la ciudad, exceptuando los traidores, te suplica: sea cortada y arrancada la parte enferma para que los otros puedan vivir. Perdona, padre, perdona a tus hijos y no hieras con espada hostil a los que solías guardar en el regazo de tu piedad y misericordia. Apíadate de nosotros y sé nuestra protección, pues en ti nos refugiamos, como padre nuestro, como obispo nuestro” (HC, 1994, p. 287-288).

misericordioso em oposição a uma rainha obcecada por vingança, preparada para destruir a ferro e fogo os facínoras responsáveis pelo movimento sublevador (HC I, 116).<sup>201</sup> Podemos considerar que seu possível ânimo destrutivo se deveu ao vexame e aos ataques sofridos ao sair do campanário. Todavia, o *magister* pode ter exagerado quanto ao ímpeto régio, de modo a contrastá-lo com o suposto temperamento comedido e piedoso do prelado. Ao fim e ao cabo, a soberana consentiu que se fizesse um pacto de reconciliação com a irmandade.

O efeito esperado do cerco alcançou o seu propósito. Na igreja de Santa Susana – provavelmente a mesma que a irmandade se constituiu e fez suas primeiras reuniões -, os compostelanos que participaram secundariamente na rebelião e/ou que se dobraram a autoridade de Urraca e Gelmírez foram perdoados após lhes jurar fidelidade. Os termos da rendição foram os seguintes: a) término total da irmandade e entrega de seus escritos para serem destruídos; b) entrega de todas as armas; c) entrega de mil e cem marcos de prata e devolução de tudo que haviam arrebatado do bispo e da rainha; d) desterro das lideranças da irmandade, tanto cônegos quanto cidadãos, e confisco de suas propriedades, casas e outros benefícios; e) entrega dos edifícios fortificados da cidade; f) entrega, na qualidade de reféns, de cinquenta jovens das melhores famílias compostelanas; g) prestação de juramento de fidelidade e obediência a Urraca e a Diego Gelmírez; e h) não acolhimento aos desterrados a não ser por ordem da rainha e do bispo (HC I, 116).

Consideramos que as imposições feitas por Urraca e Gelmírez aos compostelanos não foram duras. As penas foram bem mais suaves do que as perdas (PASTOR DE TOGNERI, 1973). Isso ocorreu, por um lado, em virtude do prolongamento da rebelião (há cerca de um ano, a irmandade governava Compostela) e o conseqüente desejo de retorno à ordinariedade, sobretudo pela parte do senhor-bispo, afinal, era ele que teria de conviver e administrar as

---

<sup>201</sup> Seja para denunciar o que considerava inerente ao sexo feminino – sentimentos exacerbados -, seja para louvar as qualidades que desejava atribuir a Diego Gelmírez – moderado, piedoso e misericordioso -, Giraldo descreve até mesmo uma cena na qual Urraca chora diante dos aristocratas que lhe pediam cautela nas punições impostas aos compostelanos (HC I, 116).

variadas consequências do conflito armado. Por outro lado, a situação também exigia cautela devido à força demonstrada pelos cidadãos em seu movimento: não era aconselhável, mesmo naquela conjuntura, puni-los de forma excessiva, haja vista que resultaria em sentimentos revanchistas. Dessa forma, Diego II conseguiu que a chama da mudança (representada por esse grupo social em ascensão) fosse abrandada, porém não apagada. Vinte anos mais tarde, em 1136, uma nova rebelião de características semelhantes estourou. Os compostelanos voltaram a pegar em armas para destruir Gelmírez e os fixos que compunham o tecido urbano que os excluía.

#### 4 A SEGUNDA REBELIÃO COMPOSTELANA

*E aqueles infames, convertidos em instrumentos e iscas do diabo, quando viram que o arcebispo marchava e fugia pela praça, todos de uma vez lançaram pedras desde cima e perseguiram ao venerável ancião até a entrada do altar de Santiago com muitas pedras e rochas. Com tanta crueldade e ferocidade voavam as pedras e as rochas desde as mãos dos criminosos atrás do glorioso prelado, que ao golpear as pedras do coro de Santiago e chocar se convertiam em areia; um desses malvados golpeou o religioso padre nas costas, e com este golpe caiu lastimosamente das mãos dos cônegos que o sustentavam. Porém, depois de levantá-lo rapidamente chorando, levaram o arcebispo até o venerável altar de Santiago onde está enterrado o corpo do Apóstolo, glorioso e admirado em todas as terras, e o colocando sob o baldaquino do altar fecharam firmemente as portas do altar. Ali, sitiado e fechado tinha medo, porém confiava com sagacidade na misericórdia de Deus, porque recordava aquela sentença de Agostinho que guardava no profundo de seu coração: o que o justo padece dos injustos, não é pena de crime, mas prova de virtude. Pois o bom é livre, mesmo que sirva. O mau é servo, mesmo que realize sempre sua vontade (HC, 1994, p. 580-581).<sup>202</sup>*

A epígrafe deste capítulo foi escolhida – seguindo o mesmo critério do capítulo anterior - por sua vivacidade e concentração de elementos fundamentais para a análise da segunda rebelião compostelana, com destaque para a caracterização dos agentes históricos envolvidos e a linguagem – repleta de sentimentos - manejada pelo autor e narrador da última parte da *Historia Compostelana*. Se o clímax da narrativa de Giraldo – acerca da primeira sublevação - foi a torre dos sinos em chamas, o cônego-cardeal Pedro Marcio recorda com horror e perplexidade a lapidação do altar de Santiago cujo alvo era o senhor-bispo, Diego Gelmírez.

Alguns meses antes daquele fatídico 10 de agosto de 1136, os compostelanos assumiram o controle de Compostela e, diante do insucesso que tiveram na deposição pacífica do prelado, optaram pelo caminho das armas. Com o intuito de se livrar do apedrejamento, o “venerável

---

<sup>202</sup> “[...] Y aquellos infames, convertidos en instrumentos y yesca del diablo, cuando vieron que el arzobispo se marchaba y huía por la plaza, todos a una le arrojaron piedras desde arriba y persiguieron al venerable anciano hasta la entrada del altar de Santiago con muchas piedras y multitud de rocas. Con tanta crueldad y ferocidad volaban las piedras y las rocas desde las manos de los criminales detrás del glorioso prelado, que al golpear las piedras del coro de Santiago y chocar se convertían en arena; uno de estos malvados golpeó al religioso padre en la espalda, y con este golpe cayó lastimosamente de las manos de los canónigos que lo sostenían. Pero, después de levantarlo rápidamente llorando, llevaron al arzobispo hasta el venerable altar de Santiago donde está enterrado el cuerpo del Apóstol, glorioso y admirado en todas las tierras, y poniéndolo bajo el baldaquino del altar cerraron firmemente las puertas del altar. Allí, sitiado y encerrado tenía miedo, pero confiaba con sagacidad en la misericordia de Dios, porque recordaba aquella sentencia de Agustín que guardaba en lo profundo de su corazón: Lo que el justo padece de los injustos, no es pena de crimen, sino prueba de virtud. Pues el bueno es libre, aunque sirva. El malo es siervo, aunque realice siempre su voluntad” (HC, 1994, p. 580-581).

ancião” – o tom póstumo do elogio indica que Pedro Marcio escreve seu relato após o falecimento de Gelmírez - se tranca no altar da catedral de Santiago, debaixo do baldaquino, e tenta se esquivar das pedras que caíam feito chuva. O que os rebeldes faziam – na perspectiva do autor - não poderia ser qualificado de outro modo a não ser obra instigada pelo diabo. Tal como Giraldo, Pedro Marcio recorre à caracterização diabólica dos compostelanos insurgentes a fim de sublinhar suas atrocidades. Já dom Diego, em direção diametralmente oposta, é apresentado como justo, bom e virtuoso (HC III, 46).

O romper de uma nova rebelião em Compostela, cerca de vinte anos depois da primeira e com semelhanças profundas em relação a ela, indica que a questão central que suscitou o primeiro levantamento não fora resolvida: os compostelanos continuavam sendo preteridos em sua cidade, permaneciam à margem do sistema espacial construído para acolher públicos transitórios. Os peregrinos, em especial, eram os beneficiados pela política gelmiriana de exaltação da sé de Compostela, uma vez que graças a eles – como salienta o cronista - o corpo do glorioso São Tiago é admirado em todas as terras.

Nesse sentido, alguns questionamentos – como: I) Quais foram os motivos que levaram parte dos compostelanos a tentar por diversos meios a deposição do arcebispo? II) Por que os cidadãos não se importaram em apedrejar o altar de Santiago na ânsia de matar Diego Gelmírez? - encontram respostas na política de exaltação da sé de Compostela. Como vimos no capítulo dois desta tese, Diego II não só continuou como robusteceu tal política que teve seu ápice na conquista da dignidade metropolitana, em 1120, para a sua igreja. Porém, as contestações tampouco tiveram fim: em princípios do reinado de Alfonso VII (1126-1157), compostelanos se envolveram em conspiração que tinha como propósito aprisionar o prelado, despojá-lo de seu cargo e dividir seu senhorio em cinco partes (HC II, 85).<sup>203</sup>

---

<sup>203</sup> Pedro Marcio relata que, além de cidadãos de Compostela, havia cônegos da catedral de Santiago e aristocratas (que foram educados por Diego Gelmírez) presentes no conluio contra o arcebispo (HC II, 85).

Nas linhas que se seguem, percorremos a primeira década de governo de Alfonso Raimúndez – doravante Alfonso VII - com a finalidade de discutir uma de nossas hipóteses, isto é, de que a turbulenta conjuntura político-econômica do reino leonês interferiu na eclosão e sucesso temporário da segunda rebelião compostelana. Outrossim, de que a compreensão das relações políticas tecidas entre o monarca e o agora arcebispo<sup>204</sup>, Diego Gelmírez, são fundamentais na composição do quadro explicativo da insurreição de 1136.

#### 4.1 ALFONSO VII E DIEGO II: TENSÕES E DISPUTAS

Alfonso VII assumiu um reino com recursos escassos e com fronteiras constantemente ameaçadas, de tal modo que a sua primeira década de governo se caracterizou pelo estado de guerra permanente. Além dos almorávidas, portugueses, aragoneses e navarros travaram disputas territoriais contra o imperador leonês.<sup>205</sup> A equação não era de simples resolução porque, para proteger, preservar ou expandir as fronteiras dos territórios sob seu mando, a necessidade de pecúlio se impunha. Em virtude disso, ao longo de seu reinado, petições econômicas a igrejas e monastérios foram recorrentes e resultaram em situações geralmente tensas e conflituosas. Um dos bispados mais ricos, Santiago de Compostela, foi seu alvo em várias ocasiões. Na realidade, os encontros do imperador com o arcebispo Gelmírez foram marcados, como destaca Richard Fletcher (1993), por contendas indecorosas motivadas por dinheiro.

---

<sup>204</sup> A igreja de Santiago de Compostela, após duradouras e complexas negociações na cúria pontifícia, recebeu o título de Metropolitana em 1120 (VIÇOSE, 2022).

<sup>205</sup> Alfonso VII foi proclamado imperador na cidade de Leão, no mês de março de 1135. Todavia, antes mesmo dessa data, ele já utilizava o título imperial em seus diplomas. A *Historia Compostelana* curiosamente nada diz a respeito da sua proclamação, indicando com isso que Diego Gelmírez não fez parte da festividade. Não obstante, Pedro Marcio alterna o uso dos títulos *rex* e *imperator* para se referir a Alfonso VII (tanto antes quanto depois de 1135), sendo um dos traços característicos da sua escrita (LOPEZ ALSINA, 1988).

O primeiro encontro ocorreu pouco tempo depois da morte de Urraca.<sup>206</sup> Assim que soube do falecimento da rainha, Diego Gelmírez viajou de Compostela a Leão para prestar homenagens ao novo rei, afinal queria encontrar para si um bom lugar na reorganização política do reinado que se iniciava. Alfonso VII tratou Gelmírez com grande deferência, relata Pedro Marcio, o que é compreensível, haja vista a importância do seu apoio em um período costumeiramente difícil que era o interregno (HC II, 80).<sup>207</sup> Porém, as bajulações logo se findaram e a posse do castelo de Cira – que pertencia ao senhorio de Santiago - foi a causa do primeiro desentendimento entre eles.<sup>208</sup>

Alfonso VII – ao não seguir a determinação de sua mãe de restituir o castelo de Cira à igreja de Compostela - reconduziu a tenência da fortaleza ao cavaleiro Juan Díaz.<sup>209</sup> Sentindo-se agraviado em seus direitos, Gelmírez reclamou ao rei, o qual teria redarguido dizendo que não despojaria a um cavaleiro seu e que não anularia de nenhum modo o que havia feito diante de todos os próceres de sua cúria (HC II, 81). Dom Diego agiu rápido e com a habilidade de negociação que lhe é conhecida:

[...] subornou aos cortesãos e a seus achegados e prometeu ao merino da casa do rei dez marcas, e a outro conselheiro seu, consultor e gestor de todos os assuntos, outras dez, para que lhe favorecessem neste negócio e lhe ajudassem a alcançar justiça. Atraídos esses e unidos a ele, dirigiu-se ao rei da mesma forma com dinheiro e, prometidas cinquenta marcas de prata, com a ajuda e rogos dos referidos favorecedores pediu justiça pela injúria que havia sofrido (HC, 1994, p. 462).<sup>210</sup>

---

<sup>206</sup> Urraca I faleceu em março de 1126. A HC não esclarece as causas da sua morte, afirmando apenas que estava muito doente e próxima do falecimento quando legados de Diego Gelmírez a visitaram a fim de recuperar, por meio de testamento, a posse do castelo de Cira (HC II, 81).

<sup>207</sup> Ainda que não tenha sofrido grande resistência ao seu reconhecimento enquanto rei, Alfonso VII teve de enfrentar uma pequena puja com os partidários do conde Pedro González de Lara, amante de Urraca (REILLY, 1980).

<sup>208</sup> O castelo de Cira se encontrava na confluência do rio Deza com o Ulla, quer dizer, no centro do senhorio de Santiago.

<sup>209</sup> Urraca recebeu o castelo de Cira como feudo de Diego Gelmírez sob a condição de que o devolveria quando o próprio Gelmírez, ou algum sucessor seu, assim o quisesse (HC II, 81).

<sup>210</sup> “[...] sobornó a los cortesanos y a sus llegados y prometió al merino de la casa del rey diez marcas, y a otro consejero suyo, consultor y gestor de todos los asuntos, otras diez, para que le favorecieran en este negocio y le ayudaran a alcanzar justicia. Atraídos éstos y unidos a él, se dirigió al rey de la misma forma con dinero y, prometidas cincuenta marcas de plata, con la ayuda y ruegos de los referidos fautores pidió justicia por la injuria que se le había inferido” (HC, 1994, p. 462).

Alfonso VII se interessou pela oferta de dinheiro feita e condescendeu com a proposta do arcebispo de que a sua querela fosse exposta e julgada pela cúria reunida em Leão. O resultado foi o esperado: Diego Gelmírez recuperou a posse do castelo de Cira, enquanto Alfonso VII recompensou o seu leal cavaleiro com outro senhorio (HC II, 81). Embora fosse no início do reinado, o caso envolvendo o domínio do castelo de Cira fornece indícios do que estava por vir. A carência econômica, marca dos anos de governo de Alfonso VII, redundou em exigências pecuniárias que caracterizaram as relações – pouco cordiais, no mínimo - do monarca com o arcebispo compostelano (GORDO MOLINA, 2011).

É oportuno recordarmos que Alfonso VII, antes de ascender ao trono, passou a maior parte de sua infância em Galiza, tendo como tutores o senhor-bispo, Diego Gelmírez, e o conde de Traba, Pedro Fróilaz. No entanto, por volta de 1116, aos 11 anos, Alfonso foi enviado a Estremadura, onde esteve sob a influência do arcebispo de Toledo, dom Bernardo, e de seu clero. O prelado toledano foi um dos grandes opositores da política de exaltação da sé de Compostela – logo, arquirrival de Diego II -, dado que essa atingia e colocava em risco a sua posição de primaz de Hispânia.

A relação política tumultuada de Urraca e Gelmírez também colabora na explicação de comportamentos hostis de Alfonso VII em relação ao compostelano. As “grandiosíssimas discórdias”, como chama Pedro Marcio, nas quais estiveram diretamente envolvidos a rainha de Leão e o arcebispo de Santiago, contribuíram para gerar em seu filho um sentimento de pouca confiança em seu pai espiritual, aquele que o regenerou na fonte do batismo, o ungiu, o coroou e o armou cavaleiro.<sup>211</sup> A recíproca era verdadeira. A opinião de Diego II – expressa pelo cronista - sobre seu antigo protegido não deixava dúvida: “[...] nunca cessou de perseguir a igreja de Compostela, exatamente como sua mãe” (HC, 1994, p. 470). A reclamação é de

---

<sup>211</sup> Outro traço característico do último autor da HC é reforçar a participação de Diego Gelmírez nesses quatro acontecimentos da vida de Alfonso VII: Gelmírez o havia batizado, ungiu rei, coroado e armado cavaleiro (LOPEZ ALSINA, 1988).

alguém que escreve depois do acontecido, insatisfeito com os despojos perpetrados pelo rei contra o tesouro de sua sé.

A primeira visita de Alfonso VII à Galiza foi em setembro ou outubro de 1127. Após derrotar as tropas portuguesas que invadiram Tuy, cidade galega situada na fronteira com Portugal, o rei – embora não tenha aceitado levar adiante o plano de prender e despojar Gelmírez<sup>212</sup> – se dirigiu a Compostela. A recepção foi preparada com cuidado: todos os clérigos da cidade, devidamente paramentados, receberam Alfonso VII em uma pomposa e insigne procissão. No terceiro dia após sua chegada, Alfonso VII foi até o tesouro de Santiago e solicitou – sem nenhuma surpresa - a dom Diego “[...] algo de vosso dinheiro, porque estou rodeado por grandes necessidades e gravíssimos negócios, dos quais de nenhuma maneira posso desembaraçar-me, a não ser com o conselho e a ajuda de vossa discrição” (HC, 1994, p. 471).

Por “grandes necessidades e gravíssimos negócios” devemos entender a penúria econômica da coroa para pagar os contingentes militares já contratados ou que seriam requisitados em ações bélicas futuras. Na zona oriental do reino,<sup>213</sup> navarros e aragoneses ocupavam cidades castelhanas. O sul da Galiza, por seu turno, era alvo de invasões portuguesas, primeiro comandadas pela rainha Teresa,<sup>214</sup> e logo depois capitaneadas por seu filho, Afonso Henriques.<sup>215</sup> Já a fronteira meridional era frequentemente atacada pelos exércitos almorávidas. Nesse sentido, os principais desafios de Alfonso VII, no início de seu reinado – no qual teve de concentrar esforços e recursos -, foram inibir e combater os avanços sobre suas fronteiras.

Diante da petição pecuniária feita por Alfonso VII, Diego Gelmírez lhe ofereceu trezentas marcas de prata, quantia considerada pequena pelo rei. Após deliberar com seus

---

<sup>212</sup> HC II, 85.

<sup>213</sup> É importante recordar que a coroa de Leão, na primeira metade do século XII, englobava os reinos de Galiza, Leão e Castela.

<sup>214</sup> Teresa de Leão (1080-1130) foi condessa de Portugal entre os anos de 1096 e 1112. A partir de 1112 ela começou a utilizar o título de rainha e assim o fez até pelo menos a batalha de São Mamede, em 1128.

<sup>215</sup> Conhecido como primeiro rei de Portugal, Afonso Henriques foi conde de Portugal entre os anos 1112 e 1143. O seu reinado teve início em 1143 e se estendeu até o ano de sua morte, ocorrida em 1185.

assistentes, e instigado pelos inimigos políticos do prelado, Alfonso VII exigiu seiscentas marcas de prata e três reféns de sua escolha. Ao indicar os nomes, a negociação se acirra e a animosidade se descortina, pois eram todos “[...] amigos e familiares do senhor arcebispo, porque ele de modo algum permitiria e nem consentiria que fossem feitos prisioneiros” (HC, 1994, p. 472).<sup>216</sup> Frente à negativa de Gelmírez, o monarca subiu o tom e a quantia exigida: mil marcas de prata, ameaçando tomar todo o senhorio de Santiago caso não houvesse a entrega do dinheiro. Não sem lamúrias e dificuldades, o arcebispo pactua com o rei e lhe promete a concessão da significativa quantia desde que não aprisionasse ninguém.<sup>217</sup>

A peleja parecia estar resolvida quando compostelanos clérigos e laicos – os mesmos que sugeriram a prisão de Diego Gelmírez e que depois estimularam Alfonso VII a lhe exigir uma grande soma de dinheiro - foram até a casa de um burguês, onde o rei estava, e fizeram-no a oferta de três mil marcas de prata com a intenção de que depusesse dom Diego de seu cargo, cedendo-lhes todo o senhorio de Santiago. O valor da proposta fez Alfonso cogitar em desfazer o pacto anteriormente estabelecido. A sua dúvida se evidencia na conversa que teve com um conde jerosolimitano, quer dizer, um cavaleiro que havia feito a Cruzada. Nela, após expor sua situação, o conde teria orientado Alfonso VII a não romper o acordo que fez com o prelado sob a justificativa de que isso desagradaria a Deus e a São Tiago (HC II, 86).<sup>218</sup> A mensagem do cronista, por meio das palavras atribuídas ao referido conde, é “não aja contra o patrimônio eclesiástico”. Não coincidentemente o título dado, provavelmente por Pedro Marcio, ao capítulo no qual se narra tais acontecimentos foi “De como o imperador arrebatou violentamente dinheiro ao arcebispo” (HC II, 86). Agir com violência naquele contexto era,

---

<sup>216</sup> A HC apresenta seus nomes: dom Bernardo, tesoureiro de Santiago; Pedro Estévez; e Gonzalo Peláez (HC II, 86).

<sup>217</sup> Para reunir a quantia de mil marcas de prata, dom Diego recorreu ao próprio pecúlio, à ajuda de cônegos e cidadãos e a um tributo extraordinário entre os habitantes, aristocratas e não aristocratas, de todo o senhorio de Santiago (HC II, 86).

<sup>218</sup> Na conversa, o conde jerosolimitano teria citado episódios pretéritos nos quais Urraca, mãe de Alfonso VII, incorreu em grave pecado ao prender Diego Gelmírez e atacar o patrimônio da igreja de Compostela – essas teriam sido as causas pelas quais ela quase perdeu todo o seu reino (HC II, 86).

entre outros, atacar homens, terras e bens pertencentes ao domínio de uma igreja. Era “[...] desmembrar patrimônios, não, necessariamente corpos” (RUST, 2018, p. 85), exatamente o que Alfonso VII estava a fazer. O rei, porém, se decidiu – malgrado suas dificuldades econômicas lhe exigirem o contrário - por não quebrar o acordo firmado com Diego Gelmírez.

Como era do seu gênio, dom Diego não se conformaria com o que, no seu entender, era uma violação a ele e ao patrono de Hispânia. O arcebispo convidou Alfonso VII à reunião capitular e, junto aos seus cônegos, rogou ao rei, com a finalidade de remediar e perdoar a violência cometida, que se comprometesse em ser enterrado na catedral de Santiago – o que foi consentido (HC II, 87).<sup>219</sup> A ocasião também pareceu oportuna para cobrar do monarca a promessa feita há algumas semanas. Antes de atacarem as tropas da rainha Teresa,<sup>220</sup> Alfonso VII, talvez como forma de recompensar o *auxilium*<sup>221</sup>, prometeu ao senhor-bispo os cargos de capelão e chanceler real a fim de que dispusesse deles conforme a sua vontade.<sup>222</sup> Acuado e sem alternativas, Alfonso VII se viu obrigado a fazer tais concessões.<sup>223</sup>

Mas essas não foram as únicas. O mais importante dos diplomas, emitido no ano de 1127, é o que confirma o senhorio episcopal compostelano nos mesmos limites estabelecidos no reinado de Urraca: o Iso, o mar, o Tambre e o Ulla são novamente assinalados como marcos do coto da diocese de Compostela. O *auxilium*, isto é, a fidelidade provada por Diego Gelmírez à Alfonso VII no campo de batalha, atacando as fortificações construídas por Teresa no sul do território galego, era recompensada. Ao que parece, o arcebispo ainda desempenhou papel

---

<sup>219</sup> Todavia, Alfonso VII, morto em 1157, foi enterrado em Toledo.

<sup>220</sup> Diego Gelmírez participou da campanha para expulsar as tropas portuguesas de Tuy, em 1127. Durante as seis semanas de combate, o senhor-bispo, junto ao seu exército, devastou vilas, sitiou e tomou castelos e cidades, conforme relata Pedro Marcio (HC II, 85).

<sup>221</sup> Desde meados do século IX, a palavra *auxilium* passou a designar, frequentemente, a fidelidade que os grandes aristocratas provavam em campo de batalha (RUST, 2018).

<sup>222</sup> Não é possível afirmar com segurança quais eram as atribuições dos cargos de capelão e chanceler real recebidos por dom Diego. Contudo, não cabe dúvida quanto à relevância de tais cargos e à posição privilegiada que o arcebispo compostelano assumiu no organograma do reino, garantindo sua influência no clero da cúria e em deposições e nomeações de prelados das séis localizadas sob o mando da coroa de Leão (PORTELA SILVA, 2016).

<sup>223</sup> Dom Diego concedeu o cargo de chanceler ao então cônego e tesoureiro de Santiago, dom Bernardo. Já a capelania reteve para si (HC II, 87).

decisivo no pacto de paz firmado entre o rei leonês e a rainha de Portugal (HC II, 85). Se não era um início de reinado animador, as relações estavam, ao menos, no mesmo nível quando da morte da rainha Urraca (PORTELA SILVA, 2016).

Em maio de 1128, Alfonso VII concedeu à sé de Compostela um importante privilégio que conferia liberdade a esta igreja e ao seu senhorio. Aspirado por todos os cabidos catedralícios, a prerrogativa estipulava que, uma vez vacante (ou seja, na ausência de um bispo), eram os cônegos compostelanos os responsáveis pela administração das possessões eclesiásticas. O objetivo era o de evitar que o senhorio de Santiago fosse – como o foi em um passado recente (HC I, 3) - alvo de interesses seculares.<sup>224</sup> Ademais, tal disposição fornecia aos capitulares a tranquilidade necessária na realização do processo de escolha do novo prelado (HC II, 92).<sup>225</sup>

No ano seguinte, provavelmente em março de 1129, ocorreu a celebração de um concílio em Palencia presidido pelo arcebispo de Toledo.<sup>226</sup> Nele, estiveram presentes aristocratas e prelados de diversas partes do reino, apesar da HC não citar nomes. Após a finalização da reunião conciliar, Diego II requereu e recebeu de Alfonso VII a transferência dos direitos – que pertenciam ao jugo real - sobre a igreja de Mérida e seus senhorios (HC III, 7). Tratava-se de uma doação futura e incerta, dado que Mérida estava sob domínio almorávida; todavia, ilustra bem a marcha incansável e insaciável de Gelmírez pela ampliação do senhorio de sua sé: a

---

<sup>224</sup> As administrações laicas dos senhorios eclesiásticos são duramente criticadas e rechaçadas pelos cronistas da HC.

<sup>225</sup> Quiçá mais do que um “triunfo da Santa Sé por meio do seu delegado Diego II” (GORDO MOLINA, 2011), o privilégio alcançado por Diego Gelmírez junto a Alfonso VII seja um triunfo seu enquanto senhor-bispo. Dom Diego adotava normativas papais levando em consideração os seus interesses e os de sua diocese. No caso em tela, era, fundamentalmente, a não interferência secular no senhorio de Santiago, tendo em vista a sua preservação no seio da igreja.

<sup>226</sup> Os decretos promulgados pelos conciliares estavam em sintonia com os cânones da igreja romana de então e foram registrados na HC. Dentre outros: a) suspendeu-se as igrejas particulares; b) reforçou-se a figura do bispo como administrador eclesiástico; c) ordenou-se a castidade sacerdotal; d) proibiu-se a investidura laica; e e) estipulou-se a submissão dos monges dispersos à regra monacal (HC III, 7).

política de exaltação da sé compostelana tinha como um de seus efeitos práticos a obtenção de privilégios e benefícios de variados tipos.<sup>227</sup>

Porém, Alfonso VII, demonstrando que havia aprendido a lição com dom Diego, não concedia sem pedir algo em troca. O rei deixou Castela rumo a Galiza no inverno de 1129-1130 e, ao chegar em Compostela, encontrou o arcebispo enfermo, tanto “[...] que ninguém pensava que se recuperaria daquele mal” (HC, 1994, p. 512).<sup>228</sup> Todavia, a necessidade de numerários tendo em vista o custeio de suas campanhas militares se sobrepunha a qualquer queixa.<sup>229</sup> O monarca exigiu a concessão de setenta marcas de prata, e assim foi feito. Por último, interessado em estabelecer ordinariade e evitar surpresas desagradáveis, Gelmírez se comprometeu a entregar anualmente cem marcas de prata a Alfonso desde que o rei não molestasse mais a sua igreja e que devolvesse, findadas todas as guerras, até a última moeda (HC III, 12).

O acordo teve, novamente, contrapartida.<sup>230</sup> No decorrer da sua estada em Santiago,<sup>231</sup> Alfonso VII se demonstrou disposto a recuperar o privilégio de cunhar moedas – concedido por seu avô Alfonso VI a Compostela.<sup>232</sup> Diego Gelmírez ordenou que o documento que conservava a dita prerrogativa fosse retirado do tesouro da catedral e apresentado ao rei para que ele mesmo, em voz alta, pudesse lê-lo (e na presença do arcebispo). Após ler e se inteirar da sua

---

<sup>227</sup> Os direitos metropolitanos outorgados à igreja de Santiago de Compostela em 1120, e transferidos em definitivo no ano de 1124, ocorreram em prejuízo da antiga sé emeritense. A vinculação do título de Metropolitano de Diego Gelmírez a Mérida ofereceu-lhe a justificativa para requerer e receber do rei Alfonso VII o domínio sobre a igreja emeritense, seus territórios, castelos e posses.

<sup>228</sup> O avançar da idade de Diego Gelmírez – que nessa ocasião já devia ter mais de sessenta anos - fez com que comentários sobre a sua saúde fossem recorrentes sob a pena do último autor da HC.

<sup>229</sup> Alfonso VII preparava uma campanha contra os aragoneses em terras de Soria, na fronteira oriental do reino (RECUERO ASTRAY, 2003).

<sup>230</sup> Dar, receber e retribuir (MAUSS, 2003). Esse foi um elemento característico das relações políticas da primeira metade do século XII leonês. Fosse no decorrer do reinado de Urraca ou Alfonso VII, as relações de Diego Gelmírez com a coroa leonesa se mantiveram, nesse aspecto, iguais: tensões e disputas eram contornadas através de negociações nas quais ambos os lados concediam e recebiam (ALVARO, 2016; GARCIA, 2013).

<sup>231</sup> Alfonso VII permaneceu por cinco semanas em Compostela, no inverno de 1129-1130 (HC III, 14).

<sup>232</sup> Alfonso VI concedeu à Compostela o privilégio de cunhar moedas provavelmente em maio 1107 (AYALA MARTÍNEZ, 2008).

legitimidade, Alfonso confirmou o privilégio a próprio punho e “[...] assim se silenciou a discussão sobre a moeda surgida [...]” entre eles (HC, 1994, p. 513).<sup>233</sup>

Poucos dias depois, em janeiro de 1130, Alfonso VII e Diego II voltaram a se encontrar na capital do reino. O primeiro recepcionou o segundo de forma “esplêndida” e “opípara”, e logo o convidou para comer e beber em seu palácio. Ali conversaram sobre assuntos ligados ao reino e, principalmente, sobre aqueles que seriam tratados no concílio de Carrión.<sup>234</sup> A preocupação maior do rei era a anulação de seu matrimônio, pois tinha – ainda que distante - grau de parentesco com sua esposa Berenguela.<sup>235</sup> Dom Diego sabia que os obséquios e toda sorte de cuidados que recebeu não eram despropositais: Alfonso “[...] rogou encarecidamente ao senhor arcebispo que, se houvesse menção desse assunto no concílio, o ajudasse e apoiasse por sua conta e por meio de seus amigos” (HC, 1994, p. 514). Gelmírez concordou e prometeu que assim agiria.<sup>236</sup>

Em princípios de fevereiro, já estavam reunidos no monastério de San Zoilo de Carrión, junto a muitos prelados e aristocratas do reino. O concílio foi presidido pelo cardeal e legado romano, Humberto – enviado pelo papa Honório II (1124-1130) à Hispânia como legado *a lettere*.<sup>237</sup> O caráter extraordinário de sua visita e as amplas atribuições que lhe permitiam julgar e sancionar assuntos de relevância, deixaram Alfonso VII apreensivo a ponto de querer se encontrar com Humberto. Encontraram-se antes do início da reunião conciliar “[...] em uma casa afastada”, onde “[...] trataram com interesse do que havia de se estabelecer e sancionar no

---

<sup>233</sup> As negociações políticas envolvendo reis e senhores-bispos que resultavam em acordos geralmente produziam documentos, os quais eram cuidadosamente guardados nos tesouros das catedrais. O privilégio emitido pela chancelaria de Alfonso VI, concedendo a prerrogativa de cunhar moedas a Compostela, foi exibido ao rei Alfonso VII para que ele desistisse da sua investida de reavê-lo. Nesse sentido, o direito era uma importante ferramenta para respaldar a atuação política. Recorria-se aos documentos para sustentar posições, evitar perdas e confirmar benefícios.

<sup>234</sup> O concílio de Carrión foi iniciado no dia 4 de fevereiro de 1130.

<sup>235</sup> O casamento de Alfonso VII com Berenguela de Barcelona foi celebrado, provavelmente, em 1128.

<sup>236</sup> Diego II não estava agindo declaradamente contra as determinações dos cânones da igreja romana. O parentesco de Alfonso VII e Berenguela, ao ser de sétimo grau, era lícito desde a legislação aprovada no concílio compostelano de 1063 (LÓPEZ FERREIRO, 1900).

<sup>237</sup> O papa Honório II enviou a Hispânia o cardeal Humberto como legado *a lettere* a fim de que ele presidisse o concílio celebrado em Carrión (HC III, 10).

concílio” (HC, 1994, p. 515). O monarca levou consigo, para apoiá-lo em suas petições junto ao cardeal, Diego Gelmírez e o arcebispo de Tarragona. Não sabemos os termos da negociação, porém foram bem-sucedidas. No concílio, não se tratou do matrimônio régio.

Não obstante o êxito do rei, o concílio de Carrión guarda traços de extraordinariedade: três senhores-bispos e um abade foram depostos (HC III, 14).<sup>238</sup> A HC não esclarece os motivos que levaram às deposições – é possível que eles não tenham assentido quanto à manutenção do casamento de Alfonso VII e Berenguela (FERNÁNDEZ CONDE, 1999). Contudo, se as causas não estão claras, as consequências demonstram bem quem desfrutava do favor régio: dos três prelados destituídos, dois foram substituídos por cónegos de Santiago. Enquanto Arias ascendeu ao episcopado de Leão, Alfonso Pérez foi escolhido para a cátedra de Salamanca. Foi um dia glorioso para Diego II, uma vez que conseguiu confirmar sua autoridade sob o episcopado salmantino e introduzir na capital do reino um clérigo de sua confiança (FLETCHER, 1993).<sup>239</sup>

E não foi só isso. Findada a reunião conciliar, Diego Gelmírez solicitou e obteve de Alfonso VII – além do coto das vilas Cabelos e Lédigos, com o fim de que nenhum oficial se atrevesse a entrar nelas para inferir violência ou injúria aos seus colonos, - uma propriedade em Talavera (cidade próxima a Toledo). A região de Talavera era produtora de azeite, óleo vegetal muito utilizado na iluminação e aquecimento de espaços. Ao arcebispo importava clarear e combater o frio no ambiente da catedral, sobretudo no inverno, período no qual os peregrinos – em virtude das dificuldades do caminho e das baixas temperaturas - deixavam de visitar às relíquias de São Tiago (HC III, 14). A preocupação de Gelmírez em amenizar as adversidades enfrentadas pelos peregrinos evidencia, uma vez mais, a especial atenção que desfrutavam e a centralidade das peregrinações na política de engrandecimento da sé de Compostela.

---

<sup>238</sup> Os senhores-bispos depostos, no concílio de Carrión (1130), foram os das seguintes sés: Leão, Salamanca e Oviedo. Já o abade, era de Samos (HC III, 14).

<sup>239</sup> O bispado de Salamanca era sufragâneo da igreja de Santiago de Compostela (HC II, 17).

As concessões feitas eram recompensas pela intercessão realizada junto ao cardeal romano? Provavelmente sim. O tabuleiro político no qual Alfonso VII e Diego II se moviam era permeado de tensões e disputas, as quais eram amenizadas por intermédio de acordos e concessões recíprocas. Fortalecia-se multiplicando o poder e o “status” alheios (RUST, 2018).<sup>240</sup> Não se trata de debilidade do poder real: a cessão de senhorios, como sublinhada por Alvaro (2016), era utilizada como estratégia da realeza na ampliação e fortalecimento dos laços de domínio.<sup>241</sup> Se a Gelmírez interessava alcançar benefícios que alargassem seu senhorio, a Alfonso importava arrecadar numerários para custear suas campanhas de proteção e expansão das fronteiras do reino – e assim o fez.<sup>242</sup>

Cerca de três anos depois, em março de 1133, Diego Gelmírez voltou a se encontrar com Alfonso VII, em Carrión. Desta vez, para tratar perante o rei, conforme o cronista, de assuntos que haviam surgido e para ordenar a dom Bernardo – cômego de Santiago – que devolvesse o cargo de chanceler, recebido das mãos de Gelmírez anos antes (HC III, 39).<sup>243</sup> O motivo da restituição era que Bernardo, junto ao deão Pedro Elías, “[...] maquinaram [o chanceler na cúria e o deão em Compostela] pelas suas costas algumas coisas contrárias e inconvenientes, levantando contra ele [Diego Gelmírez] repetidamente o pescoço da arrogância” (HC, 1994, p. 562). Em outras palavras, dom Diego foi à presença do imperador

---

<sup>240</sup> A própria manutenção do conceito de *anarquia feudal* como marco explicativo dos séculos centro medievais (XI-XIII) – dados: I) a suposta fragmentação do poder político, II) o estado permanente de guerra entre os grupos sociais, e III) a incapacidade de atuação enérgica da realeza - deriva da dificuldade de compreender o fortalecimento do poder régio acompanhada de uma crescente influência da alta aristocracia nos aparatos burocráticos (COELHO, 2014).

<sup>241</sup> O estudo pioneiro de Hinojosa e Naveros (1896) manifesta essa ideia de que as imunidades e as concessões de senhorios, realizadas pelos reis leoneses, fragilizavam e diminuíam a sua capacidade de mando.

<sup>242</sup> Ainda no ano de 1130, por não participarem da campanha militar convocada por Alfonso VII, destinada a combater as tropas de seu primo Afonso Henriques, os cidadãos de Compostela pagaram trezentas marcas de prata ao rei. Diego Gelmírez ajudou os compostelanos, entregando-lhes cem marcas de prata (HC III, 24). Em troca, Alfonso isentou os oficiais que trabalhavam nas obras da catedral de Santiago de pagarem o imposto régio (RECUERO ASTRAY, 2003).

<sup>243</sup> Há dois relatos na HC a respeito da querela envolvendo Bernardo e Pedro Elías, ambos cômegos de Santiago, contra Diego Gelmírez. O primeiro deles é sintético e deixa muitas questões irresolutas (HC III, 32). Já o segundo, aclara, minimamente, as razões da peleja (HC III, 39).

com o objetivo de defender suas prerrogativas senhoriais, uma vez que Bernardo e Pedro Elías articulavam – com o conhecimento de Alfonso - sua deposição (PORTELA SILVA, 2016).

Alfonso VII, saindo em defesa de seu chanceler, enviou a Diego II dois aristocratas – Albertino e Fernando Yáñez - com a intenção de convencê-lo a não quitar o cargo de Bernardo. O arcebispo teria falado aos legados que, se agradasse ao rei, devolver-lhe-ia a dignidade que havia outorgado (HC III, 39). Gelmírez deixou Alfonso em situação embaraçosa: caso aceitasse a devolução da chancelaria, seria visto como perjuro. O monarca foi ao seu encontro para conversarem pessoalmente. Acordaram<sup>244</sup> que Bernardo deveria ir à reunião curial e se redimir da infidelidade cometida devolvendo – diante da assembleia - o *honor* de chanceler ao prelado compostelano. Dessa maneira se fez: após reconhecer obediência a quem devia, Bernardo foi reconduzido temporalmente ao cargo e retornou à Compostela na comitiva de dom Diego.

E mais, é bastante provável que Alfonso VII estivesse envolvido nas negociações que tinham por meta destituir Diego Gelmírez de seu cargo de senhor-bispo. Como não pôde lograr numerários por esse caminho, tentou por outro: ordenou a prisão de Bernardo (que estava em Compostela) e a entrega de todo o seu dinheiro sob a dupla justificativa de que conhecesse o preço de sua soberba e para que perdesse tudo o que tinha (HC III, 39). Gelmírez relutou em executar a ordem régia. O quinto e último legado enviado pelo imperador ao arcebispo veio acompanhado de ultimato: se não prendesse Bernardo imediatamente, deveria pagar de seu pecúlio todo o dinheiro que o chanceler possuía e ainda incorrer em algo pior.<sup>245</sup>

Bernardo e Pedro Elías foram aprisionados. O último, porque a cidade “[...] que estava algo turbada, tivesse se turbado mais por seu conselho e maquinação e tivesse se levantado impetuosamente contra o senhor arcebispo” (HC, 1994, p. 565-566). O chanceler e o deão eram cabeças de um movimento de contestação que prenunciava a rebelião compostelana que

---

<sup>244</sup> Embora o cronista não faça nenhuma referência à contrapartida gelmiriana, ela certamente ocorreu.

<sup>245</sup> A carência pecuniária de Alfonso VII para custear suas campanhas militares é fartamente enunciada na HC. Em 1133, Alfonso se lançou em batalhas contra os muçulmanos (HC III, 39).

ocorreria no verão de 1136. Enquanto Bernardo discutia, com Alfonso VII, na corte, os termos da destituição de Diego II, Pedro Elías angariava apoios e recursos na cidade. Apenas o deão sobreviveu ao ano de 1133.<sup>246</sup> Ele – difícil pensar de outro modo - esteve à frente dos chamados cônegos maiores, os quais são retratados por Pedro Marcio como mentores intelectuais da segunda sublevação compostelana, os responsáveis por atrair grande parte dos cidadãos e coordenar suas ações.

#### 4.2 O INÍCIO DA REBELIÃO DE 1136

Antes mesmo que a segunda rebelião compostelana tivesse início, houve articulações e tentativas pacíficas de deposição de Diego Gelmírez do seu cargo de senhor-bispo. A tomada de Compostela, por seus cidadãos, no verão de 1136, significou – em nossa análise - o início da primeira fase do movimento, a qual coincidiu com: a) a anulação dos poderes de Gelmírez sobre a cidade; b) a nova investida na deposição do prelado, que contou com a anuência e o interesse ativo do imperador Alfonso VII<sup>247</sup>, visto que receberia a pródiga quantia de três mil marcas de prata dos compostelanos;<sup>248</sup> e c) os ataques ao complexo catedral-palácio que resultaram em um apedrejamento massivo do altar de Santiago, onde dom Diego se refugiou para não perecer.

À semelhança de Giraldo, Pedro Marcio trata a rebelião compostelana de 1136 como uma grande traição, um ataque pessoal e sem motivos a Diego II, instigada por cônegos que lhe

---

<sup>246</sup> Bernardo, após ser liberado da prisão, voltou a conspirar contra Diego Gelmírez e – por razões não esclarecidas pelo cronista - encontrou a morte na cidade de Burgos (HC III, 41).

<sup>247</sup> Uma das principais evidências do interesse de Alfonso VII no despojamento de Diego II foi o envio a Roma do clérigo Bóson para realizar a negociação junto à cúria pontifícia (HC III, 46). Por meio de tal ato, o imperador deixava claros seus planos e transparecia um dos pontos de maior tensão política do período: a ingerência laica nos assuntos eclesiásticos (RIBEIRO, 1995).

<sup>248</sup> Vimos, no capítulo anterior, que a rainha Urraca também foi condescendente com os rebeldes compostelanos ao longo da primeira fase da rebelião, ainda que por motivo diferente. Enquanto Alfonso VII vislumbrava numerários, a fim de custear suas campanhas militares, a soberana visava enfraquecer o senhor-bispo em seus domínios, dadas as suas ambições de secessão do território galego da coroa de Leão.

eram familiares e ingratos, uma vez que receberam do arcebispo educação, dignidades (cargos) e prerrogativas (prebendas). Tal postura, como apontamos no capítulo anterior, destina-se a deslegitimação das insurreições; das ações de governo implementadas pelos sublevados; dos cidadãos como membros de uma comunidade política que reivindicava e questionava a forma como o senhor-bispo exercia sua jurisdição sobre Compostela. Ao explicá-las como investidas pessoais, os cronistas obscureceram a causa central que despertou os compostelanos – por duas vezes - à luta armada: a política gelmiriana de exaltação da sé de Compostela.<sup>249</sup>

Embora não fosse sua intenção, ao elogiar os feitos e a atuação senhorial-episcopal de Diego Gelmírez, Pedro Marcio indica o fator crucial que engendrou as rebeliões:

Esse [Gelmírez], pois, honrou tão fielmente a sua igreja e a instruiu com seus costumes que como a lua é mais brilhante do que as estrelas, assim a elevou brilhantemente pela graça de Deus entre todas, com exceção da igreja de Roma, senhora da igreja universal que peregrina na terra, e de outras semelhantes a essa. Também regou as mentes incultas dos cônegos que encontrou pouco morigerados e sem sal de sabedoria, com a chuva da doutrina e aos que lhe seguiram lhes fez por meio da divina clemência distintos pela doutrina e virtude (HC, 1994, p. 575).<sup>250</sup>

Como apresentado no capítulo dois desta tese, ao buscar a elevação da igreja de Santiago de Compostela, dom Diego contribuiu decisivamente na transformação da cidade do apóstolo Tiago em um centro de peregrinação intercontinental. A divulgação do culto e dos milagres operados pelo santo patrono, os estímulos concedidos às peregrinações, a continuação das obras da catedral românica e a adesão a formas e estilos eclesiásticos estrangeiros resultaram na

---

<sup>249</sup> Como pontuamos no capítulo dois, a política de exaltação da sé de Compostela não foi iniciada por Diego Gelmírez. Porém, foi com ele que – por várias razões - tal política pôde ser levada a cabo com maior intensidade e pôde obter resultados expressivos. Por resultados expressivos entendemos o crescimento das peregrinações a Compostela, o significativo avanço das obras da catedral românica, a implementação de uma reforma eclesiástica, a ampliação do senhorio jacobeu e o recebimento de dignidades eclesiásticas – mormente os títulos de metropolitano e legado papal.

<sup>250</sup> “Éste, pues, honró tan fielmente su iglesia y la instruyó con sus costumbres que como la luna es más brillante que las estrellas, así la elevó brillantemente por la gracia de Dios entre todas, con excepción de la iglesia de Roma, señora de la iglesia universal que peregrina en la tierra, y de otras semejantes a ésta. También regó las mentes incultas de los canónigos que encontró poco morigerados y sin sal de sabiduría, con la lluvia de la doctrina y a los que le siguieron les hizo por medio de la divina clemencia distinguidos por la doctrina y la virtud” (HC, 1994, p. 575).

constituição de uma rede espacial destinada, prioritariamente, ao acolhimento de grupos transitórios. Isso fez com que os compostelanos fossem relegados a uma posição secundária, sentindo-se banidos de sua própria comunidade política. O lugar que, até então, viam como seu passou a ser dividido com peregrinos e comerciantes beneficiados por leis – como os decretos de 1133<sup>251</sup> - que os protegiam e isentavam de determinados impostos. Isso, por seu turno, prejudicou os interesses dos mercadores locais, desejosos de um monopólio, e frustrou seus esforços para ganhar a vida (FORNEY, 2011).

No capítulo destinado à introdução do conflito, intitulado *Sobre uma conspiração* (HC III, 46), Pedro Marcio não hesita, com o intuito de sublinhar a gravidade dos atos que narraria na sequência, em caracterizar os cônegos maiores<sup>252</sup> com termos bíblicos – semelhante ao seu antecessor: Esses conspiravam como os patriarcas (filhos de Jacó) contra seu irmão, José;<sup>253</sup> como os fariseus e Judas contra o Cristo.<sup>254</sup> Evidentemente, não há dúvidas quanto a quem corresponderia o papel do Cristo.<sup>255</sup> Na óptica do cronista, como destacamos acima, os cônegos maiores foram os mentores intelectuais da sublevação, atraindo “[...] ao modo das Sirenas com brandas e fraudulentas palavras a grande parte dos cidadãos [...]” (HC, 1994, p. 576).

Os cidadãos, por sua vez, são associados aos gentios. Se os capitulares agiam como os fariseus que crucificaram o Senhor com a espada da língua, aos compostelanos (laicos) coube a execução, quer dizer, levaram a cabo com suas obras o que fora planejado (HC III, 46). Ao distinguir os responsáveis pela articulação do movimento daqueles que teriam de fato empunhado armas para lutar, Pedro Marcio talvez buscasse minorar a contrariedade, à Diego

---

<sup>251</sup> HC III, 33.

<sup>252</sup> Por escrever seu *registrum* no período em que Pedro Elías era arcebispo de Santiago (1143-1149), Pedro Marcio silencia os nomes dos cônegos maiores. Todavia, como apontamos, o antigo deão Pedro Elías provavelmente estava entre os articuladores da segunda rebelião compostelana (LOPEZ ALSINA, 1988).

<sup>253</sup> Gn 37, 2-36.

<sup>254</sup> Mt 26, 14-16.25.47; Jo 6, 71-72.

<sup>255</sup> Além de associar Diego Gelmírez ao messias cristão, Pedro Marcio o exalta, designando-o como “egrégio prelado”, “arcebispo de venerável memória”, culto, morigerado, virtuoso, sábio etc. Como comentado, sob a pena do último autor da HC, os elogios a Gelmírez assumem um tom póstumo, indicando que Pedro Marcio escreveu seu relato após a morte do primeiro arcebispo compostelano.

II, generalizada na população de Compostela. O único rebelde que escapou do anonimato foi Guillermo Seguín – chamado de “principal promotor desta traição” e de “malvadíssimo instigador” -, o qual certamente não era clérigo (HC III, 47). Ao fazermos tal afirmativa, não nos opomos à interpretação de que havia cônegos maiores entre os principais agentes da rebelião, mas reconhecemos que havia laicos na coordenação das ações.

Aliás, em 1136, diferentemente da primeira rebelião, a irmandade jurada é já o conselho da cidade (PALLARES MÉNDEZ; PORTELA SILVA, 2003). São os seus membros que se impõe ao poder de Diego II – o que, outrossim, corrobora no entendimento de que havia, além de capitulares, laicos na organização e condução de todo o processo sublevador. A fim de indicar que os cidadãos assumiram o governo de Compostela, anulando os poderes de Gelmírez, Pedro Marcio recorre a uma descrição semelhante à de Giraldo:

Então mudaram o antigo direito e as retas instituições, impuseram à cidade leis arbitrarias e chegaram a ameaçar a um vigário da cidade dizendo que não receberia o que era seu e lhe havia sido dado com justo juízo, a não ser que eles por comum conselho o tivessem decretado. E se reuniam a cada sexta-feira na igreja de Santa Susana, chamada desde antigamente ‘Colina de potros’, com gente equipada com diversas armas, absolviam os culpados os considerando inocentes e oprimiam os pescoços dos inocentes (HC, 1994, p. 576-577).<sup>256</sup>

Na perspectiva dos cronistas medievais, um governo encabeçado por membros do “povo”,<sup>257</sup> dada a subversão da ordem natural do mundo instituída por Deus, era ilegítimo e digno das mais duras reprimendas e condenações (BOUCHERON, 2018). Naturalmente que a sua atuação muda “o antigo direito e as retas instituições”, ao impor “leis arbitrarias” e ao exercer o poder por meio de ameaças – sinal visível de inaptidão no desempenho das tarefas de

---

<sup>256</sup> “Entonces cambiaron el antiguo derecho y las rectas instituciones, impusieron a la ciudad leyes arbitrarias y llegaron a amenazar a un vicario de la ciudad diciendo que no recibiría lo que era suyo y le había sido dado con justo juicio, a no ser que ellos por común consejo lo hubiesen decretado. Y se reunían cada viernes en la iglesia de Santa Susana, llamada desde antiguo ‘Otero de potros’, con gente pertrechada con diversas armas, absolvían a los culpables considerándolos inocentes y oprimían los cuellos de los inocentes” (HC, 1994, p. 576-577).

<sup>257</sup> Como apresentado no capítulo anterior, o povo – na linguagem cronística do Ocidente medieval – era uma camada urbana em rápida expansão; eram umas centenas de pessoas que enriqueciam em compasso acelerado: mercadores, artesãos e notários (RUST, 2018).

comando. Além de “absolver os opressores” e “culpar os inocentes”, um dos primeiros atos do novo governo foi condenar à pena capital o *uillicus* (vigário), dado que ele era o representante dos interesses senhoriais-episcopais na cidade (HC III, 46).

Assim como na primeira rebelião, os rebeldes se assenhoraram da estrutura administrativa de Compostela, dos cargos de governança que estavam sob o controle de Diego Gelmírez. É curioso notar que o lugar escolhido para as reuniões do grupo – a igreja de Santa Susana - foi o mesmo onde a irmandade de 1116-1117 se reunia, onde também tiveram seus escritos destruídos e juraram fidelidade ao senhor-bispo. Não havia espaço mais significativo. Certamente, havia remanescentes do movimento anterior, os quais perceberam a apropriação daquele fixo como um novo capítulo dos episódios pretéritos. Porém, agora sonhavam com um fim distinto. Ademais, ao se encontrarem na igreja de Santa Susana, demonstravam que aquele juramento feito há cerca de vinte anos estava rompido e que Compostela tinha novos senhores.

Os principais líderes do movimento, com a intenção de obter a anuência régia às suas ações e de negociar com Alfonso VII a deposição de Diego II, dirigiram-se à sua presença.<sup>258</sup> A oferta oferecida pelo imperador, como em 1127, foi de três mil marcas de prata, despertando-lhe novamente o anseio de receber quantia tão expressiva. Alfonso se apressou em convocar sua cúria para deliberar sobre o assunto, e a decisão tomada foi a de chamar o cardeal e legado romano, Guido, à Hispânia. Pedro Marcio, ao atribuir a ideia de convocar Guido aos condes e bispos ali reunidos, reproduz o lugar-comum mais repetido no imaginário das sublevações: “[...] o rei é bom, porém mal aconselhado” (BOUCHERON, 2018, p. 30).

Alfonso VII contava com a ajuda de Guido – no sentido de atuar junto ao papado - na deposição de Diego Gelmírez.<sup>259</sup> Após chegar em território ibérico e compreender o caso e as

---

<sup>258</sup> De modo semelhante ao que ocorreu na primeira rebelião, os compostelanos buscaram o apoio régio na deposição de Diego Gelmírez (PALLARES MÉNDEZ; PORTELA SILVA, 1988).

<sup>259</sup> Conforme demonstra Leandro Duarte Rust (2011, 516), a cúpula clerical romana, entre os séculos XI e XII, projetou-se como importante ator político na cristandade: “[...] tecendo alianças, lançando-se em negociações, cedendo a concessões; enfim, explorando a maleabilidade de um poder pessoal”.

aspirações do imperador, o cardeal-legado o orientou a enviar um clérigo, de nome Bosón, a Roma, porque não se atreveria a agir sem a orientação e permissão do papa Inocêncio II (1130-1143). O receio de Guido era compreensível. Algumas décadas antes, no ano de 1088, o senhor-bispo compostelano Diego Peláez havia sido destituído de seu cargo pelo abade de Marselha e legado papal, Ricardo, provavelmente a pedido do rei Alfonso VI (MONTENEGRO VALENTÍN, 2011). A trajetória controversa e repleta de vicissitudes do abade marselhês era desencorajadora e exortava cautela e prudência na hora de ouvir os rogos de Alfonso VII.

O imperador, mesmo contrariado, acatou a orientação do cardeal-legado. Bosón viajou a Roma para negociar na cúria pontifícia o despojamento de Diego II, enquanto Guido – mediante pedido e boa recompensa prometida por Alfonso VII - visitou igrejas e abadias do reino leonês, convidando seus prelados e abades a participar do concílio que seria celebrado em breve.<sup>260</sup> Difícil acreditar que tais visitas tivessem outro propósito a não ser o de angariar apoios na destituição do prelado compostelano. Consciente disso, dom Diego, quando chegou sua vez, recebeu o cardeal-legado “com grande pompa” e “reverência”, preparando-lhe “[...] inumeráveis banquetes e comidas próprias de um rei” (HC, 1994, p. 578).

Receio de perder seu cargo? Possivelmente. Entretanto, Diego Gelmírez sabia como funcionavam os meandros da política de seu tempo. Era um jogador experiente e conhecedor das tramas e esferas nas quais as relações políticas eram tecidas (PORTELA SILVA, 2016). Não obstante, as coisas notadamente iam mal. O próprio Pedro Marcio reconhece isso ao comentar que

[...] alguns cônegos, cheios de sujíssimos pensamentos e golpeados por uma voraz inveja, tanto murmuravam sobre o arcebispo nos ouvidos do cardeal dia e noite, que mal deixavam o legado da igreja romana comer e todos os amigos do arcebispo se perguntavam atônitos o que pressagiavam tantos prolongados conselhos (HC, 1994, p. 578).<sup>261</sup>

---

<sup>260</sup> O concílio foi celebrado em Burgos no mês de outubro de 1136.

<sup>261</sup> “[...] algunos canónigos, llenos de sucísimos pensamientos y golpeados por una voraz envidia, tanto murmuraban sobre el arzobispo en los oídos del cardenal día y noche, que a penas dejaban al legado de la iglesia

Embora Guido tenha permanecido quinze dias em Compostela, Diego Gelmírez teve pouco tempo para falar com o cardeal-legado – esse estava mais interessado em ouvir o que os compostelanos tinham a lhe dizer, seus planos e benefícios que poderia lograr com uma eventual deposição do arcebispo. Ainda que não saibamos precisamente o que conversaram, bastou Guido deixar a cidade para que os dirigentes da rebelião se apropriassem da igreja de Santiago (HC III, 47). Nessa altura, não há como negligenciar o que nos parece óbvio: Guido comunicou aos rebeldes que o rei Alfonso VII havia aceitado a oferta, porém necessitava de algum tempo para solucionar junto à cúria romana a destituição do senhor-bispo.

Foi o suficiente. Encorajados pelas palavras de Guido, os cidadãos invadiram a catedral de Santiago.<sup>262</sup> Pedro Marcio também se vale do termo *nefandum* na caracterização da atuação dos rebeldes, além de designá-los como impuros, profanadores, destruidores e invasores do templo de Deus.<sup>263</sup> Invasores? Sim. Os compostelanos não eram tratados e nem se percebiam como membros diletos da comunidade jacobea. A igreja dedicada ao apóstolo Tiago e suas tradições eram corrompidas por Diego Gelmírez; e Compostela transformada em um local que lhes era hostil e excludente (FORNEY, 2011).

Ao atacarem a catedral e promoverem destruições no seu interior, os cidadãos evidenciavam que esse fixo continuava inspirando-lhes sentimentos negativos. O edifício – centro e meta das peregrinações jacobeias - havia deixado de ser um lugar promotor de identidade e estabilidade para se tornar um local hostil e excludente, uma vez que públicos transitórios eram atraídos, acolhidos e privilegiados em detrimento da população e das formas de culto nativas. A aversão às políticas dirigidas por Diego II – que tinham como fundamento

---

romana comer y todos los amigos del arzobispo se preguntaban atónitos que presagiaban tantos y prolongados consejos” (HC, 1994, p. 578).

<sup>262</sup> A radicalização da segunda rebelião compostelana não ocorreu em razão de os cidadãos se verem furtados da anuência régia – como ocorrido na primeira rebelião. Ao contrário. Foi justamente o apoio do imperador que os encorajou a pegar em armas para atacar os fixos definidores de Compostela e o senhor-bispo.

<sup>263</sup> Como salientado no capítulo anterior, *nefandum* não é um simples adjetivo, mas uma categoria jurídica que qualifica algo tão horrível que seria melhor nem lhe dar nome (BOUCHERON, 2018).

a exaltação da sé de Compostela - permanecia sendo o motivo pelo qual a maior parte dos compostelanos se envolveu em uma nova rebelião.

O assédio e tomada da igreja de Santiago sinalizava a predisposição dos rebeldes em dominar o complexo catedral-palácio: símbolo do poder senhorial-episcopal. Por outras palavras, os insurgentes queriam ter o controle do fixo pelo qual Compostela era governada, anulando visualmente o poder de Gelmírez sobre a cidade. A confiança no sucesso da rebelião conferiu aos compostelanos a coragem necessária para avançarem na conquista do edifício: no dia 10 de agosto de 1136, conduzidos por Guillermo Seguín, eles assaltaram o palácio episcopal furtivamente (HC III, 47). Dom Diego, de acordo com o cronista, em parte pela idade e em parte por seu débil estado de saúde, estava dormindo depois de fazer sua refeição. Acordado às pressas por um cônego, custou a crer no que lhe era dito.

Guillermo Seguín – escreve Pedro Marcio:

[...] considerou que estando dormindo [Diego Gelmírez] poderia sufocá-lo com mais facilidade junto com outros malvados sem que ele percebesse, e como não havia na cidade quem resistisse à conjuração tramada, após reunir uma multidão de comilões, glutões e bêbados e grande parte dos cidadãos, com um grupo armado veio por meio da cidade acompanhado de todos os demais com dardos, paus, espadas e inumeráveis flechas e entrou na igreja ameaçando e atemorizando com palavras e gestos (HC, 1994, p. 579).<sup>264</sup>

Tal como Giraldo, Pedro Marcio recorre à estratégia retórica de desqualificação do “povo” comumente empregada por cronistas da Idade Média (BOUCHERON, 2018). Os compostelanos agem, segundo essa visão, movidos por vícios de diferentes tipos (inveja, gula, orgulho), denotando a sua incapacidade de gerir e/ou participar politicamente da comunidade que compunham. Aliás, ainda conforme essa perspectiva, eles eram criminosos da pior espécie, tanto porque profanavam a propriedade de Deus – a igreja de Santiago - ao penetrá-la armados,

---

<sup>264</sup> “[...] consideró que estando dormido podría ahogarlo más libremente junto con otros malvados sin que lo supiera, y como no había en la ciudad quien resistiera a ala conjuración tramada, tras reunir una multitud de epulones, glotones y borrachos y gran parte de ciudadanos, con un grupo armado vino por medio de la ciudad acompañados de todos los demás con dardos, palos, espadas e innumerables flechas y entró en la iglesia amenazando y atemorizando con palabras y ademanes” (HC, 1994, p. 579).

como porque atentavam contra a vida do senhor-bispo – homem ungido por Deus – sorrateiramente, visto que objetivavam matá-lo enquanto dormia (HC III, 47).

Ao adentrarem a catedral, os rebeldes teriam sido interrogados por alguns cônegos acerca do que pretendiam – o que é difícil de acreditar, pois estavam armados, exaltados e prestes a executar o arcebispo. Seja como for, a suposta conversa ofereceu a Pedro Marcio a oportunidade de afirmar “[...] que [os compostelanos] se congregaram para entrar à força na cúria do arcebispo e apedrejá-lo enquanto dormia e não conhecia sua desgraça, para esfaquear a seus partidários e arrasar completamente as suas casas” (HC, 1994, p. 579). O ânimo hostil, beligerante e violento dos compostelanos – ressaltados pelo cronista - contra Diego II e seus correligionários não é surpreendente, dado que esses eram os principais responsáveis pela construção do sistema espacial urbano que prejudicava e excluía aqueles.

Ao mesmo tempo em que um segundo cônego foi até Gelmírez avisá-lo do avanço dos rebeldes em direção aos seus aposentos, “as gentes armadas” – capitaneadas por Guillermo Seguí - golpeavam, empurravam e batiam na porta do palácio episcopal, derramando “rios de suor”, porém não conseguiram entrar (HC III, 47). Nesse momento, Pedro Marcio os compara a “leões famintos” por bramarem, rangerem seus dentes e desejarem o sangue de dom Diego e de seus partidários. Ao animalizá-los, o cronista objetiva censurar e condenar seus atos. Era como se dissesse: eles agem e se comportam como animais, portanto, carecem de natureza humana. Novamente se nota a retórica da animalização/desumanização desqualificadora dos movimentos revoltosos levados a cabo por cidadãos, no decorrer do período medieval.

Os rebeldes, ao perceberem que não iriam conseguir derrubar a porta inferior do palácio episcopal, dirigiram-se à catedral e romperam a machadadas e espadadas as portas superiores.<sup>265</sup> No deslocamento, Guillermo Seguí topou com um dos cônegos que se mantinha fiel a Diego

---

<sup>265</sup> A minuciosa descrição que Pedro Marcio faz do assédio ao palácio episcopal é um forte indício de que ele estava na companhia de Diego Gelmírez, isto é, de que foi testemunha ocular dos acontecimentos que narra (LOPEZ ALSINA, 1988).

Gelmírez. “O malvadíssimo urdidor do grande engano”, leia-se: o principal líder da rebelião, o “[...] agarrou de maneira indigna pelos cabelos e o golpeou na cabeça com sua espada, embora fosse clérigo ordenado” (HC, 1994, p. 579). Sinal grave de violência. Além de cravar a contestação à autoridade pública no seio da sociedade, Seguín golpeava um corpo eclesiástico – daí os adjetivos usados para caracterizá-lo sejam tão duros. Como argumentamos, não havia violência pior do que desmembrar patrimônios eclesiásticos e corpos de homens que agiam por intermédio de Deus e em Seu nome (RUST, 2018).

Na iminência de ter seu palácio assaltado, Diego II decidiu ouvir os cônegos que lhe acompanhavam. Um deles teria dito ao arcebispo que, se permanecesse em seu dormitório, sofreria “[...] a mais cruel classe de morte pelas mãos de assassinos e beberrões” (HC, 1994, p. 580). O conselho dado foi que fugisse ou que buscasse refúgio no altar de Santiago. Gelmírez preferiu a segunda opção. Apoiado em dois religiosos, em virtude de sua saúde debilitada, pôs-se a marchar até o altar. São nessas circunstâncias que a narrativa de Pedro Marcio atinge seu clímax. Segundo o autor:

E aqueles infames, convertidos em instrumentos e iscas do diabo, quando viram que o arcebispo marchava e fugia pela praça, todos de uma vez lançaram pedras desde cima e perseguiram ao venerável ancião até a entrada do altar de Santiago com muitas pedras e rochas. Com tanta crueldade e ferocidade voavam as pedras e as rochas desde as mãos dos criminosos atrás do glorioso prelado, que ao golpear as pedras do coro de Santiago e chocar se convertiam em areia; um desses malvados golpeou o religioso padre nas costas, e com este golpe caiu lastimosamente das mãos dos cônegos que o sustentavam. Porém, depois de levantá-lo rapidamente chorando, levaram o arcebispo até o venerável altar de Santiago onde está enterrado o corpo do Apóstolo, glorioso e admirado em todas as terras, e o colocando sob o baldaquino do altar fecharam firmemente as portas do altar. Ali, sitiado e fechado tinha medo, porém confiava com sagacidade na misericórdia de Deus, porque recordava aquela sentença de Agostinho que guardava no profundo de seu coração: o que o justo padece dos injustos, não é pena de crime, mas prova de virtude. Pois o bom é livre, mesmo que sirva. O mau é servo, mesmo que realize sempre sua vontade (HC, 1994, p. 580-581).<sup>266</sup>

---

<sup>266</sup> “Y aquellos infames, convertidos en instrumentos y yesca del diablo, cuando vieron que el arzobispo se marchaba y huía por la plaza, todos a una le arrojaron piedras desde arriba y persiguieron al venerable anciano hasta la entrada del altar de Santiago con muchas piedras y multitud de rocas. Con tanta crueldad y ferocidad volaban las piedras y las rocas desde las manos de los criminales detrás del glorioso prelado, que al golpear las piedras del coro de Santiago y chocar se convertían en arena; uno de estos malvados golpeó al religioso padre en

A cena descrita por Pedro Marcio guarda alguma semelhança com a ignomínia experimentada por Urraca ao sair da torre dos sinos no curso da sublevação armada de 1117.<sup>267</sup> Assim como a rainha, Diego Gelmírez foi atingido por uma pedra, caiu e chorou. O relato vívido dos acontecimentos busca sempre sensibilizar e mobilizar a opinião do leitor a fim de que tome como seu o partido que o cronista defende. No caso em tela, Pedro Marcio nos convida a sentir a dor do “venerável ancião” que, a despeito de ter trabalhado exaustivamente pela exaltação de sua sé, era alvejado com pedradas – no término de sua vida e mesmo estando doente - por cidadãos infiéis, ingratos e violentos, que se transformaram em iscas do diabo ao promoverem um movimento contestador que desfigurava a hierarquia instituída por Deus no mundo.

Ao conseguir chegar na catedral, Diego Gelmírez e seus acompanhantes se trancaram no altar, sob a proteção do baldaquino de ouro e prata que o arcebispo havia mandado construir, no seu quinto ano de episcopado, quando da reedificação do altar maior (HC I, 18).<sup>268</sup> A referência feita, por Pedro Marcio, ao corpo de São Tiago não é mais para insistir – como ocorreu no limiar dos séculos XI e XII - que ali jazia, mas para enaltecer que o apóstolo era admirado em todas as terras. Admirado, cultuado e visitado. Ademais, do próprio Gelmírez, os principais beneficiários da política de exaltação da sé de Compostela foram as populações transitórias: a catedral românica, como vimos, foi construída sobretudo para ampliar e melhor acolher o fluxo de visitantes do santuário.

Aproveitando-se do fato de que a câmara de Diego II estava desprotegida, parte dos rebeldes se foram a ela e – igual ao que ocorreu na primeira rebelião - roubaram ornamentos

---

la espalda, y con este golpe cayó lastimosamente de las manos de los canónigos que lo sostenían. Pero, después de levantarlo rápidamente llorando, llevaron al arzobispo hasta el venerable altar de Santiago donde está enterrado el cuerpo del Apóstol, glorioso y admirado en todas las tierras, y poniéndolo bajo el baldaquino del altar cerraron firmemente las puertas del altar. Allí, sitiado y encerrado tenía miedo, pero confiaba con sagacidad en la misericordia de Dios, porque recordaba aquella sentencia de Agustín que guardaba en lo profundo de su corazón: Lo que el justo padece de los injustos, no es pena de crimen, sino prueba de virtud. Pues el bueno es libre, aunque sirva. El malo es siervo, aunque realice siempre su voluntad” (HC, 1994, p. 580-581).

<sup>267</sup> Em 1117, Urraca foi ferida gravemente na bochecha por uma pedra. A responsável pelo arremesso teria sido uma velha compostelana (HC I, 114).

<sup>268</sup> Conforme apresentado no capítulo dois desta tese.

episcopais (HC III, 47). E há, novamente, um sentimento de gozo compartilhado entre eles ao capturarem símbolos do poder senhorial-episcopal (ASTARITA, 2011). Os insurgentes sentem-se verdadeiramente senhores da cidade ao invadir a catedral e o palácio de dom Diego, ao espoliá-lo, rompendo visualmente com o seu domínio. Concomitantemente, outro grupo de sublevados desceu até as portas de ferro do altar com o intuito de destruí-las. Sem sucesso. “Furiosos e rangendo os dentes”, eles retornaram à posição anterior “[...] para matar desde cima atirando pedras aos que desde abaixo não podiam matar” (HC, 1994, p. 581).

Seja na visão de Giraldo ou Pedro Marcio, a fúria, o ódio e a destruição eram consequências da audácia – “tentam coisas maiores que suas forças” - sentimento dos insolentes (que não respeitam a ordem pública) e conjurados (que agem contra a harmonia pública), dos que agem como cismáticos por quererem construir pela força, quer dizer, violentamente, uma realidade que lhes seja mais favorável (RUST, 2018). Como não conseguiram quebrar as travas das portas do altar, alguns rebeldes que permaneceram na parte inferior da catedral pediram a Gelmírez que se aproximasse das grades sob o pretexto de firmarem um pacto de paz.

Então o arcebispo depois de se aproximar da porta pela intervenção e pelo consentimento dos bons [cônegos que se mantinham fiéis a Gelmírez] que choravam já sua morte, falou com eles [cidadinos que simulavam concórdia] e lhes rogou com brandas e doces palavras que de algum modo mitigassem os ímpetus dos traidores e suas iras e obtivessem totalmente a concórdia de paz. Porém, enquanto o arcebispo lhes falava humildemente, alguns dos malvados quiseram matá-lo dolosamente com punhais e flechas entre as portas de ferro do altar. Ao se dar conta disso, o arcebispo rapidamente se retirou dali e quis se ocultar debaixo [do altar]. Vendo que ele se retirava, os malvados que estavam na parte superior na obra, lançaram pedras contra ele e golpearam uma orelha do venerável ancião. Ocorrido isso, [o arcebispo] buscou refúgio no altar e se ocultou entre os ornamentos desse e de sua ara, chorando, gemendo e lançando amargos suspiros (HC, 1994, p. 581).<sup>269</sup>

---

<sup>269</sup> “Entonces el arzobispo después de acercarse a la puerta por la intervención y con el consentimiento de los buenos que lloraban ya su muerte, habló con ellos y les rogó con blandas y dulces palabras que de algún modo mitigaran los ímpetus de los traidores y sus iras y obtuvieran totalmente la concordia de la paz. Pero mientras el arzobispo les hablaba humildemente, algunos de los malvados quisieron matarlo dolosamente con puñales y flechas entre las puertas de hierro del altar. Al darse cuenta de esto el arzobispo rápidamente se retiró de allí y quiso ocultarse debajo. Viéndole que se retiraba, los malvados que estaban en la parte superior en la obra, lanzaran piedras contra él y golpearon una oreja del venerando anciano. Ocurrido esto, buscó refugio en el altar y se ocultó entre los ornamentos de éste y de su ara, llorando, gimiendo y lanzando amargos suspiros” (HC, 1994, p. 581).

A forma como os cidadãos atuavam, para o autor, é reveladora da sua culpa e crime. Tratam-se de embusteiros, corrompedores da lei e da tradição personificada na autoridade senhorial-episcopal. Ao agirem de forma dissimulada contra o humilde e venerável arcebispo, os compostelanos incorriam em duplo erro: fraude e ânsia por matá-lo. A gravidade dos atos relatados era tamanha que Pedro Marcio intervém pela primeira vez em sua narrativa com a finalidade de condenar a “chuva de pedras” que caía de todos os lados, causando destruição. Os clérigos que acompanhavam Diego Gelmírez, como não tinham onde se esconder, expunham seus corpos a golpes e feridas apenas ocultando suas cabeças: em todas as partes estava presente a morte provocada por pedras e rochas (HC III, 47).

A chuva de pedras que caiu sobre o altar da catedral era um ataque dirigido a Diego II. Não devemos lê-la como uma investida ou insulto ao santo patrono, pois nada indica que os rebeldes tenham, por algum momento, deixado de lado sua fé em Deus e em São Tiago. Lembremo-nos de que a reedificação de 1105, conduzida pelo senhor-bispo, destruiu o antigo altar apostólico alterando por completo a sua arquitetura e gerando grande insatisfação entre os compostelanos (HC I, 18). O novo altar feito foi inspirado em centros de peregrinação ultrapirenaicos e adornado com um baldaquino (*ciborium*) semelhante ao da igreja de São Pedro, em Roma (ABOU-EL-HAJ, 1997). Nessa direção, as depredações promovidas pelos cidadãos na igreja de Santiago devem ser compreendidas como um desejo de assolar o fixo que, ao reproduzir o ritual da peregrinação e o poder gelmiriano, afastava-os e os excluía de sua própria cidade (FORNEY, 2011).<sup>270</sup>

Em meio aos estrondos provocados pelos golpes de pedra, alguns cidadãos e cônegos entraram na igreja de Santiago para impedir que aquela “impiedade” continuasse. Junto a eles

[...] mulheres casadas e viúvas choravam mui amargamente pela perseguição do egrégio pastor e se lamentavam de joelhos e golpeando duramente o peito rogavam a Deus que seu manso pastor, admirável protetor de órfãos e viúvas,

---

<sup>270</sup> Ao apedrejarem o altar, os ornamentos, o baldaquino e a ara, os rebeldes apedrejavam o altar, os ornamentos, o baldaquino e a ara de Gelmírez. Não entendiam aquela igreja como sua, mas do arcebispo e dos peregrinos.

fosse livrado das mãos dos que se levantavam contra ele e fosse conversado ileso de tão grandes ataques (HC, 1994, p. 582).<sup>271</sup>

Pedro Marcio, ao destacar que mulheres intercediam em prol do arcebispo, provavelmente tinha em mente versos dos salmos 68<sup>272</sup> e 146.<sup>273</sup> Em suas analogias, Diego Gelmírez é o pai dos órfãos, justiceiro das viúvas e protetor dos estrangeiros – impossível não associar tais passagens bíblicas à política gelmiriana voltada ao acolhimento de públicos transitórios. No entanto, assim como Deus, o prelado transtornava o caminho dos ímpios e expulsava os rebeldes para a terra seca, quer dizer, os afastava da comunhão com o Senhor e os bania do senhorio de Santiago. Mas ainda não era tempo e nem havia condições para represálias e punições. A intervenção de cidadãos, por ora, serviu somente para interromper os ataques daqueles que já estavam cansados de lançar pedras, mas alegres pela vitória alcançada à vista de todos (HC III, 48).

Assim que os rebeldes saíram da catedral e retornaram às suas casas, os cidadãos e cônegos que se mantiveram ao lado de dom Diego abriram as portas do altar e o levaram a sua cúria. Embora os ferimentos fossem graves, ele estava vivo. Deus o havia protegido e resguardado, não permitindo que percesse diante de assassinos e pecadores – louva Pedro Marcio (HC III, 48). O cronista aproveita a oportunidade para exaltar o arcebispo como um eleito de Deus. Ao escapar da morte iminente que, por outra vez, tocava-lhe a face – como no verão de 1117 - ficava claro que a misericórdia divina permanecia ao seu lado.

---

<sup>271</sup> “[...] mujeres casadas y las viudas lloraban muy amargamente por la persecución del egregio pastor y lamentándose de rodillas y golpeándose duramente el pecho rogaban a Dios que su manso pastor, admirable protector de huérfanos y de viudas, fuese librado de las manos de los que se habían levantado contra él y fuese conservado ileso de tan grandes ataques” (HC, 1994, p. 582).

<sup>272</sup> Salmo 68, 6-7: Pai dos órfãos, justiceiro das viúvas, tal é Deus em sua morada santa; Deus dá uma casa aos solitários, livra os cativos para a prosperidade, mas os rebeldes habitam na terra seca.

<sup>273</sup> Salmo 146, 9-9c: Iahweh protege o estrangeiro, sustenta o órfão e a viúva; Iahweh ama os justos, mas transtorna o caminho dos ímpios.

### 4.3 O CONCÍLIO DE BURGOS (1136)

Cerca de dois meses após o apedrejamento massivo sofrido na catedral, Diego Gelmírez se deslocou à cidade de Burgos, onde foi celebrado um concílio geral, em outubro de 1136. A viagem certamente não foi confortável: a idade avançada, a enfermidade e as dores no corpo eram dificuldades que se impunham ao percurso. Todavia, o desejo de I) recuperar seu poder sobre Compostela; II) notificar o imperador acerca dos ultrajes sofridos na igreja de Santiago; e III) reivindicar punição aos compostelanos que agiram contra sua vida, puseram Gelmírez em marcha.

No primeiro dia do concílio geral, presidido pelo cardeal-legado romano Guido, um dos cônegos que acompanhava Diego II pediu

[...] silêncio com a mão e apresentou querela<sup>274</sup> contra Guillermo e os outros assassinos lapidadores da igreja do santo Apóstolo, os quais haviam apedrejado junto ao corpo e o altar do glorioso Apóstolo ao arcebispo, ancião venerável, báculo dos clérigos e de muitos pobres, e haviam ferido a alguns cônegos e quebrado a ara do altar e parte do baldaquino (HC, 1994, p. 583).<sup>275</sup>

As acusações eram graves e intoleráveis, sobretudo sob a ótica dos clérigos reformadores romanos. Os rebeldes de Compostela haviam planejado e agido contra a vida de seu pastor, do responsável pela condução de uma parte do rebanho de Deus, um homem ungido e consagrado ao serviço divino. Ademais, os insurgentes promoveram destruições na casa de São Tiago, um dos discípulos do Cristo, espaço que fundamentalmente atuava em benefício dos que lhe rogavam. O altar do apóstolo foi despedaçado, atingido a golpes de pedradas. Tratavam-se, em suma, de atos de extrema violência porque foram dirigidos tanto a um corpo eclesiástico

---

<sup>274</sup> A palavra querela deve ser compreendida não como simples divergência de interesses ou discussão acalorada, mas como espécie de queixa-crime, denúncia na qual se expõe o fato criminoso com todas as suas circunstâncias.

<sup>275</sup> “[...] silencio con la mano y presentó querella contra Guillermo y los otros asesinos lapidadores de la iglesia del santo Apóstol, quienes habían apedreado junto al cuerpo y el altar del glorioso Apóstol al arzobispo, anciano venerable, báculo de los clérigos y de muchos pobres, y habían herido a algunos canónigos y roto el ara del altar y parte del baldaquino” (HC, 1994, p. 583).

quanto a um edifício sagrado, ambos sinais da presença de Deus no mundo e parte da Igreja (RUST, 2018).

O parecer dos senhores-bispos, abades, clérigos e aristocratas presentes na reunião conciliar foi uníssono: rogaram a Alfonso VII e a Guido que excomungassem Guillermo Seguín e seus correligionários, punindo-os de forma rigorosa e severa. Entretanto, o imperador nutria dúvidas quanto à decisão a ser tomada. Estava mais interessado na quantia oferecida pelos compostelanos - três mil marcas de prata pela deposição de Gelmírez - do que em fazer cumprir suas prerrogativas: “a vingança corporal”, conforme assinala o cronista (HC III, 49). A própria presença de Seguín no concílio atestava isso, além de indicar que havia pessoas sobranceiras que o protegiam (LÓPEZ FERREIRO, 1900).

O despojamento de Diego Gelmírez, contudo, não poderia ser realizado sem anuência papal. Alfonso VII aguardava o retorno de Bosón, enviado havia alguns meses a Roma, com mensagens que autorizassem a execução do plano. Quando Bosón chegou à cidade de Burgos, o segundo dia de concílio já havia finalizado, inclusive da mesma maneira que o anterior, isto é, com os conciliares pronunciando sentença de excomunhão aos rebeldes compostelanos. As cartas trazidas, as quais levavam o selo de Inocência II, não poderiam ser piores para os planos do imperador: o bispo romano solicitava que o arcebispo de Santiago fosse atendido humildemente, que tudo no concílio fosse disposto segundo sua opinião e que o monarca e o cardeal, sem nenhum pretexto, o ajudassem com conselho e auxílio (HC III, 49).

Pedro Marcio relata que

Depois que esse [Alfonso VII] e o cardeal [Guido], angustiados em seu coração e cheios de grande furor, leram as cartas a eles dirigidas [pelo abade de Cluny], chegou o citado Bosón que foi enviado pelo cardeal e pelo imperador havia tempo, com cartas [...]. Quando leram estas cartas [enviadas por Inocência II] diante do imperador e do cardeal, indignaram-se mui veementemente e se intranquilizaram em seu interior, porque os planos que inutilmente traçaram durante noite e dia ficavam frustrados e nunca

conseguiriam a imensa quantidade de dinheiro prometida pelos traidores (HC, 1994, p. 584-585).<sup>276</sup>

As cartas do abade de Cluny, seguidas pelas de Inocêncio II, são evidências das boas relações que Diego Gelmírez mantinha com importantes centros da cristandade. Embora fosse um ancião, não há nenhum indício de que o arcebispo tenha perdido suas faculdades mentais. Pelo contrário, continuava a se mover com desenvoltura nos três níveis (senhorio, reino e cristandade) em que a ação política, em seu tempo, desenrolava-se. Ao ver seu senhorio ameaçado, Gelmírez recorreu ao *regnum* – a instância devida - para se defender, mas sem deixar de buscar garantias e respaldos em Cluny e em Roma (PORTELA SILVA, 2016).<sup>277</sup>

Pedro Marcio esclarece que o papa Inocêncio II foi informado, antes da celebração do concílio de Burgos, sobre a sublevação armada ocorrida em Compostela no verão daquele ano. Um cidadão de Pisa que peregrinou a Santiago teria falado detalhadamente ao bispo romano “[...] sobre a conspiração tramada por alguns cidadãos [compostelanos] contra o arcebispo e a participação do imperador na destituição desse por uma grande quantidade de ouro e de prata” (HC, 1994, p. 587). O papa, por sua vez, teria contado ponto por ponto, aos cardeais e superiores da cúria romana, não sem grande sofrimento e dor, o que se passava na cidade do apóstolo Tiago. Esses teriam lhe dito aos prantos: “[...] até aqui a igreja romana sofreu inumeráveis adversidades e desgraças, e agora por último perdeu seu braço direito” (HC, 1994, p. 587).

Ao fazer tal exposição, por um lado, o cronista exalta Diego II, designando-o – por meio dos cardeais romanos - como braço direito da igreja de Roma e, por outro, exalta a figura do peregrino como alguém comprometido com a verdade e angustiado com os horrores cometidos

---

<sup>276</sup> “Después que éste y el cardenal, angustiados en su corazón y llenos de gran furor, leyeron las cartas a ellos dirigidas, llegó el citado Bosón que había sido enviado por el cardenal y por el emperador hacía tiempo, con cartas [...]. Cuando leyeron estas cartas delante del emperador y del cardenal, se indignaron muy vehementemente y se intranquilizaron en su interior, porque los planes que inútilmente habían trazado durante noche y día quedaban frustrados y nunca conseguirían la inmensa cantidad de dinero prometida por los traidores” (HC, 1994, p. 584-585).

<sup>277</sup> O abade de Cluny instava Alfonso VII e Guido a tratar dom Diego honrosamente. O borgonhês ainda ameaçou o cardeal-legado romano afirmando que, caso agisse de modo contrário, não lhe renderia a benevolência e o obséquio acostutados e reclamaria ao papa (HC III, 49).

pelos “perseguidores e lapidadores do altar de Santiago”. Os peregrinos eram, por excelência, o grupo favorecido pela política gelmiriana de exaltação da sé de Compostela e, ao longo de toda a HC, são retratados de forma muito positiva. Pedro Marcio, igualmente, indica que o papa só não excomungou Alfonso VII, quando soube da articulação para depor Diego Gelmírez, porque o momento não era propício – prosseguia o cisma na Igreja, iniciado após a morte de Honório II, em que Inocêncio II e Anacleto II se enfrentavam -, porém, quando chegasse a ocasião adequada, assim o faria (HC III, 49).<sup>278</sup>

Após tomar ciência de que não contaria com o apoio de Inocêncio II na deposição de dom Diego, Alfonso VII enviou legados até o arcebispo com o propósito de reestabelecer relações e firmar um acordo. Gelmírez os ouviu, mas não quis conversar: desejava falar pessoalmente com o imperador. Segundo o cronista:

Ao chegar esse [Diego Gelmírez], o imperador se levantou e o recebeu honestamente e depois de ordenar que todos saíssem, comunicou-lhe ponto por ponto tudo o que haviam dito dele e que haviam prometido três mil marcas de prata para que o privasse de seu senhorio e o relegasse perpetuamente ao exílio; porém que ele havia recusado fazer isso porque o havia outorgado muitos benefícios, o havia regenerado na fonte do batismo, o havia armado cavaleiro diante do altar do santíssimo Apóstolo e que, por último, graças a ele havia submetido ao seu domínio toda a Espanha (HC, 1994, p. 585).<sup>279</sup>

Na última parte da HC, destaca-se, pelo menos sete vezes, que Alfonso VII foi batizado, ungido rei, coroado e armado cavaleiro por Diego Gelmírez.<sup>280</sup> Lopez Alsina (1988) esclarece que esse é um traço característico da escrita do último autor da obra, Pedro Marcio. Mesmo que o escritor não faça alusão, na citação acima, a esses quatro acontecimentos na vida de Alfonso VII, o sentido e seus objetivos permanecem inalterados: enaltecer o virtuoso Diego II diante do

---

<sup>278</sup> O cisma teve fim em janeiro de 1138, com a morte de Anacleto II. Alfonso VII não chegou a ser excomungado.

<sup>279</sup> “Al llegar éste, levantándose el emperador lo recibió honestamente y después de hacer salir a todos, le comunicó punto por punto todo lo que le habían dicho de él y que le habían prometido tres mil marcas de plata para que o privara de su señorío y lo relegara perpetuamente al exilio; pero que él había rehusado hacerlo porque le había otorgado muchos beneficios, lo había regenerado en la fuente del bautismo, lo había armado delante del altar del santísimo Apóstol y que, por último, gracias a él había sometido a su dominio a toda España” (HC, 1994, p. 585).

<sup>280</sup> HC II, 85; HC II, 87; HC II, 90; HC II, 91; HC III, 24; HC III, 49; HC III, 53.

permissivo e ávido imperador Alfonso. Caso agisse contra o prelado, como estava disposto a fazê-lo, claramente se trataria de um ato de ingratidão e de infidelidade ao seu pai espiritual, da parte de um monarca afastado da graça divina, haja vista os benefícios que recebeu por meio das mãos sacerdotais de Diego II.

Pedro Marcio, diferentemente de Giraldo, não elabora diálogos no seu relato sobre a segunda rebelião. Contudo, há trechos – como na conversa franca que teria ocorrido entre Alfonso VII e Diego II - que se assemelham a uma conversação. Nessa passagem, o cronista expõe a razão que, ao seu ver, levou o imperador a ouvir os rebeldes compostelanos:

Porém posto que todos os días se apresentavam grandes guerras e exércitos que não podia sustentar sem um tesouro cheio de dinheiro, porque não havia possibilidade de aplacar aos soldados, suplicava por caridade ao arcebispo que lhe ajudasse de algum modo com um estipêndio anual (HC, 1994, p. 585).<sup>281</sup>

Não sabemos se as cem marcas de prata prometidas anualmente por Diego Gelmírez a Alfonso VII, no inverno de 1129-1130, foram suspensas em alguma ocasião (HC III, 12). Não obstante, a necessidade de pecúlio do imperador com vistas a financiar suas campanhas militares é apresentada outra vez como justificativa da nova exigência econômica feita à igreja de Santiago.<sup>282</sup> Gelmírez se comprometeu a pagar quarenta marcas de prata anuais em troca da confirmação – mediante privilégios escritos - das propriedades do senhorio episcopal compostelano, concedidas pelos avós do monarca. Com o acordo firmado e a concórdia restabelecida – “feitos um só coração e alma” -, o senhor-bispo retornou ao seu albergue (HC III, 49).

Ao chegar dom Diego e seus cónegos para o terceiro e último dia de concílio, Pedro Marcio afirma que os membros da assembleia conciliar bradaram aos rebeldes: “[...] eis aqui os

---

<sup>281</sup> “Pero puesto que todos los días se presentaban grandes guerras y ejércitos que no podía sostener sin un tesoro lleno de dinero, porque no había posibilidad de aplacar a los soldados, suplicaba por caridad al arzobispo que le ayudara de algún modo con un estipendio anual” (HC, 1994, p. 585).

<sup>282</sup> No ano de 1136, Alfonso VII esteve envolvido na defesa da fronteira oriental do reino, em razão dos ataques realizados pelo rei de Navarra (FLETCHER, 1993).

lobos que perseguem ao cordeiro, eis aqui os fariseus que crucificaram a Cristo, eis aqui os heréticos traidores que prometem regalos por seu pai” (HC, 1994, p. 586). Não há obscuridade no que se refere às analogias: os cônegos são chamados de lobos porque são traidores, enquanto Gelmírez é retratado como cordeiro porque é puro. A intertextualidade com as próprias palavras de Jesus, em uma de suas parábolas, também é possível de se notar “[...] Guardai-vos dos falsos profetas, que vem a vós disfarçados de ovelhas, mas por dentro são lobos ferozes”.<sup>283</sup>

Os falsos profetas, de acordo com a interpretação bíblica, são os doutores da mentira que seduzem o povo aparentando piedade, ao passo que, no íntimo, buscam satisfazer interesses próprios. Nesse sentido, os rebeldes compostelanos eram falsos profetas que, à semelhança dos fariseus, sinalizavam santidade e observância às leis divinas, porém, na realidade, estavam interessados em atingir seus objetivos – inclusive prometendo prodigiosas quantias de numerários ao rei Alfonso VII. Em virtude disso, os cidadãos – na interpretação do cronista – optavam pelo caminho largo e espaçoso que conduz à perdição,<sup>284</sup> logo estavam apartados do Senhor pois praticavam a iniquidade.<sup>285</sup>

Diante da assembleia exaltada que gritava contra os rebeldes, Diego Gelmírez teria agido de forma temporizadora – a temperança é uma das virtudes que os cronistas da HC mais destacam em seu comportamento. O arcebispo pediu aos que provocavam os “traidores” que não os insultassem, uma vez que esses poderiam corrigir suas ações, tomar o caminho reto e serem perdoados. De novo, era como se Pedro Marcio imputasse a Diego II as palavras proferidas por Jesus: “[...] quem dentre vós estiver sem pecado, seja o primeiro a lhe atirar uma pedra!”.<sup>286</sup> A cena construída serve para demonstrar sua magnanimidade, porque a força e a graça são como a cara e a coroa da mesma moeda (BOUCHERON, 2018). E Gelmírez optou, como na rebelião passada, pela graça. Perdoou os pecados cometidos pelos compostelanos com

---

<sup>283</sup> Mt. 7, 15.

<sup>284</sup> Mt. 7, 13.

<sup>285</sup> Mt. 7, 23.

<sup>286</sup> Jo. 8, 7.

a condição de que não pecassem mais,<sup>287</sup> quer dizer, de que não tentassem destitui-lo novamente do seu cargo e poder.

Diego II também manifestou sua bondade e largueza ao cardeal-legado Guido, concedendo-lhe trezentos áureos – de seu pecúlio pessoal - para ajudar nos custos do seu retorno a Roma e para que engrandecesse a sé compostelana (HC III, 49). Em outras palavras, o arcebispo buscava ampliar e fortalecer sua rede de solidariedade política na cúria pontifícia em favor da consecução de “algo maior” à sua igreja.<sup>288</sup> A narrativa acerca dos acontecimentos no concílio de Burgos é finalizada por Pedro Marcio, não sem grande regozijo, com os seguintes termos: “[...] transcorridas todas essas coisas, prostrados assim os inimigos e vencidos os que haviam levantado sua pata, o arcebispo regressou felizmente a sua sé com decoro e honra, com a humilhação de seus inimigos e com pompa e magnífica glória” (HC, 1994, p. 586).

Tratava-se, pois, de uma nova ressurreição. Embora idoso e doente, Diego Gelmírez sentiu grande satisfação ao notar o insucesso de seus inimigos em aniquilá-lo. Não se tratava de uma vitória qualquer: Gelmírez havia superado uma articulação em prol de seu despojamento que contou com a participação ativa do imperador Alfonso VII e de um cardeal romano. E mais: havia sobrevivido a um apedrejamento massivo no interior da catedral de Santiago que, por pouco, não lhe tirou a vida. Tinha motivos suficientes, ao menos por ora, para alegrar-se. Todavia, os anos seguintes não se mostraram fáceis: os compostelanos não desistiram de destituir dom Diego que, até o término de sua vida, teve de se defender das investidas dos inimigos.

---

<sup>287</sup> Jo. 8, 11.

<sup>288</sup> Como vimos no capítulo dois, a política de exaltação da sé de Compostela objetivava, entre outros, a consecução de dignidades eclesiásticas a igreja de Santiago. Após obter o título de metropolitano, em 1120, Diego Gelmírez ainda aspirava conquistar “algo maior” para sua sé e, embora a HC não nos revele o que seria, acreditamos que fosse a primazia das igrejas hispânicas.

#### 4.4 ALFONSO VII E DIEGO II: OS ANOS FINAIS

Os três anos que se seguiram à segunda rebelião compostelana coincidem com os últimos anos de vida de Diego Gelmírez. Não foram anos tranquilos: Alfonso VII, por um lado, permaneceu exigindo contribuições monetárias da igreja de Santiago e, por outro, continuou dispensando atenção aos compostelanos que desejavam a destituição do arcebispo. Os cidadãos apenas desistiram de suas articulações políticas quando notaram: I) que o imperador os utilizava como instrumento estratégico na tentativa de exigir maiores oferendas do prelado; e II) que o tempo de Gelmírez, em razão da idade avançada e do estado débil de saúde, estava prestes a se findar por vias naturais.

Cerca de um ano após a celebração do concílio geral de Burgos, no início do verão de 1137, Alfonso VII voltou a visitar a Galiza, motivado pela invasão da cidade de Tuy por seu primo Afonso Henriques. Esse se aproveitou dos enfrentamentos entre o imperador leonês e o rei García Ramírez de Navarra (1134-1150) para fazer incursões e tomar fortalezas na fronteira galega com Portugal. Ao tomar ciência desses acontecimentos, Alfonso VII determinou que os aristocratas do reino se preparassem para empreender guerra contra o infante português e se deslocou rapidamente de Zamora a Tuy. O monarca também enviou legados a Diego Gelmírez, exigindo sua participação na ofensiva que estava sendo preparada, ou seja, com seu exército e com a entrega de dois mil soldos para o custeio da campanha (HC III, 51).

No entanto, quando estava prestes a sair de Compostela para a guerra, dom Diego foi surpreendido com a chegada de legados régios que lhe informavam do acordo alcançado entre os primos. Alfonso VII optou por buscar um entendimento com Afonso Henriques e as pazes foram firmadas, ao menos, por ora.<sup>289</sup> Resolvida a questão, o imperador se dirigiu a Compostela

---

<sup>289</sup> Ainda que Afonso Henriques tenha se comprometido – por meio do acordo celebrado em Tuy - a não invadir a Galiza, os anos seguintes demonstraram o contrário. Em 1138 e 1140, Alfonso VII retornou à fronteira galega com Portugal para defender seus interesses contra as investidas e o avanço de seu primo sobre o território galego (RECUERO ASTRAY, 2003).

onde foi recebido “[...] com grande pompa, sumo gozo e alegria da alma [...]” (HC, 1994, p. 590). Difícil de acreditar nessas palavras do cronista. O monarca há pouco havia exigido do prelado nova contribuição monetária: o tesouro da igreja de Santiago era novamente molestado. De qualquer maneira, Gelmírez recebeu bem a todos que compunham o séquito real e, durante dozes dias, ao custo de cinco marcas de prata diárias – salienta o cronista -, ofereceu esplêndidas e delicadíssimas comidas (HC III, 51).

Alfonso VII procurou recompensar a ajuda econômica e a hospitalidade de Diego II. Ainda em sua estância em Compostela, o imperador recorreu à reunião capitular e prometeu diante de todos que não arrancaria da igreja do apóstolo Tiago o pecúlio acostumado. A repulsa a tais atos por parte do cronista é evidente:

Logo sem escrúpulo algum acrescentou isso, o qual não se deve cobrir com o silêncio, mas que se deve dizer na continuação para que permaneça para sempre como testemunho de sua promessa, que certamente em seus tempos se introduziu a nefanda e detestável prática que desonrou a igreja do gloriosíssimo Apóstolo, venerado em todas as partes, de que o arcebispo pagasse anualmente, em qualquer circunstância, dinheiro ao imperador (HC, 1994, p. 591).<sup>290</sup>

Usurpar dinheiro da sé apostólica não era apenas um costume inominável e detestável, mas um horrendo crime. Atacar o patrimônio eclesiástico era sinal de absoluta violência (RUST, 2018). Ao invés de exaltar, engrandecer e tratar com distinção a igreja do patrono de Hispânia, Alfonso VII a oprimia, a desonrava e a violava. O imperador se mostrou disposto a mudar, afirmando que nem ele e nenhum de seus descendentes voltaria a requerer pecúlio à igreja do bem-aventurado apóstolo e ofereceu, como prova disso, a devolução da terra de

---

<sup>290</sup> “Luego sin escrúpulo alguno, añadió esto, lo cual no se ha de cubrir con el silencio, sino que se ha de decir a continuación para que permanezca para siempre como testimonio de su promesa, que ciertamente en sus tiempos se había introducido la nefanda y detestable costumbre que había deshonrado la iglesia del gloriosísimo Apóstol, venerado en todas partes, de que el arzobispo pagara anualmente en cualquier circunstancia dinero al emperador” (HC, 1994, p. 591).

Montaos.<sup>291</sup> Ademais, pelo perdão de seus graves pecados, Alfonso VII prometeu a concessão de duzentos áureos por ano para as obras do claustro de Santiago (HC III, 52).

No entanto, suas boas intenções produziram desdobramentos. Como Alfonso VII, pelo menos de momento, comprometeu-se a não usurpar o tesouro da catedral de Santiago, sua carência de numerários necessitava ser satisfeita por outros caminhos. O imperador tentou pela via da vingança: quis despojar os rebeldes compostelanos de seus bens, dado que haviam atentado contra a vida de Gelmírez no altar do “gloriosíssimo e reverendíssimo apóstolo” (HC III, 53). Segundo Pedro Marcio:

Pois a alguns, embargadas suas casas e propriedades, os obrigou a ir ao exílio com seus filhos e a outros, os deixou vergonhosamente prisioneiros, despojados de suas possessões e de todos seus bens; permitiu que outros, que abundavam em ouro e prata, mendigassem de porta em porta, e de ricos e opulentos os fez pobres e necessitados e os afligiu com diversas penúrias. E mandou a todos os barões de seu império que aqueles que fugiram, quando fossem encontrados por eles, fossem castigados, sem possibilidade de serem redimidos por nenhum resgate, com qualquer classe de morte duríssima ou que capturados fossem enviados a ele (HC, 1994, p. 592).<sup>292</sup>

Os castigos impostos por Alfonso VII aos cidadãos não foram tão severos quanto a descrição do cronista faz parecer: desterro, confisco de bens e pena capital aos fugitivos. Caso fossem verdadeiramente duros, compostelanos não continuariam se articulando com o objetivo de depor Diego Gelmírez; e mesmo que se tratasse de outros cidadãos, o medo os faria desistir. Desafortunadamente, Pedro Marcio não oferece mais detalhes sobre os eventuais castigos, como a quantidade de exilados, seus nomes e se havia cônegos entre eles. O imperador, contudo, não se deu por satisfeito. Desejava punir a todo o restante da comunidade urbana sob a justificativa de que ela havia consentido na realização daquele crime ao não defenderem o

---

<sup>291</sup> A terra de Montaos estava situada entre o rio Tambre e o arcedianatos de Nendos, ao norte de Compostela.

<sup>292</sup> “Pues a algunos, embargadas sus casas y propiedades, los obligó a ir al exilio con sus hijos y a otros, los dejó vergonzosamente prisioneros, despojados de sus posesiones y de todos sus bienes; permitió que otros, que abundaban en oro y plata, mendigaran de puerta en puerta, y de ricos y opulentos los hizo pobres y menesterosos y los afligió con diversas penurias. Y mandó a todos los barones de su imperio que aquellos que se habían dado a fuga, en cuanto fueran encontrados por ellos, fueron castigados, sin posibilidad de ser redimidos por ningún rescate, con cualquier clase de muerte durísima o que capturados fueran enviados a él” (HC, 1994, p. 592).

senhor-bispo dos ataques. Aí reside, em nossa compreensão, a real pena: Alfonso exigiu dos cidadãos quantias exorbitantes de dinheiro, a ponto de dom Diego ter que intervir em favor dos compostelanos (HC III, 53).

Diego Gelmírez usa o argumento da irracionalidade: diz que os cidadãos eram homens rústicos e selvagens e que estavam privados de todo sentimento. Ao atribuir tais palavras ao arcebispo, Pedro Marcio procura obscurecer que Diego agia em função de seus interesses: as rendas episcopais, oriundas do mercado urbano, seriam prejudicadas, haja vista que tamanho déficit atingiria de forma negativa a atividade comercial desenvolvida em Compostela. Por fim, o imperador atendeu aos rogos do prelado e desistiu de sua exigência pecuniária. Oportunidade perfeita. O cronista se insere na narrativa a fim de sublinhar o temperamento comedido e o espírito misericordioso de Gelmírez, o qual, assim como o messias cristão, perdoava a seus inimigos, aos que agiam direta ou indiretamente contra sua vida (HC III, 53).<sup>293</sup>

Do mesmo modo que no desfecho da primeira rebelião, e no decorrer do concílio de Burgos (1136), Diego Gelmírez teria assumido uma posição piedosa em relação aos compostelanos – ao menos com relação àqueles que não tentaram lhe matar. Já Alfonso VII, à semelhança de sua mãe, a rainha Urraca, aspirava destruir a qualquer custo não só os sublevados, mas os que consentiram ou não atuaram efetivamente na proteção do arcebispo. Na verdade, como dissemos, o imperador queria essencialmente que os cidadãos lhe pagassem uma vultosa quantia, sob o pretexto de terem sido cúmplices do movimento revoltoso. Porém, graças à interferência do prelado, conforme enfatiza o cronista, o rei perdoou boa parte dos cidadãos, agindo contrário à sua vontade. Ao deixar Compostela, Alfonso reforçou as promessas feitas na sessão capitular (HC III, 53), isto é, de que não exigiria dinheiro da catedral de Santiago.

---

<sup>293</sup> As palavras de Pedro Marcio foram as seguintes: “O que direi em particular? Quanta misericórdia há no santo varão, pai venerado! Em tudo se mostrava a si mesmo como discípulo Daquele que na cruz pedia a Deus com estas palavras por seus assassinos: Pai, perdoa-os porque não sabem o que fazem” (HC, 1994, p. 592).

Mas o pacto feito em cabido durou pouco menos de dois anos. No final do ano de 1138, o imperador lesava, uma vez mais, o tesouro da igreja compostelana e voltava a dar ouvidos aos inimigos de Diego Gelmírez – aos mesmos laicos e clérigos que foram excomungados no concílio de Burgos. De acordo com Pedro Marcio, depois de chegar em terra de Campos, o rei Alfonso recebeu e escutou

[...] aos sacrílegos assassinos e à turba dos iníquos membros do Anticristo, os quais o legado da igreja romana condenou no sínodo e toda a reunião de arcebispos e de santos bispos e igualmente de abades e de todos os ortodoxos repudiou e feriu com a arma do anátema e o mesmo imperador expulsou com desonra do concílio. Ademais, o citado legado tornou público o edito segundo a sentença dos cânones, pelo qual sofreriam sentença de excomunhão não somente os que lhes dessem ósculo de paz, mas mesmo associação e ajuda ou os bispos ou prelados que se atrevessem a admiti-los a penitência, os que os admitissem e os que se associassem com eles (HC, 1994, p. 593).<sup>294</sup>

O cronista recorda que a sentença de excomunhão – expedida por Guido, cardeal-legado romano - estendia-se a todos que recebessem e/ou se associassem aos anatematizados no concílio de Burgos (1136) com o intuito de se queixar do comportamento de Alfonso VII. Pedro Marcio não quis que algo tão grave passasse despercebido e, de forma retórica, se questiona:

Quem seria tão audacioso a ponto de expulsar aos sangrentos traidores quando o próprio imperador os chamava a sua própria cúria e lhes oferecia conselho e ajuda a seu gosto e prestava ouvidos a cada dia sem interrupção aos murmuradores e detratores do gloriosíssimo arcebispo, do venerável ancião, quem o lavou com o batismo da santa regeneração, que foi seu padrinho na fonte sagrada, diante do altar do gloriosíssimo Apóstolo o armou honrosa e varonilmente com insignes armas e lhe ungiu como rei impondo a diadema em sua cabeça? (HC, 1994, p. 593).<sup>295</sup>

---

<sup>294</sup> “[...] a los sacrílegos asesinos y a la turba de los inicuos miembros del Anticristo, a quienes el legado de la iglesia romana había condenado en sínodo y toda la reunión de arzobispos y de santos obispos e igualmente de abades y de todos los ortodoxos había repudiado y había herido con el arma del anatema y del mismo el emperador había arrojado con deshonor del concilio. Además el citado legado había hecho público el edicto según la sentencia de los cánones, por el que sufrirían sentencia de excomunión no sólo los que les diesen ósculo de paz sino incluso asociación y ayuda o los obispo o prelados que se atrevieran a admitirlos a penitencia, los que los admitieran y los que se asociaran con ellos” (HC, 1994, p. 593).

<sup>295</sup> “¿Quién habría con tanta audacia que arrojase a los sangrientos traidores cuando el propio emperador los llamaba a su propia curia y les ofrecía consejo y ayuda a su gusto y prestaba oídos cada día sin interrupción a los murmuradores y detratores del gloriosísimo arzobispo, del venerable anciano, quien lo había lavado con el bautismo de la santa regeneración, que había sido su padrino en la sagrada fuente, delante del altar del gloriosísimo Apóstol lo había armado honrosa y varonilmente con insignes armas y le había ungido como rey imponiéndole la diadema en su cabeza?” (HC, 1994, p. 593).

Como advertimos em outras oportunidades, os cronistas mobilizavam adjetivos ou expressões extremamente depreciativas – sacrílegos assassinos, turba dos iníquos membros do Anticristo, sangrentos traidores - com a finalidade de sublinhar, por um lado, a gravidade dos atos praticados pelos rebeldes que, nesse caso, murmuravam no ouvido do imperador, oferecendo-lhe regalos pela deposição do arcebispo e, por outro, o flagrante erro que é membros do povo intentarem governar, pois desfiguravam a hierarquia instituída por Deus no mundo. Pedro Marcio, outrossim, condena a maneira permissiva como Alfonso VII se comportava – “[...] prestava ouvidos a cada sim sem interrupção aos murmuradores e detratores do gloriosíssimo arcebispo [...]” - e, sempre que está prestes a narrar algum feito do imperador que vai de encontro aos interesses de Diego II, faz menção aos acontecimentos centrais da vida do rei leonês nos quais o prelado teve papel destacado para ressaltar a ingratidão daquele, sua disposição à infidelidade e, portanto, o seu afastamento de Deus (HC, 1994, p. 593).<sup>296</sup>

Desta vez, como em outras, Alfonso VII estava propenso a aceitar a oferta de duas mil marcas de prata das mãos dos compostelanos. É preciso deixar claro que esta proposta, datada de finais de 1138, não deu origem a uma nova rebelião. Tratava-se de um conluio, de um acordo firmado entre laicos e clérigos que aspiravam contar com o apoio régio no despojamento de Diego Gelmírez de seu cargo. Por demonstrar interesse, Alfonso é comparado a Marco Licínio Crasso<sup>297</sup> que, segundo o cronista, “[...] ardia de amor pelo dinheiro [...]” e costumava arrebatar os prisioneiros e vender a justiça por ouro e prata (HC, 1994, p. 594). A alusão ao cônsul romano é puramente destinada a lançar luzes sobre o comportamento repreensível do monarca que arrebatarou bens de compostelanos que se insurgiram ao poder de Gelmírez e, doravante, os acolheu e acatou suas proposições em troca de riquezas.

---

<sup>296</sup> Como não havia distinção entre fé e fidelidade, ao romper um pacto ou um laço de fidelidade, afastava-se prontamente dos desígnios de Deus (BOUCHERON, 2018).

<sup>297</sup> Marco Licínio Crasso foi um dos membros do Primeiro Triunvirato junto com Cneo Pompeu Magno e Júlio Cesar, entre os anos de 60 e 53 a.E.C.

Alfonso VII, então, enviou um legado a Compostela com a seguinte ordem: as oferendas do altar e a arca de Santiago, usadas no financiamento das obras da catedral, não deviam ser tocadas, a não ser em sua presença. Ao receber a notícia, dom Diego

[...] simulou um rosto alegre, porém internamente – como sabemos por ele – uma grande nuvem de tristeza cobriu seu ânimo, não somente por parar a magnífica obra do bem-aventurado Apóstolo, como porque a multidão de romeiros e peregrinos que visitavam a tumba de São Tiago por essa razão deixariam de acudir e deixariam de vir com diversas esmolas e oferendas com as que ele mesmo e os cônegos, o mesmo que os pobres, as viúvas e os órfãos viviam aliviadamente e tinham comida e vestimentas para comum comodidade (HC, 1994, p. 594).<sup>298</sup>

Essa é mais uma passagem da HC na qual se manifesta a importância dos peregrinos e sua predileção nas ações de governo gelmirianas. Diego se preocupa com as receitas da catedral porque, sem elas, as obras do templo são paradas, assim como o ir e vir de fiéis e suas esmolas e ofertas, o que evidentemente prejudicava parte das rendas do episcopado compostelano oriundas das peregrinações e das atividades comerciais atreladas ao culto jacobeu.<sup>299</sup> Na sequência, Pedro Marcio esclarece que uma das razões que induzem Diego II a não ditar pena de excomunhão a Alfonso VII é o efeito negativo que isso provocaria nas peregrinações: os peregrinos e as diversas gentes estrangeiras deixariam de visitar Santiago (HC III, 53).<sup>300</sup>

Enquanto o arcebispo, reunido em cabido, notificava seus cônegos sobre o mandato do imperador que obstruía recursos eclesiásticos, outros legados chegavam com a informação de que Alfonso VII viria a Compostela. Os capitulares, provavelmente os que se mantiveram fiéis a Gelmírez, aconselharam-no que

---

<sup>298</sup> “[...] simuló un rostro alegre, pero interiormente – como supimos por él - una gran nuble de tristeza cubrió su ánimo, no sólo por parar la magnífica obra del bienaventurado Apóstol, sino porque la multitud de romeros y peregrinos que visitaban la tumba de Santiago por esta causa dejarían de acudir y dejarían de venir con diversas limosnas y ofrendas con las que él mismo y los canónigos, lo mismo que los pobres, las viudas y los huérfanos vivían desahogadamente y tenían comida y vestido para común comodidad” (HC, 1994, 594).

<sup>299</sup> Desde o início de seu longo episcopado, Diego II demonstrou afinco em continuar as obras de ampliação da catedral, em elevar o número de relíquias cultuadas em Compostela e em atrair populações transitórias que marchavam até o sepulcro de São Tiago, fosse por motivações religiosas, fosse para realizar negócios no principal centro comercial de Galiza.

<sup>300</sup> Em HC III, 54, Pedro Marcio volta a afirmar que um dos motivos para Diego Gelmírez não excomungar Alfonso VII são as peregrinações à Compostela.

[...] excomungasse rigorosamente o imperador, a seu senhorio e a sua cidade metropolitana e que sua igreja não tolerasse a cada dia tantas perseguições do imperador sem que o exigisse alguma justiça; que eles abandonariam todas as suas coisas e lhe seguiriam aonde quisesse ir, ou a Roma ou ao exílio, para obter justiça sobre este assunto, que exporiam suas vidas juntamente com ele e não lhe abandonariam inclusive na morte (HC, 1994, p. 596).<sup>301</sup>

Diego Gelmírez optou por não seguir tais conselhos e aguardar a chegada de Alfonso VII para lhe entregar a quantidade de dinheiro que seria exigida. Na verdade, ainda que Pedro Marcio não diga nada a respeito, é provável que o arcebispo tenha conversado com os legados do rei com o intuito de acordar um valor que o ajudasse em suas campanhas militares.<sup>302</sup> Isso explicaria a mudança de comportamento dos compostelanos – que articulavam junto ao imperador a deposição de dom Diego - não totalmente esclarecida pelo cronista.<sup>303</sup> Esses, ao desconfiarem que o monarca estava negociando com eles apenas para aumentar a oferenda do prelado, retornaram à presença régia e o rogaram que fizesse um novo acordo de paz com Gelmírez (HC III, 43).

Tratava-se de um caso de chantagem. Alfonso VII se aproveitava da ânsia de parte dos cidadãos pela destituição de Diego II para negociar com o prelado a sua permanência no cargo. Pressionava-o com a intenção de conseguir dinheiro e o ameaçava, com a perda de seu *honor*, caso não cedesse. Gelmírez, atendendo à demanda de Alfonso, pactuou com os legados que entregaria grande quantidade de dinheiro, a saber: quinhentas marcas de prata, para apaziguar “[...] as fauces do imperador, sempre sedentas de ouro e prata, para que esta igreja depois descansasse por algum tempo” (HC, 1994, p. 597). Ocasão oportuna: dom Diego, novamente, é associado ao Cristo, tal como Ele sabia o momento correto de se afastar, de agir conforme

---

<sup>301</sup> “[...] excomulgara rigurosamente el emperador, a su señorío y a su ciudad metropolitana y que su iglesia no tolerara cada día tantas persecuciones del emperador sin que lo exigiera justicia alguna; que ellos abandonarían todas sus cosas y que seguirían todos a donde quisiera ir él, o a Roma, o al exilio, para obtener justicia sobre este asunto, que expondrían sus vidas juntamente con él y no le abandonarían incluso en la muerte” (HC, 1994, p. 596).

<sup>302</sup> Pedro Marcio salienta, nessa altura, a necessidade de numerários de Alfonso VII para atender “[...] as necessidades de seus soldados e para adquirir o domínio de seu reino” (HC, 1994, p. 596).

<sup>303</sup> Pedro Marcio afirma que tinham medo de perder seus cargos e riquezas (HC III, 43). Tal receio é fruto do que ocorreu no ano anterior, 1137, quando compostelanos tiveram seus bens arrancados por Alfonso VII sob a justificativa de que haviam atuado contra a vida de Diego Gelmírez.

demandavam as circunstâncias a fim de não perecer.<sup>304</sup> Já Alfonso, tal como os judeus, estava pronto para lapidar,<sup>305</sup> ou melhor, perseguir o patrimônio da igreja compostelana.

Em troca do dinheiro prometido, Diego Gelmírez solicitou ao imperador que cuidasse, em todas as partes, da exaltação da igreja de Santiago e da dignidade da sua pessoa, aniquilando energicamente seus inimigos (HC III, 45). Ao ser atendido em sua demanda por pecúlio, Alfonso VII

[...] se alegrou muito mais do que pode se dizer e contentíssimo no corpo e na alma prometeu que confirmaria perpetuamente um indissolúvel vínculo de amor com ele [Diego Gelmírez], sua igreja e sua cidade e por mais que estivesse afastado dele pelo tempo e distância, no entanto, nunca se afastaria dele no amor de sua mente fosse pelos adutores, fosse pelos semeadores de discórdia (HC, 1994, p. 597).<sup>306</sup>

Os compostelanos insurgentes, nos capítulos finais da HC que tratam da derradeira tentativa de deposição de Diego Gelmírez, são chamados de fraudulentos, fofoqueiros, adutores e semeadores da discórdia por concederem conselhos nefastos ao imperador. Tem-se a evidência novamente do lugar-comum, nos relatos cronísticos medievais que tratam de sublevações, de afirmar que o rei agiu de forma errada porque mal aconselhado (BOUCHERON, 2018).<sup>307</sup> Alfonso VII, agradecido pelas marcas de prata prometidas, enviou sua última missiva a Gelmírez se comprometendo a cuidar dele e de suas possessões, além de combater e castigar seus inimigos (HC III, 56). O monarca também direcionou uma carta à comunidade urbana de Compostela, incitando-os a se manterem firmes na fidelidade devida ao arcebispo, do contrário receberiam penas duríssimas (HC III, 56).

---

<sup>304</sup> Jo. 8, 59.

<sup>305</sup> Jo. 8, 59.

<sup>306</sup> “[...] se alegró mucho más de lo que puede decirse y contentísimo en el cuerpo y en el alma prometió que había de confirmar perpetuamente un indisoluble vinculo de amor hacia él, su iglesia y su ciudad y aunque estuviese apartado de él por el tiempo y la distancia, sin embargo nunca se apartaría de él en el amor de su mente ni por los adutores ni por los sembradores de discordia” (HC, 1994, p. 597).

<sup>307</sup> Por conselhos nefastos, leia-se: articulações que visam destituir Diego Gelmírez de seu cargo de senhor-bispo. Ao proporem isso, os compostelanos insurgentes são qualificados, por Pedro Marcio, como adutores – característica dos gananciosos e audaciosos, daqueles que tentam coisas maiores do que podem.

Dom Diego faleceu contestado, porém, em seu cargo. A interrupção brusca da narrativa da HC nos impede de saber a causa de sua morte – provavelmente natural, haja vista sua idade e seu estado de saúde debilitado - e de ter um retrato dos últimos acontecimentos de seu longo episcopado. A última notícia que temos do arcebispo data de 29 de junho de 1139, quando assina um documento. No dia 26 de junho de 1140, a sé de Santiago já estava vacante; portanto, a sua morte ocorreu em algum momento desse intervalo de um ano. Acreditamos que o fato de os últimos capítulos da HC estarem perdidos, atualmente, deva-se, como advoga Lopez Alsina (1988, p. 84), “[...] mais a uma mutilação mal intencionada, do que a um simples azar de conservação do manuscrito”. Se levarmos em conta que Pedro Marcio escreve seu *registrum* durante o episcopado de Pedro Elias, arcebispo de Santiago entre 1143 e 1149, deveremos suspeitar que, ao sucessor de Gelmírez, os conteúdos finais o desagradaram e o comprometeram até o ponto de terem que ser destruídos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As rebeliões ocorridas em Santiago de Compostela, na primeira metade do século XII, são evidências das tensões, adversidades e oposições que marcaram o exercício do poder senhorial-episcopal de Diego II no coração do seu senhorio. Outrossim, esses eventos demonstram a capacidade de mobilização e organização da comunidade política compostelana ao realizar – em um intervalo de vinte anos - duas sublevações que tinham como objetivo central a reforma do sistema espacial urbano que a excluía. Não se tratava apenas de despojar Diego Gelmírez de seu cargo, porém, de romper com a política de exaltação da sé de Compostela que significava, entre outros pontos, a atração de públicos transitórios, a construção de fixos e transformações litúrgico-eclesiásticas. Aos cidadãos, esse conjunto de medidas capitaneadas por Gelmírez não era destinado ao engrandecimento do apóstolo Tiago e da comunidade urbana, mas voltado à sua própria glória.

A única fonte textual existente para o estudo das rebeliões compostelanas é a *Historia Compostelana* (HC) – base desta tese. A obra foi, no seu conjunto de textos narrativos, escrita a várias mãos, às quais recorreremos na busca por responder aos questionamentos levantados. Escrita por cônegos da catedral de Santiago, ao longo da primeira metade do século XII, a HC foi fruto, em alguma medida, do processo de urbanização verificado em Compostela. Como apresentado no capítulo inicial desta tese, a origem e o desenvolvimento da cidade estiveram, inexoravelmente, ligados à invenção do encontro do sepulcro de São Tiago, no século IX. As peregrinações e as atividades associadas ao culto jacobeu, ao serem estimuladas pelos reis astur-leoneses e preladados de Iria-Compostela, nos séculos seguintes, transformaram Santiago de Compostela no maior e mais destacado centro urbano de Galiza, no decorrer da Idade Média Central.

Diego Gelmírez, senhor-bispo de Santiago entre os anos de 1101 e 1140, foi especial incentivador das peregrinações ao santuário galego. Conforme analisado no capítulo 2, Gelmírez continuou e avançou com a política de exaltação da sé de Compostela – iniciada sob o episcopado de Diego Peláez (1071-1088) -, acarretando a exclusão socioespacial de boa parte dos cidadãos e o assolamento de tradições jacobeias. A construção da catedral românica e do novo palácio episcopal, ao integrarem muitos fluxos materiais e imateriais, e de variadas distâncias, geraram transformações sociais, econômicas e religiosas no sistema espacial compostelano que, em última instância, causaram as rebeliões do século XII. A participação de diferentes segmentos da sociedade compostelana nos movimentos reforça a tese de que havia uma forte e disseminada resistência ao projeto gelmiriano.

Foi a partir do trabalho precursor de Luis Vázquez de Parga que as insurreições compostelanas do século XII alcançaram maior visibilidade e se tornaram objeto de estudo de pesquisadores, sobretudo hispanofalantes, interessados na história social e política da Península Ibérica medieval. A primeira perspectiva historiográfica a se constituir buscou, no campo político-econômico, a sustentação de suas interpretações, reforçando o paradigma explicativo da HC. Em outras palavras, ao afirmarem que os compostelanos foram movidos pelo desejo de autogoverno e de controle do mercado urbano, os autores endossaram indiretamente a imagem propagandeada pelos cronistas de que as sublevações foram investidas pessoais contra o senhor-bispo.

Tanto Giraldo quanto Pedro Marcio, cronistas da HC, não explicitam as causas das rebeliões que narraram. Tratam-nas como ações injustificadas de cidadãos, cônegos e laicos, que eram próximos ao prelado e favorecidos por ele – portanto, atos irracionais e repletos de ingratidão. No entanto, os cronistas deixam transparecer, ao relatarem os atos dos rebeldes, que não lhes agradava a forma familiar (nepotista) e opressora com que dom Diego exercia a sua jurisdição. Nesse sentido, os historiadores que seguiram a perspectiva político-econômica,

invariavelmente, corroboraram na compreensão das sublevações compostelanas como ataques perpetrados contra Diego II, ao seu favoritismo e estilo autoritário de governo que retinha para o episcopado a maior parte dos recursos econômicos oriundos da cidade e das Terras de Santiago.

Não discordamos que fazia parte do horizonte de expectativas dos sublevados a direção de Compostela e do seu mercado. Todavia, o fim último perseguido era a reforma do espaço urbano excludente. A diferença não é sutil. A cidade havia deixado de ser um lugar promotor de identidade e estabilidade aos seus habitantes para se transformar em um local indiferente e hostil, voltado à recepção de gentes e costumes estrangeiros. Os fixos e fluxos, instalados ou que atravessavam Compostela entre os séculos XI e XII, ao transformá-la em um dos três mais importantes centros de peregrinação da cristandade, subtraíram-na de sua população, frustraram os esforços dos nativos por ganhar a vida e assolaram tradições. Costumes e monumentos autóctones ligados ao culto jacobeu foram destruídos ou remodelados levando em consideração referenciais litúrgico-eclesiásticos franco-romanos.

As rebeliões compostelanas do século XII não devem ser lidas, então, como simples agressões pessoais, engendradas pelo ódio dos cidadãos à maneira familiar com que Diego Gelmírez governava e à pressão senhorial que exercia sobre as rendas urbanas, incluindo as da catedral. Contudo, a ação política dos compostelanos e a forma como atuaram nos conflitos armados – com destaque para as destruições promovidas no complexo catedral-palácio - são reveladores da profunda insatisfação que nutriam pelo sistema espacial – soma indissociável entre sistemas de objetos e sistemas de ações - constituído em Compostela, de modo a reforçar o poder senhorial-episcopal e a favorecer o ritual da peregrinação. Quando atacavam e danificavam o complexo catedral-palácio, os compostelanos o faziam com o intuito de dismantelar o ponto central de sua exclusão.

Em vista disso, sem desconsiderar o valor explicativo da perspectiva historiográfica político-econômica, defendemos – junto a H. Salvador Martínez e James Christopher Forney - a validade de apreendermos os movimentos urbanos desde o viés sociorreligioso. Não prescindimos de analisar os aspectos políticos e econômicos que estiveram presentes nas insurreições, pois, como verificamos, o turbulento contexto no qual estava inserida a coroa de Leão, durante os reinados de Urraca I e Alfonso VII, foi fator determinante na eclosão dos levantes. Seja pela rebeldia de aristocratas galegos, seja pela carência de recursos pecuniários, os reis foram personagens fundamentais durante os processos sublevadores.

Não fosse o apoio conferido por Urraca I aos rebeldes compostelanos, ao longo da primeira fase da rebelião, de 1116-1117, dificilmente ela teria estourado. Ao consentir em ser alçada abadessa da sublevação, a rainha visava atingir Diego Gelmírez no centro do seu senhorio, dado que isso inviabilizaria a aspiração do prelado (e do conde de Traba, Pedro Fróilaz) de subtrair o reino de Galiza da coroa de Leão. Por seu turno, Alfonso VII foi conivente com aqueles que desejavam despojar dom Diego de suas funções senhoriais-episcopais em razão de sua debilidade econômica, fartamente sinalizada pelo último autor da HC. O imperador leonês necessitava de pecúlio a fim de fomentar suas frentes de batalha em diferentes zonas do *regnum* e, para lográ-lo, não poupou esforços, negociando na cúria pontifícia a destituição do arcebispo de Santiago, para receber a quantia prometida pelos compostelanos.

Nessa direção, devemos reconhecer que, nas rebeliões compostelanas do século XII, houve a participação decisiva de agentes das três esferas – cristandade, reino e senhorio - nas quais a ação política, naquele contexto, se desenvolvia; principalmente no segundo movimento, com a atuação de Guido, cardeal-legado romano, em favor dos interesses régios. Por fim, devemos entender a cidade – nesse caso, Santiago de Compostela - como elemento constitutivo e integrante da sociedade senhorial. Os núcleos urbanos ibéricos, ao longo da Idade Média Central, não eram “mundos à parte”, onde as pessoas viviam sob outro tipo de lógica que não

fosse a do chamado sistema senhorial. Foram os grupos proeminentes de Compostela – tanto laicos quanto clérigos, constituídos como um grupo político novo, os burgueses, na transição do século XI para o XII - que aspiravam, por meio da direção da urbe, reformar o sistema espacial excludente.

Salientamos, finalizando esta tese, que nossas escolhas teórico-conceituais e metodológicas foram feitas tendo em vista as rebeliões compostelanas da primeira metade do século XII. Nesse sentido, não tivemos a pretensão de construir um modelo explicativo para as rebeliões que ocorreram, no mesmo período, em outras partes da Península Ibérica.

## REFERÊNCIAS

### Fontes medievais impressas

*CRÓNICAS ANÓNIMAS DE SAHAGÚN*. Edición crítica, notas e índices por Antonio Ubieto Arteta. Saragoza: Anubar, 1987.

*DIPLOMATARIO DE LA REINA URRACA DE CASTILLA Y LEÓN (1109-1126)*. Edición y índices por Cristina Monterde Albiac. Zaragoza: Anubar, 1996.

*HISTORIA COMPOSTELANA*. Introducción, traducción, notas y índices de Emma Falque. Madrid: Akal, 1994.

*HISTORIA COMPOSTELANA*. In: *CORPVS CHRISTIANORVM, CONTINUATIO MEDIEVALIS, LXX*. Edición Emma Falque Rey. Turnholti: Tipographi Brepols Editores Pontificii Turnholti: Tipographi Brepols, 1988.

Liber Sancti Iacobi ‘Codex Calixtinus’. MORALEJO et. Al. (Org.). Reedição X. Carro Otero. Pontevedra: Xunta de Galicia, 1992.

### Edição bíblica consultada

*A Bíblia de Jerusalém*. Tradução das introduções e notas de La Sainte Bible. São Paulo: Paulus, 1985.

### Bibliografia

ABOU-EL-HAJ, Barbara. Santiago de Compostela in the time of Diego Gelmírez. *Gesta*, v. 36, n. 2, 1997, p. 165-179.

ABREU, Jean Luiz Neves. Sociedade urbana e conflitos sociais na Idade Média. *Revista Humanidades*, v. 5, n. 11, 2004.

ALFONSO ANTÓN, María Isabel. Lenguaje y prácticas de negociar en la resolución de conflictos en la sociedad castellano-leonesa medieval. *Negociar en la Edad Media: actas del coloquio celebrado en Barcelona los días 14, 15 y 16 de octubre de 2004*, 2005, p. 45-64.

ALMEIDA, Néri de Barros. A Idade Média entre o “poder público” e a “centralização política”. Itinerários de uma construção historiográfica. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 26, n. 43, 2010, p. 49-70.

ALVARO, Bruno Gonçalves. *As veredas da negociação: uma análise comparativa das relações entre os senhorios de Santiago de Compostela e Sigüenza com a monarquia castelhano-leonesa na primeira metade do século XII* / Bruno Gonçalves Alvaro. – 2013.

\_\_\_\_\_. Disputas de poder, memória e territorialidades senhoriais: os cartulários medievais em debate. *Ponta de Lança*, São Cristóvão, v. 10, n. 18, 2016, p. 27-49.

\_\_\_\_\_. Um estudo comparativo do poder senhorial-episcopal em Castela e Leão no século XII. *Rev. hist. comp.*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, 2017, p. 41-76.

AMBONI, Vanderlei. As Comunas na Idade Média (século XII): lutas de classes e ontologia da burguesia medieval. *Anais do V Congresso Internacional de História*. Maringá UEM, p. 2238-2348.

ANDRADE CERNADAS, José Miguel. ¿Viajeros o peregrinos? Algunas notas críticas sobre la peregrinación a Santiago en la Edad Media. *Miniús*, n. 22, 2014, p. 11-31.

ANDRÉS LASO, Rebeca. El matrimonio de Urraca I de León-Castilla con Alfonso I de Aragón y Pamplona. La carta de arras premonitoria del fracaso conyugal. *Intus-legere*, n.1, 2008, p. 25-42.

ANGUITA JAÉN, José María. Peregrinatio: la conformación de un concepto, la transformación de una realidad (s. XI). In: MARTÍNEZ-MORÁS, Santiago López; MELÉNDEZ CABO, Marina; PÉREZ BARCALA, Gerardo. *Identidad europea e intercambios culturales en el Camino de Santiago (siglos XI-XV)*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2013, p. 151-168.

ARMAS CASTRO, Xosé Ángel. El afianzamiento de la realidad urbana después del año mil. In: PORTELA SILVA, Ermelindo (coord). *Historia da cidade de Santiago de Compostela*. Santiago de Compostela: USC, 2003, p. 81-125.

ASTARITA, Carlos. Anticlericalismo y herejía: el problema conceptual. *Actas y Comunicaciones del Instituto de Historia Antigua y Medieval*, v. 6, n. 1, 2010, p. 1-9.

\_\_\_\_\_. Concejos, comunas y comunidades. In: ASTARITA, Carlos. *La Edad Media: recorridos historiográficos*. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2015, p. 59-92.

\_\_\_\_\_. Conflictos sociales, status y dimensión simbólica durante la Edad Media. *Cuadernos de historia de España*, Buenos Aires, n. 85, 2011, p. 67-84.

\_\_\_\_\_. Luchas burguesas en el siglo XII. Realidades y proyecciones históricas. *Anales de historia antigua, medieval y moderna*, n. 44, 2012, p. 341-367.

AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. *Sacerdocio y Reyno en la España Altomedieval*. Iglesia y poder político en el Occidente peninsular, siglos VII – XII. Madri: Sílex, 2008.

BARREIRO RIVAS, José Luís. *La función política de los Caminos de Peregrinación en la Europa Medieval*. / José Luís Barreiro Rivas. – 1994, 644 p. (Tese de doutorado).

BARREIRO SOMOZA, José. A tensión dialéctica entre burguesía e señores feudales nas primeiras formacións burguesas de Compostela: 1050-1150. In: BARROS, Carlos; VILAS NOGUEIRA, J. *Dende Galicia, Marx: homenaxe a Marx no 1º centenario da sua morte*. Castro: A Corunha, 1985, p. 219-242.

BARRERO SOMOZA, Jose. *El Señorío de la Iglesia de Santiago de Compostela (Siglos IX-XIII)*. La Coruña: Imprenta Provincial, 1987.

BARROS, José D'Assunção. Fixos e fluxos: revisitando um par conceitual. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, v. 29, n. 2, p. 493-504, 2020.

\_\_\_\_\_. *História, Espaço, Geografia: diálogos interdisciplinares*. Petrópolis: Vozes, 2017.

\_\_\_\_\_. História Política: o estudo historiográfico do poder, dos micropoderes, do discurso e do imaginário político. *Educere et Educare*, v. 4, n. 7, 2009, p. 147-162.

- BARTON, Simone. Reliquias de Santiago y la Virgen en Reading. In: RUCQUOI, Adeline et al. (Coord.). *María y Iacobus en los caminos jacobeos*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 2017, p. 343-358.
- BIGGS, Anselm Gordon. *Diego Xelmírez*. Santiago de Compostela: Xerais, 1983.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOESCH GAJANO, Sofia. Santidade. In: LE GOFF, Jacques; SCHIMITT, Jean-Claude (Org.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: Unesp, 2017, p. 504-521.
- BRANCO, Maria João Violante. Prelazia e poder real. Entre a concórdia e o conflito: os casos de D. Hugo e D. Martinho Rodrigues do Porto. In: AMARAL, Carlos Luís (Org.). *Um poder entre poderes: nos 900 anos da restauração da Diocese do Porto e da construção do Cabido Portucalense*. Porto: Centro de Estudos de História Religiosa, 2013, p. 275-304.
- BOUCHERON, Patrick. *Como se revoltar?*. São Paulo: Editora 34, 2018.
- BURGOA FERNÁNDEZ, Juan José. La Armada gallega de Diego Gelmírez. *Compostellanum*, v. 58, n. 3-4, 2013, p. 499-541.
- BURKE, Peter. *A revolução francesa da historiografia: a escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: Unesp, 1991.
- CÂNDIDO DA SILVA, Marcelo. *História Medieval*. São Paulo: Contexto, 2020.
- \_\_\_\_\_. Uma história do roubo na Idade Média. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARLOS AMARAL, Luís. As sedes de Braga e Compostela e a restauração da metrópole galaica. In: LÓPEZ ALSINA, Fernando et al. (Coord.). *O século de Xelmírez*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2013, p. 17-44.
- CARMEN PALLARES, María del; PÉREZ, Francisco Javier; GONZÁLEZ, Marta; VAQUERO, Beatriz: La Tierra de Santiago, espacio de poder (siglos XII y XIII). *Ciencias Sociales e Humanidades*, n. 4, 1992, p. 133-174.
- CARMEN PALLARES, María del; PORTELA SILVA, Ermelindo. De Gelmírez a los irmandiños: conflictos sociales en la ciudad de Santiago. In: ESTEPA DÍEZ, Carlos; MARTÍNEZ SOPENA, Pascual; PÉREZ-ALFARO, Cristina Jular (Coords.). *El camino de Santiago: estudios sobre peregrinación y sociedad*. Madri: Fundación de Investigaciones Marxistas, 2000, p. 107-132.
- \_\_\_\_\_. La idea de frontera en la Historia Compostelana. In: *Actas II Congreso Histórico de Guimarães*, v. 2, 1996, p. 61-80.
- \_\_\_\_\_. Entre Toledo y Oviedo. Los efectos de la conquista árabe em Galicia. *Santiago-Al-Andalus. Diálogos artísticos para un milenio*, Santiago de Compostela, 1997, p. 39-60.
- \_\_\_\_\_. La idea de frontera en la Historia Compostelana. In: *Actas 2º Congreso Histórico de Guimarães*, v. 2, 1996, p. 61-80.
- \_\_\_\_\_. *La reina Urraca*. San Sebastián: Nerea, 2006.

\_\_\_\_\_. La reina Urraca y el obispo Gelmírez. Nabot contra Jezabel. In: FONSECA, Luis Adão da et al. (Coord.). *Os reinos ibéricos na Idade Média*. Porto: Universidade do Porto, 2003, p. 957-962.

\_\_\_\_\_. Revueltas compostelanas del siglo XII: un episodio en el nacimiento de la sociedad feudal. In: VILLARES PAZ, Ramón (ed.). *La ciudad y el mundo urbano en la historia de Galicia*. Santiago de Compostela: Tórculo, 1988, p. 89-105.

\_\_\_\_\_. Revueltas feudales en el camino de Santiago: Compostela y Sahagún. In: PEÑA SOLAR, Juan I. Ruiz de la (ed.). *Las peregrinaciones a Santiago de Compostela y San Salvador de Oviedo en la Edad Media*. Oviedo: Principado de Asturias, 1993, p. 313-333.

\_\_\_\_\_. Reyes, obispos y burgueses. In: PORTELA SILVA, Ermelindo (coord). *Historia da cidade de Santiago de Compostela*. Santiago de Compostela: USC, 2003, p. 127-172.

CARRASCO MANCHADO, Ana Isabel. La invención de la política en el siglo XII: reflexiones y propuestas desde una perspectiva conceptual. *Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval*, n. 19, 2015-2016, p. 41-65.

CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel Antonio. La galleguidad de Gelmírez. Reflexiones sobre un prelado excepcional, gran patrono de las artes. In: EIRÉ LÓPEZ, Afonso (Coord.). *Gallegos Universales: influencia de Galicia en el mundo*. A Coruña: Hércules, 2016, p. 46-93.

COELHO, Maria Filomena. Revisitando o problema da centralização do poder na Idade Média portuguesa. Reflexões historiográficas. In: NEMI, Ana; ALMEIDA, Néri de Barros; PINHEIRO, Rossana (orgs.). *A construção da narrativa histórica: séculos XIX e XX*. Campinas: Unicamp, 2014, p. 39-62.

CÓRDOBA DE LA LLAVE, Ricardo. Los caminos de la exclusión en la sociedad medieval: pecado, delito y represión. In: LÓPEZ OJEDA, Esther (Coord.). *Los caminos de la exclusión en la sociedad medieval: pecado, delito y represión*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2012, p. 13-50.

DEVIA, Cecilia. La violencia. In: ASTARITA, Carlos. *La Edad Media: recorridos historiográficos*. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2015, p. 39-58.

DHONDT, J. Les "Solidarités" médiévales. Une société en transition: la Flandre en 1127-1128. In: *Annales*, n. 4, 1957. p. 529-560.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ESCALONA MONGE, Julio. Misericordia regia, es decir, negociemos: Alfonso VII y los Lara en la "Chronica Adefonsi imperatoris". In: ALFONSO ANTÓN, María Isabel et al. (Coord.). *Lucha política: condena y legitimación en la España medieval*. Lyon: Ens, 2004, p. 101-152.

ESTEFÂNIO, Abel. Proposta de aclaração do 'pacto sucessório' à luz de novos dados. *Medievalista*, n. 16, 2014, p. 1-33.

ESTEPA DÍEZ, Carlos. Sobre las revueltas burguesas en el siglo XII en el Reino de León. *Archivos leoneses: revista de estudios y documentación de los Reinos Hispano-Occidentales*. Leão, n. 55-56, 1974, 291-307.

FANDIÑO FUENTES, Rafael. La “translatio” de los Santos Mártires de Braga a Compostela: reflexiones sobre el capítulo I, 15 de la “Historia Compostelana”. *Cuadernos de Estudios Gallegos*, v. 64, 2017, p. 119-140.

FALQUE REY, Emma. El manuscrito de la Historia Compostelana de la Biblioteca Capitular y Colombina de Sevilla. *Habis*, n. 17, p. 195-200, 1986.

\_\_\_\_\_. Fondo y forma de la Historia "Compostelana". *Cuadernos de literatura griega y latina*, n. 1, 1997, p. 155-166.

\_\_\_\_\_. La biblioteca de arzobispo Gelmírez. In: CELESTINO ANGULO, Sonsoles (org.). *De libros y bibliotecas: homenaje a Rocío Caracuel*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1995, p. 123-128.

\_\_\_\_\_. La Historia Compostelana en el panorama de la historiografía latina medieval. In: LÓPEZ ALSINA, Fernando et al. (Coord.). *O século de Xelmírez*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2013, p. 459-486.

\_\_\_\_\_. Las peregrinaciones a Santiago en la Historia Compostelana. *Compostellanum*, v. 43, n. 1-4, 1998, p. 588-592.

\_\_\_\_\_. Los autores de la Historia Compostelana. *Habis*, n. 15, 1984, p. 157-172.

\_\_\_\_\_. Los discursos de la Historia Compostelana. In: FERRERES, Lambert. *Treballs en honor de Virgilio Bejarano: actes del IXè Simposi de la Secció Catalana de la SEEC*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1992, p. 389-394.

\_\_\_\_\_. Peregrinos y peregrinación a Compostela y Jerusalén en el s. XII a la luz de la Historia Compostelana. In: BELTRÁN CEBOLLADA, José Antonio et al. (Coord.). *Otium cum dignitate: estudios en homenaje al profesor José Javier Iso Echegoyen*. Saragoça: Universidad de Saragoça, 2013, p. 417-726.

FELDMAN, Sergio Alberto. A dimensão do saber em Isidoro de Sevilha. In: *Notandum*. São Paulo/ Porto, n. 21, 2009, p. 13-21.

\_\_\_\_\_. Isidoro de Sevilha: um projeto educacional numa era de transição. In: *Resumos da XXIV Reunião Anual da SBPH*, Curitiba, 2004, p. 359-364.

FERNÁNDEZ CONDE, Francisco; MARÍA MÍNGUEZ, José; PORTELA SILVA, Ermelindo. *El reino de Hispania (siglos VIII-XII)*. Teoría y prácticas del poder. Madrid: Akal, 2019.

FERNÁNDEZ CONDE, Francisco. Los obispos ovetenses y la consolidación del feudalismo en las Asturias medieval. In: LÓPEZ ALSINA, Fernando (Coord.). *El papado, la iglesia leonesa y la basílica de Santiago a finales del siglo XI: el traslado de la sede episcopal de Iria a Compostela en 1095*. Santiago de Compostela: Consorcio de Santiago, 1999, p. 129-156.

FERREIRA, Maria do Rosario. Urraca e Teresa: o paradigma perdido. *Guarecer online*, 2010, p. 1-14.

FLETCHER, Richard. A. *A vida e o tempo de Diego Xelmírez*. Vigo: Galaxia, 1993.

FORNEY, Christopher James. Spaces of exclusion in twelfth-century Santiago de Compostela. *Comitatus*, v. 42, 2011, p. 55-88.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GAMBRA GUTIÉRREZ, Andrés. El imperio medieval hispánico y la *Chronica Adefonsi Imperatoris*. *e-Spania*, n. 15, 2013.

GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel. Elementos de definición de los espacios de poder en la Edad Media. *Los espacios de poder en la España medieval*, XII Semana de Estudios Medievales, Nájera, 2001.

GARCIA, Charles. "Et ut pacem et concordiam inter eos reformaremus": pacto y consenso en el enterno del monasterio de Sahagún (siglos XI-XIII). In: NIETO SORIA, José Manuel; VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar. *Pacto y consenso en la cultura política peninsular*: (siglos XI al XV). Madri: Sílex, 2013, p. 263-282.

GARCIA DE VALDEAVELLANO, Luis. *Sobre los burgos y los burgueses de la España Medieval*: notas para la historia de los orígenes de la burguesía. Madri: Diana, 1960.

GAUVARD, Claude. Violência. In: LE GOFF, Jacques; SCHIMITT, Jean-Claude (Org.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: Unesp, 2017, p. 676-686.

GEARY, Patrick J. *Furta Sacra*. Thefts of Relics in the Central Middle Ages. Princeton: Princeton University, 1978.

GONZÁLEZ VÁZQUEZ, Marta. Lugar de culto y centro de cultura. In: PORTELA SILVA, Ermelindo (Coord). *Historia da cidade de Santiago de Compostela*. Santiago de Compostela: USC, 2003, p. 173-221.

GORDO MOLINA, Ángel. Alfonso I y Alfonso VII: del condado al reino de Portugal. Jurisdicción, pacto y fronteras en el contexto del imperio leonés. *Estudios de historia de España*, n. 13, 2011, p. 73-83.

\_\_\_\_\_. Alfonso VII y Diego II Gelmírez. *Iacobus*, n. 29-30, 2011, p. 49-74.

\_\_\_\_\_. Diego II Gelmírez y la *praeparatio* de Alfonso Raimúndez: el ayo y su regio ahijado según la Historia Compostellana. *Fundación*, n. 10, 2010-2011, p. 28-34.

\_\_\_\_\_. La iglesia leonesa y castellana en el reino de Alfonso VII: Las relaciones con los centros de poder eclesiásticos peninsulares: Compostela y Toledo. *Atenea*, n. 513, 2016, p. 155-168.

\_\_\_\_\_. Relaciones de la monarquía del reino de León con la reforma espiritual. Cluny, Fernando I y Alfonso VI. *Tiempo y Espacio*, n. 14, 2004, p. 71-80.

\_\_\_\_\_. "vos me teneatis ad honorem sicuti bonus vir debet tenere suam bonam uxorem". Urraca I de León y Castilla (1109-1126) y Alfonso I de Aragón y Pamplona (1104-1134): Pacto matrimonial, violencia, abandono y legitimidad de reina heredera y propietaria. *Intus-legere*, n. 1, 2017, p. 5-20.

\_\_\_\_\_. Urraca I de León y Teresa de Portugal: las relaciones de fronteras y el ejercicio de la potestad femenina en la primera mitad del siglo XII. Jurisdicción, imperium y linaje. *Intus-legere*, v. 2, n. 1, 2008, p. 9-23.

\_\_\_\_\_. Urraca I, "praeparatio", revueltas y diplomacia: Labores de una reina en el contexto sociopolítico del reino de León en la primera mitad del siglo XII. *Studi medievali*, n. 1, 2013, p. 177-231.

GORDO MOLINA, Ángel G; JIMÉNEZ ACUÑA, Cristián I. Trasfondo de las revueltas burguesas en la villa de Sahagún a la luz de las Crónicas Anónimas en los reinados de Alfonso VI y Urraca I. *Intus-legere*, n. 1, v. 5, 2011, p. 21-38.

GORDO MOLINA, Ángel G; MELO CARRASCO. El mito que hace historia. Urraca I de León (1081-1126) en la historia compostellana (c. 1107- 1149). *Historia 396*, v. 8, n. 2, 2018, p. 91-118.

GURR, T. R. *Manual do conflito político*. Brasília: UnB, 1985.

HERBERS, Klaus. El papado en el tiempo de Gelmírez. Constancia y variación. In: LÓPEZ ALSINA, Fernando et al. (Coord.). *O século de Xelmírez*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2013, p. 75-92.

HINOJOSA Y NAVEROS, Eduardo. *El origen del régimen municipal en León y Castilla*. Madri, 1896.

ISLA FREZ, Amancio. La construcción de la monarquía en León, siglos X y XI: historias y leyes. In: MARTÍNEZ SOPENA, Pascual; RODRÍGUES, Ana (Orgs.). *La construcción medieval de la memoria regia*. València: Universitat de València, 2011, p. 33-44.

JESI, Furio. *Spartakus. Simbologia da Revolta*. São Paulo: n-1, 2018.

KANTOROWICZ, Ernst H. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais da Idade Média*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2021.

\_\_\_\_\_. *Una larga Edad Media*. Barcelona: Paidós, 2008.

\_\_\_\_\_. *Por amor às cidades*. São Paulo: Unesp, 1998.

LEYSER, Karl. Frederick Barbarossa, Henry II and the hand of St. James. *English Historical Review*, n. 90, 1975, p. 481-506.

LOPEZ ALSINA, Fernando. *La ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*. Santiago de Compostela: USC, 1988.

LÓPEZ FERREIRO, Antonio. *Fueros municipales de Santiago y de su tierra*. Santiago de Compostela: Imprenta y Enc. del Seminario Conciliar Central, 1895.

\_\_\_\_\_. *Historia de la Santa Apostólica y Metropolitana Iglesia de Santiago de Compostela*. Santiago de Compostela: Imprenta y Enc. del Seminario Conciliar Central, 1900.

LÓPEZ-MAYÁN, Mercedes. Origen y desarrollo de Santiago en época medieval: del locus sancti iacobi a la ciudad de Compostela. In: CASTRO DÍAZ, Beatriz; LÓPEZ-MAYÁN, Mercedes (orgs.). *Historia de Santiago de Compostela*. A Corunha: Vía Láctea, 2011, p. 39-126.

LÓPEZ TEIXEIRA, Xosé Antonio. *Rex et regina: Urraca, Alfonso Raimúndez e a monarquía galega*. A Corunha: Toxosoutos, 2013.

MARÍA LACARRA, José. Espiritualidad del culto y de la peregrinación a Santiago antes de la primera cruzada. In: *Pellegrinaggi e culto dei santi in Europa fino alla Iª Crociata*, 1963, p. 113-144.

- MARTÍNEZ LLORENTE, Félix. El régimen jurídico de la vecindad medieval y las novedades del *ius commune*. In: *Las sociedades urbanas en la España medieval* (XXIX Semana de Estudios Medievales. Estella, 15 a 19 de julio de 2002) - Pamplona (2003), p. 51-80.
- MARTÍNEZ SOPENA, Pascual. El despliegue urbano en los reinos de León y Castilla durante el siglo XII. *III Semana de Estudios Medievales*: Nájera 3 al 7 de agosto de 1992, p. 27-42.
- \_\_\_\_\_. La aristocracia hispánica. Castilla y León (siglos X-XIII). *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre*, n. 2, 2008.
- \_\_\_\_\_. La sociedad local y el monasterio de Sahagún, a través de la Primera Crónica Anónima y la documentación de la época. *e-Spania*, n. 19, 2014. Disponible em: <http://journals.openedition.org/e-spania/23867>. Acceso em: 02/06/2021.
- MÍNGUEZ FERNÁNDEZ, José María. Las hermandades generales de los concejos en la corona de Castilla: (objetivos, estructura interna y contradicciones en sus manifestaciones iniciales). In: *Concejos y ciudades en la Edad Media hispánica*. Ávila: Fundación Sánchez-Albornoz, 1990, p. 537-567.
- MITRE FERNÁNDEZ, Emilio. Iglesia, herejía y vida política en la Europa medieval. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2007.
- MONTENEGRO, Julia. El cambio de rito en los reinos de León e Castilla según las crónicas. In: MARTÍNEZ SOPENA, Pascual; RODRIGUES, Ana (Orgs.). *La construcción medieval de la memoria regia*. Valencia: Universitat de València, 2011. p. 71-86.
- MONTENEGRO, Julia. La alianza de Alfonso VI con Cluny y la abolición del rito mozárabe en los reinos de León y Castilla: una nueva valoración. *Iacobvs*, n. 25-26, 2009, p. 47-62.
- MORSEL, Joseph. *La aristocracia medieval*. El dominio social en Occidente (siglos V-XV). Valencia: PUV, 2008.
- MURGUÍA, Manuel. *Don Diego Gelmírez*. A Corunha: Carré, 1898.
- NOGUEIRA, Carlos Roberto F. A reconquista ibérica: a construção de uma ideologia. *Historia, Instituciones, Documentos*, n. 28, 2001, p. 277- 295.
- NOVOA PORTELA, Feliciano; RUIZ DE TOLEDO, F. Javier Villalba. *España medieval*. El origen de las ciudades. Barcelona: Lunwerg, 2012.
- OPPO, Anna. Partidos Políticos. In: BOBBIO, Norberto et al. (Coord.). *Dicionário de política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998, p. 898-905.
- ORCÁSTEGUI GROS, Carmen; SARASA SANCHEZ, Esteban. *La Historia en la Edad Media*. Madrid: Cátedra, 1991.
- PASCUA ECHEGARAY, Esther. Urraca imaginada: representaciones de una reina medieval. *Arenal*, v. 21, n. 1, 2014, p. 121-152.
- PASTOR DE TOGNERI, Reyna. *Conflictos sociales y estancamiento económico en la España medieval*. Barcelona: Ariel, 1973.

PÉREZ, Mariel. Conflictos entre laicos y eclesiásticos, poder y relaciones sociales en el Reino de León. Revisión crítica de un modelo. *Sociedades Precapitalistas*, v. 5, n. 2, 2016.

\_\_\_\_\_. Rebelles, infieles, traditores. Insumisión política y poder aristocrático en el Reino de León. *Historia. Instituciones. Documentos*, n. 38, 2011, p. 361-382.

\_\_\_\_\_. Las donaciones piadosas y el modelo del don. In: ASTARITA, Carlos. *La Edad Media: recorridos historiográficos*. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2015, p. 13-38.

PÉREZ VILLAMIL, Manuel. El señorío temporal de los obispos de España en la Edad Media. *Boletín de la Real Academia de la Historia*, Madrid, t. 68, 1916, p. 361-390.

PORTELA SILVA, Ermelindo. Diego Gelmírez (1065-1140): El báculo y la ballesta. Madrid: Marcial Pons, 2016.

\_\_\_\_\_. Diego Gelmírez y el trono de Hispania. La coronación real del año 1111. In: LÓPEZ ALSINA, Fernando et al. (Coord.). *O século de Xelmírez*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2013, p. 45-74.

\_\_\_\_\_. Diego Gelmírez. Los anos de preparación (1065-1100). *Studia Historica: Historia Medieval*, n. 25, 2007, p. 121-141.

\_\_\_\_\_. La piedad impía: sobre el uso político del culto a las reliquias. In: GUARDADO, Carlos da Silva. *O Imaginário Medieval*. Lisboa: Colibri, 2014, p. 101-107.

PORTO, Thiago de Azevedo. Domingo de Silos e a trasladação de São Vicente e suas irmãs: uma análise sobre o papel do corpo e das relíquias no culto aos santos. In: FRAZÃO DA SILVA, Andréia Cristina Lopes. *Hagiografia e História: reflexões sobre a Igreja e o fenômeno da santidade na Idade Média Central*. Rio de Janeiro: HP Comunicação, 2008, p. 267-276.

QUIÑONES DE LEÓN, Margarita Cecilia Torres Sevilla. Relaciones fronterizas entre Portugal y León en tiempos de Alfonso VII: el ejemplo de la casa de Traba. *Revista da Faculdade de Letras*, n. 15, v. 1, 1998, p. 301-312.

RAMOS Y LOSCERTALES, José María. La sucesión del Rey Alfonso VI. *Anuario de historia del derecho español*, n. 13, 1941, p. 36-99.

REAL, Manuel Luis. O projecto da catedral de Braga, nos finais do século XI, e as origens do românico português. In: IX Centenário da dedicação da Sé de Braga. *Actas do Congresso Internacional*, v. 1, Braga, Universidade Católica Portuguesa e Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, p. 435-489.

RECUERO ASTRAY, Manuel. *Alfonso VII (1126-1157)*. Burgos: La Olmeda, 2003.

REILLY, Bernard F. The Historia Compostelana: the genesis and composition of a twelfth-century Spanish gesta. *Speculum*, v. 44, n. 1, 1969, p. 78-85.

\_\_\_\_\_. *The kingdom of León-Castilla under queen Urraca, 1109-1126*. Princeton: Princeton University, 1982.

REIS, António Matos. Diogo Gelmires e as terras sob a jurisdição da igreja de Santiago de Compostela entre os rios Minho e Ave. *Cepese*, Porto, v. 18, 2010, p. 179-195.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros. Os pobres na Idade Média: de minoria funcional a excluídos do paraíso. *Revista Ciências Humanas*, Taubaté, v. 1, n. 1, 2009.

- RIBEIRO, Daniel Valle. *Igreja e Estado na Idade Média*. Belo Horizonte: Lê, 1995.
- RÍOS SALOMA, Martín F. *La reconquista: una construcción historiográfica (siglos XVI-XIX)*. Madri: Marcial Pons, 2011.
- RODRIGUES DOS SANTOS, Paulo. A concepção de poder em Michel Foucault. *Especiaria*, v. 16, n. 28, 2016, p. 261-280.
- RODRÍGUEZ DE LA PEÑA, Manuel Alejandro. Ideología política y crónicas monásticas la concepción cluniacense de la realeza en la España del siglo XII. *Anuario de estudios medievales*, n. 30, 2000, p. 681-734.
- RUBIO SADIA, Juan Pablo. El cambio de rito en Castilla: su iter historiográfico en los siglos XII y XIII. *Hispania Sacra*, v. 58, 2006, p. 9-35.
- RUCQUOI, Adeline. Adversus Elipandum. El reino de Oviedo y el culto a Santiago. *Ad Limina*, v. 8, n. 8, 2017, p. 19-39.
- \_\_\_\_\_. Cluny, el Camino Francés y la Reforma Gregoriana. *Medievalismo*, n. 20, 2010, p. 97-122.
- \_\_\_\_\_. Diego Gelmírez: un archevêque de Compostelle "pro-fançais"? *Ad limina*, n. 2, 2011, p. 157-176.
- \_\_\_\_\_. O caminho de Santiago: a criação de um itinerário. In: *Signum*, v. 9, 2007, p. 95-120.
- \_\_\_\_\_. Santiago de Compostela y Europa: ¿intercambios? ¿identidad?. In: MARTÍNEZ-MORÁS, Santiago López; MELÉNDEZ CABO, Marina; PÉREZ BARCALA, Gerardo. *Identidad europea e intercambios culturales en el Camino de Santiago (siglos XI-XV)*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2013, p. 27-50.
- \_\_\_\_\_. Trece siglos por los caminos de Santiago. *Revista Chilena de Estudios Medievales*, n. 4, 2013, p. 94.
- RUI, Adailson José. A elaboração da História na Idade Média: o exemplo de Alfonso X, o Sábio. In: BONI, Luiz Alberto de (Org.). *A Ciência e a Organização dos Saberes na Idade Média*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p. 211-217.
- \_\_\_\_\_. O culto a São Tiago e a legitimação da Reconquista Espanhola. *Historia Revista*, Goiânia, v. 17, n. 2, 2012, p. 105-120.
- RUI, Adailson José; VIÇOSE, Jordano. Diego Gelmírez. In: SOUZA, Guilherme Queiroz de; NASCIMENTO, Renata Cristina de Souza (Org.). *Dicionário: cem fragmentos biográficos. A Idade Média em trajetórias*. Goiânia: Tempestiva, 2020, p. 239-244.
- RUIZ GÓMEZ, Francisco. El camino de Santiago: circulación de hombres, mercancías e ideas. In: IGLESIA DUARTE, José Ignacio de la (Coord.). *IV Semana de Estudios medievales*, Nájera, 1994, p. 167-188.
- RUST, Leandro Duarte. *Bispos guerreiros: violência e fé antes das cruzadas*. Petrópolis: Vozes, 2018.
- \_\_\_\_\_. *Colunas de São Pedro: a política papal na Idade Média Central*. São Paulo: Annablume, 2011.
- SILGADO DURÁN, Felipe. Rebeliones en Galicia: la convulsión social en la Historia Compostelana. *Roda da fortuna*, v. 4, n. 1, 2015, p. 115-139.

SALVADOR MARTÍNEZ, H. *La rebelión de los burgos: crisis de estado y coyuntura social*. Madri: Tecnos, 1992.

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio. Ante la Historia Compostelana. In: SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio. *Espanoles ante la historia*. Buenos Aires: Losada, 1977, p. 67-98.

SÁNCHEZ SÁNCHEZ, Xosé Manuel. Aproximación al concejo de la ciudad de Santiago de Compostela y su configuración en la Edad Media. Un poder urbano en el señorío eclesiástico. *Espacio, tiempo y forma*, n. 32, 2019, p. 413-448.

\_\_\_\_\_. La proyección política de Alfonso VII: un análisis comparativo de la Chronica Adefonsi Imperatoris y la Historia Compostelana. *Revista de Historia*, n. 4, 2001, 143-155.

SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1979.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal: estado, pátria e nação (1080-1145)*. Lisboa: Verbo, 2001.

SHARPE, Jim. A História Vista de Baixo. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história*. São Paulo: Unesp, 1992, p. 39-62.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. A reforma gregoriana e o bispado de Santiago de Compostela segundo a Historia Compostelana. *Anuario brasileiro de estudios hispánicos*, n. 10, 2000, p. 217-232.

\_\_\_\_\_. Reflexões metodológicas sobre a análise do discurso em perspectiva histórica: paternidade, maternidade, santidade e gênero. *Cronos: Revista de História*, Pedro Leopoldo, n. 6, p. 194-223, 2002.

\_\_\_\_\_. *Reflexões sobre a hagiografia ibérica medieval: um estudo comparado do Liber Sancti Iacobi e das Vidas de Santos de Gonzalo de Berceo*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

\_\_\_\_\_. Uma proposta de leitura histórica de fontes textuais em pesquisas qualitativas. *Revista Signum*, v. 16, n. 1, p. 131-153, 2015.

SOUTO CABO, José António. Liber registri Didaci secundi. Sobre a tradição manuscrita medieval da História Compostelana. *Madrygal*, n. 21, 2018, p. 239-271.

SUÁREZ OTERO, José. Del Locus Sancti Iacobi al Burgo de Compostela. In: PORTELA SILVA, Ermelindo (Coord). *Historia da cidade de Santiago de Compostela*. Santiago de Compostela: USC, 2003, p. 49-77.

VALDEÓN BARUQUE, Julio. Gremios y oficios en la estructura urbana de la ciudad medieval. In: CIUDAD RUIZ, Andrés et al. (Coord.). *Reconstruyendo la ciudad maya: el urbanismo en las sociedades antiguas*. Madri: Sociedad Española de Estudios Mayas, 2001, p. 483-490.

\_\_\_\_\_. La valoración histórica de la Edad Media: entre el mito y la realidad. In: IGLESIA DUARTE, José Ignacio de la; LUIS MARTÍN, José. *Memoria, mito y realidad en la historia medieval: XIII Semana de Estudios Medievales*, Nájera, 2003, p. 311-329.

VÁZQUEZ DE PARGA, Luis. La revolución comunal de Compostela en los años 1116 y 1117. *Anuario de historia del derecho español*, Madri, n. 16, 1945, p. 685-703.

VÁZQUEZ DE PARGA, Luis; MARÍA LACARRA, José; URÍA RÍU, Juan. *Las peregrinaciones a Santiago de Compostela*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1948.

VIÇOSE, Jordano. *Latinização litúrgica e Peregrinações: a ascensão eclesiástica da Igreja de Santiago de Compostela no decorrer do século XII / Jordano Viçose*. – Alfenas/MG, 2016.

\_\_\_\_\_. A ascensão da igreja de Santiago de Compostela em tempos de Diego Gelmírez (1101-1140). In: FELDMAN, Sérgio Alberto; GATT, Pablo. *Lugares de poder e de conflito no contexto tardo antigo e medieval*. Vitória: Milfontes, 2022, p. 217-233.

VIDOTE, Adriana; RUI, Adailson José. Caminhos físicos, imaginários e símbolos: o culto a são Tiago e a peregrinação à Compostela na Idade Média. *Projeto de História revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S. I.], v. 42, 2011.

VILA-BOTANES, Suso. La frontera del Miño: origen y conflictividad. In: MARTOR QUESADA; SÁNCHEZ BUENO, MARISA. *Fronteras en discusión la Península Ibérica en el siglo XII*. Madrid: Asociación Cultural Al-Mudayna, 2012, p. 75-100.

\_\_\_\_\_. La articulación de la sociedad urbana. In: *Las sociedades urbanas en la España medieval XXIX Semana de Estudios Medievales*. Estella, 15 a 19 de julio de 2002, Pamplona, 2003, p. 81-95.

\_\_\_\_\_. Los conflictos sociales en los siglos XIV y XV en la Península Ibérica. *Anales de la Universidad de Alicante: historia medieval*, n. 3, 1984, p. 131-142.

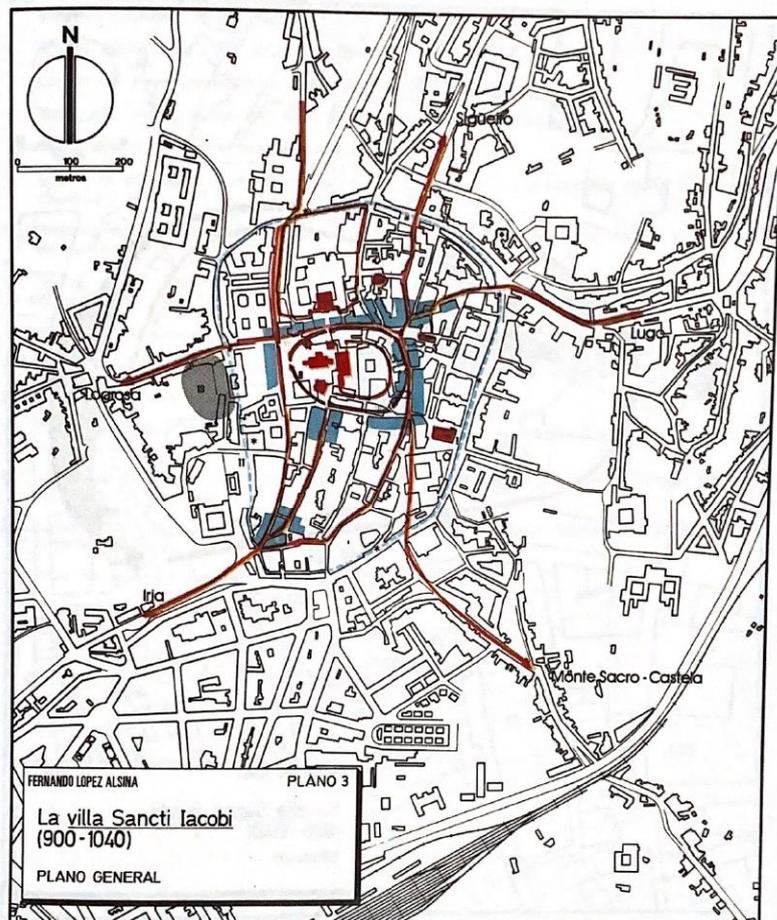
VITAL FERNÁNDEZ, Sonia. La alta aristocracia gallega y sus estrategias en el poder ante los cambios políticos y sociales en época de Alfonso VII. *Minius*, n. 24, 2016, p. 43-75.

\_\_\_\_\_. La participación política de la nobleza gallega en el reinado de Alfonso VII (1126-1157): entre la rebelión y la lealtad al rey. *Studia historica*, n. 29, 2011, p. 99-120.

VONES, Ludwig. Diego Xelmírez et les courants de la politique ecclésiastique de son temps. In: LÓPEZ ALSINA, Fernando et al. (Coord.). *O século de Xelmírez*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2013, p. 93-115.

## ANEXOS

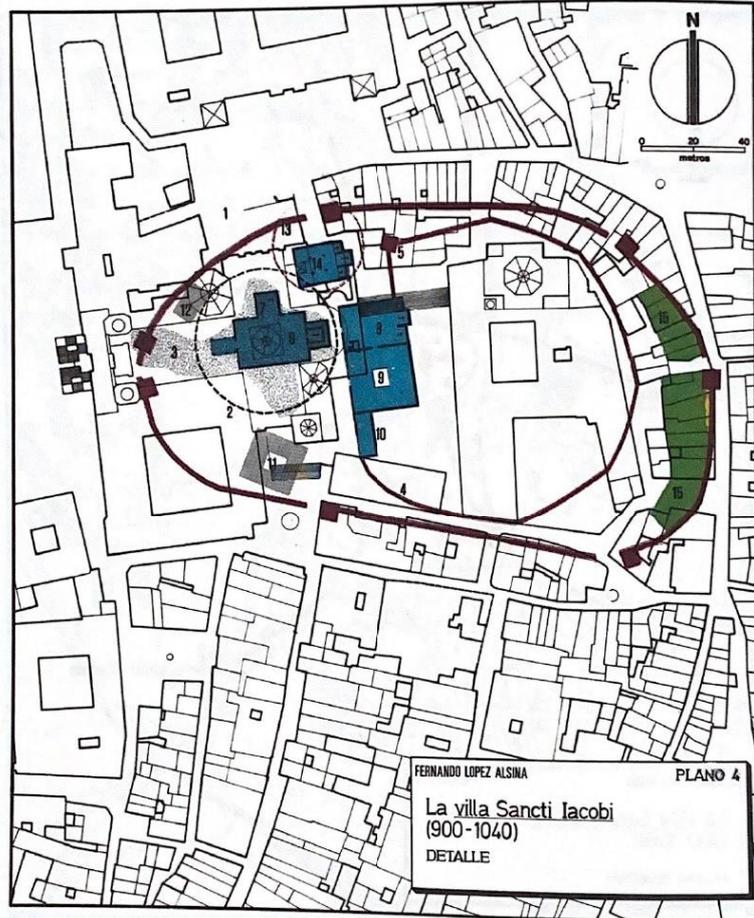
IMAGEM 01 - A VILA SANCTI IACOBI (900-1040) – PLANO GERAL



245

Fonte: LOPEZ ALSINA, 1988, p. 245.

IMAGEM 02 - A VILA SANCTI IACOBI (900-1040) – DETALHE



246

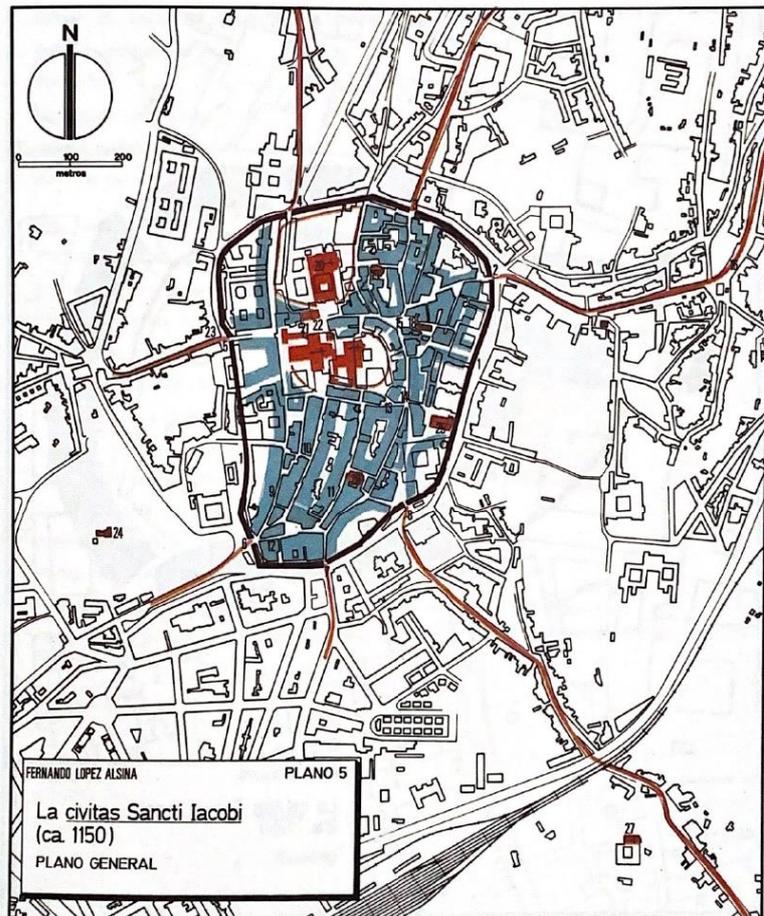
Fonte: LOPEZ ALSINA, 1988, p. 246.

## IMAGEM 03 – EXPLICAÇÃO DO PLANO 4

### Explicación del plano 4. La villa Sancti Iacobi (900-1040). Detalle

1. Recinto murado de la urbe
2. Límite aproximado del área cementerial altomedieval
3. Límite de las exploraciones arqueológicas de 1946-1959
4. Muro que cierra parte del solar del monasterio de Antealtares
5. Torre del muro del monasterio de Antealtares
6. Iglesia de Santiago, consagrada en 899 (Santiago II) y reconstruida hacia el año 1000 (Santiago III)
7. Baptisterio de San Juan, reedificado a finales del siglo IX para unirlo a la iglesia de Santiago
8. Iglesia de San Salvador de Antealtares de finales del siglo IX (Antealtares II). Fue reconstruida hacia el año 1000 (Antealtares III) y derribada en torno a 1075
9. Claustro de Antealtares, con la sala capitular adosada a la iglesia monacal
10. Dormitorio de Antealtares
11. Zona de ubicación del palacio episcopal
12. Emplazamiento del albergue, levantado por el obispo Sisnando I a comienzos del siglo X para los ancianos laicos de la familia de la iglesia
13. Términos del solar del monasterio de San Esteban, fundado por el obispo Sisnando a finales del siglo IX
14. Iglesia del monasterio de San Esteban, dedicada a Santa María (Corticela I), reconstruida hacia el año 1000 (Corticela II)
15. Vici de casas intramuros

IMAGEM 04 – A *CIVITAS SANCTI IACOBI* (1150) – PLANO GERAL



249

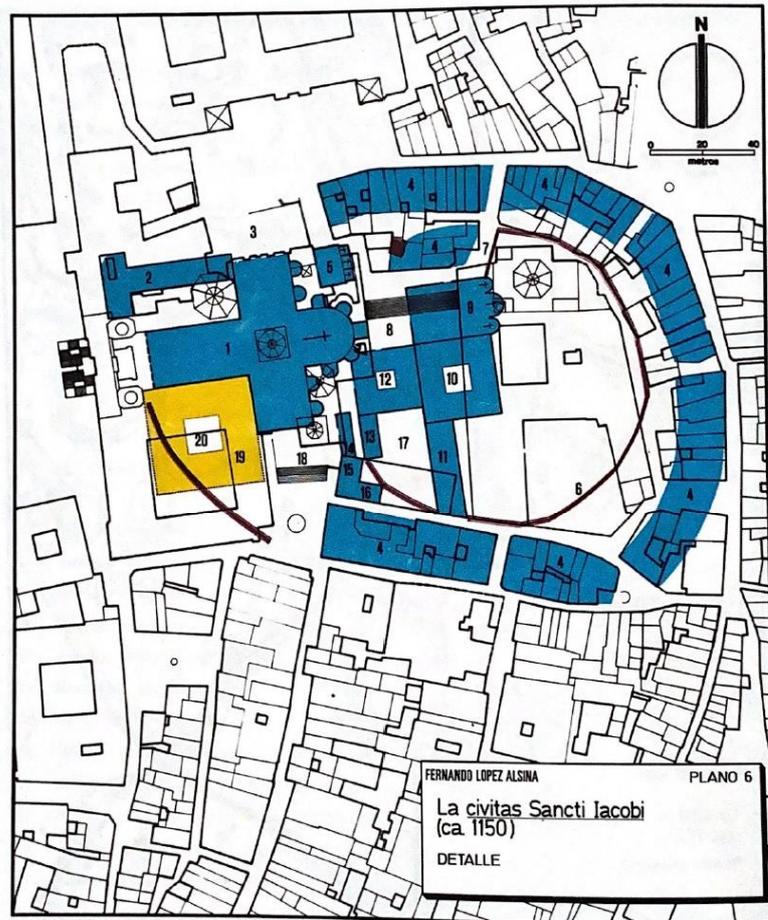
Fonte: LOPEZ ALSINA, 1988, p. 249.

## IMAGEM 05 – EXPLICAÇÃO DO PLANO 5

Explicación del plano 5. *La civitas Sancti Iacobi* (ca. 1150). Plano general

1. Segundo recinto amurallado con muro y torres, obra del obispo Cresconio (1037-1066)
2. Puerta *Francigena* o del Camino
3. Puerta *Penne* o de la Peña
4. Puerta de *Subfratribus*
5. Puerta de *Sancto Peregrino* o de la Trinidad
6. Puerta de *Faiartis*
7. Puerta *da Mamoá* o de *Sussanis*, en un eje viario norte-sur, en su extremo inferior contrapuesto a la Puerta de la Peña (*iussanis*)
8. Puerta de *Macerellis* o Mazarelas
9. *Rua Francorum*
10. *Valle Milvorum, Villare Milvorum* o Rúa del Vilar
11. *Vicus Novus*
12. *Vicus Fagarium*
13. *Ciquellum* o Rúa do Ciquelo
14. *Preconitorium*
15. *Forum*
16. *Via Francigena*
17. Abadía benedictina de San Pedro de Fora
18. Iglesia parroquial de San Benito del Campo
19. Iglesia parroquial de San Miguel de Cisterna o *dos Agros*
20. Abadía benedictina de San Martín Pinario
21. Hospital de Santiago
22. Casa de la moneda
23. Iglesia de la Trinidad y cementerio del Hospital de Santiago
24. Iglesia parroquial del Santo Sepulcro o de Santa Susana
25. Iglesia parroquial de San Félix de Lovio
26. Iglesia parroquial de Santa María Salomé
27. Monasterio de Santa María de Sar

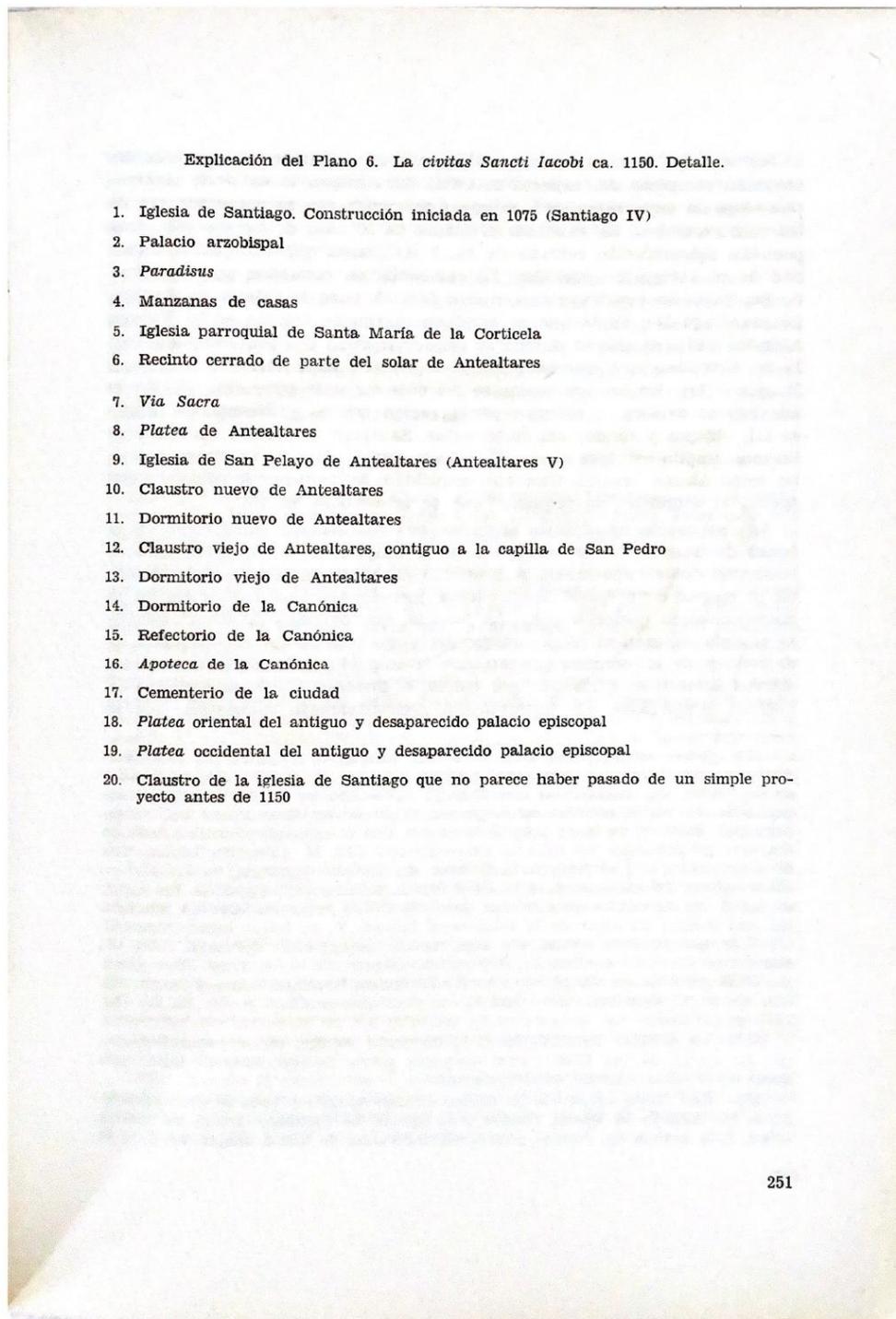
IMAGEM 06 - A CIVITAS SANCTI IACOBI (1150) – DETALHE



250

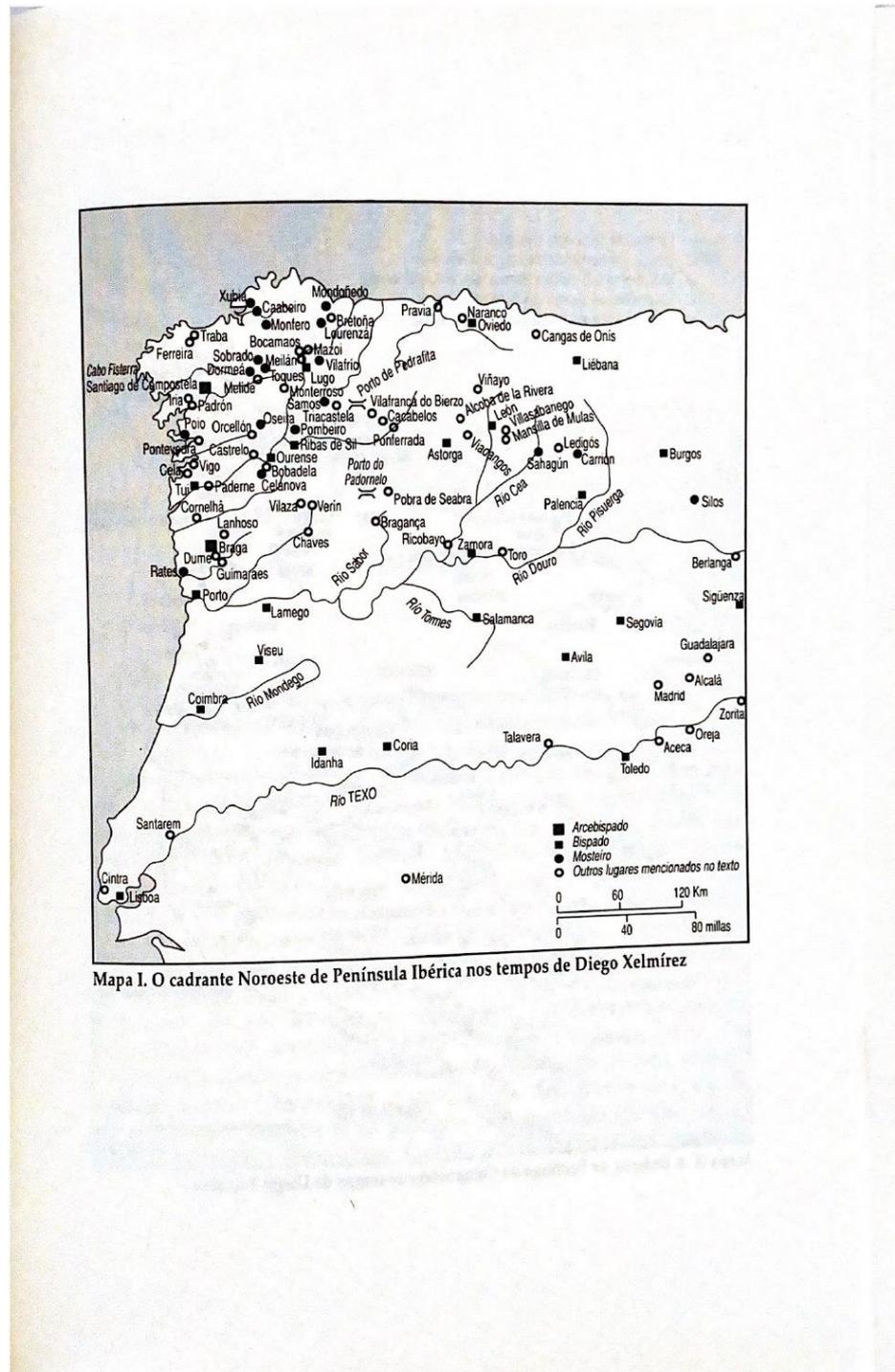
Fonte: LOPEZ ALSINA, 1988, p. 250.

## IMAGEM 07 – EXPLICAÇÃO DO PLANO 6



Fonte: LOPEZ ALSINA, 1988, p. 251.

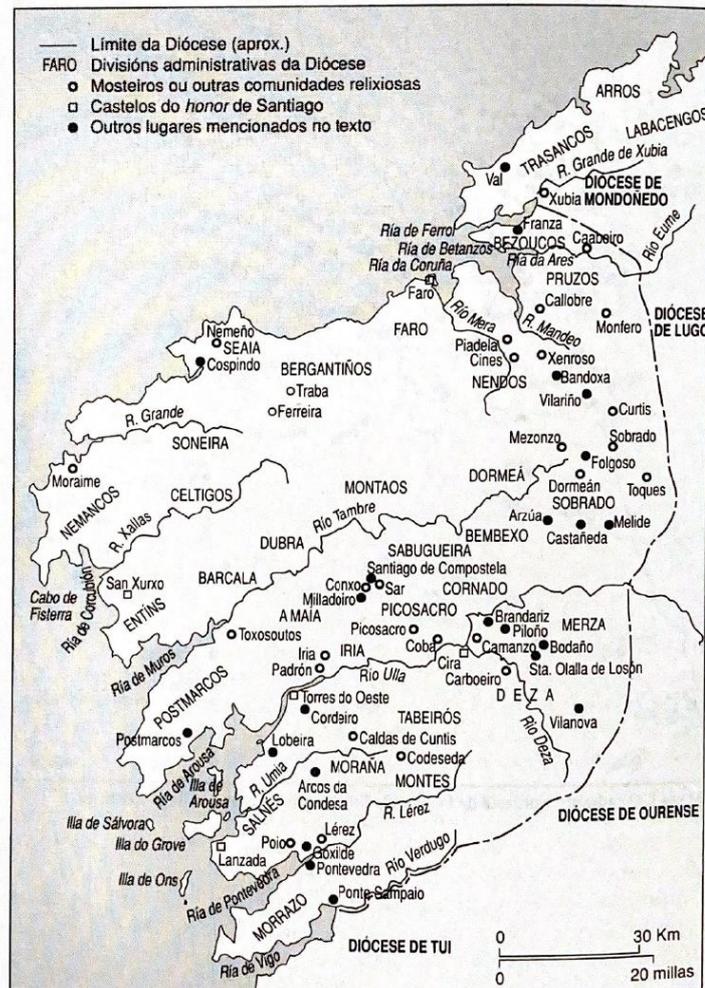
IMAGEM 08 – A REGIÃO NOROESTE DA PENÍNSULA IBÉRICA EM TEMPOS DE DIEGO GELMÍREZ



Mapa I. O cadrante Noroeste de Península Ibérica nos tempos de Diego Xelmírez

Fonte: FLETCHER, 1993, p. 397.

IMAGEM 09 – A DIOCESE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA NO TEMPO DE DIEGO GELMÍREZ



Mapa II. A Diocese de Santiago de Compostela no tempo de Diego Xelmírez

Fonte: FLETCHER, 1993, p. 398.